

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



“MOÇAMBIQUE” E O COMÉRCIO  
INTERNACIONAL DAS OLEAGINOSAS  
(1855 c. – 1890 c.)

DIEGO ZONTA

MESTRADO EM HISTÓRIA DE ÁFRICA

2011



UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**“MOÇAMBIQUE” E O COMÉRCIO  
INTERNACIONAL DAS OLEAGINOSAS  
(1855 c. – 1890 c.)**

**DIEGO ZONTA**

Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da  
Universidade de Lisboa para obtenção do grau de  
Mestre em História da África, sob orientação da  
Professora Doutora Isabel Castro Henriques

**MESTRADO EM HISTÓRIA DE ÁFRICA**

**2011**



“MOÇAMBIQUE” E O COMÉRCIO INTERNACIONAL  
DAS OLEAGINOSAS (1855 c. – 1890 c.)

DIEGO ZONTA

BANCA EXAMINADORA

.....

PROF(A). DR(A).

.....

PROF(A). DR(A).

.....

PROF(A). DR(A).



À Jandira Somensi Zonta  
*in memoriam*



## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não teria sido possível sem a orientação da Professora Dra. Isabel Castro Henriques. O meu agradecimento vai além da alusão óbvia ao seu trabalho de orientadora, retrocedendo mesmo há alguns anos da minha chegada a Portugal e a este mestrado. Não podia imaginar que quando o seu colega, o Professor Dr. Ferrán Iniesta, da Universidade de Barcelona, a quem devo a descoberta e o fascínio pela História de África, me recomendou uma visita aos arquivos de Lisboa e à sua colega da Universidade de Lisboa, eu iniciaria este projeto profissional e pessoal que, finalmente, completa-se nesta página de agradecimentos. Talvez a Professora já não se lembre, e não tenho por que não recordar que, à parte do estímulo acadêmico dos seus trabalhos, devo-lhe também o tema desta dissertação.

Ao Professor Dr. José da Silva Horta, exemplo maior — a ser seguido — de profissionalismo. Quem não tem reparos em demonstrar a sua paixão, contagiante, pela História de África e sua divulgação.

Aos Professores Dra. Joana Pereira Leite e Dr. Albert Farré Ventura pelas indicações bibliográficas e pelo interesse pela História de Moçambique.

A Jorge Amorim, por ler e reler, com presteza, tudo o que ia se fixando no papel ao longo dos últimos meses. À Rita de Cássia Oliveira, Cristina Portella, José Francisco dos Santos e Nilsen Borges pela leitura, correções e sugestões. Os seus *feedbacks* deram-me a certeza de que sim, era possível!

À Cristina Portella, Cléria Ferreira, Danilo da Veiga dos Santos e Idénia Nascimento. Todos, como eu, de outras paragens, mas insistindo em falar a mesma língua: a História de África, pá!

À Maria da Luz Correia por me permitir que invadissem o seu espaço e pudesse sentir-me como em casa. Assim como pela leitura “cirúrgica” de parte deste texto.

À Elena Grego e José Carlos da Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa pela diligência e cordialidade com que me trataram durante os meses que lá passei.

À Angélica Sepúlveda que muito me ajudou na reflexão do “ser” acadêmico, no percurso e dinâmicas do trabalho de investigação e no uso das novidades da informática para a pesquisa e escrita científica.

E finalmente à minha família, em especial, ao meu pai Aldo João Zonta e à minha irmã Andresa Zonta.

Apesar da colaboração e incentivo de todos, este texto não está isento de equívocos, os quais são de minha exclusiva responsabilidade.

Lisboa, 30 de novembro de 2011



## RESUMO

Esta dissertação estuda o surgimento e o desenvolvimento do comércio legítimo internacional das sementes oleosas de gergelim (sésamo) e amendoim, na segunda metade do século XIX, na costa do atual Estado moderno de Moçambique.

A passagem/transição (ou ruptura?) do tráfico negreiro ao comércio de mercadorias “lícitas”, questão hoje particularmente conhecida no que respeita à África atlântica, impactou tanto nas sociedades africanas, como nos espaços europeus e americanos. Nos séculos XIX e XX, esta mudança se revelou como um dos pilares centrais da economia mundial.

O objectivo deste trabalho é, de uma forma geral, recorrendo a fontes de natureza estatística e relatos de viagem e da burocracia oitocentistas, estudar a gênese do comércio lícito em Moçambique. Numa perspectiva mais problematizante, esta tese procura estabelecer a relação entre a importância capitalista deste comércio que permite alimentar as indústrias emergentes europeias, e a adesão/participação das populações quer africanas, quer indianas instaladas na região, bem como o impacto deste novo fenómeno comercial nas transformações económicas, sociais e políticas que vão marcar a construção de Moçambique.

A abolição do tráfico negreiro e da escravatura era uma “realidade” teórica, pois o comércio clandestino —ilegal, ilegítimo, ilícito— de escravos continuava, apesar de uma legislação internacional e nacional contrária, conduzindo a uma definição, por oposição, do comércio de produtos “legais”, como foi o caso, entre muitas outras produções africanas, das sementes oleaginosas, passando a ser designado por comércio legítimo, lícito, legal. A exportação destas oleaginosas inseriu-se num sistema mais alargado de circulação de produtos e de rotas comerciais —fenómeno secular — através da costa índica do continente africano. Esta atividade, na região estudada, tomou impulso justamente com a produção e a exportação do gergelim e do amendoim a partir da década de 1860, com a aparição e fixação organizada de portugueses e de outros europeus que aí procuravam matérias-primas necessárias ao desenvolvimento das suas economias.

**Palavras chave:** Moçambique, comércio lícito, oleaginosas, capitalismo, comércio internacional, produção agrícola, agentes e redes comerciais, estruturas portuárias.

## ABSTRACT

This dissertation studies the emergence and development of legitimate international trade in oleaginous sesame and peanut seeds on the coast of the present-day Republic of Mozambique, during the second half of the 19<sup>th</sup> century.

The shift/transition (or rift?) from the slave trade to trade in “legal” goods, a particularly well-known issue as regards Atlantic Africa, affected both African societies and the regions of Europe and America. During the 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> centuries, this change developed into one of the central pillars of the global economy.

The overall aim of this paper is to study the origins of legal trade in Mozambique, relying on sources of a statistical nature, travel literature and 19th century bureaucracy. From a more problematic perspective, this thesis seeks to establish the relationship between the capitalist importance of this trade, which permitted the supply of emerging European industries, and the acquiescence/participation of both African and Indian populations located in the region, as well as the impact of this new trade phenomenon on the economic, social and political transformations which were to mark the construction of Mozambique.

The abolition of slave trading and slavery was a theoretical “reality”, given that clandestine—illegal, illegitimate, illicit— slave trading continued in spite of opposing international and national legislation. This situation led to the establishment, in contrast, of trade in “legal” products, as was the case for oleaginous seeds and many other African products. Such trade therefore came to be referred to as legitimate, licit or legal trade. Exports of these oleaginous products were incorporated into an extensive product transport and trade route system – an age-old phenomenon –along the Indian coast of the African continent. In the region in question, this activity was boosted precisely with the production and export of sesame and peanuts starting in the 1860s, when the Portuguese and other Europeans seeking raw materials necessary to develop their economies consolidated their presence.

**Key words:** Mozambique, legal trade, oleaginous products, capitalism, international trade, agricultural production, trade brokers and networks, port structures.

## ÍNDICE

RESUMO.....	IX
INTRODUÇÃO.....	1
1. “MOÇAMBIQUE” NO SÉC. XIX: DO COMÉRCIO DE ESCRAVOS AO COMÉRCIO LEGÍTIMO.....	11
1.1. Os africanos e o tráfico de escravos do Índico.....	13
1.2. O tráfico de escravos e a legislação portuguesa.....	17
1.3. A “redescoberta” de Moçambique pelos portugueses.....	20
1.4. O comércio lícito em Moçambique.....	25
1.5. O fim da autonomia política africana em Moçambique.....	28
2. AS OLEAGINOSAS E A SUA HISTÓRIA.....	41
2.1. Produção e comércio: evolução e fatores de desenvolvimento e de mudança.....	43
2.2. Gergelim e amendoim: origem e difusão.....	47
2.3. O amendoim e o gergelim na África: situações de cultura e trabalho.....	55
3. A PRODUÇÃO E O COMÉRCIO EXTERNO DAS OLEAGINOSAS EM MOÇAMBIQUE.....	63
3.1. A organização da produção africana e o comércio.....	65
3.2. Os produtores africanos.....	72
3.3. Os prazos e a sua evolução.....	81
3.4. Os europeus e o crescimento da procura das oleaginosas.....	86
3.5. Os circuitos internos.....	89
4. ENTRE A PRODUÇÃO E OS PORTOS: OS AGENTES INTERMEDIÁRIOS.....	95
4.1. A importância transitória do intermediário nos circuitos comerciais.....	97
4.2. Os intermediários indianos e suaílis: hierarquias e relações com o agente exportador.....	99
5. A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO DE AMENDOIM E GERGELIM EM MOÇAMBIQUE.....	115
5.1. O porto de Moçambique.....	117
5.2. O porto de Ibo.....	131
5.3. O porto de Quelimane.....	138
5.4. O porto de Inhambane.....	145
5.5. A província de Moçambique.....	150
CONCLUSÃO.....	155
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	159
ANEXO DE MAPAS.....	171

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.	Quilimane – Feitoria Regis (segundo uma photographia).....	28
Figura 2.	Amendoim ( <i>Arachis hypogea</i> , L.).....	54
Figura 3.	Mulher cultivando o solo.....	60
Figura 4.	Carregando saccas de amendoim em Antonio Enes.....	91
Figura 5.	Quilimane — Habitações dos Banianes (segundo uma photographia).....	110

## ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1.	Principais referências geográficas de Moçambique citadas na dissertação.....	XV
Mapa 2.	Áreas de ocupação das Companhias concessionárias em Moçambique.....	36
Mapa 3.	Distribuição do amendoim.....	53
Mapa 4.	Expansão Banto.....	72
Mapa 5.	Principais áreas de produção em 1882.....	74
Mapa 6.	O Baixo Zambeze.....	76
Mapa 7.	Prazos de Luabo e Mahindo.....	77
Mapa 8.	Agrupamento Linguístico.....	173
Mapa 9.	Agrupamento Étnico.....	173
Mapa 10.	Grupos étnicos de Moçambique.....	174
Mapa 11.	Mapa Etnográfico Simplificado (Séc. XX).....	174
Mapa 12.	Povos e Sistemas Políticos da Região do Zambeze (1600-1900).....	175
Mapa 13.	“Os prazos da Coroa nos Rios de Sena c. 1600-1730”.....	175
Mapa 14.	O <i>hinterland</i> da baía de Inhambane .....	176

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.	Exportação de amendoim pelo porto de Moçambique entre 1861/62 e 1887.....	123
Tabela 2.	Exportação de gergelim pelo porto de Moçambique entre 1861/62 e 1887.....	126
Tabela 3.	Exportação de gergelim pelo porto de Ibo entre 1856 e 1877.....	134
Tabela 4.	Exportação de gergelim e amendoim pelo porto de Quilimane entre 1860 e 1887.....	141
Tabela 5.	Exportação de amendoim e gergelim pelo porto de Inhambane entre 1861 e 1887.....	147
Tabela 6.	Média das exportações nas décadas de 1870 e 1880 em Moçambique.....	153

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1.	Importação de gergelim e amendoim entrados no porto de Moçambique entre 1856 e 1866.....	121
Gráfico 2.	Importação e exportação de gergelim pelo porto de Moçambique entre 1860 e 1866.....	122
Gráfico 3.	Importação e exportação de amendoim pelo porto de Moçambique entre 1860 e 1866.....	123
Gráfico 4.	Exportação de amendoim pelo porto de Moçambique entre 1861/62 e 1887...	124
Gráfico 5.	Importação e exportação de amendoim pelo porto de Moçambique entre 1874 e 1877.....	125
Gráfico 6.	Exportação de gergelim pelo porto de Moçambique entre 1861/62 e 1887.....	126
Gráfico 7.	Evolução das exportações pelo porto de Moçambique entre 1861/62 e 1887...	127
Gráfico 8.	Importação e exportação de gergelim pelo porto de Moçambique entre 1874 e 1877.....	127
Gráfico 9.	Exportações da alfândega de Moçambique entre 1863 e 1903.....	129
Gráfico 10.	Porcentagem de amendoim e gergelim exportado para França entre 1884 e 1903.....	131
Gráfico 11.	Exportação de gergelim pelo porto de Ibo entre 1856 e 1887.....	135
Gráfico 12.	Exportações da alfândega de Moçambique entre 1863 e 1887.....	137
Gráfico 13.	Exportação de gergelim pelo porto de Quelimane entre 1860 e 1887.....	142
Gráfico 14.	Exportação de amendoim pelo porto de Quelimane entre 1860 e 1887.....	143
Gráfico 15.	Exportações de gergelim e amendoim de Quelimane entre 1866 e 1887.....	144
Gráfico 16.	Porcentagem das oleaginosas no comércio de Quelimane entre 1885 e 1903....	145
Gráfico 17.	Exportação de gergelim pelo porto de Inhambane entre 1861 e 1887.....	148
Gráfico 18.	Porcentagem económica das oleaginosas sobre as exportações de Inhambane entre 1863 e 1903.....	150
Gráfico 19.	Exportação de amendoim pela província de Moçambique entre 1869 e 1887 (em panjas).....	151
Gráfico 20.	Exportação de gergelim pela província de Moçambique entre 1869 e 1887.....	151
Gráfico 21.	Exportação de amendoim e gergelim pela província de Moçambique entre 1869 e 1887.....	152
Gráfico 22.	Exportações da província de Moçambique entre 1884 e 1887.....	153

## SIGLAS E ABREVIATURAS

**AIEP** — Agenzia Internazionale Editoria Pubblicità

**Apud** — citado por

**B.O.** — Boletim Oficial de Moçambique

**Cf.** — Confira

**CEA** — Centro de Estudos Africanos

***Ibidem*** — mesma obra

**Idem** — mesmo autor

**IICT** — Instituto de Investigação Científica e Tropical

***op. cit.*** — obra citada

**p.** — página

**pp.** — páginas

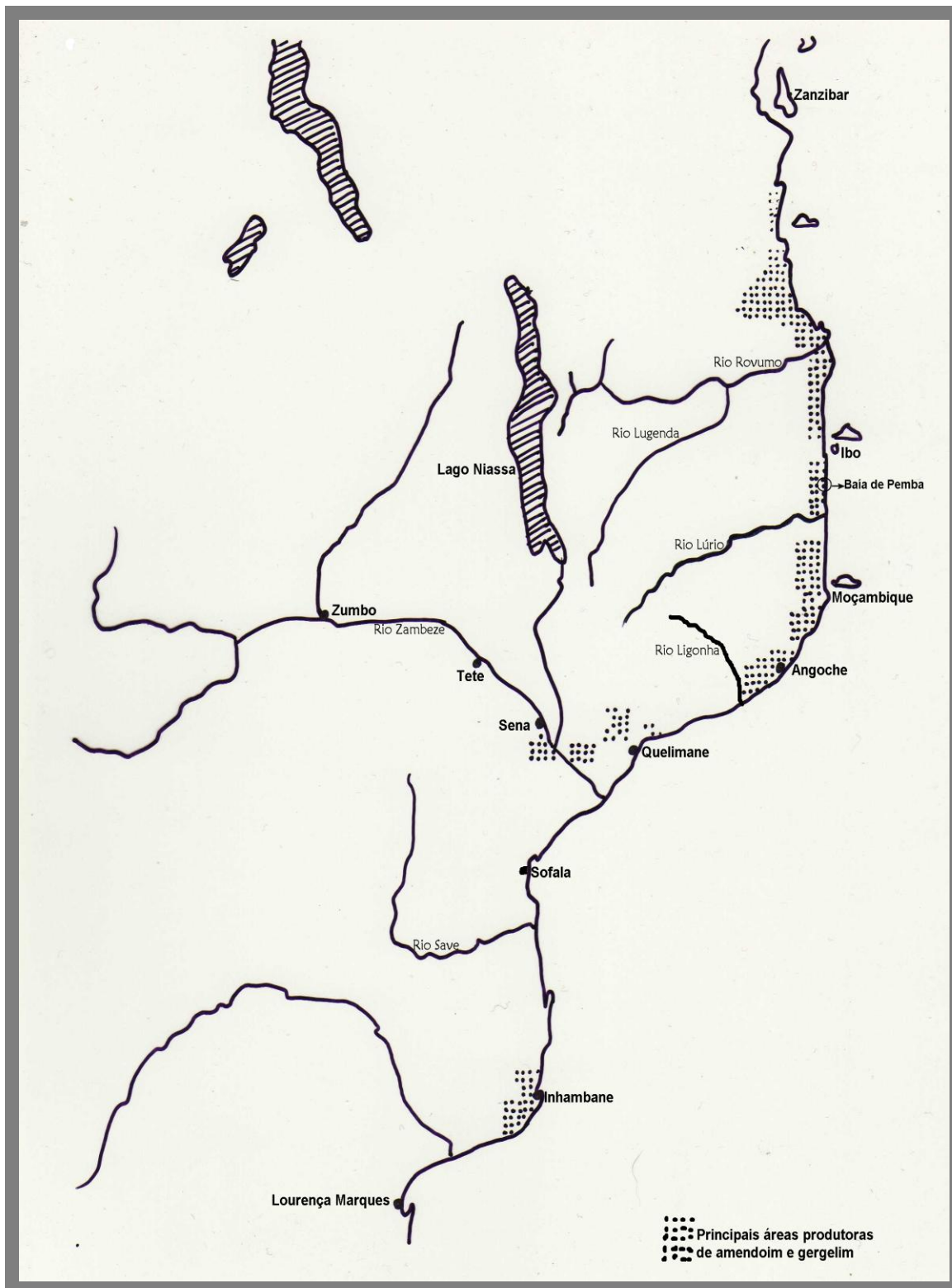
**Séc.** — século

**Km** — quilômetros

**Typ.** — Tipografia

**UEM** — Universidade Eduardo Mondlane

**vol.** — volume



MAPA 1. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS GEOGRÁFICAS DE MOÇAMBIQUE CITADAS NA DISSERTAÇÃO sobre o mapa anotado e modificado de: Gerhard Liesegang, 'A first look at the import and export trade of Mozambique 1800-1914', in G. Liesegang; H. Pasch; A. Jones (eds.), *Figuring african trade: proceedings of the Symposium on the qualification and structure of the import and export and long distance trade in Africa 1800-1913*, Berlin, Dietrich Reimer Verlag, 1986, pp. 451-523, p. 455. (Ver Mapa 5)



---

# Introdução

---



A perda das colônias americanas pelas potências europeias, o anacronismo econômico e ideológico do tráfico de escravos diante da nova economia capitalista — e a sua abolição —, a Revolução Industrial da segunda metade do século XIX, as mudanças demográficas e de consumo no continente europeu e, finalmente, a afirmação do capitalismo, tendo a produção e o controle da mesma se colocado tão importantes quanto as trocas comerciais, impulsionaram uma corrida por produtos africanos por parte dos países industrializados. As relações comerciais diretas entre a África e a Europa se intensificaram sobre antigas práticas comerciais — como o marfim, por exemplo —, mas também permitiram a colocação de novos gêneros nas relações comerciais entre ambos os continentes.

Uma parte importante do capital europeu que passou a encontrar dificuldades de ser investido no tráfico ou nas independentes colônias americanas acabou sendo direcionado ao comércio com a África. Casas comerciais — muitas surgidas com o tráfico de escravos — passaram a comprar quantidades crescentes de produtos africanos entregues tanto pelos próprios produtores como por intermediários africanos, afro-europeus, indianos e árabes nas costas do continente. O aumento do crédito disponibilizado pelas casas comerciais europeias, assim como a procura, animaram a muitos africanos na venda do excedente agrícola, como também na própria produção voltada ao comércio internacional.

Dentre os novos produtos comercializados encontrava-se um conjunto de gêneros agrícolas utilizados para a extração de óleo, matéria-prima para a produção de lubrificantes para a indústria, na fabricação de velas e na preparação de alimentos. Estes produtos oleosos transformaram-se rapidamente nos principais gêneros africanos produzidos e comercializados nesta nova fase do comércio internacional do continente.

Paralelamente ao surgimento do comércio internacional das oleaginosas, outro fator de enorme importância no quadro econômico — e não somente — do continente no século XIX foi o paulatino fim do tráfico de escravos, nomeadamente o que era direcionado às Américas. Entre este comércio que tomaria todo o século XIX para desaparecer definitivamente e o outro, voltado a abastecer as novas demandas internacionais, surgiu o termo “comércio legítimo”, “comércio legal” ou “comércio lícito”, para diferenciá-lo daquele. Apesar de tudo, os dois comércios muitas vezes avançaram no “longo século XIX” de maneira muito mais íntima do que desejavam os humanistas europeus. Os britânicos, por exemplo, que por um lado condenavam cada vez mais o infame tráfico

humano, por outro consumiam sem grandes traumas o craveiro-da-Índia produzido por escravos na ilha de Zanzibar<sup>1</sup>.

Foi na costa ocidental para onde se direcionaram as maiores pressões e controles objetivando por fim ao tráfico, tanto sobre as autoridades locais como sobre os negreiros europeus e americanos. Isso porque, apesar da antiguidade do tráfico registrado na costa oriental, a imensa maioria dos escravos levados à América foi e continuava sendo embarcada em algum ponto do Atlântico. As pressões surtiram efeitos, é verdade, mas por outro lado fizeram com que regiões que se encontravam longe dos controles fossem usadas como alternativas, como Moçambique, por exemplo, levando a um aumento considerável do embarque de escravos nessas regiões na primeira metade do século XIX.

No mesmo momento em que o tráfico passava a ser perseguido, o chamado “comércio lícito” teve o seu início também na costa ocidental, principalmente com o óleo de palma e de amendoim. Na década de 1820, a região que corresponde hoje à parte oriental da atual Nigéria já começava a ser referida como a dos “Rios de Azeite”, devido à exploração da palma para a produção de óleo. Região esta, aliás, conhecida até então pelo intenso tráfico de escravos, provenientes principalmente dos mercados Ibo, situados mais ao norte<sup>2</sup>. Pouco mais tarde, em princípio da década de 1830, já se cultivava amendoim para a exportação na costa da Gâmbia, e uma década depois já se fazia o mesmo em Senegal, Serra Leoa e as Guiné portuguesa e francesa<sup>3</sup>. Em Angola, no fim da década de 1850, a sua economia já se encontrava exclusivamente voltada ao comércio lícito<sup>4</sup>.

Muitos africanos responderam prontamente à demanda não somente com o aumento do excedente, mas com transformações na própria natureza da produção, como foi o caso do reino de Daomé, que passou a utilizar a mão de obra escrava não mais para ser vendida ao Brasil, primordialmente, mas no cultivo à exportação<sup>5</sup>; ou às margens do rio Pongo, na atual Guiné-Conacri, onde um ex-negreiro empregou 6 mil escravos em diversas plantações<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Elikia M'Bokolo, *África Negra: história e civilizações*, vol. II, Lisboa, Colibri, 2007, p. 236, Philip Curtin; Steven Feierman; Leonard Thompson; Jan Vansina, *African History*, Boston, Little Brown, 1978, p. 392. Sobre o movimento abolicionista britânico ver entre outros Adam Hochschild, *Enterrad las cadenas*, Barcelona, Península, 2006 e José Capela, *Escravidura. A empresa de saque: o abolicionismo (1810-1875)*, Porto, Afrontamento, 1974, pp. 197-209.

<sup>2</sup> Roland Oliver; Anthony Atmore, *Africa desde 1800*, Buenos Aires, Editorial Francisco de Aguirre, 1977, p. 49.

<sup>3</sup> George E. Brooks, 'Peanuts and colonialism: consequences of the commercialization of peanuts in West Africa', in *The Journal of African History*, vol. 16, 1, 1975, pp. 29-54, p. 29.

<sup>4</sup> Isabel Castro Henriques, *Percursos da Modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*, Lisboa, IICT, 1997, p. 526.

<sup>5</sup> Elikia M'Bokolo, *op. cit.*, p. 292.

<sup>6</sup> Odile Goerg, 'L'exportation d'arachides des 'Rivières du Sud' puis de Guinée (1842-1913): de produit dominant à produit secondaire', in G. Liesegang; H. Pasch; A. Jones (eds.), *Figuring african trade: proceedings of the symposium on the qualification and structure of the import and export and long distance trade in Africa 1800-*

Muitos dos intermediários do comércio de escravos passaram então a negociar também no comércio não escravista do século XIX. Foi o caso, por exemplo, dos afro-portugueses da antiga Guiné portuguesa, que vendo o tráfico para o Brasil em vias de euforia procuraram investir em outras fontes de negócio. A nova realidade comercial acabou, contudo, trazendo consigo a concorrência das casas comerciais inglesas e francesas, que com o passar do tempo acabaram afincando a sua hegemonia, provocando a paulatina exclusão dos antigos intermediários afro-portugueses. O ex-governador Honório Pereira Barreto reclamava, em 1843, que as exportações encontravam-se quase que exclusivamente nas mãos dos franceses, ingleses e estadunidenses<sup>7</sup>. Os produtores africanos — no que talvez tenha sido a maior transformação social interna provocada pelo novo comércio lícito — já não necessitavam mais de intermediários, indo comercializar diretamente com as casas comerciais.

Independente da existência ou não de intermediários e da importância que estes exerceram, em uma visão macroeconômica das relações comerciais praticadas a partir do continente africano, o comércio deu-se em última instância entre africanos e europeus. Seria o segundo dentre os “três patamares” em que a historiadora Isabel Castro Henriques estrutura as operações comerciais na África, ou seja, em uma prática comercial afro-europeu onde havia um empenho “na troca de mercadorias africanas por mercadorias europeias ou trazidas pelos europeus”<sup>8</sup>. E é justamente este “patamar”, tão antigo como o tráfico Atlântico de escravos, que nos interessa estudar na costa oriental.

Em meados da década de 1850 se instalaram em Moçambique as primeiras casas comerciais (francesas), responsáveis na década seguinte pela exportação de importantes volumes de gêneros produzidos por agricultores africanos. Interessados, sobretudo, no transporte de mão de obra escrava (ou nos *libres engagés*<sup>9</sup>), os franceses rapidamente

---

1913, Berlin, Dietrich Reimer Verlag, 1986, pp. 297-320, p. 310. Outro exemplo, ainda na costa ocidental, foi a dos cultivos à margem do Rio Grande, na antiga Guiné portuguesa, onde os donos de feitorias recrutavam trabalhadores *manjacos* para cultivarem os seus campos na década de 1840. António Carreira, 'Aspectos históricos da evolução do Islamismo na Guiné Portuguesa', in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 84, vol. XXI, 1966, pp. 405-455, p. 425.

<sup>7</sup> Honório Pereira Barreto, *Memoria sobre o estado actual de senegambia portuguesa, causas de sua decadencia, e meios de a fazer prosperar*, Lisboa, Typ. da Viúva Coelho & Cia, 1843, pp. 8-9.

<sup>8</sup> Os outros dois “patamares” são o comércio “europeu”, através do tráfico de escravos, e o puramente “africano”. Isabel Castro Henriques, *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África. Século XV-XX*, Lisboa, Caleidoscópio, 2004, p. 395.

<sup>9</sup> Os *libres engagés* foram introduzidos pelos franceses em 1856, que buscavam assim contornar as pressões pelo fim do tráfico de escravos e da própria escravidão. Tecnicamente a mão de obra escrava passava a ser definida como “livre” mediante “contratos” de trabalho. Oficialmente a modalidade de *libre engagé* acabou em 1881 com a assinatura de um acordo entre Portugal e França para a “contratação de trabalhadores”, o que na prática continuou sendo feita em total ausência do consentimento daqueles “trabalhadores”. Entre os anos de 1888 e 1890 foram levados às plantações francesas do Índico 4.000 *libres engagés*. José Capela,

passaram a desempenhar um importante papel no emergir do comércio lícito na costa de Moçambique, em outra demonstração da existência de certas continuidades entre o tráfico e o novo comércio das oleaginosas. A cidade industrial de Marselha já era um destino preferencial dos produtos africanos, sendo abastecida em parte por uma produção originária de entrepostos franceses instalados na costa ocidental, onde já dominavam o comércio de amendoim da Guiné e do óleo de palma do Daomé. Com a abertura do canal de Suez no fim da década de 1860, Marselha acabou por reforçar ainda mais a sua presença também na costa oriental<sup>10</sup>, intensificando as importações de amendoim, gergelim, copra<sup>11</sup> e cauril<sup>12</sup>.

A partir do conhecimento deste comércio na costa ocidental, passamos a indagar sobre o mesmo comércio no lado oriental, em especial em Moçambique<sup>13</sup>. Os documentos portugueses da época referem-se a quatro áreas e/ou regiões diferentes, mas sobrepostas, é verdade, da costa oriental africana ao nomearem Moçambique: (1) a vila de Moçambique, localizada ao sul da (2) ilha com o mesmo nome; (3) ao distrito de Moçambique que englobava a ilha e a chamada *terra firme*, ou seja, uma parte da costa continental situada justamente em frente ao canal que separa a mesma do continente e; finalmente, (4) a província, que englobaria a partir das ilhas de Cabo Delgado, ao norte, até a baía de Lourenço Marques, ao sul, a futura possessão ultramarina de Portugal da África Oriental. Já para o interior os pontos de referência eram os lagos Niassa, na parte mais setentrional, e a união territorial com a Angola, mais ao sul, representada no famoso *Mapa Cor-de-Rosa*<sup>14</sup>.

---

‘O problema da escravatura nas colónias portuguesas’, in Luís Albuquerque, *Portugal no Mundo*, vol. VI, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 51-63, p. 58. Ainda sobre os engagés ver do mesmo autor os *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique*, Porto, Afrontamento, 2002, pp. 54-63; ‘O tráfico de escravos na Ilha de Moçambique’, in Matteo Angius; Mario Zamponi, *Ilha de Moçambique. Convergência de Povos e Culturas*, Repubblica di San Marino, AEIP, 1999, pp. 62-64 e *O escravismo colonial em Moçambique*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 98 e Malyn Newitt, *História de Moçambique*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1995, p. 250.

<sup>10</sup> Gervase Clarence-Smith, *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Lisboa, Teorema, 1990, p. 75.

<sup>11</sup> O nome deriva da palavra malabar *Koppara*. É a polpa seca do coco, a sua amêndoa. Utilizada como substância gorda para a fabricação, entre outras coisas, de velas. António de Moraes Silva, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. III, Lisboa, Confluência, 1956, p. 527.

<sup>12</sup> Também grafado em muitos documentos portugueses como *caurim* ou *cauri*, é um pequeno búzio branco muito utilizado por diversos povos africanos como moeda. Segundo o ex-governador Jardim de Vilhena, “se apanhava em grandes porções na costa dos Territórios”, ou seja, na costa de Cabo Delgado. Ernesto Jardim de Vilhena, *Companhia do Nyassa: relatórios e memórias sobre os Territórios*, Lisboa, A Editora, 1905, p. 430.

<sup>13</sup> É importante salientar que as únicas vezes a que nomeamos Moçambique entre aspas são nos títulos da dissertação e do Capítulo 1. Isso porque Moçambique, ao menos no período em que nos ocupamos, é mais uma abstração, presente, principalmente, em algumas poucas cabeças imaginativas de alguns administradores portugueses.

<sup>14</sup> Desenhado em 1886 e tornado público no ano seguinte, o Mapa Cor-de-Rosa representou cartograficamente o desejo de Portugal de unir em uma única província Angola e Moçambique, exercendo assim sua soberania numa extensa faixa que iria do oceano Índico ao Atlântico. O projeto português, contudo, não teve êxito diante dos interesses e das pressões britânicas, o que gerou uma grave crise diplomática entre os dois países culminando em 1890 no *Ultimatum* britânico.

O Moçambique a que nos referimos no título é este espaço mais alargado pretendido pelas autoridades portuguesas, ou seja, a “província”. Uma ambição que somente se concretizou na segunda década do século XX, e que durante o período a que nos dedicamos, não passou de um projeto do Estado português. A poucos quilômetros de algumas quantas vilas mais ou menos defendidas pelas armas portuguesas, o espaço encontrava-se sob o controlado dos poderes políticos africanos. O que não era nenhuma novidade num continente ainda desconhecido para os europeus, apesar do importante incremento do interesse e das expedições científicas. Ao iniciar o último quartel do século, a *Enciclopédia Britânica* ainda usava expressões como “tanto quanto é possível saber” ou “calcula-se que” ao referir-se à África central e do leste<sup>15</sup>.

O nosso espaço de estudo é, portanto, o imenso território da costa oriental africana, a que nomearemos como Moçambique, assim como os documentos coetâneos, mas, à diferença destes, com a consciência da autonomia política africana sobre o terreno. Igualmente nos referiremos muitas vezes à vila, à ilha e ao distrito de Moçambique, e quando isso ocorrer, o leitor não terá nenhuma dificuldade em saber fazer as devidas distinções. Inclusive, um dos apartados de um dos capítulos tratará exclusivamente do “porto de Moçambique” e da sua alfândega, enquanto outro tratará da “província de Moçambique”.

Sabemos de antemão que as regiões de Moçambique não poderiam ser vistas de forma hegemônica. As suas populações e suas relações com as pressões exteriores não deram de maneira igual. Na delimitação de um espaço comum, onde o comércio lícito fosse o denominador, a região mais ao sul, na órbita de Lourenço Marques, era a que destoava do todo. As descobertas e a exploração das minas na África do Sul provocaram uma rápida mudança na região, repercutindo imediatamente na organização econômica e social das populações africanas. Um forte fluxo migratório dirigiu-se, ou por iniciativa própria ou pressionado pelas autoridades portuguesas interessadas nos ganhos ocasionados com a remuneração de ditos trabalhadores, às minas na África do Sul, dotando assim a região de uma dinâmica própria e diferente do resto de Moçambique.

Mais ao norte, na região dos prazos da Coroa, no vale do Zambeze, apesar de também ter sofrido as consequências da exploração das minas sul-africanas, a produção agrícola para exportação aparece nos registros portugueses com importantes volumes<sup>16</sup>. Assim como também no porto de Inhambane, situado entre Lourenço Marques e o delta do rio

---

<sup>15</sup> Apud Emília Madeira Santos, *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*, Lisboa, Junta de Investigação Científica do Ultramar - Instituto de Cultura Portuguesa, 1978, p. 268.

<sup>16</sup> Sobre os prazos da Coroa ver pp. 81-86 do Capítulo 3.

Zambeze. Excetuando, portanto, a zona de Lourenço Marques, ao sul de Moçambique, atraído à órbita da exploração mineral sul-africana, a região centro-norte viu surgir um importante comércio de sementes oleaginosas com destino à Europa.

Uma vez definido o espaço, cabe esclarecer o período de tempo do nosso estudo. Começamos com a instalação daquelas primeiras casas comerciais francesas, na costa de Moçambique, em meados da década de 1850. A lógica da definição do nosso marco temporal esta associada à autonomia política das populações africanas, nomeadamente dos macuas-lomués, suaílis, senas, podzos, chuabos, tsongas, chopes e bitongas, que formavam os principais grupos étnicos envolvido na produção para a exportação internacional. Interessa-nos saber de que maneira se organizou este comércio antes da colonização portuguesa. Sabemos que a ocupação efetiva e completa somente concretizou-se bem entrado o século XX. O nosso limite, contudo, não vai tão longe assim. Avançamos no tempo até aquele momento em que, aos olhos dos historiadores de hoje, podemos demarcar um ponto em que a perda da autonomia dos africanos em Moçambique já não tinha mais volta. Estamos falando da última década do século XIX.

Contabeliza-se, por tanto, um período de tempo praticamente fugaz dentro da longa História africana, mas de enorme importância para todo o continente. Período esse que antecedeu, em termos políticos e militares, a investida decisiva dos Europeus sobre a África Negra impulsionada pela Revolução Industrial. Investida essa responsável pelo nascimento, não isento de grandes conflitos, da África moderna<sup>17</sup>.

Durante estes praticamente 35 anos, os produtores africanos foram pressionados apenas pelas mãos (poderosas, é verdade) da demanda de uma economia cada vez mais globalizada. Mas continuaram livres do controle político português, que iria estender-se por Moçambique a partir do fim do século XIX.

O período analisado é absolutamente conturbador e fundamental para a História moderna de Moçambique. A ilegalização do tráfico pelos europeus acabou, num primeiro momento, gerando corolários não esperados pelas autoridades na costa de Moçambique, comparada com a costa ocidental: um repique do tráfico. No mais, é o período em que Portugal “redescobre” Moçambique e começa a mover-se no tabuleiro político e militar, juntamente com as outras potências europeias interessadas em exercer um papel de primeira ordem na África Oriental.

É neste contexto histórico que analisaremos o surgimento e o desenvolvimento do comércio lícito em Moçambique, dentro, portanto, de um quadro de autonomia política

---

<sup>17</sup> Catherine Coquery-Vidrovitch, *A descoberta de África*, Lisboa, Edições 70, 1981, p. 11.

dos produtores africanos frente às forças europeias, nomeadamente portuguesas. O trabalho pioneiro de Arlindo Chilundo, publicado em 1989, foi o nosso ponto de partida<sup>18</sup>. O autor moçambicano foi o primeiro a organizar em linhas gerais o comércio lícito em Moçambique, dando nome aos produtos exportados e levantando as primeiras estatísticas. O trabalho de Chilundo e a data da sua publicação (1989) expuseram, contudo, a falta de estudos semelhantes para Moçambique. Autores como George Brooks, por exemplo, 24 anos antes já publicava trabalhos na mesma linha para a África Ocidental<sup>19</sup>.

O *Boletim Oficial de Moçambique*, que passou a ser editado no dia 13 de maio de 1854, publicou quase que sistematicamente os volumes das exportações de diferentes portos da futura província. Os primeiros números saíram com o título de *Boletim do Governo da Província de Moçambique*; poucos anos mais tarde, a partir do número 40 (03/10/1857), como *Boletim do Governo Geral da Província de Moçambique*; e a partir de 1860 como *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Moçambique*. Apesar das lacunas existentes, as análises e a sistematização dos dados impressos no *Boletim Oficial* colocaram-se como a principal base deste trabalho. Também fazem parte do corpus documental que nos possibilitou a configuração das estatísticas apresentadas as *Estatísticas das alfadegas da província de Moçambique* e os inúmeros relatórios de funcionários públicos portugueses, principalmente dos governadores, como também do diplomata britânico Henry O'Neill, que nos deixou uma apreciável descrição do cultivo do amendoim e do gergelim em Moçambique.

Arriscando-se num estudo de história econômica, interessa-nos reter o sistema de produção, de circulação e de exportação das sementes ricas em gorduras propícias à fabricação de óleo, sabões e alimentos exportadas para as fábricas da Europa, nomeadamente à cidade de Marselha. Quem organizou tal comércio? De que maneira? E como se produziram as oleaginosas destinadas ao mercado externo?

Por outro lado também entender exatamente o rol que tiveram os indianos e árabes neste comércio, suas relações com os produtores africanos e como se inseriram neste

---

<sup>18</sup> Arlindo Chilundo, 'Quando começou o comércio das oleaginosas em Moçambique? Levantamento estatístico da produção e exportação no período entre 1850-1875', in *I Reunião Internacional de História de África. Relações Europa-África no 3º quartel do Séc. XIX* (atas), Lisboa, IICT, 1989, pp. 511-523.

<sup>19</sup> George E. Brooks, *op. cit.*, pp. 29-54. Também nos falta para Moçambique trabalhos como o da historiadora Isabel Castro Henriques, autora de uma extensa e original tese de doutorado (1993) sobre o espaço angolano Oitocentista, em que abordou as estratégias africanas justamente no momento em que a economia africana passava a ser marcada majoritariamente pelo comércio lícito. Mas talvez o maior contributo do estudo de Castro Henriques tenha sido "recuperar", no plano do estudo das ciências sociais, a racionalidade, nomeadamente, das relações comerciais das sociedades africanas, que foram forçosamente subvertidas tanto pelo comércio de escravos como pela colonização. Isabel Castro Henriques, *Percursos da Modernidade...*

movimento comercial que, por um lado, colocava novos desafios aos seus participantes e, por outro, demonstrava uma continuidade das relações e dinâmicas desde muito existentes na costa oriental africana.

---

1. “Moçambique” no século XIX:  
do comércio de escravos ao  
comércio legítimo

---



Moçambique viveu uma situação, se comparada à África Ocidental, paradoxal no século XIX: o aumento do tráfico de escravos, enquanto que as pressões pelo fim do mesmo fizeram minguar a saída de escravos, a partir da costa ocidental, ainda na primeira metade do século. A demanda pela mão de obra escrava nas ilhas produtoras de açúcar do Índico, ainda no século XVIII, fez crescer o número de caravanas, incentivadas, principalmente, pelos árabes ou pelos africanos islamizados da costa, a percorrerem longas distâncias pelo interior do continente em busca das suas “mercadorias”, chegando até mesmo ao outro lado do lago Niassa<sup>20</sup>. Mais tarde, a própria dificuldade de se conseguir escravos na costa ocidental fez com que os negreiros americanos se voltassem a Moçambique, como último recursos para abastecer de mão de obra escrava as plantações do Brasil, dos EUA e de Cuba antes do fim definitivo do tráfico atlântico. Muitos historiadores se referiram a essa situação contraditória como uma das grandes ironias do século XIX<sup>21</sup>.

### 1.1. Os africanos e o tráfico de escravos do Índico

Ao contrário da costa ocidental, o tráfico no Índico, ainda que mais antigo, somente ganhou a mesma dimensão bem depois de já haver sido estabelecido um comércio regular e de grandes proporções para a América. No princípio do século XIX, quando as restrições ao tráfico praticamente não existiam, uma média de 10 a 15 mil escravos saíam anualmente da costa oriental. Por volta de 1860, quando os britânicos já patrulhavam parte da costa, essa cifra chegou a 20 mil. Números que continuaram elevados nas duas décadas seguintes<sup>22</sup>.

A proibição de comercializar com nações estrangeiras foi letra morta para os funcionários da coroa portuguesa, como bem puderam verificar os franceses, que em 1730 já eram assíduos frequentadores da ilha de Moçambique, Inhambane, Quelimane e, fundamentalmente, das ilhas de Cabo Delgado. Os capitães-generais, magistrados e governadores dos portos subalternos participavam ativamente desse comércio, apesar da proibição de acesso aos portos portugueses, imposta desde Lisboa, às armações estrangeiras, origem de importantes negreiros. Os funcionários portugueses destacados em

---

<sup>20</sup> Assim como o comércio de escravo, também o de marfim assentou-se sobre o chamado “grande comércio” ou comércio de caravana. Comerciando tanto com Zanzibar como com o porto de Quelimane, segundo o relato de Augusto Cardoso, que participou da famosa expedição de Serpa Pinto, os “mouros” alcançavam o “paiz a W. [oeste] do lago Nhassa, que é o paiz do marfim por excellencia.” Augusto Cardoso, *Conferencia*, Lisboa, Typ. Adolpho Modesto, 1887, p. 31.

<sup>21</sup> Philip Curtin et al., *op. cit.*, p. 392.

<sup>22</sup> *Ibidem*, pp. 401-402.

Moçambique alegavam, para justificar o comércio com navios estrangeiros, a necessidade de recorrerem aos produtos de consumo que somente os estrangeiros podiam fornecer, nomeadamente os franceses<sup>23</sup>.

Para o funcionamento do tráfico clandestino de escravos era fundamental o contato com as redes ao longo da costa. No norte, as comunidades islâmicas desempenharam esse papel, enquanto que mais ao sul as famílias afro-portuguesas, geralmente detentoras dos prazos, garantiram o abastecimento, sempre contando com a benevolência dos governadores.

Era tão estendido o negócio do tráfico de escravos que um visitante que esteve em Quelimane, no início da década de 1840, constatou como os afro-portugueses arriscavam todo o seu capital nesse “jogo”. Ganhando, conseguiriam duplicar o investimento; perdendo, poderiam sempre tentar outra vez<sup>24</sup>. Vinte anos mais tarde, outro visitante que esteve na Ilha de Moçambique assim descreveu o vigor desse comércio:

*duas ou três embarcações árabes, autênticos juncos em miniatura, ou melhor, caixões de escravos, e uma barca francesa prestes a receber a sua carga viva. Havia ainda uma escuma da armada portuguesa (que, por seu turno, não teria quaisquer problemas em levar a cabo um pouco de comércio ilegal), e uma outra escuma de péssimo aspecto, esta pertencente a um mercador de Moçambique<sup>25</sup>.*

A necessidade em abastecer esse comércio elevou substancialmente o número de africanos que caíram na rede do tráfico acusados de feitiçaria. O oficial português e ex-governador de Sofala e Tete, António Cândido Pedrosa Gamitto, relatou em uma publicação de 1857, que uma quarta parte dos escravos exportados de Moçambique era

---

<sup>23</sup> O século XIX viu importantes acontecimentos que pareciam apontar para o fim do trabalho escravo, mas não obstante todas as mudanças legais e as novas nomenclaturas, a exploração do homem africano prosseguiria por praticamente um século e meio para além das primeiras leis antitráfico aprovadas por países europeus. O trabalho forçados nas colônias portuguesas ou os *libres engagés* franceses foram outras formas de dar continuidade à exploração desta mão de obra. O alvorecer de uma legislação que procurou mediar o fim do tráfico com o início da colonização não foi capaz de romper definitivamente com o peso da escravidão no continente. Nesse sentido, a historiadora Isabel Castro Henriques chega a afirmar que a escravidão, em Angola, — e podemos generalizar para Moçambique também — somente terminou com a independência em 1975. Os “serviçais de São Tomé”, por exemplo, continuaram sendo recrutados em Moçambique até os últimos anos da dominação colonial. A respeito da escravidão em Angola e Moçambique ver, respectivamente, entre outros Isabel Castro Henriques, ‘A Rota dos Escravos: Angola e a rede do comércio negreiro (Sécs. XV a XIX)’, in João Medina; Isabel Castro Henriques, *A Rota dos Escravos: Angola e a rede do comércio negreiro*, Lisboa, Cegia, 1996, pp. 81-203; José Capela, ‘O problema da escravatura...’, pp. 51-63. Especificamente sobre a questão dos “serviçais de São Tomé” ver p. 62.

<sup>24</sup> Apud Malyn Newitt, *op. cit.*, p. 251

<sup>25</sup> Apud *Ibidem*.

objeto de algum tipo de acusação de feitiçaria na sua comunidade de origem<sup>26</sup>. Esse caráter punitivo na venda de escravos revela a importância que tiveram os dirigentes tradicionais na sobrevivência do tráfico de escravos e, a deturpação que esse comércio fez das práticas culturais no continente.

Uma das singularidades que caracterizou o tráfico de escravos no século XIX, na parte oriental do continente africano, foi que, à diferença da costa atlântica, só a partir desse momento as exportações ganharam uma importância significativa. As pressões militares por parte da Grã-Bretanha, que na costa ocidental começaram a surtir efeitos com o suprimento do tráfico ao norte do Equador — visto também o Império de Sua Majestade ter sido responsável por uma parte volumosa do tráfico antes de se decidir acabar com ele —, fizeram com que a busca de escravos se deslocasse para o sul de Angola e para a costa oriental.

Esse aumento veio de mãos dadas com a expansão das economias de plantação nas ilhas da Maurícia, Reunião e Zanzibar. Os acordos entre os britânicos e a ilha de Zanzibar para promover o abolicionismo acabaram por gerar, em curto prazo, um aumento do número de escravos, visto que, se por um lado houve perda do seu atrativo para exportação, por outro, o seu uso em atividades internas foi encorajado, pois as populações do litoral se deram rapidamente conta das vantagens da mão de obra escrava para garantirem o aumento da produção.

Os portugueses sempre se mostraram contrários à utilização de armas de fogo como moeda para o comércio com a África Oriental. Mas assim que os franceses começaram a procurar escravos africanos ao norte da ilha de Moçambique, rapidamente essas armas acabaram entrando no circuito comercial, gerando um maior número de escravos prisioneiros em consequência de rivalidades e guerras. Essas armas, que também serviram para o abate de paquidermes, contribuindo para o aumento dos rendimentos no comércio do marfim, acabaram armando um grande número de exércitos privados e profissionais, pagos com o saque das populações ou com os artigos estrangeiros, ou com uma combinação dos dois. A acumulação de armas nas mãos de grupos que, desde longa data, vinham-se destacando pela caça e pelo comércio de marfim, transformou-os em poderosos escravizadores africanos.

Encontramos esses grupos no norte de Moçambique, onde estavam as chefaturas ajauas (mapas 8 e 11), estendendo-se até o lago Niassa e formando grupos homogêneos e

---

<sup>26</sup> Apud António Rita-Ferreira, 'A sobrevivência do mais fraco: Moçambique no 3º quartel do século XIX', in *I Reunião Internacional de História de África. Relações Europa-África no 3º quartel do séc. XIX* (atas), Lisboa, IICT, 1989, pp. 299-348, p. 319.

sem um poder centralizado. Para essas comunidades, a posse de armas e de pólvora facilitou o abate de elefantes, o controle sobre as caravanas que se dirigiram aos portos e também a captura de escravos, principalmente em volta do Niassa. Já na área que viria a ser designada de Zambézia, no centro de Moçambique, foram os *achicunda* (sig. *chicunda*), escravos dos senhores das terras "emprazadas" (prazos), que iriam formar poderosos grupos armados. Quando o tráfico chegou ao interior, esses grupos a serviço dos senhores de prazos, ou até mesmo para si, fizeram um grande número de escravos. De caçadores de elefantes passaram também a caçadores de escravos. É importante salientar que, nesse contexto, esses grupos de escravos dos senhores dos prazos acabaram adquirindo uma identidade e, não poucas vezes, reclamaram (até com o uso de armas) a sucessão de muitos prazos.

José Capela sugere que, até o fim do século XIX, o comércio em Moçambique encontrava-se dependente das armas e munições. Essa dependência teria sido um dos motivos que levaram em 1889 a derrogar uma lei, menos de um ano depois de aprovada, que permitia aos ingleses o bloqueio da chamada costa portuguesa da África Oriental com o objetivo de impedir o comércio de armas, munições e de escravos. As autoridades argumentavam que tal lei estava imobilizando o comércio do interior. O governador de Tete, assim se referia a esse conflito de interesses:

*Ora como é só este comércio que sustenta na sua maior parte as transações da Alta Zambézia, a promulgação desta lei acaba e um grande número de negociantes terá de buscar outro ramo para auferirem melhores lucros<sup>27</sup>.*

Moçambique sofreu diretamente as consequências das políticas abolicionistas a partir do fim do século XVIII, mas diferente do que se podia esperar, o tráfico conheceu na África Oriental um importante aumento a partir de então. Ao menos em Moçambique, ainda que em menor intensidade, o tráfico permaneceu até o início da colonização portuguesa no fim do século XIX, quando sistemas análogas à escravidão foram criadas para dar continuidade à exploração da força de trabalho dos africanos.

---

<sup>27</sup> Apud José Capela. 'O Ultimátum na perspectiva de Moçambique. As questões comerciais subjacentes', in *Moçambique: navegações, comércio e técnicas* (atas), Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane de Maputo; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, pp. 261-279, p. 275.

## 1.2. O tráfico de escravos e a legislação portuguesa

O tráfico de escravos, apesar das bem intencionadas leis, continuou sendo praticado, entre outros motivos, porque a própria escravidão ainda estava vigente, fazendo do tráfico apenas um braço do sistema escravista. As leis promulgadas, com o intuito de acabar definitivamente com a escravidão, não encontraram melhor sorte que as que pretendiam acabar com o tráfico propriamente dito. Uma após outra foram sendo publicadas, mas os resultados foram realmente irrisórios.

Em 1854, um decreto obrigava o registro de todos os escravos na província de Moçambique, ao tempo em que eram considerados libertos os que não fossem assumidos pelos seus patrões. Poucos foram os que tiveram o trabalho de cumprir a lei e quase nenhum escravo foi alforriado. Quatro anos mais tarde, em 1858, decretou-se a total extinção da escravidão, não imediata, mas para daí a vinte anos. Já no ano seguinte (1859) decidiu-se por abolir desde logo a escravidão em todo o território português, no entanto, os novos libertos eram obrigados a servirem durante dez anos aos seus donos. Finalmente, em 1875, outro decreto legislou sobre o tema da escravidão e da servidão dos libertos (para o ano seguinte), estabelecendo a tutela pública até abril de 1878<sup>28</sup>.

Burlar as leis que pretendiam interromper o tráfico de escravos foi algo que negreiros portugueses, brasileiros, estadunidenses, espanhóis, franceses e árabes fizeram durante décadas. Para além do suposto fim da escravidão, o acontecimento mais marcante da segunda metade do século XIX foi a interrupção do comércio negreiro, que atravessou o Atlântico por praticamente cinco séculos, desde que os castelhanos levaram o primeiro carregamento humano a Cuba. Curiosamente, também a Cuba teria chegado o último desses carregamentos para as Américas partindo de Moçambique, quando em

---

<sup>28</sup> Estas idas e vindas da legislação portuguesa foi um reflexo da ferrenha defesa dos interesses da burguesia colonial, relutante à abolição do tráfico. No campo da macroeconomia, segundo Adelino Torres, sobrevivia em Portugal e nas suas pretendidas colônias os alicerces do mercantilismo, ou melhor, de um protocapitalismo. E assim seria até a Segunda Grande Guerra. Isso poderia ser confirmado, ainda segundo o autor, pela ausência dos três pilares fundamentais para a implantação de uma economia capitalista e que não existiu em nenhuma das colônias portuguesas: 1) trabalho assalariado e livre; 2) mercado interno mais ou menos integrado e; 3) circulação de moeda fiduciária, Adelino Torres, *O império português entre o real e o imaginário*, Escher, Lisboa, 1991, pp. 33-50. Já para o historiador Valdemir Zamparoni é justamente o contrário: essa realidade não era exclusiva das possessões portuguesas, ocorrendo o mesmo nas colônias francesas, belga e britânica, Valdemir Zamparoni, *De escravo a cozinheiro. Colonialismo e racismo em Moçambique*, EDUFBA/CEAO, Salvador, 2007, pp. 37-40.

*Fevereiro de 1858, 320 negros desfilaram pela praça do porto de Inhambane e embarcaram, às 10 horas da manhã, a 10 braços de distância da sentinela, para um barco negreiro espanhol<sup>29</sup>.*

Definitivamente chegava ao fim uma das atividades comerciais mais importantes para o desenvolvimento do mercantilismo e, por conseguinte, do capitalismo<sup>30</sup>.

No que diz respeito a Moçambique podemos dizer que o chamado tráfico ilícito começou no dia 10 de Dezembro de 1836, quando Sá da Bandeira declarou oficialmente o fim do tráfico de escravos em todas as possessões portuguesas. Entre as leis aprovadas em Lisboa e a sua aplicação real nos enclaves portugueses da África Oriental, a distância parecia imensurável. O marquês de Aracaty, Carlos Augusto de Oyenhausen e Gravenburg, governador-geral (1836-1837) e responsável primeiro pelo cumprimento do decreto, não só suspendeu a sua execução como chegou mesmo a regulamentar o tráfico. Quatro anos mais tarde, outro governador-geral, Pereira Marinho (1840-1841), que finalmente tentou aplicar a lei, foi exonerado e substituído por um importante negreiro, João da Costa Xavier (1841-1843), apenas um ano depois de ter tomado posse. Somente dezesseis anos depois da exoneração de Pereira Marinho assumiria como governador-geral de Moçambique um antiescravista convicto: João Tavares de Almeida (1857-1864).

Depois de estar operando ativamente durante toda a década de 1840 com barcos brasileiros e estadunidenses, o tráfico de escravos em Moçambique, que cruzava o Atlântico, começou a conhecer definitivamente o seu fim com a chegada da segunda metade do século XIX. Os brasileiros encerraram praticamente o tráfico na década de 1850 (com a aprovação da Lei Euzebio de Queiroz, em setembro de 1850), enquanto Cuba e os Estados Unidos continuaram a importar grandes contingentes de escravos por mais uma década<sup>31</sup>. Uma vez esgotado o tráfico no Atlântico, o Índico foi o palco dos últimos suspiros das exportações escravistas para além dos limites africanos.

Tudo isso vinha ocorrendo principalmente em função das pressões inglesas, pois a Inglaterra era a principal interessada no seu fim. Uma mistura de movimento humanista e de interesses econômicos tinha colocado aquela, que era então a primeira potência mundial, no enalço de Portugal para que seguisse o mesmo exemplo. Antes disso, França (1794), Dinamarca (1803) e os Estados Unidos (1807) tinham proibido o tráfico<sup>32</sup>. A abolição

---

<sup>29</sup> José Capela, ‘O problema da escravatura...’, p. 60.

<sup>30</sup> Cinco ou seis anos mais tarde, e com destino ao Brasil, partiria o último negreiro conhecido da costa angolana.

<sup>31</sup> Malyn Newitt, *op. cit.*, p. 249.

<sup>32</sup> No caso da França, a própria escravidão; contudo, voltaria a legalizá-la e somente em 1802 a proibiria definitivamente.

aprovada pelos britânicos, 23 dias depois que o fizeram os estadunidenses, foi, contudo, a única que realmente gerou um impacto significativo, uma vez que interditou o que seria a metade do tráfico total, além de representar o ponto de partida da disseminação do chamado “humanismo britânico”<sup>33</sup>.

Nessa primeira metade do século XIX, apesar de todas as restrições, o número de escravos saídos de Moçambique aumentou. Apesar da retirada dos ingleses desse comércio, as dificuldades de vigiar os navios negreiros, o controle de posições comerciais costeiras pelos portugueses e, finalmente, a corrida pelo escravo nas fazendas e *plantations* americanas ante o fim do tráfico, levou a um considerável aumento do número de escravos exportados. Do lado moçambicano, a abertura do porto de Quelimane, que passou a contar com importadores brasileiros a partir de 1807, e a facilidade de captura entre os colonos dos prazos da Coroa ajudaram a garantir esse aumento. Esse tráfico de escravos, que conheceu um aumento significativo em meados do século XIX, estender-se-ia ainda por muitos anos, apesar das pressões exercidas tanto pelo *Foreign Office* como pelo Terreiro do Paço.

Em 1881, na Sociedade de Geografia de Lisboa, a escravatura ainda era tema de debates e polémicas. Solicitado a dar testemunho sobre a questão em Moçambique, o que ocorreu em reunião da entidade em maio daquele ano, o capitão-tenente Augusto de Castilho assim descreveu a situação:

*Todos se lembram da maneira como um não menos célebre governador do Ibo, iludindo a confiança do Governador-Geral João Tavares de Almeida, conseguiu em poucos meses apurar uma fortuna de 30.000\$000 réis, com embarques de escravos feitos nos portos do seu distrito à grande luz do dia*<sup>34</sup>.

E discorrendo sobre outro episódio acrescentou:

*e por isso não admira que ao passo que aparecia uma denúncia sincera e que se organizava uma expedição, partisse da própria capital o aviso sempre mais veloz, mandando aos traficantes, para que se afastassem quaisquer vestígios do nefando comércio, ou finalmente para que resistissem à mão armada*<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> João Pedro Marques, ‘Manutenção do tráfico de escravos num contexto abolicionista. A diplomacia portuguesa (1807-1819)’, in *Revista Intencional de Estudos Africanos*. Lisboa, nº 10/11, 1989, pp. 65-98, p. 65.

<sup>34</sup> Apud José Capela, *Escravatura...*, p. 282.

<sup>35</sup> Apud *ibidem*.

Quinze anos mais tarde (1896) tomou posse como governador-geral de Moçambique Mouzinho de Albuquerque (1896-1897). Em um dos seus relatórios fez constar a sua intenção de

*ir tomar e ocupar a ilha de Angoche e fazer a ocupação de Moma, em condições de garantir naquele ponto a soberania portuguesa e a repressão do contrabando e tráfico de escravatura*<sup>36</sup>.

Mas não foram apenas os portugueses quem garantiram a continuidade desse comércio que fez sair de Moçambique, para vários destinos, mais de 160.000 escravos na última metade do século XIX<sup>37</sup>. A participação dos árabes — que já praticavam o tráfico bem antes da chegada dos portugueses ao Índico — e dos franceses foi também fundamental para o alargamento de dita atividade na costa oriental.

Utilizando os pequenos portos acessíveis às suas embarcações de origem asiática — os famosos pangaios<sup>38</sup> —, os muçulmanos de Zanzibar e Madagascar permaneceram no tráfico de escravos na costa de Moçambique até as primeiras décadas do século XX. Enquanto que os franceses, a partir de 1854, para darem uma aparência de trabalhadores livres a esses escravos, nomearam-nos *libres engagés*.

### 1.3. A “redescoberta” de Moçambique por Portugal<sup>39</sup>

Com a abolição do tráfico (1836/1842)<sup>40</sup>, pelo menos em termos oficiais, Moçambique perdeu a sua mais valiosa fonte de receita. A taxa executada nas alfândegas sobre a venda de escravos representava o mais importante do volume arrecadado pelo Estado português na costa oriental africana. Ironicamente, as sucessivas leis visando ao estancamento do tráfico surgiram exatamente (e também como consequência das mesmas) no momento em que Moçambique vivia o auge do tráfico, ou melhor dito, do contrabando de escravos. Ao não ser contabilizado oficialmente, o Estado perdeu a possibilidade de ver as suas arcas acompanharem os ganhos desse aumento.

---

<sup>36</sup> Apud *ibidem*, p. 283.

<sup>37</sup> José Capela, ‘O problema da escravatura...’, p. 58.

<sup>38</sup> Muito utilizado devido a sua extrema versatilidade, tanto para a navegação de cabotagem, ao longo de praticamente toda a costa oriental africana, como também para a fluvial.

<sup>39</sup> Depois da Índia e do Brasil (que conquistou a independência em 1822), os portugueses volveram-se para o seu Terceiro Império, ou seja, as suas pretendidas colônias africanas.

<sup>40</sup> Em 1836 Portugal proibiu o tráfico de escravos a partir dos seus territórios, e em 1842 assinou com a Inglaterra um acordo recíproco de vigilância marítima com o intuito de combaterem o tráfico.

Diante da situação de enormes dificuldades econômicas, que já era crítica, devido ao abandono por parte de um Estado incapaz de afrontar as despesas inerentes a qualquer projeto de colonização, Portugal teve que buscar novas alternativas de recursos. O comércio continuava sendo a única via possível. Mas comercializar o quê? Não havia a mínima possibilidade de, num espaço de tempo razoável, criar em Moçambique uma indústria ou explorar grandes extensões de terra no formato de *plantation*. Aliás, Moçambique como colônia ainda era um projeto e suas populações encontravam-se longe de estarem enquadradas politicamente.

A saída mais plausível foi estimular o negócio de produtos já recorrentes entre as mercadorias comercializadas na região, assim como promover o comércio de gêneros que pudessem ser atrativos ao mercado internacional. Era o início do chamado comércio lícito ou legítimo, em oposição ao, agora, abjeto tráfico de escravos.

Após a abolição do tráfico, ou melhor, da impossibilidade do Estado Português de continuar taxando dita atividade,

*urgia a necessidade de se encontrar outra fonte de receitas mais ou menos estável. Até então, todo o tipo de receitas era proveniente das taxas alfandegárias sobre a exportação de escravos. Não existia, na colônia, nenhum plano de produção nem agrícola nem industrial que pudesse, logo de imediato, obviar a falta gritante de receitas pecuniárias. Retomou-se e, até certo ponto, privilegiou-se o comércio de marfim e de produtos de origem agrícola<sup>41</sup>.*

Em uma notícia publicada ainda em 1856, no *Boletim Oficial*, podemos ver as esperanças depositadas, por parte dos funcionários portugueses, na produção agrícola como meio de desenvolver o comércio em Moçambique. Também podemos constatar a insignificância, pelo menos neste momento, desse comércio agrícola para as arcas das alfândegas:

*Pela última lancha do Ibo fomos informados de que os habitantes d'aquella ilha, que até agora se não davam a agricultura, fazendo apenas muito poucas e muito pouco variadas plantações, lhe deram este anno mais desenvolvimento, e parecem inclinados a tornarem-se verdadeiramente agricultores. Esta notícia foi-nos por extremo aprazível,*

---

<sup>41</sup> Arlindo Chilundo, 'Quando começou o comércio...', p. 512.

*e desejaremos recebê-las iguaes de todos os pontos da Província, pois que, no nosso entender, é a agricultura a fonte única donde há-de dimanar a sua prosperidade...*<sup>42</sup>.

Três anos antes, porém, o governo português já tinha começado a tomar as primeiras medidas com o intuito de estimular o comércio de produtos moçambicanos. Em 1853, foi decretada uma série de leis, que passaram a vigorar no ano seguinte, permitindo a entrada nos portos de Moçambique de navios estrangeiros. A liberalização dos portos atraiu o interesse de casas comerciais europeias, que passaram a se instalar na ilha de Moçambique, primeiramente, abrindo depois filiais nos principais portos da costa moçambicana.

Foram, sobretudo, as casas comerciais francesas as que marcaram maior presença em Moçambique, interessadas, ainda nos primeiros anos, no comércio de cauril e no transporte dos *libres engagés* para as ilhas do oceano Índico. Posteriormente os franceses passaram a dedicar-se cada vez mais ao incipiente comércio das sementes oleaginosas, principalmente de gergelim e amendoim<sup>43</sup>.

Em abril de 1855, o representante das casas francesas *Victor Regis e Augustin Fabre et Fils* publicou um anúncio em que demonstrava o seu interesse na compra de cauril, urzela<sup>44</sup>, coco, copra, gergelim, cera e “outros que não estão na lista aqui”:

*As casas dos Senhores Victor Regis ainé e Augustin Fabre e filhos = de Marselha=, representada (sic) em Moçambique por Antonio Michel da mesma cidade, tem a honra d'informar ao Publico que compra os productos do país pelo preço seguinte...*<sup>45</sup>.

A predominância das casas francesas estava relacionada diretamente aos acordos celebrados em 1853, uma vez que estes diziam respeito fundamentalmente às relações entre Portugal e França. Em março daquele ano os dois países assinaram um tratado que legislava, entre outros assuntos, sobre os direitos de navegação e comércio a serem seguidos pelas alfândegas dos “Portos onde são admitidas embarcações estrangeiras” entre

---

<sup>42</sup> Apud *ibidem*, p. 512.

<sup>43</sup> Malyn Newitt, *História de Moçambique...*, p. 293; Aurélio Rocha, 'Resistência em Moçambique: o caso dos Suaíli, 1850-1913', in *I Reunião Internacional de História de África...*, pp. 581-615, p. 595; Arlindo Chilundo, *op. cit.*, pp. 513-514; René Pélissier, *História de Moçambique: formação e oposição (1854-1918)*, vol. I, Lisboa, Estampa, 1987, p. 47.

<sup>44</sup> Espécie de líquen tintureiro (*Roccela tinctoria*) encontrado em rochas costeiras muito utilizadas à época por produzir um corante de cor púrpura empregado para tingir principalmente têxteis. O primeiro carregamento de urzela para Lisboa ocorreu em 1841, mas somente a partir da década de 1860 a sua exportação tornou-se rentável, uma vez que a que era produzida nas ilhas do Atlântico, nomeadamente Cabo Verde, era muito mais barata. Gerhard Liesegang, 'A first look at the import...' p. 467; Valdemir Zamparoni, *De escravo a cozinheiro...*, nota 8, p. 29.

<sup>45</sup> B.O. 14, 04/04/1855, p. 56; Ver também Arlindo Chilundo, *op. cit.*, p. 514.

os dois países<sup>46</sup>. O conjunto de artigos do tratado garantia a “recíproca liberdade de commercio e de navegação entre os habitantes dos dois paizes” (artigo 3º)<sup>47</sup>; o tratamento igualitário aos navios de ambos os países, uma vez que “não será concedido aos navios nacionaes, em cada um dos dois Estados, nenhum privilegio ou favor que não seja igualmente concedido aos navios da outra Potencia” (artigo 6º)<sup>48</sup>; e finalmente, para o que nos interessa, a reciprocidade no que concerne aos direitos de comércio entre negociantes portugueses e franceses.

*Art. 18º Os navios francezes poderão exportar de todas as possessões de Portugal quaesquer mercadorias cuja exportação destas possessões em navios que não sejam portuguezes não for prohibida; e os ditos navios, e as ditas mercadorias exportadas nestes navios não serão sujeitas a maiores direitos, ou a outros direitos que não sejam aquelles a que estiverem sujeitos os navios da Nação mais favorecida, quando exportarem as ditas mercadorias, e as proprias ditas mercadorias; e terão direito aos mesmos premios, restituição de direitos, e outras concessões desta natureza que possam pretender os navios da Nação mais favorecida.*

*São concedidas reciprocamente em todas as possessões de França as mesmas facilidades e privilegios para a exportação, em navios portuguezes, de quaesquer mercadorias cuja exportação dessas possessões não for prohibida em navios não francezes<sup>49</sup>.*

Os tratados celebrados em Lisboa ou em Paris pouco importavam diretamente às populações que viviam em Moçambique, pelo menos no que dizia respeito às questões mais cotidianas. Vender os seus produtos para Portugal, França, Estados Unidos, Índia ou outra potência qualquer não modificava o *status quo* dos produtores africanos. Suas vidas continuavam sendo regidas por outras leis e o seu comércio organizado sobre outra óptica. No mais, eram leis feitas por europeus e para europeus, para serem aplicadas, pelo menos na costa oriental africana, nos diminutos domínios portugueses militarizados do litoral. O principal deles, o distrito de Moçambique, que

---

<sup>46</sup> Para ver a íntegra do Tratado e seus 35 artigos: B.O. 35, 01/09/1855, pp. 137-138; 36, 08/09/1855, p. 142; 37, 15/09/1855, pp. 147-148; 38, 22/09/1855, pp. 149-150; 39, 29/09/1855, pp. 154-155; 40, 06/10/1855, pp. 159-160; 41, 13/10/1855, pp. 163-164; 42, 20/10/1855, pp. 167-168; 43, 27/10/1855, pp. 170-171; 44, 08/11/1855, p. 175; 45, 10/11/1855, pp. 177-178.

<sup>47</sup> B.O. 36, 08/09/1855, p. 142

<sup>48</sup> B.O. 37, 15/09/1855, p. 147.

<sup>49</sup> B.O. 40, 06/10/1855, p. 159; Arlindo Chilundo, *op. cit.*, p. 513.

*desse tempo [década de 1850] se limitava, as mais das vezes, à sede e ao território circunvizinho em que o Exército podia avançar sem dificuldades, o que raramente ia além de alguns quilómetros*<sup>50</sup>.

Mesmo assim, e como prelúdio da ocupação colonial que viria décadas mais tarde, os interesses e as leis feitas na Europa começavam a ter impacto na vida das populações africanas, ao criar pressões externas sobre a produção local, influenciando tanto na demanda quanto no *modus operandi* do comércio local. Ainda estamos num período em que o controle político continua nas mãos dos africanos, apesar das mudanças introduzidas pelo nascente comércio lícito, pelo maior conhecimento do continente através das expedições científicas e pelas mudanças na economia mundial. Mas a nova postura de Portugal e os interesses da indústria europeia começavam a trazer outros desafios às populações africanas. E estas não ficaram imunes à nova realidade.

As mudanças decorrentes da nova postura liberalizante, não somente de Portugal, mas dos países europeus como um todo, geraram condições para o acercamento e instalação de casas comerciais europeias na costa moçambicana, que buscavam ampliar os seus negócios também no lado oriental do continente. As sementes oleosas, principalmente o amendoim e o gergelim, tornaram-se em pouco tempo, os principais produtos comercializados na costa. Produtos que, até pouco tempo atrás, quase não motivavam os produtores locais, apesar de um antigo comércio de óleos vegetais existente na região.

A promoção do comércio lícito, em substituição ao tráfico, funcionou também como um importante catalisador para profundas mudanças no seio das sociedades africanas. Estas transformações, pelo menos no domínio econômico, foram desencadeadas fundamentalmente pela nova fase do capitalismo ocidental; já no que concerne às mudanças políticas, como bem lembra Elikia M'Bokolo, “tiveram as suas funções motrizes assenciais na própria África”<sup>51</sup>. O resultado do trabalho realizado por um reduzido número de pessoas, fundamentalmente no seio de unidades familiares, ganhou a possibilidade de entrar agora num circuito comercial internacional em forte expansão, dando um maior protagonismo aos produtores africanos.

---

<sup>50</sup> René Pélissier, *op. cit.*, p. 54.

<sup>51</sup> Elikia M'Bokolo, *op. cit.*, p. 15.

## 1.4. O comércio lícito em Moçambique

Em função de uma série de acontecimentos, o meado da década de 1850 pode ser considerado o início de um novo período para a História de Moçambique<sup>52</sup>. As mudanças deram-se, sobretudo, pela nova postura liberalizante de Portugal, refletida na chegada de compradores europeus e no aumento importante do crédito disponível<sup>53</sup>; pela demanda de gêneros já conhecidos pelos produtores africanos, mas reclamados agora em quantidades significativamente maiores; pelo cerco ao tráfico de escravos, apesar da sua sobrevivência até o fim do século, quando definitivamente tornou-se marginal; e, finalmente, pelo *Scramble for Africa* desencadeado pelos países europeus no último quartel do século, simbolizado na Conferência de Berlim<sup>54</sup>. No plano mais local, mas também de importante impacto na sua História, Moçambique viveu, na segunda metade da década de 1850, o mandato do governador-geral Vasco Guedes de Carvalho e Menezes (1854-1857), a instalação da primeira oficina de impressão (que passou a publicar a partir de 13 de maio de 1854 o *Boletim do Governo da Província Moçambique*), a abertura dos portos aos navios estrangeiros (1853-1854), e a “descoberta” de Moçambique por David Livingstone, que chegou à Zambézia, vindo de Luanda, em 1856<sup>55</sup>. Todas essas mudanças deram início a um curto período de tempo, em termos históricos, mas com significados e consequências importantes para os desdobramentos do futuro Estado Moderno de Moçambique.

Esse “ponto de partida” deu-se, segundo Pélissier, num momento em que, na costa oriental africana reclamada por Portugal, “já nada mais havia a não ser despojos”<sup>56</sup>. E mais,

---

<sup>52</sup> Arlindo Chilundo, *op. cit.*, p. 512; René Pélissier, *op. cit.*, pp. 44-47; Malyn Newitt, *op. cit.*, p. 291.

<sup>53</sup> O crédito oferecido pelas casas comerciais europeias, principalmente as francesas, foi um dinamizador importante do comércio das sementes oleaginosas. Com as quantias adiantadas por estas casas, os comerciantes adquiriam os produtos utilizados nas permutas com os produtores africanos. Quando este crédito não chegava às mãos dos comerciantes, ou era insuficiente, o comércio via-se paralisado. Foi o que aconteceu no distrito de Inhambane, em 1874, depois que as casas francesas, a acreditar em um relatório daquele ano, “recusaram-se a fazer mais adiantamentos de fazendas ou numerario, sem o que não podem os mercadores obter os productos do interior”. Ernesto Jardim de Vilhena, *Companhia do Nyassa...*, p. 64. A oferta de crédito constituiu-se em um dinamizador importante do comércio entre africanos e europeus, pelo menos desde o início do século XIX, em praticamente toda a África: Ver por exemplo para o caso de Angola, Isabel Castro Henriques, *Os Pilares da Diferença...*, nota 12, p. 397-398.

<sup>54</sup> Outra mudança que teve um impacto importante, como bem lembra Newitt, foi “a revolução mineira sul-africana”. A exploração das minas fez-se com a utilização de grandes contingentes de mão de obra fincadas no sul de Moçambique, com repercussões inclusive na região do Zambeze. A imigração, a monetarização da economia e as políticas portuguesas para o controle do fluxo de trabalhadores e dos seus recursos econômicos foram a tônica dos novos desdobramentos históricos no sul da província, que à diferença das outras mudanças, que se verificou em um longo período de tempo, a revolução mineira transformou a economia da região com enorme rapidez, Malyn Newitt, *op. cit.*, p. 291.

<sup>55</sup> René Pélissier, *op. cit.*, pp. 44-47.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 47.

*O Moçambique de Portugal existia somente na nostalgia dos governadores de Moçambique, na sombra de meia dúzia de fortalezas continentais e no sentimento não desinteressado, e sujeito a eclipses, de um punhado de traficantes de escravos e/ou de senhores da guerra, alguns dos quais em vias de uma inexorável bantonização*<sup>57</sup>.

A primeira das transformações foi, sem dúvida, o início do comércio de sementes oleosas. De pouco valor em termos de volume, passou a figurar como o principal produto exportado pelas alfândegas nas décadas seguintes. As sementes, se de um lado não pagavam grandes valores alfandegários quando embarcadas, à diferença do marfim, por exemplo, de outro, geravam importantes valores na cobrança efetuada sobre os gêneros importados necessários à aquisição, por meio de permuta, sobretudo dos tecidos. Em outras palavras, era sobre as importações, necessárias para a aquisição das oleaginosas, que recaía o mais importante das taxas alfandegárias.

Logo após a instalação das primeiras casas comerciais na ilha de Moçambique, e das primeiras exportações de produtos de origem vegetal, o ex-governador geral João Tavares de Almeida (1857-1864) enviou à Exposição Universal de Londres, realizada em 1862, amostras de produtos moçambicanos. A relação mostrava a existência de excedentes que poderiam entrar no mercado internacional. Entre os gêneros enviados figuravam pequenas quantidades de gergelim e amendoim, além de outros produtos como arroz, mandioca, *chibamba* (espécie de feijão), tabaco, vinagre de caju, coco etc<sup>58</sup>.

O novo comércio também modificou as relações internas de poder nas regiões produtoras. A produção foi garantida por pequenos produtores, geralmente no seio de núcleos familiares, que podiam por si só negociar o excedente diretamente com os intermediários das casas comerciais. Essa prática significou um duro golpe aos chefes africanos que centralizavam o poder e controlavam, até então, o comércio e suas benesses. O produtor africano, morador da costa índica, passou também a ter acesso a toda uma grelha de produtos trazidos do exterior e que, até bem pouco tempo atrás, somente era conseguido pelos que acumulassem poderes políticos suficientes para organizar e autorizar grandes caravanas de marfim e escravo<sup>59</sup>. Esses dois produtos foram os mais difundidos no circuito comercial no interior do continente; e não podiam ser comercializados por indivíduos ou até mesmo por pequenos grupos. A caça e a captura, a

---

<sup>57</sup> *Ibidem*.

<sup>58</sup> António Rita-Ferreira, 'A sobrevivência do mais fraco...', p. 307.

<sup>59</sup> Sobre o impacto econômico e social das grandes caravanas na costa oriental africana ver Philip Curtin [et. al.], *op. cit.*, pp. 396-401.

armazenagem e finalmente o transporte até o litoral somente era possível mediante a mobilização de grandes grupos e por longo período de tempo<sup>60</sup>.

Se é verdade que o comércio lícito possibilitou a entrada de uma enorme quantidade de produtores africanos no mercado internacional, à diferença do que ocorria com o tráfico de escravos, a novo comércio das oleaginosas não deixou de ser, em termos de origem e interesse do capital comprador, uma extensão do secular tráfico de escravos. Tal comércio foi, segundo M'Bokolo,

*simultaneamente a antítese absoluta, o sucessor imediato e o prolongamento directo do comércio negreiro que passara a ser objecto do opróbrio dos Estados industrializados*<sup>61</sup>.

O caso mais paradigmático foi sem dúvida o da casa comercial francesa *Victor Regis*, que na década de 1850 já se encontrava instalada em Moçambique. A sua chegada deu-se inicialmente pelo interesse no transporte dos *libres engagés* destinados à produção de açúcar nas ilhas do Índico, mas, posteriormente, tornar-se-ia uma das principais credoras do comércio de sementes em Moçambique. Resulta que o senhor *Victor*, juntamente com o seu irmão *Louis*, já negociavam na costa ocidental da África desde 1832. Dedicavam-se tanto ao florescente comércio de óleo de palma e outros produtos, como também ao tráfico de escravos, com os seus navios transportando escravos desde a costa ocidental até a Bahia. Os irmãos *Regis* de Marselha também foram os que propuseram ao governo francês a “emigração livre” do Congo com destino às Antilhas Francesas, responsabilizando-se, inclusive, pela sua organização<sup>62</sup>.

Dada a nova conjuntura internacional, desencadeada principalmente na Europa, decorrente do acelerado processo de industrialização e do aumento de consumo das massas trabalhadoras, a procura por matérias-primas encontrou na África um produtor à altura. E Moçambique não ficou indiferente à nova realidade. As pressões pelo fim do tráfico fizeram Portugal modificar a sua postura comercial com relação à sua pretendida província, aceitando a participação de compradores que tinham, à ocasião, não somente interesses pelos produtos moçambicanos, mas principalmente recursos financeiros para tal. O aumento do comércio lícito na costa oriental deu-se, portanto, simultaneamente com o auge do tráfico clandestino de escravos e às pressões por parte dos europeus em aboli-lo<sup>63</sup>.

---

<sup>60</sup> Mark Horton; John Middleton, *The Swahili: the social landscape of a mercantile society*, Oxford, Blackwell Publishers, 2000, pp. 104-105.

<sup>61</sup> Elikia M'Bokolo, *op. cit.*, p. 105.

<sup>62</sup> *Ibidem*, p. 127.

<sup>63</sup> Philip Curtin [et. al.], *op. cit.*, p. 391.

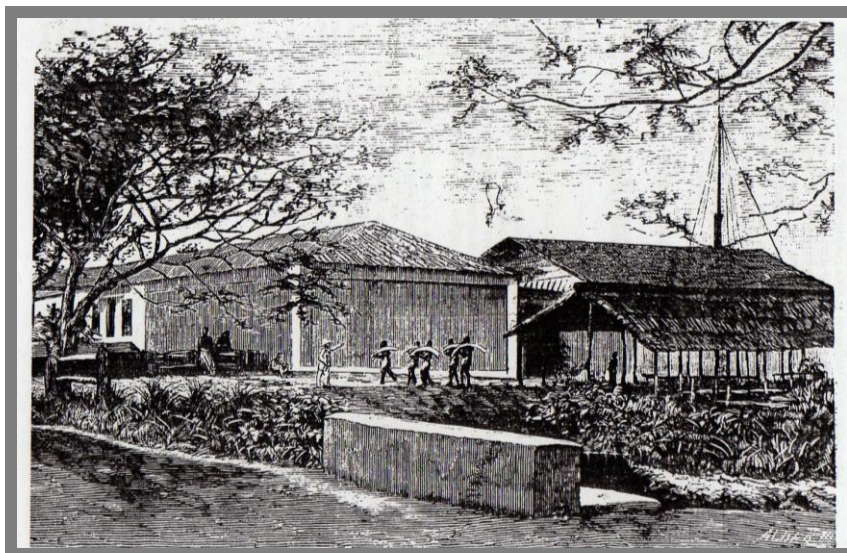


FIGURA 1. “QUILIMANE – FEITORIA REGIS (SEGUNDO UMA PHOTOGRAFIA)”  
*O Occidente – Revista Illustrada de Portugal e do estrangeiro*, 4º anno, vol. IV, n. 95 (11 de Agosto de 1881), p.179.

Moçambique começou assim a experimentar, no fim dos anos 50 do século XIX, um novo tipo de comércio, chamado de “comércio lícito” ou “legal”, ainda dentro de uma enorme autonomia política africana, que marcaria o grosso da atividade econômica na sua costa durante praticamente meio século. Atividade que, mesmo com a ocupação portuguesa, continuou a marcar a exploração econômica de província de Moçambique, juntamente com o trabalho forçado e o controle da terra<sup>64</sup>.

### 1.5. O fim da autonomia política africana em Moçambique

O período abrangido nesta dissertação relaciona-se ao término da autonomia africana no fim do século XIX. Pensando na província de Moçambique, o domínio colonial português apenas concretizou-se em 1920, com o fim das operações militares de ocupação. O aniquilamento da sublevação africana na região do Zambeze, em 1918, (conhecida como Revolta do Barué) e em Cabo Delgado, dois anos mais tarde, representou definitivamente a perda da soberania territorial moçambicana<sup>65</sup>. Antes disso, contudo, algumas regiões já se encontravam sob controle político português, é verdade, e outras se viam cada vez mais

<sup>64</sup> Com relação ao trabalho forçado, Sá da Bandeira propôs que o chefe da família que não cumprisse o pagamento dos impostos em gêneros deveria fazê-lo por meio do trabalho compulsório ao Estado, numa proporção que significasse até o triplo do valor devido. Isso tudo como parte de um projeto para “excitar a população indígena ao trabalho”. Marquez Sá da Bandeira, *O trabalho rural africano e a administração colonial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873, pp. 63-64.

<sup>65</sup> Carlos Serra, ‘Introdução’, in Carlos Serra [et. al.], *História de Moçambique*, Maputo, Tempográfica; Departamento de História da UEM, 1982, vol. I, pp. 23-47, pp. 29-30. Sobre a rebelião do Bauré e a insurgência anti-colonialista entre os povos da Zambézia ver Allem F. Isaacman, *A Tradição de Resistência em Moçambique. O Vale do Zambeze, 1850-1921*, Porto, Afrontamento, 1979, pp. 257-300.

subordinadas aos poderes forâneos. Mas a maior parte de Moçambique ainda achava-se fora do controle externo. A ocupação portuguesa, que se deu a partir do litoral, dos seus antigos pontos fortificados, instalados ao longo de séculos nas costas do continente, completar-se-ia somente muitos anos depois de Moçambique ser declarada nominalmente como uma possessão de Portugal.

O controle português não se deu ao mesmo tempo em todo o território, e mesmo na faixa litorânea que percorre desde o extremo norte de Moçambique até a vila de Inhambane, ao sul, a ocupação não foi homogênea e nem se concretizou ao mesmo tempo. Apesar disso, podemos sublinhar como marco da viragem a década de 1890, quando houve o avanço, de uma ocupação restrita a alguns pontos da costa, para uma ocupação mais efetiva e interiorizada por parte de Portugal.

No plano teórico, Portugal abandonou o discurso liberalizante dos chamados “liberais históricos”, representado, principalmente, pelas ideias de homens como Sá da Bandeira, e que tinha orientado boa parte do século XIX, para aplicar novas leis com o objetivo de dificultar a concorrência comercial de outros países; ocupar e controlar as rotas comerciais do interior; e cobrar impostos e manejar a força de trabalho dos africanos. Já no plano internacional, a largada para a ocupação efetiva do continente, pelas potências econômicas, marcou o início do período colonial e colocou sobre a mesa a necessidade de uma “ocupação efetiva”.

Em 1890, uma parte ainda importante do território moçambicano encontrava-se fora do controle português, ou lutando pela manutenção da sua independência; mas dava-se, por outro lado, o início da reorganização da presença portuguesa, que deixaria definitivamente de ocupar algumas pequenas vilas do litoral, para uma ocupação e controle do território, primeiro na faixa costeira, para em seguida dirigir-se ao interior. Era o início do fim da autonomia africana, da escolha dos produtores africanos de venderem ou não os excedentes das suas produções. A força de trabalho passou a ser o bem mais requisitado pelos colonizadores, interessados tanto na produção de bens para a exportação como na cobrança de impostos compulsórios.

Às portas do reperto colonial, Moçambique ainda era para os portugueses um território não somente a ser conquistado, mas também a ser conhecido. Na região dos macuas, ao norte do vale do Zambeze (ver os mapas 8, 9, 10 e 11), no início da década de 1880, Alfredo Brandão Cró de Castro Ferreri demonstrou o desconhecimento, por parte dos seus pares, sobre os cursos fluviais de importantes rios que cruzavam o interior da

região, próximo ao lago Niassa, ao não saber se dois importantes rios da região (Mululi e Sangaje) tocavam ou não lago Niassa<sup>66</sup>.

A necessidade de reconhecimento da região levou Ferreri a expedir, então, um ofício à secretaria do governo geral com o objetivo de promover uma expedição de reconhecimento até o lago Niassa.

*Urge pois que se façam reconhecimentos na costa e especialmente n'alguns [rios], como os de Sangaje e Mululi, o curso dos quaes não é conhecido, e que depois de bem estudado poderia dar resultados importantes. Se qualquer d'estes rios attingisse o Niassa [...] não seria um beneficio para este districto?*<sup>67</sup>

A região norte de Moçambique, numa faixa litorânea que se estendia desde o rio Ligonha ao sul, até o limite mais setentrional marcado pelo rio Rovuma, encontrava-se sob o controle dos sultanatos suaílis, que impuseram uma feroz resistência à penetração portuguesa até a primeira década do século XX. Interessados na continuidade do controle do tráfico de escravos, que atingiu o seu auge entre os anos de 1840 e 1860<sup>68</sup>, superando inclusive o comércio de marfim, os líderes suaílis formaram a primeira “muralha” contra a penetração das forças portuguesas. Dita resistência, que obrigou aos portugueses a recluírem-se em pequenos espaços fortificados da costa, ajudou, inclusive, a propagar a lenda de que “os Portugueses teem navios para o mar, mas não teem homens para o matto”<sup>69</sup>.

Se a tomada de Angoche, em 1861, pelas forças de João Bonifácio Alves da Silva pode ser considerada a primeira tentativa de ocupação real, estamos, entretanto, ainda longe da perda da autonomia africana, mesmo que somente no litoral. De fato, no ano seguinte iniciou-se uma luta pelo controle do sultanato de Angoche, que duraria 15 anos. Mais tarde, em 1886, como bem lembra o historiador Aurélio Rocha,

*a maioria dos xeques e capitães-mores do distrito de Angoche não se obrigava a qualquer subordinação à autoridade portuguesa. Dos 36 xeques e capitães-mores do distrito, apenas dois (Nagulule e Milala) se tinham comprometidos a auxiliar o*

---

<sup>66</sup> Alfredo Brandão Cró de Castro Ferreri, *Angoche: breves considerações sobre o estado d'este districto em 1881*, Lisboa, Typ. Ed. de Mattos Moreira, 1881, p. 8.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 12. O desconhecimento se dava também devido a pouca presença de portugueses na região. Ainda em Angoche, o autor salienta que “A população europêa d'este districto attingia este ano a respeitavel cifra de nove pessoas...”, p. 23.

<sup>68</sup> Aurélio Rocha, ‘Resistência em Moçambique...’, p. 589.

<sup>69</sup> Apud René Pélissier, *História de Moçambique...*, vol. I, p. 284.

*governo português em tudo o que pudessem e a defender com a sua gente as terras do distrito, tendo prestado juramento de fidelidade*<sup>70</sup>.

Mas superar os poderes suaílis dava aos portugueses o controle apenas da faixa costeira de Moçambique. Uma vez ultrapassada a “muralha”, que significou a resistência dos afro-islamizados, os ocupantes se depararam com as populações macuas do interior, que tinham sido até então a “mercadoria” preferencial dos negreiros do norte de Moçambique. Para se ter uma ideia das dificuldades de ocupação colonial, foi somente no ano de 1897, na sequência das guerras contra os Namarrais (macuas), que pela primeira vez os portugueses puderam penetrar numa faixa de até 50 quilômetros do litoral<sup>71</sup>. Somente mais tarde, com a implantação da administração colonial, iniciada justamente na última década do século XIX, o poder das chefias suaílis foi reduzido ao ponto de algumas terem se “transformado em agentes da colonização” portuguesa<sup>72</sup>.

Mais ao sul, na região dos prazos da Coroa no vale do Zambeze, os portugueses somente conseguiram controlar o território depois da campanha do Barué em 1902<sup>73</sup>, quando puderam deitar por terra o poder e os interesses dos senhores dos prazos, principais rivais e opositores do poder estatal português na região. Essas “campanhas de pacificação”, que se alastraram pela Zambézia desde 1890, demonstraram a enorme resistência por parte de poderes há muito africanizados, ou melhor, *cafrealizados*, conforme a expressão de Alexandre Lobato, historiador de Moçambique<sup>74</sup>. Não foi, portanto, segundo outro historiador, o francês René Pélissier, e apesar de toda a “literatura ‘heroica’ portuguesa”, nem no extremo norte nem no sul onde os portugueses encontraram a maior resistência ao projeto de ocupação na África Oriental,

*mas sim no domínio zambeziano e no domínio suabili-macua, ou seja, nos que até então tinham tido mais longos contactos com o mundo lusitanizado*<sup>75</sup>.

---

<sup>70</sup> Aurélio Rocha, *op. cit.*, p. 592.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 601. René Pélissier diz que somente no governo de Massano de Amorim (1906-1910) “os Portugueses fizeram penetrar as suas colunas a mais de sessenta quilómetros do litoral...”. René Pélissier, *História de Moçambique...*, vol. I, pp. 315-317. Já Arlindo Chilundo, baseando-se num observador da época, diz que “até fins do século XIX, a sua influência [portuguesa] nunca foi para além dos seis quilómetros da fortaleza de Mossuril, o sertão de Moçambique.” Arlindo Chilundo, ‘Os carregadores e os Machileiros...’, p. 97.

<sup>72</sup> Aurélio Rocha, ‘Os Afro-islamizados da costa de Moçambique: a terra e os homens’, in Matteo Angius; Mario Zamponi, *op. cit.*, pp. 26-35, p. 30.

<sup>73</sup> Não confundir com a Revolta do Barué, ocorrida quinze anos mais tarde, e que significou o último grande motim contra a ocupação de Moçambique no vale do Zambeze até o início da Guerra de Libertação na década de 1960.

<sup>74</sup> Apud Luiz Felipe de Alencastro, *O Tratado dos Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 17.

<sup>75</sup> René Pélissier, *História de Moçambique...*, vol. I, p. 128.

Também no ano de 1890 deu-se o *Ultimatum* inglês, acontecimento que acirrou o sentimento nacionalista em Portugal, principalmente nas classes política e militar, que passaram a cultivar, a partir de então, um interesse crescente pelo patrimônio colonial, em especial por Moçambique. As viagens de Serpa Pinto desencadearam não somente a desconfiança e a dura resposta inglesas, mas geraram um ambiente que precipitou definitivamente Portugal no caminho colonial. Segundo o historiador italiano Giuseppe Papagno, foi um estímulo violento, mas também fecundo<sup>76</sup>.

No âmbito português deu-se a ascensão dos ideais e projetos defendidos por políticos e militares da chamada “geração de 1895”, ou como nomeou Pélissier, os “Centuriões”<sup>77</sup>. O projeto português passava agora pela dominação e colonização efetiva do território moçambicano. Dominação que permitiria o controle da mão de obra africana; a implantação de um sistema de produção agrícola baseada em grandes plantações, com mão de obra abundante e barata, controlada por colonos portugueses; e a cobrança de impostos. Uma vez implantado esse projeto, a lógica da produção e do comércio africano das oleaginosas como conhecíamos foi destruída completamente.

No novo projeto colonial português, o primeiro grande dilema a ser resolvido – e o foi, com a imposição de uma legislação discriminatória e de coerção física – era o fato de os produtores africanos não necessitarem de trabalhar em troca de salários nas plantações, o que se chocava completamente com os desejos dos colonialistas de criar “trabalhadores assalariados”, ou seja, camponeses dispostos a venderem o seu tempo e a sua força de trabalho em troca de compensações econômicas. Esta era uma questão de primeira ordem e que precisava ser resolvida, pois a percepção que se tinha era a de que o regime de plantação era a única possibilidade realista de atrair investimentos estrangeiros para a colônia, e para isso era fundamental contar com importantes contingentes de mão de obra barata.

A situação que se colocou naquele momento foi completamente oposta ao que se tinha praticado até então, no marco mais alargado de uma economia puramente mercantilista, ou no caso que nos interessa mais, da produção independente de oleaginosas em Moçambique. Isto porque

*a utilização da força de trabalho africana, pelos europeus, em Moçambique, era esporádica e utilizada para cumprir missões específicas: os comerciantes-caçadores,*

---

<sup>76</sup> Giuseppe Papagno, *Colonialismo e Feudalismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, p. 171.

<sup>77</sup> René Pélissier, *História de Moçambique...*, vol. I, p. 257; ver também Aurélio Rocha, ‘Resistência em Moçambique...’, p. 598.

*através da diplomacia ou dos presentes, conseguiam dos pontentados locais os trabalhadores de que necessitavam - carregadores, caçadores, machileiros, etc. - porém cumpridas essas missões, os homens voltavam a se integrar ao seu meio social, sem a constituição de uma população dedicada a tais atividades em caráter permanente*<sup>78</sup>.

Em 1888, a comissão encarregada por reformar o regime dos prazos, chefiada por António Enes, concluiu que os africanos teriam de pagar com o trabalho a sua parte nos impostos. Essa proposição acabou sendo acolhida, finalmente, na lei de prazos publicada dois anos mais tarde. Em 1894, foi pela primeira vez introduzido em Moçambique o trabalho correcional, que punia as infrações legais dos africanos com a pena de trabalho<sup>79</sup>. A nova legislação dos prazos, que foi colocada em vigor em 1892, trouxe importantes implicações na organização da produção camponesa. A obrigatoriedade de pagar o imposto com o trabalho nada mais era do que a instituição do trabalho forçado, que juntamente com o aumento da deslocação de mão de obra imigrante para as minas da África do Sul, afetou profundamente a produção independente dos produtores africanos da região da Zambézia<sup>80</sup>.

Dentre os oficiais portugueses que mais se destacaram neste novo projeto colonial figuravam António Enes e Mouzinho de Albuquerque. O primeiro, nomeado Comissário Régio em Moçambique em 1891, publicou dois anos mais tarde um relatório que acabou tornando-se a principal referência para o *Código de Trabalho* de 1899, base da exploração colonial, uma vez “pacificado” o território. Enes propôs uma legislação que impusesse que

*Todos os habitantes de raça negra da província de Moçambique são sujeitos à obrigação social de procurar adquirir pelo trabalho os recursos, que lhes faltem, para viverem como homens civilizados.*

*Terão plena liberdade para escolher o modo como hão-de-desempenhar-se dessa obrigação; mas se a não cumprirem de modo algum, a autoridade pública impor-lhes-á o seu cumprimento, tanto quanto lho permitirem os meios de acção de que para tal fim dispuser*<sup>81</sup>.

No ano seguinte à publicação do relatório de António Enes, desembarcou em Moçambique Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque, que ganharia notoriedade em

---

<sup>78</sup> Valdemir Zamparoni, *De escravo a cozinheiro...*, pp. 46-47.

<sup>79</sup> Malyn Newitt, *História de Moçambique...*, p. 341.

<sup>80</sup> Idem, ‘Moçambique’ ..., pp. 612-613.

<sup>81</sup> António Enes, *Moçambique*, 3ª ed., Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946, p. 495. Na 1ª (1893) e 2ª (1913) edição o autor aparece grafado como Antonio Ennes.

1895 com a captura do líder *nguni* Gungunhana. A nomeação de Mouzinho, em 1896, para o cargo de governador-geral de Moçambique (março de 1896 a novembro de 1897 e maio de 1898 a junho de 1898) marcou definitivamente o impulso português, agora sem retorno, da ocupação de Moçambique. O novo governador-geral tinha claramente, contudo, a visão das limitações, naquele momento, da presença do poder português nas terras africanas.

*Até 1894, posto que de direito nos pertencesse todo o territorio comprehendido entre os limites assignados pelo tratado com a Grã-Bretanha, a occupação na provincia de Moçambique resumia-se de facto a uma estreita faixa de littoral à excepção d'alguns pontos isolados no interior - Sena, Tete, Zumbo, Macequece e poucos mais - e do que actualmente constitue o districto de Inhambane*<sup>82</sup>.

Partindo do distrito de Moçambique, Mouzinho iniciou a ocupação militar com o objetivo de controlar primeiro a faixa costeira, dominada pelos suaílis, para em seguida submeter as populações macuas do interior. O controle do território, que vinha acompanhado da imposição do imposto e da obrigatoriedade do trabalho forçado, iniciou-se no próprio distrito de Moçambique. Esta escolha, segundo Mouzinho, devia-se ao

*desairoso, impolitico e perigoso para a nossa soberania, permitir que, em frente da capital e sob as vistas do governador geral, houvesse tribus e chefes aos quaes não se podia dar uma unica ordem, exigir o minimo serviço e em cujo territorio não se podia sequer garantir segurança ao viajante isolado ou ás caravanas portadoras de artigos de exportação*<sup>83</sup>.

As guerras iniciadas na década de 1890 com o objetivo de ocupar definitivamente o território moçambicano durariam ainda muitos anos. No distrito de Moçambique, somente em 1906, no governo de Pedro Massano de Amorim, pode-se dizer que o poder suaíli foi incontestavelmente abalado. Em Angoche, o sultanato foi conquistado definitivamente apenas em 1912<sup>84</sup>. Apesar das resistências que retardaram a ocupação portuguesa em alguns pontos de Moçambique até depois da Primeira Guerra, a década de 1890 foi um divisor de águas, com o início do fim da autonomia africana nesta parte da África<sup>85</sup>; e Portugal já começava a preparar-se para administrar a futura província moçambicana.

---

<sup>82</sup> J. Mouzinho de Albuquerque, *Moçambique 1896-1898*, Lisboa, Manoel Gomes Editor, 1899, p. 37.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 85.

<sup>84</sup> Aurélio Rocha, 'Resistência em Moçambique...', p. 603.

<sup>85</sup> Leroy Vail; Landeg White, *op. cit.*, p. 68; Carlos Serra, 'O capitalismo colonial na Zambézia 1855-1930', in *Estudos Moçambicanos*, 1, 1980, pp. 33-52, pp. 34-35.

*A partir de 1890, no rescaldo da Conferência de Berlim e no término do processo de confrontação entre Portugal e a Inglaterra, que se arrastava desde 1886, a respeito das terras da alta Zambézia e do Niassa, a coroa portuguesa legislou uma série de políticas relativas às tarifas protecionistas, ao estabelecimento de companhias coloniais, à concessão de terras, ao desenvolvimento de indústrias em África e, sobretudo, à extorsão do trabalho dos colonizados*<sup>86</sup>.

O Estado português, no entanto, apesar de suas intenções colonizadoras, não possuía a estrutura nem o poder econômico para ocupar e colonizar toda a província de Moçambique. Para isso, optou por um modelo já em marcha na África: as concessões a grandes grupos particulares, inclusive com poderes majestáticos. Em 1892, ou seja, imediatamente após o *Ultimatum* inglês, duas terças partes da colônia já faziam parte nominalmente a grandes companhias coloniais ou a particulares<sup>87</sup>. Apesar disso, a produção agrícola continuou assentando-se na produção de amendoim e gergelim. Isso porque até pelo menos os primeiros anos do século XX, os rendimentos dessas companhias provinham principalmente da cobrança de impostos sobre os africanos (mussoco e palhota)<sup>88</sup>, do ingresso de subconcessões e das cobranças alfandegárias. Já o desenvolvimento agrícola em grande escala, do tipo industrial, continuou sendo um projeto<sup>89</sup>.

O processo de ocupação de Moçambique ganhou tal impulso a partir da década de 1890 que as suas fronteiras ficaram rigorosamente demarcadas praticamente uma década depois, na chamada “Carta de Moçambique/1903”<sup>90</sup>. Este ímpeto fez que com a produção e a comercialização de oleaginosas, pelo menos nos moldes em que se vinha praticando, se alterassem profundamente. A nova legislação impulsionada por António Enes desviou o interesse da produção livre campesina para o controle da sua força de trabalho. Também houve modificações substanciais no comércio, com a deslocação do capital indiano pelas companhias colonizadoras, que por muito tempo havia subsidiado o crédito nas transações

---

<sup>86</sup> Eduardo da Conceição Medeiros, *História de Cabo Delgado e do Niassa (c. 1836 – 1929)*, Maputo, Central Imprensa, 1997, p. 101.

<sup>87</sup> Giuseppe Papagno, *op. cit.*, pp. 143-144.

<sup>88</sup> Também chamado de *mapre* ou *missonco*, o mussoco era um imposto individual pago em espécie (e a partir de 1886 também em forma de trabalho) por todos os “homens válidos”. Já o imposto da palhota, criada em 1883, que também dava nome às casas das famílias moçambicanas, recaía sobre cada residência familiar. Esmeralda Simões Martinez, *op. cit.*, pp. 73-77 e nota 163, p. 139; Malyn Newitt, *História de Moçambique...*, p. 216.

<sup>89</sup> Giuseppe Papagno, *op. cit.*, pp. 147-148.

<sup>90</sup> Emília Madeira Santos, *op. cit.*, p. 362. Aliás, o trata de maio de 1891, na sequência do *Ultimatum* inglês, que teve como motivo justamente a disputa pela fronteira (com o sonho português de unir Angola e Moçambique), traçou definitivamente a quase totalidade dos limites do atual Estado moderno de Moçambique. Malyn Newitt, ‘Moçambique’ ..., p. 646.



Sobre a maior parte do mapa de Moçambique passaram a figurar as corres das possessões distribuídas às diferentes companhias: entre o rio Save, ao sul, e o Zambeze, ao norte, instalou-se a Companhia de Moçambique; já na região do vale da Zambe diferentes companhias absorveram os antigos prazos, as mais importantes foram a Companhia da Zambézia, a Companhia do Boror, A Sociedade do Madal, a Companhia do Luabo, etc. Quanto ao norte da província, nos antigos distritos de Cabo Delgado e Niassa, instalou-se a Companhia do Niassa<sup>93</sup>.

Com essas companhias, criadas em Moçambique quase todas a partir de 1890, Portugal seguiu o exemplo de outros países para paliar a fraca presença do Estado nos territórios africanos, buscando dessa forma unir o capital privado ao poder estatal, que se mostrava relutante nos gastos que implicava a ocupação colonial. As primeiras destas companhias, surgidas na década anterior, foram as britânicas *Borneo Chartered Company*, *Roya Níger Company*, *British East Africa Company* e *British South Africa Company* (de Cecil Rhodes) e as alemãs *New Guinea Company* e *East Africa Company*.

Na região dos prazos a Companhia da Zambézia buscou rentabilizar o seu negócio com a tributação sobre as populações africanas dos antigos prazos; a comercialização de uma produção própria, principalmente do coco, que foi o primeiro produto de origem agrícola explorado na forma de *plantation* em Moçambique; e o comércio da produção do campesinato africano, principalmente o amendoim e o gergelim. Em 1900, a Companhia foi responsável pela exportação de 590 toneladas de óleo de copra e de 433 toneladas de sementes oleaginosas<sup>94</sup>.

A atuação destas companhias no Baixo Zambeze desarticulou completamente as práticas comerciais exercidas até então no comércio das oleaginosas. Apesar do poder exercido pelos senhores dos prazos, os produtores africanos ainda podiam praticar o comércio com certa independência, assim como a circulação dos comerciantes indianos, apesar do ressentimento das autoridades portuguesas, permitia melhores alternativas aos moradores dos prazos na hora de vender o excedente dos seus cultivos. Mas com a hegemonia das companhias e o aumento do controle exercido sobre os antigos prazos e seus moradores, uma boa parte da população se ressentiu ao ponto de um observador, referindo-se às companhias em 1902, dizer:

---

<sup>93</sup> *Ibidem*, pp. 35-36.

<sup>94</sup> Leroy Vail; Landeg White, *Capitalism and Colonialism in Mozambique: a study of Quelimane District*, London, Heinemann, 1980, pp. 115-116.

*They commenced with the banishment of all traders out of their prazos without paying them any compensation, and they were promptly assisted in this by the government, with the result that many firms, mostly British Banyans, were declared bankrupt... The companies have different trading stores all over the country with the sole object of buying all the products of the natives. They hold large numbers of cypaes whom they post round the markets to secure the products which natives intend selling at the market. The natives are in many cases robbed of their products, or at any rate obliged to sell them to the prazo holder for whatever sum the latter thinks fit to give<sup>95</sup>.*

Já no norte da província foi instalada a Companhia do Niassa, que entre 1891 e 1896 procedeu à implantação político-administrativa da mesma, principalmente na faixa costeira, entre os rios Rovuma e Lúrio, uma vez que o interior somente foi conquistado anos mais tarde. Neste primeiro momento, a Companhia se ocupou da instalação de postos militares e alfandegários, como também de acordos de “vassalagem” com autoridades islamizadas interessadas “que estavam no desenvolvimento do comércio e na participação da coleta do imposto indígena de que auferiam uma porcentagem”<sup>96</sup>.

Em novembro de 1922, o combativo jornal moçambicano *O Brado Africano* protestava em suas páginas pela “falta de produtores” na região da Companhia do Niassa. Acusava-a de, por meio do trabalho forçado, privar cada vez mais os produtores africanos da produção independente das suas terras. Estes, obrigados ao cultivo das *machambas* do “Chefe do Posto ou do Conselho”, que geralmente era de amendoim ou gergelim (que continuavam sendo produtos importantes de exportação), dedicavam-se cada vez menos às suas próprias *machambas*, interferindo assim na produção de alimentos das populações da região. Segundo o jornal,

*Se as coisas fossem como antigamente que o preto andava livremente nos territórios, indo vender os seus géneros onde quisesse e tratando das suas machambas na época própria... Mas agora que não se pode dar um passo sem ser preso para ir trabalhar na machamba do Chefe do Posto ou do Concelho, agora que não tem absolutamente tempo nenhum para cultivar a sua machamba (...) vai grassando uma fome terrível,*

---

<sup>95</sup> Apud *ibidem*, pp. 118-119.

<sup>96</sup> Eduardo da Conceição Medeiros, *op. cit.*, p. 139.

*por falta de géneros, porque os pretos não tiveram vagar nem liberdade para tratar das suas culturas. Por isso houve muito gergelim e amendoim e nenhum bocado de milho!*<sup>97</sup>

A produção de amendoim e gergelim prosperava, mas, à diferença do que ocorria no século anterior, já não mais num sistema independente de produção africana, mas dentro da lógica exclusivamente do mercado de exportação, onde os produtores africanos tinham perdido completamente a sua autonomia. O que se exportava não era mais o excedente de uma produção que também se preocupava com a produção de alimentos, mas sim a produção de uma agricultura voltada quase que exclusivamente ao mercado externo.

No norte da província, a Companhia do Niassa viu a arrecadação do imposto da palhota multiplicar-se por vinte na primeira década do século XX. E não parou por aí: depois que os mais importantes régulos africanos do extremo norte foram definitivamente vencidos em 1912, os valores conseguidos pela Companhia com o imposto aumentaram em 50% no ano seguinte<sup>98</sup>. A conquista já era rentável!

Portugal assumiu definitivamente, no último quartel do século XX, o desafio de colonizar Moçambique, o “patinho feio” entre as suas possessões africanas. Mas essa decisão coincidiu em 1891 com uma grave crise financeira, que limitou mais ainda as políticas de ocupação, ou melhor, de colonização do imenso território moçambicano<sup>99</sup>. As concessões às companhias foram uma decisão inevitável: transferia-se para as empresas privadas não somente a arrecadação, mas principalmente a “pacificação” e o desenvolvimento dos novos territórios. Restou ao Estado Português apenas a região ao sul do rio Save, uma importante área de reserva de mão de obra para as minas da África do Sul<sup>100</sup>.

Definitivamente o fim do século XIX marcou um ponto sem retorno nas relações entre Portugal e Moçambique. A corrida colonial dos países europeus, as novas pautas alfandegárias de maio de 1892<sup>101</sup>, o *Ultimatum* e o nacionalismo radical no conflito

---

<sup>97</sup> Apud *Ibidem*, p. 169.

<sup>98</sup> René Pélissier, *História de Moçambique...*, vol. I, p. 390-391.

<sup>99</sup> O forte endividamento do Estado Português, entre outros fatores, na década anterior, levou Portugal à crise financeira e comercial de 1891. Diante da degeneração das contas do Estado e da eminente bancarrota (decretada no ano seguinte), o país passou a adotar medidas que protegessem o seu mercado doméstico das exportações estrangeiras. Era o início das políticas protecionistas que, segundo Alexandre Valentim, sempre tiveram enorme peso nos “meios coloniais, e nomeadamente na Sociedade de Geografia de Lisboa.” Valentim Alexandre, ‘A questão colonial no Portugal oitocentista’, in Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques, *O Império Africano 1825-1890*, vol. X, Lisboa, Estampa, 1998, pp. 21-132, p. 118. Sobre a crise de 1891 ver entre outros Luís Aguiar Santos, ‘A crise financeira de 1891: uma tentativa de explicação’, in *Análise Social*, vol. XXXVI, n° 158-159, 2001, pp. 185-207.

<sup>100</sup> Malyn Newitt, *História de Moçambique...*, p. 327.

<sup>101</sup> A nova pauta geral da alfândega de 1892 foi uma resposta do Estado Português à crise de 1891. A principal medida tomada foi colocar fim ao “libre-cambismo”, sistema que tinha até então permitido a entrada de grandes quantidades de produtos importados em Portugal.

diplomático com os ingleses, levaram o país a assumir definitivamente as pretensões do controle político sobre Moçambique. Como escreveu Adelino Torres, foi o fim “do ‘humanismo’ inconsequente dos liberais saídos da Revolução de 1820”<sup>102</sup>, e com ele também a perda definitiva da autonomia dos produtores africanos, que por um período curto de tempo, pelo menos os instalados em terras próximas à costa, tinham ensaiado um comércio que se mostrava promissor na obtenção de bens até pouco tempo proibitivos.

A nova política portuguesa de ocupação efetiva não representava um anseio exclusivamente português. Pelo contrário, Portugal viu-se envolto numa espécie de empreendimento quase “atlético, muitas vezes com fortes elementos de competição pessoal ou nacional”<sup>103</sup> empreendido pelos países europeus. Como se de um momento para outro a linha de chegada significasse a ocupação de enormes áreas do continente africano, não cabendo nenhum prêmio de consolação aos últimos.

---

<sup>102</sup> Adelino Torres, ‘Legislação do trabalho nas colónias africanas no 3º quartel do século XIX: razões do fracasso da política liberal portuguesa’, in *I Reunião Internacional de História de África...*, pp. 65-80, p. 75.

<sup>103</sup> E. J. Hobsbawm, *A Era do Império 1875-1914*, Presença, Lisboa, 1990, p. 25.

---

## 2. As oleaginosas e a sua história

---



Assim como os homens, as plantas também circulam pelo mundo, se fixam em outras “terras”, se adaptam e passado algum tempo — o suficiente para serem presença cotidiana na paisagem física e na cultura de novos mundos e povos —, torna-se inimaginável que algum dia não fizeram parte daquele meio. O gergelim e o amendoim tornaram-se, na segunda metade do século XIX, nos principais produtos agrícolas comercializados através dos portos de Moçambique. Mas eles nem sempre estiveram ali. Neste capítulo veremos quando e como chegaram. Assim como se organizava a produção por parte dos produtores africanos da costa moçambicana.

## 2.1. Da produção ao comércio: evolução e fatores de desenvolvimento e de mudança

Apesar de um antigo comércio de matérias gordas na Europa, como o azeite do Mediterrâneo, ou as sementes de linho da Rússia, este comércio nunca tinha atingido um valor expressivo em toneladas. A partir das necessidades geradas com a Segunda Revolução Industrial, em meados do século XIX, houve um crescimento significativo do consumo que, até então, era garantida pela própria produção local.

Entre as características que marcaram este período e que geraram as condições para o aumento da demanda de matérias oleosas, destacam-se o desenvolvimento de novas e mais rápidas máquinas industriais, cujo funcionamento passou a exigir óleos de melhor qualidade e em maiores quantidades; o enlatamento de produtos alimentares; o rápido aumento demográfico das cidades, com o surgimento de uma massa de consumidores urbanos ávidos de novas formas de alimentação.

Uma vez que grandes contingentes de trabalhadores europeus e estadunidenses passaram a reclamar o consumo de produtos mais sofisticados, a indústria passou a recorrer a outras partes do globo para suprir a falta de matérias-primas. Era o chamado “mercado de massas” que passava a dominar as indústrias voltadas ao consumo<sup>104</sup>. Não bastasse esta novidade, a população na Europa praticamente duplicou no período de um século, chegando aos 430 milhões de habitantes em 1900<sup>105</sup>. Um bom exemplo das mudanças provocadas pela nova conjuntura industrial e econômica na Europa pode ser medido pelo aumento do número de um dos atores símbolo do “mercado de massas”: o

---

<sup>104</sup> E. J. Hobsbawm, *op. cit.*, p. 73.

<sup>105</sup> *Ibidem*, p. 26.

empregado comercial. Na Grã-Bretanha, segundo Hobsbawm, em 1881 existiam 360 mil destes trabalhadores, contra 91 mil trinta anos antes<sup>106</sup>.

Em relação à demanda de novas fontes de gordura e/ou óleo, a Segunda Revolução Industrial, iniciada na Grã-Bretanha, fez com que a produção de óleos de peixe já não fosse suficiente para suprir as necessidades das saboarias e das estearinarias. Foram principalmente estas duas indústrias, juntamente com a de óleo para a lubrificação de máquinas, as indústrias que impulsionaram a importação de sementes oleosas. Alguns anos mais tarde, fruto do desenvolvimento na produção e conservação de alimentos, a indústria alimentícia também passou a demandar produtos agrícolas ricos em gordura, especialmente, no caso da França, de amendoim.

No princípio do século XIX, alguns químicos chamaram a atenção para o aproveitamento que se poderia fazer da exploração do amendoim. Em 1808, publicou-se em Paris o *Traité de l'arachide ou pistache de terra*, de C. S. Sonini, que popularizou uma série de ideias sobre o óleo de amendoim, que já vinham sendo propostas desde algum tempo por botânicos e negociantes que comercializavam na costa senegalesa<sup>107</sup>.

No fim dos anos trinta do mesmo século, a indústria de sabão de Marselha já fazia importantes ensaios conclusivos para a utilização do óleo de amendoim como fonte para os seus produtos. Também se especulava, todavia, com a utilização deste óleo na alimentação — concorrendo então com o azeite —, o que para muitos se caracterizava como uma autêntica fraude, como ironicamente sentenciou um humorista francês da época: “Amendoim, a pequena semente que serve para produzir azeite”<sup>108</sup>.

As cidades de Liverpool, Hamburgo e, principalmente Marselha, a partir de 1830, passaram a ser as maiores importadoras de sementes para a fabricação de óleo. As três cidades especializaram-se na importação de diferentes sementes: Liverpool tornou-se o destino preferencial da palma, Hamburgo do palmito, e Marselha do amendoim. Mas não tardou que estas três cidades passassem a importar todos os tipos de sementes para poderem atender os respectivos mercados internos<sup>109</sup>.

Os ingleses foram os primeiros a importarem algumas quantidades significativas de amendoim da África Ocidental. A casa *Foster and Smith*, especializada no comércio lícito,

---

<sup>106</sup> *Ibidem*, p. 74.

<sup>107</sup> Elikia M'Bokolo, *op. cit.*, p. 160.

<sup>108</sup> Apud Yves Péhaut, “A invasão dos produtos ultramarinos”, in Jean-Louis Flandrin [et. al.], *História da Alimentação*, vol. II, Lisboa, Terramar, 2001, pp. 317-334, p. 318. Mais de um século depois, o verbete “sésamo” da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* informava ao seu atento leitor que “Com o óleo de sésamo falsifica-se frequentemente o azeite de oliveira”. Vol. XXVIII, Lisboa; Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s/n, p. 550.

<sup>109</sup> Yves Péhaut, *op. cit.*, p. 320.

importou amendoim, ainda que com objetivos experimentais, na década de 1830. Os ingleses, depois de importarem 2 libras de amendoim da Gâmbia em 1834, importaram 11.283 libras em 1842, o que significou 43% das exportações de amendoim desta região. Mas, depois deste impulso inicial, a Inglaterra diminuiu as suas importações ao ponto de ser responsável por apenas 4% das exportações gambianas de amendoim em 1847 e 7% em 1851, o que ilustra a opção pela produção de óleo de palma<sup>110</sup>.

Na mesma década em que os ingleses importaram as primeiras sementes de amendoim, os franceses também realizaram as suas experiências neste comércio. Para fins também experimentais, foram importados amendoins nos anos de 1833 e 1834. Nesta época, a indústria de sabões de Marselha tentava recuperar-se da concorrência inglesa. Os seus sabões, produzidos com óleo de colza e de linho, eram moles e de qualidade inferior. A utilização de azeite permitia a fabricação de um sabão mais duro, de melhor qualidade, mas mais caro. Os fabricantes de Marselha chegaram, inclusive, a cogitar a possibilidade de misturar os dois óleos para melhorar a qualidade do sabão e, simultaneamente, reduzir o custo final<sup>111</sup>.

A França destacou-se como o país europeu no qual o amendoim encontrou maior aceitação. O chamado “ponto de queima”, ou seja, a alta temperatura suportada pelo óleo de amendoim tornou-o bastante procurado para os fritos. Mais tarde, novos processos e técnicas possibilitaram melhoramentos na utilização do mesmo como matéria-prima, o que possibilitou novos usos<sup>112</sup>.

Em concomitância com a procura de novos produtos ricos em gordura, ocorreu a diminuição da produção europeia para abastecer a sua indústria. Em França, por exemplo, dos 300 mil hectares destinados à produção de oleaginosas em 1862 — principalmente de colza, sementes de papoula e nabo silvestre —, restavam apenas 49 mil hectares em 1902, ou seja, uma redução de mais de 80% em quarenta anos. Em relação exclusivamente à produção de azeite, a redução foi de 26 mil toneladas em 1874, para 16 mil no início da Primeira Grande Guerra. A área destinada ao cultivo de olivais diminuiu 27 mil hectares (-18%) entre 1866 e 1910. Na Alemanha, entre 1870 e 1900, a redução da área destinada à produção de culturas oleaginosas viu-se reduzida em dois terços<sup>113</sup>.

<sup>110</sup> Elikia M'Bokolo, *op. cit.*, p. 160-161.

<sup>111</sup> *Ibidem*, p. 161.

<sup>112</sup> A primeira fábrica de óleo de amendoim instalada na França foi em 1857, na cidade de Bordéus. C. Coquery-Vidrovitch; H. Moniot, *Africa Negra: de 1800 a nuestros días*, Barcelona, Editorial Labor, 1985, p. 211.

<sup>113</sup> Yves Péhaut, *op. cit.*, p. 319.

Para facilitar a entrada de sementes oleaginosas, os países europeus reduziram, ou até mesmo isentaram de taxas de importação. A abertura do canal de Suez, em 1869, também alentou ainda mais o trânsito das sementes em direção à Europa, principalmente de amendoim e gergelim<sup>114</sup>. A concorrência do óleo de origem petrolífera a partir de 1870, não afetou, contudo, as saboarias e as estearinarias, que continuaram a utilizar as sementes oleaginosas como matéria-prima<sup>115</sup>. O comércio intercontinental destas sementes fez parte de um movimento mais amplo de aceleração de uma economia global única, atingindo pontos cada vez mais distantes do mundo, e que continuou a aumentar em termos de volume e valor entre 1875 e 1914<sup>116</sup>.

Embora as exportações de oleaginosas tivessem tido o seu início na costa ocidental da África, em Moçambique, no princípio da década de 1860, já existia uma preocupação, por parte das autoridades portuguesas, de promover as potencialidades da região neste comércio. Na Exposição Universal de Londres de 1862, o governo de Lisboa solicitou uma longa lista de produtos que deveriam ser enviados de Moçambique para serem expostos na capital inglesa. Nas “Instrucções para se colligirem, nas províncias ultramarinas, os produtos da industria agricola, destinados à Exposição”<sup>117</sup>, os produtos deveriam ser organizados em três categorias (A, B e C) conforme “a ordem da sua importância”. Do grupo A, o “mais importante da industria agricola das nossas provincias ultramarinas”<sup>118</sup>, faziam parte o algodão, o café, o açúcar e o tabaco; o grupo B, que continha diferentes tipos de madeiras, “póde tambem ser muito importante”<sup>119</sup> e; finalmente o grupo C, constituído pelos produtos oleaginosos, resinosos e demais produtos alimentares. O enquadramento das oleaginosas no último grupo, com menor grau de importância do que os produtos que “póde tambem ser muito importante”, demonstra o quão incipiente era o comércio das sementes oleaginosas em Moçambique nesta altura, apesar de já haver algum registro de exportação para a Europa<sup>120</sup>.

No decurso do tempo estas sementes foram cada vez mais apreciadas e procuradas pelos importadores europeus. Apesar de uma variedade importante de produtos ter sido

---

<sup>114</sup> *Ibidem*, p. 320.

<sup>115</sup> *Ibidem*, p. 321.

<sup>116</sup> E. J. Hobsbawm, *op. cit.*, p. 85.

<sup>117</sup> B.O. 33, 17/08/1861, p. 134.

<sup>118</sup> *Ibidem*.

<sup>119</sup> *Ibidem*.

<sup>120</sup> Em 1931 o governo colonial português continuava promovendo a exportação das oleaginosas produzidas em Moçambique, entre os quais o amendoim e o gergelim, conforme os folhetos publicitários enviados à outra Exposição Colonial, desta vez a de Paris. Cf. *L'Arachide: un des principaux produits d'exportation* (folheto publicitário dos principais exportadores enviados à *Exposition Coloniale Internationale de Paris*), Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1931, SGL, Cx<sup>a</sup> 128-77; *Le Sésamo: un des principaux produits d'exportation* (folheto publicitário dos principais exportadores enviados à *Exposition Coloniale Internationale de Paris*), Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1931, SGL, Cx<sup>a</sup> 128-80.

comprado dos produtores africanos, o gergelim e o amendoim tornaram-se rapidamente os gêneros agrícolas dominantes no comércio exterior moçambicano.

## 2.2. Gergelim e amendoim: origem e difusão

Atualmente a palavra “gergelim” (*sesamum indicum*, L.) é pouco conhecida dos portugueses, mais familiarizado com “sésamo”. Até pelo menos o início do século XX, todavia, os documentos portugueses referiam-se ao *sesamum indicum* como gergelim. Nas estatísticas da alfândega de Moçambique de 1903, por exemplo, podia-se ler “gergelim” na lista de produtos comercializados<sup>121</sup>.

Quando do início da expansão marítima europeia o seu cultivo e consumo encontrava-se amplamente estendido na África Oriental. Há um consenso sobre a origem asiática do mesmo e, inclusive, autores como o botânico suíço Alphonse Candolle, na sua *Origine des plantes cultivées*, são mais precisos, indicando exatamente como local de origem as ilhas do arquipélago da Sonda, no sudeste asiático.

*Sésame paraît originaire des îles de la Sonde. Il a été introduit dans l'Inde et la région de l'Euphrate depuis deux ou trois mille ans; et en Egypte à une époque moins ancienne, de 1000 à 500 ans avant J.C.*

*On ignore depuis quelle époque il est cultivé dans le reste de l'Afrique, mais les Portugais l'ont transporté de la côte de Guinée au Brésil*<sup>122</sup>.

Na Idade Média, as narrativas do veneziano Marco Polo, registradas no livro *Il Milione*, dão conta da existência na *Abysinia* de povos do reino de *Abash* que se alimentavam de carne, arroz, leite e *sesame*<sup>123</sup>. Da Ásia, uma vez chegado ao Egito e ao Chifre da África, o gergelim alcançou as regiões mais ao sul do litoral africano pelas mãos dos árabes. Aliás, a palavra “sésamo”, segundo o botânico Francisco Manuel de Melo, conhecido principalmente como Conde de Ficalho, seria uma derivação do árabe *sem-sem* ou *sim-sim*<sup>124</sup>.

<sup>121</sup> *Estatística do Commercio e Navegação da Provincia de Moçambique*, Lisboa, A Editora, 1905, p. 836. As principais maneiras em que estão grafadas a palavra “gergelim” nos documentos portugueses são: *gingeli*, *jingili* e *gegeri*. Conde de Ficalho, *Plantas úteis da África Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, p. 238.

<sup>122</sup> Alphonse Candolle, *Origine des plantes cultivées*, Paris, Félix Alcan, 1886 (1883), p. 339. Outros autores posteriores a Candolle secundaram a sua opinião sobre a origem do mesmo: Conde de Ficalho, *op. cit.*, p. 237; Melo Vieira, ‘Comércio de oleaginosas de Moçambique’, in *Documentário Trimestral*, Moçambique, Imprensa Nacional, 10, 1937, pp. 85-112, p. 86; Ernesto Jardim de Vilhena, *Companhia do Nyassa...*, p. 360; Mário Cortesão, *Culturas Tropicais: plantas oleaginosas*, vol. II, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1957, p. 205; Arlindo Chilundo, ‘Quando começou o comércio...’, p. 511.

<sup>123</sup> Apud Conde de Ficalho, *op. cit.*, p. 237;

<sup>124</sup> *Ibidem*, p. 238. Já no verbete do *Dicionário da Língua Portuguesa*, procede do latim *sasamu*. Eduardo Pinheiro, *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1948, p. 1256.

Em relação à palavra “gergelim”, o Conde de Ficalho atribuiu-a a uma “origem bastante obscura”<sup>125</sup>. Poderia, contudo, ser de origem árabe, como atesta Pinheiro, mais precisamente da palavra *jurgulân*<sup>126</sup>. De qualquer forma, foi esta a denominação (gergelim) que os portugueses passaram a utilizar para descrever o *sesamum* encontrado na região do Índico, a partir da chegada das primeiras caravelas ao Oriente no fim do século XV. Barbosa Duarte, referindo-se aos povos do Monomotapa, dizia que estes “servuem-se mvito dazeyte de gergelim” na sua dieta<sup>127</sup>. Já o autor de *Ethiopia Oriental*, João dos Santos, observando o consumo generalizado do azeite de gergelim na África Oriental, disse que “delle comẽ ordinariamẽte todos, como em Portugal se come o de oliveira”<sup>128</sup>.

As populações de fala suaíli nomeavam o gergelim por *mafuta*, que significa simplesmente óleo, sendo, portanto, a matéria-prima por excelência para a fabricação de óleo<sup>129</sup>. Este fato demonstra a importância do gergelim e a sua adoção pela cultura das populações africanas do litoral índico, principalmente na culinária.

O gergelim não teve, contudo, a mesma difusão e/ou acolhida na costa ocidental do continente. Ainda no último quartel do século XIX a sua frequência na parte ocidental era muito reduzida, e mais ainda a sua exportação<sup>130</sup>. Apesar de que no século XVI, André Alvares d’Almada, no conhecido *Tratado breve dos rios da Guiné*, escrito em 1594, mas referindo-se a pelo menos trinta anos antes, cita a existência de gergelim na *Guiné de Cabo Verde*. Talvez como consequência de uma introdução recente pelos portugueses, o que explicaria a sua pouca importância comparativamente à região oriental do continente<sup>131</sup>.

À diferença, portanto, do gergelim, o amendoim, (*arachys hipogaea*, L.), já era amplamente cultivado e consumido por praticamente todo o continente africano no século XIX. Na zona ocidental era um produto importante para a alimentação e figurava também como gênero de exportação desde a chamada Grande Senegâmbia até a atual Angola, passando pelo Golfo da Guiné. A presença tão estendida do amendoim por todo o continente foi mencionada por inúmeros viajantes como Capello e Ivens, Schweinfurth, Speke, Grant, Birton, Gamitto e Stanley, e indicava o cultivo e consumo de amendoim nas

---

<sup>125</sup> Conde de Ficalho, *op. cit.*, p. 237.

<sup>126</sup> Eduardo Pinheiro, *op. cit.*, p. 1256.

<sup>127</sup> Apud Conde de Ficalho, *op. cit.*, p. 237.

<sup>128</sup> *Ibidem*, p. 238.

<sup>129</sup> *Ibidem*.

<sup>130</sup> *Ibidem*, pp. 238 e 240.

<sup>131</sup> Apud *ibidem*. No relato da sua travessia do continente africano (1874-1877), Stanley citou apenas uma vez a cultura do gergelim a oeste do lago Tanganica; já na primeira parte da expedição, entre Zanzibar e o citado lago, aparecem seis referências. Henry M. Stanley, *Através do Continente Negro*, 2 vol., Lisboa, Publicações Europa-América, 2008, vol. I, pp. 141, 237, 332, 348 e 414; vol. II, pp. 17 e 108.

regiões mais ao interior<sup>132</sup>. Esta cultura tão estendida fez muitos estudiosos duvidar da origem americana da *arachys hipogaea*, ao considerarem como mais provável uma possível simultaneidade no cultivo nos dois continentes do que associada às travessias portuguesas pelo Atlântico, e admitindo, inclusive, uma origem africana e até asiática<sup>133</sup>.

Esta hipótese foi levantada porque, à frequência da cultura do amendoim acresce a multiplicidade de nomes africanos: *mancarra* na Grande Senegâmbia<sup>134</sup>, *mpinda* na região do antigo Kongo, no norte da atual Angola, *ginguba* mais ao sul de Angola e, *karanga* na língua suaíli, na África Oriental<sup>135</sup>.

Na primeira metade do século XVI, André Alvares d'Almada, descrevendo o arquipélago dos Bijagós, dizia que

*se resgata muito mantimento de milbo e arroz, e 'macaras' que he hum mantimento redondo, e tem o sabor de favas; e dá-se este mantimento debaixo do chão mettido n'humas baguinhas, nas raizes, e se recolhe muito n'aquellas ilhas*<sup>136</sup>.

Esta citação realmente suscita algumas incógnitas sobre a origem americana do amendoim, ao colocar a “macara” na costa atlântica da África nas primeiras décadas do século XVI. Apesar de provável, Ficalho, que menciona a *arachys hipogaea* na sua obra de 1884 como *ginguba*<sup>137</sup>, afirma que é pouco provável que se trate do *mancara* descrito por Almada e encontrado no Brasil; contudo, opina que o autor “Natural da Ilha de Santiago de Cabo-Verde”, como é descrito Valentim Fernandes na portada do seu livro na edição de 1841, não se confundiu com a *voandzeia subterranea*, muito parecido com o amendoim e, este

<sup>132</sup> Apud Conde de Ficalho, *op. cit.*, p. 135. No relato da expedição de Stanley a cultura do amendoim aparece desde as margens do canal de Zanzibar, no oceano Índico, até à região da foz do rio Congo (antigo Zaire), no Atlântico. Henry M. Stanley, *op. cit.*, vol. I, pp. 76 e 153; vol. II, pp. 16, 17, 81, 86, 108, 145, 237, 292, 294, 350, 352, 359, 363, 364, 366, 367, 368, 371 e 377. A menos de dois dias de viagem da cidade portuária de Boma, no baixo Congo, Stanley observou que “O amendoim é aqui a produção principal, bem como em toda a região desde a zona de Manyanga habitada pelos *babwendé*, porque é procurado pelos mercadores de Embomma [Boma]”, vol. II, p. 367.

<sup>133</sup> José E. Mendes Ferrão, *A aventura das plantas e dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, IICT, 1992, p. 50. Outra planta que rapidamente se incorporou ao meio africano foi o coqueiro. Originário da Ásia e “levado de praia em praia, incorporou-se à paisagem africana, como se dela sempre tivesse feito parte”. Alberto da Costa e Silva, *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*, Rio de Janeiro; São Paulo, Nova Fronteira; EDUSP, 1992, p. 194.

<sup>134</sup> Já nos manuscritos de Valentim Fernandes, ao descrever a região da atual Serra Leoa, dizia que aqueles povos “comem arroz e milho, inhames, macaras...”. Apud António Carreira, 'Aspectos da influência da cultura portuguesa na área compreendida entre o rio Senegal e o norte da Serra Leoa', in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. XIX, 76, 1964, pp. 373-416, pp. 407-408. Carreira sugere, contudo, que o nome *mancara* ou *mancarra* era atribuído inicialmente à *voandzeia subterranea*, planta muito similar ao amendoim.

<sup>135</sup> Conde de Ficalho, *op. cit.*, p. 136.

<sup>136</sup> Apud *ibidem*, nota 1, p. 137.

<sup>137</sup> Na primeira edição grafou *jinguba*. *Ibidem*, nota 2, p. 136

sim, de origem africana. Mas a existência de um nome próprio, semelhante ao nome moderno e bem diferente aos nomes americanos, não deixa de ser intrigante<sup>138</sup>.

Escrevendo treze anos mais tarde, o antigo vigário geral da Guiné e natural de Bissau, Marcelino Marques de Barros, referindo-se à *voandzeia subterranea*, afirma que é conhecida na Guiné como “mancara de bijagó” ou, “‘mandubi de Angola’, como lhe chamam os brasileiros”<sup>139</sup>. Em contraste com a hipótese apresentada por Ficalho, o cônego Marques de Barros disse que “D’esta leguminosa [*voandzeia subterranea*] dão notícia André Alvares d’Almada e Brochado...”<sup>140</sup>. O fato é que, apesar d’Almada não adjetivar em nenhum momento a *mancarra*, Marques de Barros acredita ser a referência, descrita no *Tratado breve dos Rios de Guiné*, à *voandzeia subterranea*, e não à *arachys hipogaea* encontrada também na América do sul.

A *voandzeia subterranea* é, afinal, uma semente que, à diferença do amendoim, “a cabecinha é sempre redonda e só contém uma única semente”<sup>141</sup>. Marques de Barros, que teve a oportunidade de provar a *voandzeia* “muitas vezes” em Boloma e na ilha das Galinhas, preparada de diferentes maneiras (cozida, torrada e crua), achava “que apenas se parecia em tanto ou quanto com a fava secca ou torrefacta”<sup>142</sup>. E mais, dizia que devia

*ser, com effeito, indigesta para estomagos mimosos e exigentes. Nós, como dissémos, comemos d'ella mais de uma vez, e não nos fez mal. Para os Bijagoz é um excellente prato de resistencia, quando bem cozida e banhada em azeite 'vermelhor de palma'. E deve ser, assim preparado 'um mantimento muito substancial', por isso que os pretos affiançam que 'quando se almoça mancarra de bijagó fica-se farto para todo o dia'. Se é certo o que affiançam — nem temos motivos para duvidar — póde a 'Voandzeia' admittir confronto com a 'Sterculea colla', da qual bastam quantro a seis castanhas mascadas logo pela manhã e regados com um copo d'agua boa e fresca, para se ficar disposto para o trabalho de um dia inteiro, ou a emprehender longas caminhadas, como fazem os Mandigas quando viajam em caravanas...*<sup>143</sup>

---

<sup>138</sup> *Ibidem*, pp. 136-137 e nota 1 p. 137.

<sup>139</sup> Marcelino Marques de Barros, 'A mancarra', in *Revista Portugueza Colonial e Marítima*, 1 ano, 2, Lisboa, Livraria Ferin, 1897-98, pp. 797-801, p. 797.

<sup>140</sup> *Ibidem*.

<sup>141</sup> *Ibidem*, p. 798.

<sup>142</sup> *Ibidem*, p. 797.

<sup>143</sup> *Ibidem*, pp. 799-800.

A “mancarra de bijagó” não estava presente somente na costa ocidental da África. Segundo o capitão Carlos Rebello Cabral, Moçambique contava também em suas terras com as duas espécies de *mancarra*, “tendo a de bijagó o nome de grão de Moçambique”<sup>144</sup>.

O fato do uso da palavra *mancarra* já ser registrado tão cedo na costa ocidental da africana, como atesta o texto d’Almada, por exemplo, trouxe alguma dúvida sobre a origem americana do amendoim. Mais intrigante ainda foi a definição etimológica de *U-karanga*, região próxima ao lago Tanganica, dada pelos exploradores britânicos Richard Francis Burton e Henry Morton Stanley. No seu livro *Lake regions*, Burton afirmou que “U-karanga signifies etymologically the land of ground-nuts”<sup>145</sup>, a mesma “terra dos amendoins” citada por Stanley quando da sua travessia do “Continente Negro”<sup>146</sup>. Poderia ser a *U-karanga* de Burton e Stanley a mesma *Mocaranga* (ou *Ba-Karanga*) que João dos Santos nomeou no final do século XVI? Se a resposta for positiva, pergunta-se Ficalho, como poderia em tão pouco tempo uma planta americana ter dado nome a uma vasta região do interior africano?<sup>147</sup>

Antes de Ficalho, Alphonse Candolle assinalara que a antiguidade da cultura e a vasta área cultivada suscitavam dúvidas sobre a origem americana do amendoim.

*L'ancienneté et la généralité de sa culture en Afrique est cependant un argument de quelque force, qui compense jusqu'à un certain point l'ancienneté au Brésil et la présence de six autres Arachis dans ce seul pays*<sup>148</sup>.

Mas é muito difícil, apesar dos argumentos anteriores, inclinar-se para um cultivo simultâneo nos dois lados do Atlântico, e mais ainda para uma origem exclusivamente africana. O próprio Alphonse Candolle, apesar das dúvidas mencionadas, manifesta-se a favor da origem americana. Seus principais argumentos residem na ausência de referência por parte dos escritores clássicos, inclusive árabes; a vasta área em que se praticava a sua cultura na América do Sul e, mormente, pelo fato de todas as variedades espontâneas de amendoins serem conhecidas no Brasil.

*Je lui donnerais beaucoup de valeur si l'Arachis avais été connue des anciens Egyptiens et des Arabes; mais le silence des auteurs grecs, latins et arabes, comme l'absence de l'espèce en Egypte du temps de Forskal, me font penser que sa culture en*

<sup>144</sup> Apud *ibidem*, p. 798. Para ver outros nomes utilizados por algumas populações da costa ocidental para referir-se à *mancarra*, nomeadamente mandigas e fulas, ver p. 799.

<sup>145</sup> Apud Conde de Ficalho, *op. cit.*, p. 137.

<sup>146</sup> Henry M. Stanley, *op. cit.*, p. 86.

<sup>147</sup> Conde de Ficalho, *op. cit.*, p. 137.

<sup>148</sup> Alphonse Candolle, *op. cit.*, p. 332.

*Guinée, au Sénégal et sur la côte orientale d’Afrique ne remonte pas à une date fort ancienne*<sup>149</sup>.

O português Gabriel Soares de Souza, que se mudou para a Bahia em 1570, onde se tornou um grande agricultor, referindo-se ao cultivo dos *amendois* pelos tupinambás, disse que

*Dos amendois temos que dar conta particular, porque é cousa, que se não sabe haver senão no Brazil, os quaes nascem debaixo da terra, onde se plantam á mão, um palmo um do outro; as suas folbas são como as dos feijões de Hespanha, e tem os ramos ao longo do chão. E cada pé dá um grande prato d’estes amendois, que nascem nas pontas das raizes, os quaes são tamanhos como bolotas, e tem a casca da mesma grossura e dureza, mas é branca e crespa, e tem dentro de cada bainha tres e quatro amendois, que são da feição dos pinhões com casca, e ainda mais grossos. Tem uma tona parda, que se lhes sabe logo como a do miolo dos pinhões, o qual miolo é alvo. Comestos crus tem sabor de gravaços crus, mas comem-se assados e cozidos com a casca, como as castanhas, e são muito saborosos, e torrados fóra da casca são melhores*<sup>150</sup>.

Na América do Sul, nomeadamente no Brasil, era conhecida, como já mencionado, a existência de todas as espécies espontânea de amendoim. A partir do Brasil o amendoim teria chegado ao Peru, onde originou uma espécie com características próprias<sup>151</sup>. Posteriormente, nos contatos com os castelhanos, a planta alcançou a Ásia e o México. Do México “viajou” para a França no início do século XVII e, no fim do mesmo século para a Espanha<sup>152</sup>. Antes disso, o amendoim já tinha se fixado na costa ocidental do continente africano, levado pelos negreiros portugueses, ao ser amplamente utilizado como

---

<sup>149</sup> *Ibidem*.

<sup>150</sup> Gabriel Soares de Sousa, *Tratado Descritivo do Brazil em 1577*, Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1851, p. 175. Ver também Conde de Ficalho, *op. cit.*, p. 134. Ferrão chama a atenção para o fato de que “os amendoins” não nascem “nas pontas das raizes”, como escreveu Sousa, mas sim “na extremidade de ginóforos que se formam na parte aérea após a fecundação das flores...”. Como os frutos ficam próximos das raizes, Ferrão vê o lapso como “perfeitamente aceitável”, José E. Mendes Ferrão, *op. cit.*, p. 50.

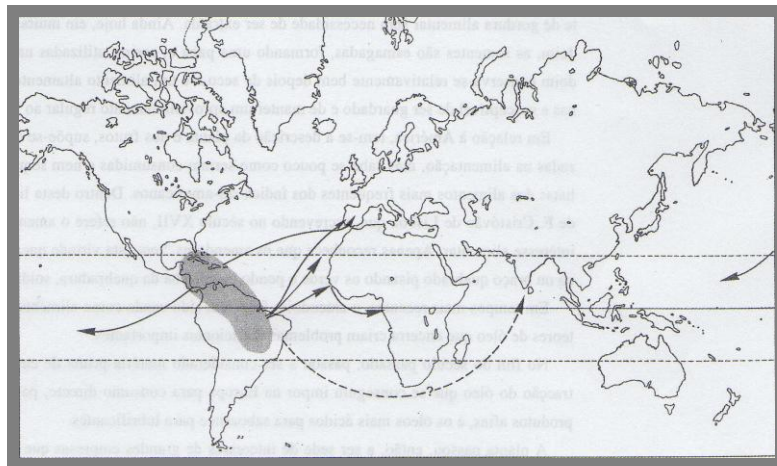
<sup>151</sup> A partir de escavações realizadas no Peru foram descobertas sementes de amendoim que puderam ser datadas do ano 88 a.C., José E. Mendes Ferrão, *op. cit.*, p. 51.

<sup>152</sup> M. Marcel Dubard, “De l’origine de l’arachide”, in *Bulletim du Muséum d’Histoire Naturelle*, Paris, Muséum National, 5, 1906, pp. 340-344.

alimentação para os escravos durante as viagens de travessia entre a África e a América, desde o século XVI<sup>153</sup>.

*Je se suis pas éloigné de croire à un transport du Brésil en Guinée par les premiers négriers, et à d'autres transports du Brésil aux îles du midi de l'Asie par les Portugais depuis la fin du XV<sup>e</sup> siècle<sup>154</sup>.*

As populações mandingas da região do antigo Kongo utilizavam — pelo menos até ao início do século XX — a abreviação *tiga*, da palavra *mantiga* (do português manteiga), para se referirem ao amendoim<sup>155</sup>. Ainda na África Central, se utilizava também a palavra *pinda* para nomar o amendoim. O historiador Felipe de Alencastro sugere que a ilha de Pinda, localizada próxima à desembocadura do rio Congo, principal porto do tráfico negreiro da região, tenha sido um dos principais pontos de cultivo e difusão da lavoura dessa leguminosa na África Central<sup>156</sup>.



MAPA 3. "DISTRIBUIÇÃO DO AMENDOIM"  
José E. Mendes Ferrão, *op. cit.*, p. 54.

Os exemplos acima citados são provas de que o conhecimento que as populações da África tiveram do amendoim foi adquirido através dos portugueses, que teriam trazido, por sua vez, do Brasil. Uma vez em África, o amendoim acabou sendo bem aceito pelas populações africanas, que o valorizaram como uma importante fonte de gordura alimentar, altamente energético, rico em proteínas e de fácil conservação uma vez seco<sup>157</sup>, pelo que foi

<sup>153</sup> Joye L. Bowman, 'Legitimate Commerce' and Peanut Production in Portuguese Guinea, 1840s-1880s', in *The Journal of African History*, XXVIII, 1, 1987, pp. 87-106, p. 89.

<sup>154</sup> Alphonse Candolle, *op. cit.*, p. 333.

<sup>155</sup> M. Marcel Dubard, *op. cit.*, p. 341

<sup>156</sup> Luiz Felipe de Alencastro, *op. cit.*, p. 92.

<sup>157</sup> José E. Mendes Ferrão, *op. cit.*, p. 52.

integrado nas práticas agrárias, tanto na cultura intensiva em volta das cubatas, como na cultura de seara<sup>158</sup>.

O botânico francês Marcel Marie Maurice Dubard (1873-1914), para saber a origem do amendoim, fez uma comparação com diferentes espécies de *arachis hypogaea* que existiam no atual Museu do Homem de Paris. Maurice Dubard defendia a ideia de que havia duas espécies principais de amendoim, de acordo com as características físicas observadas, em especial no número de sementes (2 ou 3). A primeira, de origem brasileira, e a outra onde suas sementes

*constituent une amélioration des formes sauvages, survenue à la suite d'une sélection plus ou moins consciente; elles doivent donc s'éloigner des arachides du Brésil plus proches de l'état sauvage et qui devaient être à deux graines, comme la plupart de celles de la Côte occidentale d'Afrique, qui en dérivent*<sup>159</sup>.

Depois de observar essas diferenças, Dubard constatou que enquanto a “espécie brasileira” se encontrava na costa ocidental da África, a “espécie peruana” teria sido levada através do oceano Pacífico pelas expedições que abriram caminho aos espanhóis nessa região, na época da expedição de Fernão de Magalhães (1519-1521), chegando finalmente às Filipinas, Japão, à região do Indo-China, sul da Ásia e Madagascar<sup>160</sup>.

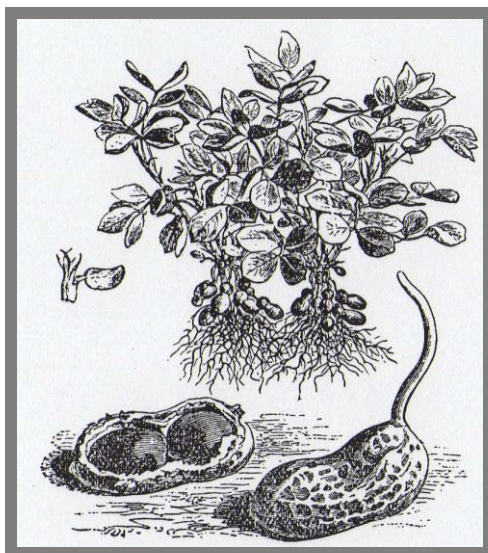


FIGURA 2. AMENDOIM (*ARACHIS HYPOGAEA*, L.)  
Daniel da Cruz, *op. cit.*, p. 248.

<sup>158</sup> Elikia M'Bokolo, *op. cit.*, p. 160.

<sup>159</sup> M. Marcel Dubard, *op. cit.*, pp. 341-342.

<sup>160</sup> *Ibidem*, p. 343.

Em algumas línguas europeias a *arachys hypogaea* é conhecida por algumas das suas características ou qualidades: *pístache de terre*, *groundnut* ou *erdnuss*<sup>161</sup>, não contribuindo assim para aclarar a origem da semente. Por outro lado, há uma série de nomes de origem brasileira como *manobi*, *mundubi*, *mendobi*, *mendoim*, *mendoim* e *amendoim* que indicam, portanto, uma origem americana da planta<sup>162</sup>. O documento mais antigo onde se lê um nome brasileiro, *manobi*, foi escrito por Jean Lery, referindo-se ao ano de 1555. Aparentemente, tera sido através de derivações desta palavra, assim como de *mundibi* e *mandubi* usadas também mais tarde, que se chegou finalmente ao vocábulo *amendoim*<sup>163</sup>.

Etimologicamente, a proximidade da palavra “amendoim” com o vocábulo “amêndoa”, assim como a semelhança entre as duas sementes, também faz pensar numa origem portuguesa para a palavra “amendoim”. O dicionário Michaelis, por exemplo, cita o verbete “amendoim” como sendo de origem “tupi *manduú* [enterrado], em cruzamento com *amêndoa*<sup>164</sup>”. Ficalho também sugere outra possibilidade: a primeira edição da obra de Gabriel Soares de Sousa, que teria conhecido a planta quase na mesma época que Jean Lery, foi publicada utilizando o nome “amendões” e, somente a partir da segunda edição “amendois”.

*Tanto de uma como de outra orthographia, e sobretudo da primeira, parece resultar que elle não conhecia nome brazileiro, e deu ás sementes esta designação, por as julgar parecidas na fôrma ou gosto com as ‘amendoas’. Se de ‘amendoa’ vem ‘amendoim’, pôde d’este vir ‘mendoim’, e tomando a serie de nomes ás vessas chegaríamos a ‘manobi’, por corrupções e derivações successivas. N’este caso os nomes não seriam brazileiros e sim portugueses*<sup>165</sup>.

Apesar de todas as dúvidas suscitadas ao longo do tempo sobre a origem do amendoim, é difícil negar a sua origem sul-americana. Uma vez chegado a África através dos negreiros portugueses, o amendoim foi rapidamente introduzido pelos africanos na sua culinária. A sua perfeita aclimação e adaptação às características do solo do continente

<sup>161</sup> *Erde* em alemão significa terra e *nuss* castanha.

<sup>162</sup> Conde de Ficalho, *op. cit.*, p. 135.

<sup>163</sup> *Ibidem*, nota 1, p. 136.

<sup>164</sup> Walter Weiszflog, ed., *Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa* [em linha], São Paulo, Melhoramentos, 1998-2007, [consult. 22/04/2011], disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>

<sup>165</sup> Conde de Ficalho, *op. cit.*, nota 1, p. 136. O editor da edição de 1851 do *Tratado descritivo do Brazil em 1587*, Francisco Adolpho de Varnhagen, ao qual, segundo Ficalho, acredita ser um erro de impressão, descreve ao final da obra que “A conhecida planta leguminosa *Arachis hypogaea* L. chama Soares, á portugueza, *amendoim*, como se proviesse de amendoa. O nome é degenerado do *mandubi* ou *mandui* indigena.”, Gabriel Soares de Sousa, *op. cit.*, p. 387.

favoreceram à sua rápida expansão por todo o continente, fazendo parte até os nossos dias da base alimentar de muitos africanos.

### 2.3. O amendoim e o gergelim na África: situações de cultura e trabalho

Tanto o amendoim como o gergelim faziam parte, no século XIX, do rol de importantes produtos da cultura culinária das populações africanas em diferentes zonas do continente. O amendoim, além de ser consumido como alimento, também era utilizado como base para o fabrico de óleos tanto para a culinária como para usos domésticos. Em Angola, o *quitabe*, era um preparo a partir de uma pasta de amendoim condimentado com pimentos; também se consumia misturado com bananas, farinha de mandioca e outros alimentos.

*Cada huma das vagens encerra tres e quatro amendoas, que torradas sabem a pinhões, e pilladas e postas ao sol, e depois tornadas a pillar misturadas com sal dão preciosos azeite para luzes, e para cozinhar. Pela mesma fórma cultivão o gerzelim, que apanhão quando o milho, arrancando as plantas, seccando-as ao sol; e como estejam bem sêccas as batem com hum pau para lhe separarem as sementes, que recolhem para consumo de todo o anno, e para fazerem mercancia, vendendo-as o alqueire por cada panno<sup>166</sup>.*

O óleo, tanto do amendoim como do gergelim, era extraído basicamente a partir do mesmo processo: depois de transformado em uma espécie de pasta, vertia-se num recipiente com água bem quente, o que permitia a separação do óleo, que era então retirado com a ajuda de colheres de madeiras<sup>167</sup>. Do processo de fabricação de azeite de gergelim, escrevia Xavier Botelho em 1835: “fazem tambem azeite da mesma arte que fazem o de amendoim; e bem pillado servem-se delle para cozinhar”<sup>168</sup>. O padre Daniel da Cruz, escrevendo já na primeira década do século XX, dizia ter

*para isso dois procesos [de produção de óleo de amendoim]. No primeiro é bem moído e prensado até deitar todo o óleo que é muito. O segundo é o mais usado. É bem pilado e reduzido a farinha. Em seguida é fervido em água muito limpa durante algumas horas e separado por decantação.*

---

<sup>166</sup> Sebastião Xavier Botelho, *Memória estatística sobre os domínios portuguezes na África Oriental*, Lisboa, Typ. de José Baptista Morando, 1835, p. 197.

<sup>167</sup> Conde de Ficalho, *op. cit.*, p. 138-139.

<sup>168</sup> Sebastião Xavier Botelho, *op. cit.*, pp. 197-198.

*O azeite é muito bom e conservam-no perfeitamente em grandes pattellas e outros vasos, e serve-lhes não so para condimentar os seus guisados, mas vendem-no também em grande quantidade aos orientaes, sobretudo aos 'banianes', quasi de mais restrictas necessidades que os mesmos indigenas*<sup>169</sup>.

O amendoim costuma ser plantado durante a estação das chuvas (novembro a março). Antes disso, os agricultores africanos procediam à limpeza e preparação do terreno que seria utilizado no plantio.

*É esta uma das produções mais estimadas dos indigenas, por lhes fornecer boa quantidade de óleo muito apreciado, e assim a sua cultura é também uma das mais esperadas. Para isso escolhem geralmente uma terra areenta e leve, mas de boa qualidade, que limpam muito bem de hervas e raizes*<sup>170</sup>.

Em meados do período das chuvas o solo encontra-se suficientemente úmido para que as sementes de amendoim pudessem germinar, momento em que as mesmas encontravam então as melhores condições para o seu desenvolvimento.

*Depois em dezembro e janeiro, procede-se a sementeira. Fazem-se pequenos covachos em toda a extensão do campo, distantes entre si um ou dois palmos em todos os sentidos, e colloca-se em cada um o máximo duas sementes bem escolhidas, cobrindo-as muito bem com terra leve e fina. Nestas sementeiras são os indigenas muito parcios, porque o amendoim é para elles tão precioso, que só na esperança de uma boa remuneração lançam algumas sementes a terra.*

*Estas nascem todas dentro de quinze dias. Os cuidados que então lhe dispensam não são muitos, porque em verdade são pouco exigentes. O essencial são algumas sachas, limpeza muito esmerada de hervas nocivas, e pouco mais, com que elles não lhe faltam*<sup>171</sup>.

Já no fim do período de chuvas e o início da estação da seca, iniciava-se finalmente a floração: dando-se finalmente neste momento, que é o de maior fecundação e frutificação,

<sup>169</sup> Daniel da Cruz, *Em terras de Gaza*, Porto, Gazeta das Aldeias, 1910, p. 249.

<sup>170</sup> *Ibidem*, p. 248.

<sup>171</sup> *Ibidem*.

a formação dos frutos<sup>172</sup>. Já o plantio do gergelim dava-se mais tarde, no fim do período das chuvas<sup>173</sup>.

A área cultivada de gergelim e amendoim parece ter sido considerável. O ex-embaixador britânico de Moçambique, Henry E. O'Neill, que percorreu entre 1879 e 1882 mais de 1.200 milhas<sup>174</sup> pelo costa de Moçambique, registrou que a área utilizada para a cultura destas duas sementes alcançava “As centanas e milhares de hectares”. A descrição de O'Neill é um importante relato do processo de produção agrícola. Por isso pedimos compreensão e paciência ao leitor pela longa citação a seguir, mas não seríamos capazes de fazer melhor.

O'Neill, que se surpreendeu pelo “facto notavel que a cultura de taes plantas [de amendoim e gergelim] esteja exclusivamente confiada às mãos dos indigenas”<sup>175</sup>, atestou que toda aquela área cultivada era

*em grande parte, desbravados a machado, instrumento já de fabrico indigena, do eitio de um 'tomahawk', e apresentando um gume de 2 pollegadas de comprimento, quando muito, ferramenta de que se ririam os nossos mateiros; comtudo, tenbo visto corpulentas arvores abatidas com elle, falta provavelmente de instrumento melhor. Nas immediações das colonias européas ainda se vê o indigena fazer uso de uma especie de fouce roçadoura para podar os rebentos; mas tirante este e est'outro instrumento, de nenhum outro mais se server o makua.*

*A vasta area de terreno assim desbravado é então revolvida de baixo para cima, empregando-se n'esta faina mulheres e homens munidos de enxadas, tambem de fabrico indigena, mas toscas e pesadas para o manejo, tornando por esta circumstancia o trabalho moroso, e requerendo enorme despendio de força.*

*Na sementeira do amendoim começa-se por abrir uns buracos na terra, á distancia de 3 ou 4 pés uns dos outros, a fim de dar margem a que a planta vá alastrando. Este trabalho é de ordinario feito com um pau ponteagudo; depois é deitada em cada buraco uma semente, mas uma só, operação em que os indigenas empregam o maior cuidado por estarem persuadidos de que, nascendo juntas duas ou tres plantas, estas se asphixiarão mutuamente; e afinal espalham a terra com os pés, ficando por este processo enterrada a semente.*

---

<sup>172</sup> Raúl Ribeiro dos Santos Delgado e Silva, *O problema das oleaginosas: posição de Moçambique*, Lisboa, s.n, 1952, p. 18.

<sup>173</sup> Ernesto Jardim de Vilhena, *A mão d'obra agricola em Moçambique*, Lisboa, A Editora, 1910, pp. 9-10.

<sup>174</sup> 1.900 km aproximadamente.

<sup>175</sup> Henry O'Neill, 'Da agricultura e do trabalho em Moçambique', in *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 4ª Série, 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 16-30, p. 25.

*Pelo que respeita ao gergelim é a semente atirada á toa para a terra, tal qual como se procede com os cereaes; caminhando atraz dos semeadores outros indigenas munidos de enxadas com quo enterram a semente rudemente, acabando por concertar o terrono com os pés.*

*É mister empregar muita canceira e muitos cuidados para conservar sempre a terra limpa das plantas damninhas que, sob este clima, surgem rapidamente do solo; mas sem embargo d'isto é a cultura do amendoim e do gergelim cuidadosamente vigiada por toda a parte.*

*Na ceifa, ou, antes, na colheita, do amendoim são as plantas simplesmente arrancadas á mão e tiradas as raizes como se faz á batata ordinaria. Em seguida deixam-se ficar ao sol a seccar, e quando se acham inteiramente seccas são descascadas á mão para se lhes tirar a semente, operação esta que requer muito tempo e paciencia.*

*Em relação ao gergelim é a planta, n'alguns districtos, litteralmente segada, porém uma uma e á mão, com uma faca ordinaria. N'outros districtos são as plantas simplesmente arrancadas da terra. No ultimo caso são então cortadas um pé abaixo do caule.*

*As plantas são atadas então em pequenos feixes e encarreiradas no chão, ao sol, até que estejam completamente seccas, o que se reconhece quando as sementes começam a cair com facilidade. Estendem-se então no solo grandes esteiras, sobre as quaes são vigorosamente sacudidos os feixes e assim se lhes tira a semente.*

*Tanto em relação ao amendoim, como pelo que respeita ao gergelim, são as sementes recolhidas em cestos de fabrico indigena (quiçapos<sup>176</sup>) e conduzidas á cabeça de pretos até á residencia do negociante da costa, que ás vezes fica a 50 ou 60 milhas de distancia. Chegadas ahí são trocada por fazendas, missanga, polvora, etc., e armazenadas até se apresentar ensejo de serem embarcadas.*

*Todo o trabalho d'estas industrias, desde o desbravar da floresta até á entrega dos productos no armazem do negociante, é o mais primitivo e rude que imaginar se póde. A cada passo se perdem forças e tempo, até ás vezes dinheiro.*

*É também mui baixo o preço que qualquer d'estas duas plantas obtem no mercado, não póde ser lucrativa, e a este respeito hei sempre ouvido repetir que simillante cultura só a preto póde convir, por este não reconhecer o valor do tempo, nem o do trabalho<sup>177</sup>.*

<sup>176</sup> Ou quissapo: era um saco fabricado a partir de folhas de palma, muito resistente, utilizado pelas populações africanas de Moçambique para o transporte, principalmente, de sementes, entre as quais de gergelim e amendoim, António de Moraes Silva, *op. cit.*, vol. IX, p. 114.

<sup>177</sup> Henry O'Neill, *op. cit.*, pp. 25-26.

Através das informações sobre a agricultura em Moçambique no século XIX, podemos reconstruir a divisão sazonal do trabalho realizado pelos agricultores africanos no manejo da terra. O primeiro passo era a preparação da mesma, a queima da palha e/ou ervas secas que cobriam o terreno. Esta fase, ainda que com algumas variações de ano para ano, iniciava-se geralmente entre os meses de agosto e setembro. Era quando o solo e, principalmente, as ervas daninhas se encontravam mais secas, no auge da estação seca, facilitando a queima e a limpeza do solo. Com a baixa umidade do ar e a secura da vegetação rasteira, a “limpeza” do terreno produzida pelo fogo era muito mais eficaz.

Podemos ler em agosto de 1876: “Começou-se a queimar a herva secca afim de preparar as terras para as futuras sementeiras...”<sup>178</sup>; ou em setembro do ano seguinte: “começa a queima da palha dos campos para preparar as terras para futuras sementeiras”<sup>179</sup>.

Uma vez executadas as queimadas e a limpeza dos terrenos, e depois de ter caído suficiente chuva, era a vez de proceder às sementeiras, o que ocorria geralmente a partir de novembro/dezembro. Consoante o ritmo e a regularidade das chuvas, as sementeiras podiam iniciar-se mais tarde. Em novembro de 1874, no distrito de Moçambique, por exemplo, “...começa a cultura para plantação de cereaes, e outros generos da principal alimentação do povo; como tambem d'amendoim e gergelim”<sup>180</sup>. Mais a norte, no distrito de Cabo Delgado, em 1887, ainda no mês de fevereiro, “Semeou-se gergelim e amendoim”<sup>181</sup>.



FIGURA 3. “MULHER CULTIVANDO O SOLO”  
Daniel da Cruz, *op. cit.*, p. 227.

<sup>178</sup> B.O. 38, 18/09/1876, p. 257.

<sup>179</sup> B. O. 40, 01/10/1877, p. 285.

<sup>180</sup> B.O. 49, 05/12/1874, p. 228.

<sup>181</sup> B.O. 14, 02/04/1887, p. 140.

Finalmente a colheita começava no fim das chuvas e início do período da seca, ou seja, por volta do mês de abril. No distrito de Quelimane, em abril de 1885, “colhe-se amendoim”<sup>182</sup>. No mesmo ano, no distrito de Cabo Delgado, a colheita estendeu-se até o mês de junho, quando “Acabou-se a colheita de gergelim e amendoim, sendo a do 1º abundante”<sup>183</sup>. Concluída a colheita, fechava-se o ano agrícola, nomeadamente o da produção do amendoim e do gergelim. A partir de então, todos se preparam para repetir o ciclo mais uma vez.

*O amendoim, ou mandobim, como lhe chamão em todo o Brasil, não dá vantagem ao desta região [...] semeão-no em Dezembro em terrão próprio, e em covas, da mesma sorte que usão com o milho zaborro. O amendoim he planta rasteira que alastra e vai lançando vages por baixo da terra e em roda das raízes, tão copiosas que cada pé deita cinquenta e sessenta vages. Na entrada de Abril cavão a terra, extrahem as vages, seccão-as ao sol, e as vendem por hum panno cada alqueire*<sup>184</sup>.

Muitas vezes, contudo, fenômenos naturais alteravam o fluir normal das dinâmicas descritas acima: no distrito de Moçambique, por exemplo, em fevereiro de 1878, “As sementeiras pela maior parte perderam-se devido à falta das agoas durante o mez, por tanto espera-se que as colheitas sejam escassas”<sup>185</sup>. Em abril do mesmo ano, no distrito de Quelimane, “Perderam-se algumas sementeiras por falta de chuva, à excepção da de feijão que promette uma colheita abundante”<sup>186</sup>. Não era apenas a falta de chuva que podia pôr em risco uma boa colheita. Em 1886, em Inhambane, a chuva fora da época causou estragos na colheita de amendoim daquele ano: “As sementeiras de amendoim foram prejudicadas pelas chuvas extemporaneas que caíram e parece provavel uma má colheita este anno”<sup>187</sup>.

Outros fatores adversos, como os conflitos bélicos, forçavam a alterações no ritmo da produção agrícola. Em outubro de 1886, para citar um exemplo, no distrito de Inhambane, que já tinha sido prejudicado neste mesmo ano pela chuva não prevista, “Não começaram a preparar os campos para as sementeiras por causa da guerra”<sup>188</sup>.

Durante a época das chuvas, que geralmente transcorriam entre os meses de outubro/novembro até abril, o comércio ressentia-se profundamente. Antes das primeiras

<sup>182</sup> B.O. 38, 19/09/1885, p. 290.

<sup>183</sup> *Ibidem*.

<sup>184</sup> Sebastião Xavier Botelho, *op. cit.*, p. 197.

<sup>185</sup> B.O. 11, 18/03/1878, p. 58.

<sup>186</sup> B.O. 22, 03/06/1878, p. 123.

<sup>187</sup> B.O. 42, 16/10/1886, p. 515.

<sup>188</sup> B.O. 46, 13/11/1886, p. 564.

precipitações, e aproveitando, portanto, o momento de maior secura do solo, os produtores africanos dedicavam-se ao preparo da terra, o que na prática significava o início do ciclo de produção, momento em que o estoque de sementes armazenadas se encontrava muito reduzido. À falta de produtos somavam-se as dificuldades do transporte por terra ocasionada pelas chuvas. Caso alguns produtores contassem com alguma reserva, o risco de verem a produção perder-se durante o transporte, como consequência de alguma tempestade inesperada a caminho da costa, desencorajava qualquer comerciante ou produtor mais experiente. Os sacos utilizados para o transporte das sementes não impediam que o produto se deteriorasse caso tivesse contato com a água (ver Figura 4). Como consequência, também, muitas casas comerciais encerravam as suas atividades durante este período, uma forma de se “eximirem ao pagamento da licença” durante o período de maior estagnação comercial<sup>189</sup>.

A produção resultante de todos esses meses de trabalho sobre a terra cultivando e colhendo o gergelim e o amendoim, dava lugar agora à outra fase da longa cadeia que permitiria que parte importante desta produção chegasse, finalmente, às indústrias europeias: era o momento de operar o comércio costeiro. Volumes importantes de sementes, geralmente produzidas ao longo da própria costa, deveriam chegar agora aos portos marítimos. Momento em que entravam em cena novos atores; não mais preocupados com o cultivo e a colheita, mas com a comercialização e o transporte destas sementes. E é justamente esta nova fase que veremos no seguinte capítulo.

---

<sup>189</sup> Massano de Amorim, *Relatório sobre a ocupação de Angoche: operações de campanha e mais serviços realizados: anno de 1910*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1911, pp. 58-59.

---

### 3. A produção e o comércio externo das oleaginosas em Moçambique

---



Com o incremento das viagens de exploração científica pelo interior do continente africano, principalmente a partir da primeira metade de século XIX, os países industrializados da Europa e os Estados Unidos tomaram conhecimento de um grande número de produtos e novas possibilidades comerciais. Foi, no entanto, na segunda metade do século que estes países passaram a interessar-se de maneira mais diligente pelas riquezas do continente, atraindo para a África o efervescente capitalismo, até então dirigido principalmente à América e ao Oriente<sup>190</sup>.

### 3.1. A organização da produção africana e o comércio

Como resultado do aumento da procura externa por produtos lícitos nas costas moçambicanas, muitos produtores africanos responderam prontamente às demandas da indústria europeia. Décadas mais tarde, e já sob a dominação colonial portuguesa no século XX, Moçambique passaria a produzir e exportar, também, grandes quantidades de algodão, concretizando assim o desejo de muitos colonialistas em ver a província gerar grandes lucros com a exportação de produtos agrícolas. Carlos Fortuna, autor de um importante estudo sobre a produção algodoeira em Moçambique, sugere, contudo, que somente com a consolidação da exportação deste produto é que Moçambique passou a inserir-se na “Economia-mundo”, e suas relações comerciais se internacionalizaram.

*Até aos primeiros anos deste século [XX], Moçambique permaneceu um território em grande parte marginal ao funcionamento da economia-mundo [...] eram fundamentalmente regionais as redes de troca em que Moçambique se integrava...*<sup>191</sup>

A afirmação acima parece, contudo, desprezar as relações comerciais promovidas pelas novas demandas europeias na segunda metade do século XIX, que contavam também com a participação de comerciantes indianos e do seu capital, numa verdadeira demonstração da internacionalização das relações proporcionadas pelo comércio existente na costa oriental africana.

Estas novas demandas eram reclamadas em diferentes pontos de Moçambique, como por exemplo no pequeno estabelecimento colonial português de Pemba, no distrito de Cabo Delgado, onde o ex-governador Jeronymo Romero foi testemunha do comércio,

<sup>190</sup> Emília Madeira Santos, *op. cit.*, p. 175.

<sup>191</sup> Carlos Fortuna, *O Fio da Meada: algodão de Moçambique, Portugal e a Economia-mundo (1860-1960)*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 71.

ainda pequeno é verdade, que se formou entre os poucos colonos ali instalados e os indígenas, a “4 ou 5 mezes” da chegada dos primeiros:

*Os indígenas de diversos logares do interior continuam a affluir, trazendo batatas, gallinhas, tabaco, arroz, feijão, gergelim etc.: os naturaes do paiz cada vez estam estreitando mais as suas relações commerciaes e de amizade com os colonos*<sup>192</sup>.

Os portugueses, apesar de não controlarem o novo capital que começava a instalar-se na costa e da sua ínfima participação no comércio das oleaginosas, souberam criar as primeiras condições para favorecer tal comércio e tirar vantagens do mesmo. Foram abertas as alfândegas de Ibo, Quelimane, Inhambane e Lourenço Marques; modificaram-se as tarifas alfandegárias com o intuito de alentar as trocas comerciais; abriram-se oficialmente os portos a outros países em outubro de 1853<sup>193</sup>; e, no mesmo ano, assinou-se um tratado comercial com a França, que trouxe na sequência a instalação nas costas moçambicanas das firmas marsehesas de *Fabre et Fils* e *Régis Ainé*, as duas mais importantes empresas comerciais de oleaginosas que operaram em Moçambique no século XIX.

Este incipiente comércio ganhou maior importância a partir dos anos 60, com a entrada no mercado europeu do petróleo dos Estados Unidos, o que fez diminuir a competitividade dos óleos vegetais da costa ocidental, maior exportadora até aquele momento. Muitas casas comerciais europeias ali instaladas redirecionaram os seus negócios ao outro lado do continente. A abertura do canal de Suez em 1869 permitiu definitivamente a viabilidade econômica do comércio de sementes da costa de Moçambique com destino ao mercado europeu<sup>194</sup>.

A produção foi então assegurada pelos produtores africanos instalados na costa — ou não muito distantes dos portos de embarques do litoral —, que ainda dentro de um contexto de produção familiar e de subsistência passaram a abastecer um número crescente de comerciantes desejosos pela sua produção. Neste primeiro momento, as mercadorias mais procuradas foram o gergelim e o amendoim, mas rapidamente outros produtos vegetais entraram na pauta, seja com o objetivo de exportação para a Europa, seja para a alimentação do crescente contingente de comerciantes e escravos que passaram a circular pela região.

---

<sup>192</sup> Apud Perry da Camara, *Descrição dos territórios dos districto de Cabo Delgado que fazem parte da concessão feita à Companhia do Nyassa*, Lisboa, Adolpho Modesto & C.<sup>a</sup>, 1893, p. 9.

<sup>193</sup> M. Simões Alberto; Francisco A. Toscano, *O Oriente Africano Português: síntese cronológica da História de Moçambique*, Lourenço Marques, Minerva Central, 1942, p. 126.

<sup>194</sup> Leroy Vail; Landeg White, *Capitalism and Colonialism...*, p. 64.

É possível que muitos africanos tenham, numa primeira fase, se sentido intimidados em aderir ao novo comércio, que passou a concorrer com os antigos comércios de marfim, ouro, cera de abelha, escravos. Mas rapidamente estes produtores, excluídos do comércio mais antigo e tradicional, aderiram com entusiasmo, ao ponto de a oferta ter ultrapassado a demanda em determinados momentos<sup>195</sup>.

Assim como ocorrera com o comércio de escravos, que se tinha instalado sobre o comércio mais antigo de marfim e ouro, o comércio das oleaginosas aproveitou-se também de uma estrutura anterior para assentar-se. Os tecidos de algodão, por exemplo, apreciados pelas populações africanas e utilizados desde muito tempo no comércio africano, continuaram sendo uma importante mercadoria na troca por sementes oleaginosas.

Apesar de existir alguns documentos que atestam a ida de produtores africanos até os estabelecimentos comerciais do litoral — o que provavelmente tenha ocorrido com alguma frequência —, a dinâmica mais generalizada foi o contrário: os comerciantes é que procuraram instalar-se próximo às localidades produtoras africanas. A maneira de se organizar se mostrou diferente do grande comércio de marfim que se praticava até então. Em lugar de negociarem com uns poucos africanos, ou seja, a oligarquia política, que controlava não somente o comércio, mas também a caça, os comerciantes tiveram de negociar com um número significativamente maior de produtores, que garantiam individualmente pequenas quantidades de sementes. Assim como ocorreu do outro lado do continente, nomeadamente em Angola, a emergência de um comércio mais individualizado ganhou destaque a partir do último terço do século XIX<sup>196</sup>.

Em relatório publicado em 1907, o ex-governador de Quelimane, Eduardo do Couto Lupi, que criticava as más práticas comerciais dos monhés, responsáveis, segundo o ex-governador, pelo declínio do comércio no distrito<sup>197</sup>, nos deixa um testemunho do movimento dos intermediários indianos ao interior do distrito em busca dos produtores africanos:

*Numa concorrência infrene, querendo que a sua “lojeca” seja a primeira que o provavel vendedor vindo do sertão encontre, deixa a costa, onde não ha lugar de attender ao problema dos transportes, e vae-se internando a distancia enormes; aquelle que consegue pôr-se na flexa d'essa avançada, faz assim muito negocio, seu exclusivo*

<sup>195</sup> C. Coquery-Vidrovitch, *op. cit.*, p. 207.

<sup>196</sup> Isabel Castro Henriques, *Percursos da Modernidade...*, p. 473.

<sup>197</sup> Eduardo do Couto Lupi, *Districto do Quelimane. Relatório do Governador 1906-1907*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1907, p. 17. Em 1945 ainda se podia ler críticas sobre o domínio dos monhés no “comércio para indígenas” na ilha de Moçambique. Cf. Alexandre Lobato, *A Ilha de Moçambique*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1945, p. 144.

*fito, motivado pela necessidade do credito; mas se alguém não vem acudir-lhe com carregadores a baixo salario, por meio dos quaes possa trazer para os portos a saccaria recheiada que lhe atualha os armazens [...] fica afogado numa onda de amendoim, que o preto, voluntariamente, a preço algum quer trazer cá abaixo...*<sup>198</sup>

Também a lógica que pautava os preços negociados entre os comerciantes e os produtores africanos era compreendida, quase sempre, de maneira oposta. Enquanto os comerciantes estavam sob a influência das oscilações internacionais dos preços, os produtores africanos se negavam em ganhar menos pelos seus produtos do que em transações anteriores.

*...o preto, porém, que ficou habituado a receber um determinado preço, já se não conforma em receber menos, e se no anno seguinte encontra menor cotação, ou procura onde lhe paguem melhor [...] ou não vende*<sup>199</sup>.

Esta disparidade na compreensão das práticas comerciais não afetava somente o comércio em Moçambique; pelo contrário, era uma constante das relações comerciais entre produtores africanos e comerciantes, fossem eles indianos, europeus ou afro-europeus. Em Angola, por exemplo, o então major português Henrique Augusto Dias de Carvalho, que liderou uma expedição científica ao império Lunda em 1884, lembrava que os Imbangalas, diante da oferta menor pelos seus produtos se recusavam a concretizar a venda, preferindo regressar a casa com todos os seus produtos às costas<sup>200</sup>.

Também no consumo africano se operou uma importante modificação do *status* dos produtos utilizados no comércio. Se é verdade que continuaram fluindo para a África os mesmos tipos de gêneros utilizados no comércio mais antigo, nomeadamente os tecidos de algodão, a Revolução Industrial permitiu também a produção em maior quantidade e mais barata de novas mercadorias a serem exportadas. O comércio passou a ser mais “massificado” e abrangeu um maior número de pessoas, ao contrário do comércio de luxo, no qual o produto da troca ficava nas mãos de um número reduzido de africanos.

Diante do novo quadro, o comerciante indiano, principal intermediário entre os produtores e as empresas europeias instaladas na costa, se transformou ele mesmo numa espécie de “armazem ambulante”, percorrendo com as suas mercadorias as regiões produtoras e permutando-as com o excedente da produção de sementes oleosas. A

---

<sup>198</sup> Eduardo do Couto Lupi, *op. cit.*, p. 18.

<sup>199</sup> *Ibidem*.

<sup>200</sup> Apud Isabel Castro Henriques, *op. cit.*, pp. 496-497.

resposta a esta nova realidade deu-se com o aumento do comércio e da arrecadação alfandegária — mesmo com as reduções aplicadas por Portugal — que mais que dobraram nos primeiros vinte anos posteriores a 1856<sup>201</sup>.

Estamos falando de uma produção de tipo familiar e, portanto, de volumes relativamente reduzidos de venda por parte dos produtores africanos. Isso pode explicar, em parte, a inviabilidade e a falta de incentivo para que este produtor levasse a sua produção até algum porto da costa. Para contornar a falta de quantidades que garantissem o negócio, os comerciantes indianos e suaílis, que percorriam a região, compravam pequenas quantidades de inúmeros produtores, numa operação global que lhes permitisse acumular grandes quantidades de sementes, tornando viável a operação e o transporte posterior das mesmas.

Esta dinâmica, vista por muitos como empecilho ao desenvolvimento do comércio, assegurava ao produtor africano maiores possibilidades de negociação. Caso empreendesse uma longa viagem carregando a sua produção, o produtor africano poderia ficar preso ao preço ditado pelo comprador instalado no porto. Não aceitando o valor oferecido, sua única opção seria retornar à casa com o seu carregamento, o que fazia com que muitos acabassem recebendo o que quisesse pagar o comerciante. Por outro lado, caso fosse o comerciante quem empreendesse a viagem, o produtor africano não se veria refém deste tipo de pressão. Esta situação gerava certa perplexidade aos comerciantes portugueses mais sedentários, como capitães, feitores e negociantes fixados nos portos, que ademais viam como os “comerciantes volantes”, ou seja, indianos e suaílis, os desafiavam se dirigindo ao encontro dos produtores africanos<sup>202</sup>.

As permutas se davam em pequenos mercados anuais, ou em lojas que os comerciantes montavam com o fim de receberem os produtores, espaço que também servia como espaço para estoque até acumularem o suficiente para enviarem aos portos da costa.

O novo comércio de oleaginosas, como escrito anteriormente, assentou-se em práticas comerciais passadas e que desde há muito tempo já se encontravam enraizadas em Moçambique. O tráfico de escravos e o comércio lícito, pelo menos até os 80 do século XIX, e a diferença do que significou para os europeus, não representaram para os africanos atividades contraditórias. As dinâmicas se apresentaram mais bem complementares, o que facilitou o seu desenvolvimento<sup>203</sup>. A participação dos comerciantes indianos, que passaram

---

<sup>201</sup> Malyn Newitt, "Moçambique", in Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, pp. 557-656, p. 601.

<sup>202</sup> António Rita-Ferreira, 'A sobrevivência do mais fraco...', p. 310-311

<sup>203</sup> C. Coquery-Vidrovitch, *op. cit.*, p. 207.

a comprar também parte da produção agrícola local, é um exemplo da expansão, ou utilização, de uma estrutura vigente, que comercializava, entre outras coisas o marfim, os escravos e a cera de abelha.

Os chamados banianes, depois de se instalarem na região de ilha de Moçambique, no fim do século XVIII, onde passaram a intermediar a produção africana, chegaram também à região dos prazos no vale do Zambeze, mais ao sul, juntamente com as casas comerciais europeias. Estas empresas passaram a ter nos indianos os seus intermediários para com os produtores locais, ou seja, o mesmo sistema que já vinham utilizando mais ao norte<sup>204</sup>.

Em 1773, por exemplo, segundo o testemunho de A. Figueiredo

*Todos os moradores assistentes e existentes em Moçambique (ilha)... vão às casas de negócios (dos gentios baneanes) e... tomam o velório e roupas e se põem nas terras firmes, donde expedem patamares ao sertão a convocar ranchos de Mujaus, que do mesmo sertão descem, trazendo marfim, escravos e mais géneros<sup>205</sup>.*

À chegada das casas comerciais europeias à rica região do vale do Zambeze, seguiu-se uma enorme afluência de comerciantes indianos em busca de novas oportunidades de negócios. Aliás, com a chegada dos indianos os suaílis viram diminuir o seu papel na arena comercial, e muitos passaram a atuar como agentes dos próprios indianos<sup>206</sup>.

Os interesses mútuos, portanto, das casas comerciais e dos comerciantes indianos, juntamente com a dos produtores africanos, possibilitou a consolidação de um comércio baseado no crédito facilitado pelas casas comerciais europeias, principalmente as francesas; a intermediação dos comerciantes indianos; e a grande quantidade de produtores africanos que passaram a vender parte da sua produção, principalmente a de amendoim, gergelim e copra.

Apesar da enorme importância do crédito e da procura por parte das empresas europeias, e da mediação dos comerciantes indianos, que negociavam os gêneros africanos, os produtores africanos não foram meros coadjuvantes nesta pequena revolução agrícola. No baixo Zambeze, e nas regiões onde alguns cursos de água possibilitavam o fácil escoamento da produção, assim com também em outras partes do litoral de Moçambique, a exploração econômica deixou de ser exclusivamente calcada no tráfico de escravos, na venda de marfim e na coleta e comercialização da cera de abelha e passou a se basear

---

<sup>204</sup> Leroy Vail; Landeg White, *op. cit.*, p. 64.

<sup>205</sup> Apud António Rita-Ferreira, ‘Moçambique e os naturais da Índia Portuguesa’, in *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa* (atas), Lisboa, IICT, 1985, pp. 615-648, p. 628-629.

<sup>206</sup> Aurélio Rocha, ‘Resistência em Moçambique...’ p. 595.

também na produção agrícola. Em algumas regiões, como na mesma baixa Zambézia, os produtos de origem vegetal conseguiram substituir o comércio mais antigo.

Tal foi a disponibilidade dos novos produtores africanos que, em alguns momentos, a oferta superou a capacidade de compra dos comerciantes. A nova situação também incentivou a instalação de um grande número de lojas pertencentes aos indianos na região dos prazos. Na memória de muitos descendentes destes produtores, este período ficou marcado como a época em que seus antepassados não estavam obrigados a trabalhar nas plantações dos europeus<sup>207</sup>.

Juntamente com os tradicionais tecidos e sal utilizados na permuta pelos produtos africanos, o novo comércio de oleaginosas fez chegar também aos produtores enxadas e machados de ferro. Com a utilização dessas novas ferramentas, os produtores puderam ampliar ainda mais a área cultivada, aumentando assim a produção.

Os que pudessem aceder à mão de obra suplementar, juntamente com as novas ferramentas e a garantia de compra da sua produção, aproveitaram para ampliar a sua produção e as seus ganhos. É nesse contexto que a instituição dos *nomi* ou *goeiros* foi utilizada na produção de oleaginosas, como mão de obra para abrirem novas áreas de cultivos. Os *goeiros* formavam uma associação mista de adolescentes e jovens entre os Senas, um dos grupos étnicos do vale do Zambeze, que buscavam prepararem-se para a vida civil adulta e o casamento através de práticas coletivas. De forte influência portuguesa, organizavam-se baixo uma estrita organização hierárquica com seus “tenentes”, “capitães”, “reis” e “rainhas”<sup>208</sup>. Os *goeiros*, enquanto da sua preparação iniciática, eram auto-suficientes e ofereciam, na época da colheita (de outubro a abril), a sua força de trabalho em troca de compensações econômicas. No caso de pequenos trabalhos, a compensação poderia ser em algum tipo de gênero, mas quando de trabalhos maiores, o pagamento deveria ser em dinheiro.

Na região do vale do Zambeze, onde surgiram os *goeiros*, referências documentais de 1880 atestam que a presença desta mão de obra se encontrava mais disponível nas áreas de produção de sementes oleosas<sup>209</sup>. Tanto os ex-proprietários de escravos como os novos produtores africanos aproveitaram para contratar os jovens *goeiros*, principalmente para a

---

<sup>207</sup> *Ibidem*, p. 66.

<sup>208</sup> Lourenço Joaquim da Costa Rosário, *A Narrativa Africana de expressão oral: transcrita em português*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Luanda, Angolê, 1989, nota 7, p. 32; António Rita-Ferreira, *Povos de Moçambique: história e cultura*, Porto, Afrontamento, 1975, pp. 147 e 150-151. Para completar esta recriação “fantasiosa” da estrutura hierárquica portuguesa, o trabalhador comum era chamado de *azungu*, ou seja, “homem branco”, Leroy Vail; Landeg White, *op. cit.*, p. 72.

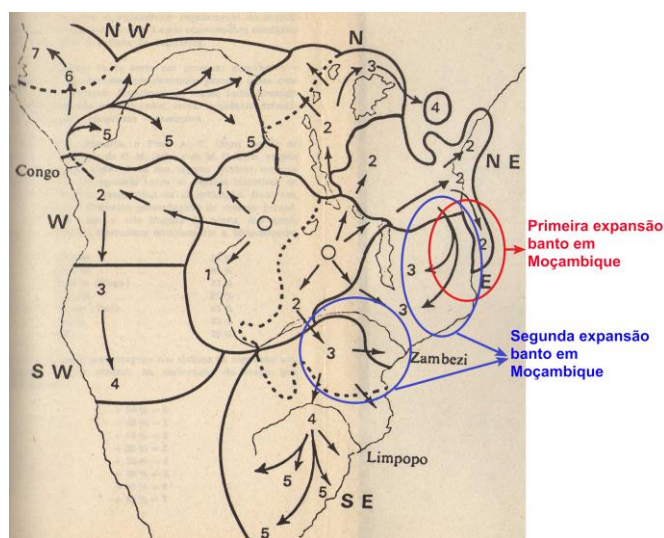
<sup>209</sup> Leroy Vail; Landeg White, *ibidem*, pp. 71-72.

tarefa de “limpar o mato”, ou seja, na preparação do terreno para o cultivo de amendoim e gergelim, entre outros produtos de exportação.

### 3.2. Os produtores africanos

Comparando a localização das principais áreas de cultivo de gergelim e amendoim (Mapa 5) com a representação etnográfica de Moçambique (mapas 9, 10 e 11), podemos identificar os principais grupos a que pertenceram ditos agricultores: dois no norte: macua-lomué e suaíli; três no vale do Zambeze: sena, podzo e chuabo; e outros três mais ao sul, no *binterland* de Inhambane: tsonga, chope e bitonga.

Estes oito grupos fazem parte do grande conjunto de povos bantos que começaram a se constituir na atual região de Moçambique no início do último milênio<sup>210</sup>. A introdução e o cultivo de novas plantas alimentícias, assim como a manipulação do ferro, criaram as condições favoráveis para o seu aumento populacional, levando consecutivamente à sua expansão generalizada através da África<sup>211</sup>. A difusão banta alcançou Moçambique primeiramente, como podemos ver no Mapa 4, através do litoral do extremo norte, continuando em seguida a sua marcha rumo ao sul.



MAPA 4. EXPANSÃO BANTO [anotado e comentado]  
António Rita-Ferreira, *Povos de Moçambique...*, entre as páginas 20 e 21.

Mais tarde, ao tempo em que a sua propagação dava-se também para o interior, outra corrente de populações bantas, originárias dos planaltos do sul do antigo Zaire e de Angola,

<sup>210</sup> António Rita-Ferreira, *Povos de Moçambique...*, p. 14.

<sup>211</sup> *Ibidem*, p. 20; Pierre Bertaux, *África: desde la prehistoria hasta los años sesenta*, Madrid, Siglo XXI, 1994, pp. 32-33.

seguinte pelo vale do rio Zambeze, dirigiu-se para o litoral<sup>212</sup>. Finalmente, estes povos chegaram ao sul de Moçambique provavelmente seguindo uma rota próxima do litoral. Esta opção, explica Rita-Ferreira, teria sido a mais provável em função do condicionamento do meio ambiente, uma vez que dita região apresentava-se bem mais favorável, em termos de recursos naturais, do que o interior árido ou semi-árido<sup>213</sup>.

Por volta também do início da Era Cristã, as monções do Índico ajudaram a trazer para a costa oriental da África povos asiáticos, nomeadamente indonésios, responsáveis pela propagação de novas plantas (bananeira, inhame, arroz de sequeiro, coqueiro, cana-de-açúcar, gergelim, mangueira e cítricos) que os produtores africanos puderam incorporar à sua produção agrícola<sup>214</sup>. A igual que em outros continentes, algumas plantas alienígenas se adaptaram perfeitamente ao novo meio e ao gosto dos seus habitantes, como foi o caso do gergelim (de origem asiática) e o amendoim (americano).

Os povos que dominaram a costa oriental de Moçambique, ou seja, os seus agricultores, constituíram-se nos principais produtores daquelas duas sementes oleaginosas com destino ao comércio internacional. Como podemos observar no mapa de Gerhard Liesegang (Mapa 5), esta produção, absolutamente concentrada no litoral, estava distribuída entorno a cinco pontos centrais, todos ligados a um porto marítimo: Ibo, Moçambique, Angoche, Quelimane e Inhambane.

Partindo do extremo norte, às margens do rio Rovumo, podemos distinguir quais eram os grupos étnicos presente nos *hinterlands* dos respectivos portos, sendo, portanto, os responsáveis pela produção e abastecimento de ditas sementes às casas comerciais ali instaladas. A partir do norte os macuas-lomués e os suaílis (macuas-lomués islamizados) foram os produtores responsáveis pelo abastecimento dos portos de Ibo, Moçambique e Angoche. Estes povos são originários de um dos ramos em que se dividiram aquelas populações bantas que migraram para além do rio Rovumo, fixando-se nas terras mais ao norte e leste do atual Estado de Moçambique<sup>215</sup>. Entre os macuas o controle da terra, e por extensão também a própria colheita agrícola, eram controladas pelas mulheres. Os homens, “impossibilitados de possuir terras ou de controlar os meios de produção, estabeleciam as suas próprias hierarquias masculinas recorrendo à caça, ao comércio e à obtenção de escravos”<sup>216</sup>.

<sup>212</sup> Alberto da Costa e Silva, *op. cit.*, pp. 189-190.

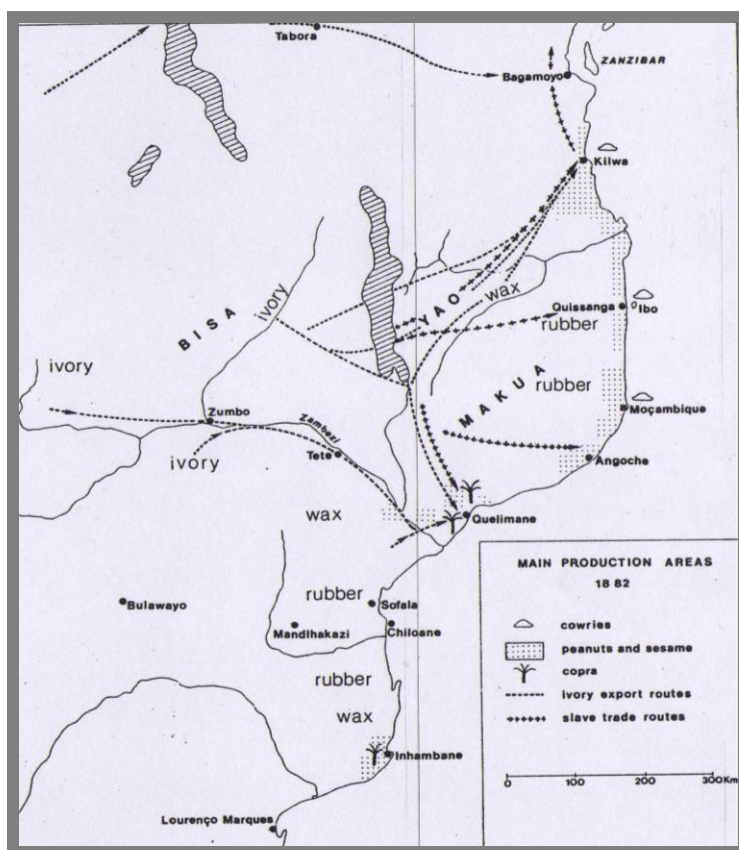
<sup>213</sup> António Rita-Ferreira, *Presença Luso-Asiática e Mutações Culturais no Sul de Moçambique (até c. 1900)*, Lisboa, IICT, 1982, p. 45.

<sup>214</sup> *Ibidem*, pp. 20-21 e 48; Alberto da Costa e Silva, *op. cit.*, p. 192.

<sup>215</sup> António Rita-Ferreira, *Povos de Moçambique...*, p. 205. Sobre os suaílis ver Capítulo 4.

<sup>216</sup> Malyn Newitt, *História de Moçambique...*, p. 214.

Próximo ao porto de Ibo, no distrito de Cabo Delgado, a produção se estendia do litoral para o interior numa faixa que não ultrapassava os 30 km, enquanto que a partir do rio Rovumo para o sul as plantações percorriam uma extensão de centenas de quilômetros, quase ininterrupta, passando por Moçambique até alcançar o distrito de Angoche. Logo, as sementes produzidas em pontos mais afastados chegavam aos portos principais através da intensa navegação de cabotagem. Em Moçambique e Angoche as plantações estenderam-se um pouco mais para o interior, mas nunca ultrapassando os 50 km da costa.



MAPA 5. "PRINCIPAIS ÁREAS DE PRODUÇÃO EM 1882"  
Gerhard Liesegang, 'A first look at the import...', p. 455.

Outro dos grupos presentes no norte de Moçambique, mesmo às margens do rio Rovuma, são os macondes. Segundo a tradição, as populações macondes são oriundas do sul do Lago Niassa. Tanto sua organização social como a política não favoreceram a formação de grandes grupos sob um sistema hierárquico de chefes poderosos, prevalecendo mais bem o convívio de diversos núcleos familiares sob a liderança do chefe das pequenas povoações<sup>217</sup>. Entre os macondes as mulheres gozavam de enorme respeito e

<sup>217</sup> António Rita-Ferreira, *Povos de Moçambique...*, p. 257.

eram as proprietárias dos campos de cultivo, como as únicas que podiam ser deificadas após a morte, restando aos homens a condição de suplicantes<sup>218</sup>.

Apesar da sua presença relativamente próxima ao litoral, não é certo que tenham participado na fase inicial das exportações de gergelim. No século XVIII os macondes povoavam também as regiões costeiras do nordeste moçambicano, mas como consequência da insegurança provocada pelo aumento do tráfico a partir do fim do mesmo, estes, como forma de defesa, isolaram-se no planalto, distanciando-se assim, do litoral<sup>219</sup>. A exploração do gergelim embarcado em Cabo Delgado dificilmente teria sua origem nas terras dos macondes, separados de Ibo por uma faixa de terra ocupada pelos macuas-lomués e suaílis (mapas 8, 9, 10 e 11).

Entre estes últimos, que puderam envolver-se na produção para o comércio internacional, os macuas-lomués foram os que ocuparam a maior parte do território a norte do vale do Zambeze, entre o lago Niassa e o litoral. Como o aumento da procura de mão de obra escrava na África Oriental, a sua população tornou-se a principal vítima deste comércio no norte de Moçambique. Tanto o recrudescimento deste tráfico de escravos como as invasões dos *ngoni* pressionaram aqueles mais ainda em direção do litoral. Na segunda metade do século XIX, consoante os seus interesses e aspirações, grupos macuas, neste caso os imbamelas, opuseram-se categoricamente às ambições imperialistas do sultão de Angoche Mussa Quanto em 1862, ao alinharem-se com os portugueses. Mais tarde, já no fim do mesmo século, uma divisão no seio dos imbamelas fez com que uma das partes apoiasse Fareley, o novo sultão de Angoche, agora contra a Coroa portuguesa<sup>220</sup>. Estas disputas não impediram os macuas-lomués da costa de se tornarem importantes fornecedores de gergelim e de amendoim aos portos de Ibo, Moçambique e Angoche.

Com relação aos suaílis (*Ua-Suabili*, “gente da costa”, assim designados pelos bantos do interior), a miscigenação biológica e cultural entre mulheres macuas e homens árabes, persas e indianos possibilitou o surgimento de um grupo étnico com características próprias. Para além do papel que os suaílis tiveram na comercialização das sementes oleosas, seja como intermediários autônomos junto aos produtores ou a serviço dos comerciantes indianos (ver Capítulo 4), parece muito provável que também tenham explorado a produção, principalmente, de plantas de origem asiática.

---

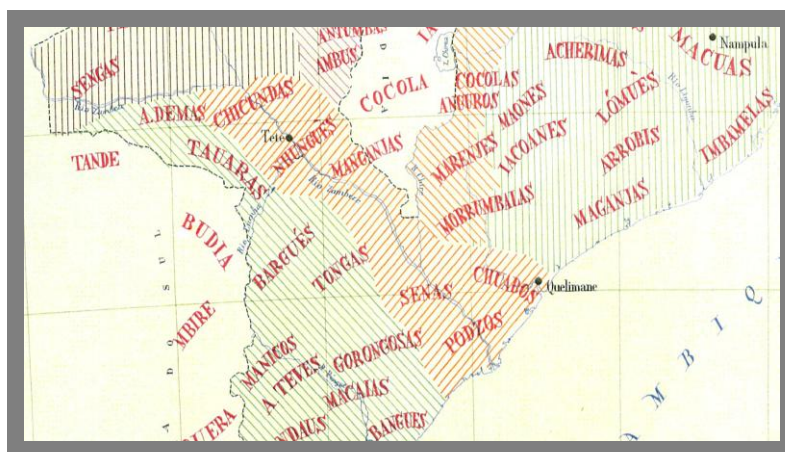
<sup>218</sup> *Ibidem*, p. 262. Apesar dos contatos e das influências árabes os macondes não se islamizaram. António Rita-Ferreira, *Agrupamento e caracterização étnica dos indígenas de Moçambique*, Lisboa, Ministério do Ultramar/Junta de Investigações do Ultramar, 1958, p. 80.

<sup>219</sup> A. Alexandre Ferreira, *Moçambique: 1489-1975*, Lisboa, Prefácio, 2007, p. 241.

<sup>220</sup> António Rita-Ferreira, *Fixação Portuguesa e História Pré-Colonial de Moçambique*, Lisboa, IICT, 1982, p. 282.

Apesar das suas características próprias, os suaílis eram acima de tudo macuas e, por isso, devido à insegurança gerada pelo incremento do tráfico, muitos se converteram ao islão, como forma de assegurar maior proteção através da solidariedade religiosa<sup>221</sup>. É possível, portanto, que muitos que viviam sob a órbita suaíli tenham se dedicado também à produção de gergelim e amendoim, visto encontrarem-se justamente nas principais áreas de produção do litoral.

Passando agora para a região dos prazos, mais ao sul, podemos observar como que através do porto de Quelimane, aproveitando-se de uma rede fluvial de transporte, o amendoim e o gergelim produzidos até 100 km da desembocadura do rio Zambeze entrou também neste comércio. Ali, os produtores, graças ao contato com povos de outros continentes (indonésios, persas, árabes e portugueses), facilitado pela via de penetração que significaram o delta e o vale daquele rio foram identificados, segundo Rita-Ferreira, como os “Povos do Baixo Zambeze”<sup>222</sup>. Dentre estes três grupos: os senas, os podzos e os chebos (mapas 6 e 9)<sup>223</sup>, estão os grandes responsáveis pela produção de gergelim e amendoim para o comércio internacional.



MAPA 6. O BAIXO ZAMBEZE em detalhe do mapa “Grupos Étnicos” de Moçambique *Atlas de Moçambique*, Lourenço Marques, Empresa Moderna, 1960, p. 27.

Os senas se formaram a partir de diferentes auxiliares africanos que acompanharam os portugueses na sua progressão para o interior bordejando o rio Zambeze<sup>224</sup>. A propriedade das terras cultivadas pertencia ao régulo que a dividia entre os diversos núcleos familiares,

<sup>221</sup> *Ibidem*, p. 300.

<sup>222</sup> *Ibidem*, pp. 143-167; Ver também do mesmo autor *Agrupamento e caracterização...*, pp. 51-59; René Pélessier os agrupou sob a categoria “Complexo do Zambeze”, conforme o Mapa 11.

<sup>223</sup> De acordo à agrupação de Isaacman (Mapa 12) os chuabos e os podzos pertencem ao mesmo grupo étnico.

<sup>224</sup> António Rita-Ferreira, *Fixação Portuguesa...*, p. 146.



região, nomeadamente os de Luabo e Mahindo, localizados entre o delta do rio Zambeze e a localidade de Quelimane (Mapa 6)<sup>228</sup>. À parte da influência da sociedade dos Prazos, tanto o islamismo como o cristianismo cederam elementos culturais responsáveis pela convergência que particularizou este grupo.

Finalmente, os produtores africanos que comercializavam o amendoim através do porto de Inhambane, no sul da costa de Moçambique: os tsongas, os chopes e os bitongas (mapas 9, 10 e 11)<sup>229</sup>. Da existência destes três grupos, ainda na década de 1720, o feitor de Inhambane, Bernardo de Castro Soares, distinguiu na região ao sul do rio Save os “(Bi)Tongas”, os “Macomatis” (chopes) e os “Landins” (tsongas)<sup>230</sup>. Mais tarde, em 1877, na descrição dos povos da mesma região, o capitão português Caldas Xavier mencionou nas suas memórias novamente os mesmos três grupos étnicos. Suas diferenças, segundo ele, justificavam a observação destes separadamente, apesar de compartirem muitos traços culturais em comum, como o cultivo do milho, da ameixoeira, da cana-de-açúcar, do feijão, do tabaco e do amendoim entre outros. Os bitongas e os chopes costumavam, ademais, dividirem os terrenos cultivados com fileiras de “ananazes, que dão a todos os campos uma apparencia muito alegre”<sup>231</sup>.

Os tsongas formam o grande grupo étnico da região, ao qual também pertencem (ou pelo menos receberam enorme influência) os outros dois grupos. Consoante os diferentes contatos com povos de outros continentes, possibilitados e incentivados pelas dinâmicas comerciais no *binterland* da baía de Inhambane, os chopes e os bitongas foram construindo uma cultura única e específica que os diferenciaram dos tsongas<sup>232</sup>. Apesar daqueles se encontrarem mais próximos do porto de Inhambane, o que lhes favoreciam nas exportações de amendoim; os tsongas também praticaram dito comércio — pelo menos os que se encontravam mais próximos do litoral —. Caldas Xavier, ao descrever os povos

---

<sup>228</sup> António Rita-Ferreria, *op. cit.*, pp. 261-262.

<sup>229</sup> No mapa do “Grupo Étnico-Cultural” de Moçambique (Mapa 14), publicado em 1960, os chopes e os bitongas integram o mesmo grupo-cultural dos “Chopi-Bitonga” e, à diferença das outras representações cartográficas, localiza-se um pouco mais ao sul da baía de Inhambane.

<sup>230</sup> Apud António Rita-Ferreira, *Os Povos de Moçambique...*, p. 45.

<sup>231</sup> Alfredo Augusto Caldas Xavier, ‘Província de Moçambique. Districto de Inhambane’, in *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 2ª Série, 7-8, 1881, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 493. Para um relato mais atento das diferenças e semelhanças entre os três grupos étnicos ver pp. 479-489. Rita-Ferreira também valida a existência de três grupos diferentes que habitavam a região entre o Maputo e o Save, no que o autor designou “Os povos Meridionais”, António Rita-Ferreira, *ibidem*, pp. 41-112.

<sup>232</sup> Segundo Rita-Ferreira os chopes e os bitongas representaram, na primeira metade do século XIX, a principal, “reserva” no sul de Moçambique para o aumento do tráfico escravista. ‘História pré-colonial do sul de Moçambique: tentativa de síntese’, in *STVDIA*, (separata), 41-42 e 43-44, Lisboa, Junta de Investigação Científica do Ultramar/Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1979-1980, p. 23.

“landins” (tsongas), mencionou que “Os generos que principalmente exportam são amendoim, cera, borracha, milho e pelles”<sup>233</sup>.

A economia tsonga baseava-se, tradicionalmente, na exploração da terra e das suas riquezas, sendo as mesmas consideradas como um bem comunal. Os chefes, a que os membros das unidades menores em que estavam divididos, de acordo com uma filiação de tipo patrilinear, eram os responsáveis em regular e distribuir as terras agricultáveis a cada um dos seus membros. Esta unidade menor, espécie de “povoação familiar”, era conhecida como *muti* e estava constituída por um homem, sua mulher ou mulheres, filhos, parentes, dependentes e agregados<sup>234</sup>.

Com relação exclusivamente aos bitongas, estes eram originariamente formados por indivíduos pertencentes às antigas populações *khokha*, que após múltiplas influências asiáticas, primeiro, e portuguesas, posteriormente, engendraram uma cultura e uma língua com contornos específicos. A influência Oriental sobre a cultura bitonga está presente, inclusive, na crença sobre a origem de certas plantas trazidas pelos portugueses, como o amendoim e o caju, que são atribuídas ao herói civilizador Faro, de ascendência asiática<sup>235</sup>. A igual que os suaílis do norte, os bitongas também desenvolveram uma economia predominantemente marítima e mercantil, não deixando, contudo, de tirar proveitos econômicos da exploração de plantas alimentares<sup>236</sup>.

Com a criação da Companhia de Diu no fim do século XVII, onde muitos “mouros” foram utilizados como tripulações das embarcações pertencentes aos comerciantes hindus, a região viu o seu contato com os indivíduos islamizados da Índia aumentar consideravelmente. Uma vez na África, muitos destes “mouros” dispersaram-se pelo interior junto às caravanas comerciais<sup>237</sup>. Em decorrência destas novas influências desenvolveu-se no *hinterland* da baía de Inhambane uma intensificação do cultivo para exportação, uma valorização da propriedade com a marcação de determinadas parcelas de terra e a posse privada de árvores frutíferas<sup>238</sup>.

Já os chopos, o terceiro dos grupos étnicos que se constituíram nas proximidades do porto de Inhambane, formaram uma espécie de arco entorno do pequeno espaço

---

<sup>233</sup> Alfredo Augusto Caldas Xavier, *op. cit.*, p. 485.

<sup>234</sup> António Rita-Ferreira, *Povos de Moçambique...*, pp. 59-60.

<sup>235</sup> Idem, *Agrupamento e caracterização...*, p. 39; e do mesmo autor *Fixação Portuguesa...*, p. 97.

<sup>236</sup> António Rita-Ferreira, *Povos de Moçambique...*, p. 111. Apesar do autor não citar a exploração do amendoim pelos bitongas, acreditamos que estes praticaram a sua comercialização visto a proximidade com o porto de Inhambane, como também atesta o mapa de Liesegang (Mapa 5).

<sup>237</sup> Pelo menos quarenta destes “mouros” se instalaram em Inhambane no ano de 1695, António Rita-Ferreira, ‘História pré-colonial...’, p. 59.

<sup>238</sup> *Ibidem*, pp. 60-62.

dominado pelos bitongas. Pressionados pelos fortes movimentos populacionais em decorrência das invasões dos *ngoni*, os chopes procuraram refúgios próximos às terras que contavam com a presença portuguesa, principalmente Lourenço Marques e Inhambane, para onde “transportaram a sua tecnologia agrícola mais intensiva e produtiva”. Com a queda do líder dos *ngoni* Gungunhana e o fim do império de Gaza em 1895, os chopes começaram a dispersar-se pela região ao abandonarem o seu *habitat*. Este movimento populacional os levou a intensificar o cultivo extensivo, em detrimento de uma agricultura mais intensiva praticada até então, de produtos de origem asiática e americana<sup>239</sup>.

Apesar de compartilharem elementos culturais em comum com os tsongas, a diferença do meio ambiente em que se encontravam os dois grupos fez com que se desenvolvesse entre os chopes uma valorização maior pelo trabalho do tipo sedentário e doméstico. O ambiente predominantemente de floresta aberta e savana com matas, a maior pluviosidade, o aumento demográfico, a intensificação das culturas alimentares e a degradação da “floresta-mata-savana” agiram como elementos importantes para a valorização dos trabalhos agrários e de manufaturas entre estes<sup>240</sup>.

Os chopes também se destacaram pela manipulação do metal. Os seus ferreiros confeccionavam vários utensílios utilizados na derrubada da mata e da vegetação nos terrenos em que se preparavam a terra para o cultivo<sup>241</sup>. Estas ferramentas foram um diferencial importante na prática mais intensiva da agricultura, possibilitando um melhor abastecimento dos grandes núcleos populacionais, alguns com centenas de palhotas, que se formaram em decorrência da insegurança provocada pelas invasões *ngoni* e pela abundância de recursos naturais. Diante deste *habitat* mais populoso e da intensificação agrícola, os chopes criaram algumas práticas de demarcação de terras, e até a posse de campos cultivados, com enorme liberdade para decidir o destino das respectivas plantações<sup>242</sup>.

Ainda entre os chopes, durante os trabalhos agrícolas, nos meses de agosto e setembro, estes realizavam uma série de sacrifícios dedicados aos antepassados. Era o momento em que o chefe, ao convidar mulheres ao trabalho cooperativo, dirigia uma súplica e uma oferenda ao seu pai ou pais falecidos. Mais tarde, nos meses de novembro e dezembro, uma espécie de medicamento-mágico, chamado *kabola*, era utilizado para a preparação de diversas sementes de cultivo que eram então lançadas pelos campos. As

---

<sup>239</sup> António Rita-Ferreira, *Fixação Portuguesa...*, pp. 228-229.

<sup>240</sup> *Ibidem*, pp. 49 e 54.

<sup>241</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>242</sup> *Ibidem*, p. 52. Algumas das povoações chopes possuíam “oito ruas de mais de 1 kilometro de extensão”, Alfredo Augusto Caldas Xavier, ‘Província de Moçambique...’, p. 482.

colheitas, que começavam alguns meses depois, somente podiam ter início com a “oferenda de agradecimento público”<sup>243</sup>.

A agricultura do gergelim e do amendoim era praticada em todo o território moçambicano e, pode-se dizer em boa parte da África. Portanto, não somente estes oito povos valorizavam o seu consumo e o seu comércio. Porém, a sua proximidade com o litoral e, principalmente o acesso aos principais portos marítimos possibilitou que estes, e não outros, pudessem entrar no nascente mercado internacional das oleaginosas.

### 3.3. Os prazos e a sua evolução

A constituição dos prazos da Coroa no Vale do Zambeze foi talvez o melhor exemplo de sincretismo cultural fomentado às margens do oceano Índico: africanos, asiáticos e europeus estiveram presentes na formação destes pequenos potentados que dominaram a organização política da região por pouco mais de três séculos. Uma espécie de interesse mútuo, a partir do século XVI, entre os chefes africanos e a iniciativa de exploradores e colonos portugueses encontrou-se na figura do “Senhor de Prazo”. Consoante os interesses e o ponto de vista, os prazos foram a ponta de lança da ocupação portuguesa em Moçambique e/ou a afirmação da organização da estrutura política africana. Nas primeiras décadas do século XX, já sob a tutela das Companhias Majestáticas, e depois de vários intentos ao longo do século anterior, os prazos deixaram definitivamente de existir.

Os prazos da coroa foram instituições de tipo feudal que se desenvolveram no vale do Zambeze. Num primeiro momento os portugueses que participaram na penetração do vale substituíram os antigos chefes (Fumos), gozando eles também de enormes poderes. Em 1754, com a conquista das terras do Bive, a iniciativa passou a ter um caráter mais coletivo ao unir os antigos “prazeiros” com os agentes da Coroa portuguesa, surgindo assim os chamados prazos da Coroa. Na tentativa de limitar a expansão e o poder desses, a Coroa portuguesa tentou impor algumas regras como o direito de sucessão exclusivamente às mulheres brancas, pagamento de tributo e a concessão da propriedade durante três gerações. Essas regras nem sempre foram cumpridas e tanto os prazos como a sua escassa população branca tendeu a africanizar-se por completo. Em muitas ocasiões as mulheres brancas casaram-se tanto com mestiços como com indos-portugueses e seus filhos chegaram a formar um número considerável de proprietários. A dominação completa da região dos prazos só ocorreu por completado em 1902 com a campanha do Barué.

---

<sup>243</sup> António Rita-Ferreira, *Povos de Moçambique...*, p. 102.

Este projeto que perdurou por mais de 300 anos somente foi possível, segundo Giuseppe Papagno, devido às similitudes com que africanos e portugueses se reconheceram na organização do controle da terra. A africanização dos primeiros prazeiros portugueses que penetraram no Vale do Zambeze, na direção das terras do Monomotapa, deu-se com tal intensidade que este fenômeno não poderia ter sido resultado de atitudes individuais, sendo mais uma consequência de relações estruturantes entre os dois mundos que se encontravam<sup>244</sup>.

Os numerosos indivíduos portugueses que começaram a deslocar-se para a região foram absorvidos pelas estruturas africanas sem perder, contudo, os laços formais com a Coroa portuguesa que, por sua vez, baseou-se em três diferentes modelos legais, bem conhecidos dos portugueses, na organização da propriedade da terra: as leis dos “baldios” da época medieval; a organização das capitâneas portuguesas (e da *encomienda* espanhola); e finalmente as leis de arrendamento praticadas na Índia portuguesa<sup>245</sup>.

Aqueles homens — e também muitas mulheres — acabaram substituindo no cume da organização política africana os régulos autóctones. Este processo deu-se sem grandes fissuras no tecido social dos povos da região, que passaram a ver nos novos foreiros os herdeiros ou representantes dos régulos. Os novos senhores de prazos passaram a cobrar tributos sobre a produção campesina da terra, mas, a exemplo do que ocorria com os antigos régulos, nunca puderam reivindicar nenhum tipo de propriedade sobre a mesma, que continuou pertencendo à comunidade de acordo à *lei cafreal*<sup>246</sup>.

*A organização política do império do Monomotapa apresentava algumas características que os Portugueses distinguiram como feudais, e que, portanto, lhes eram muito familiares. Explorando a sua superioridade em matéria de armamentos e táctica bélica, conseguiram operar uma simples substituição no vértice da estrutura política africana, inserindo-se nesta com bastante naturalidade*<sup>247</sup>.

Os colonos quando, por diferentes motivos, sentiam-se ameaçados ou eram vítimas de violentas extorsões lavadas a cabo pelos *chicunda* ou pelos próprios senhores, costumavam abandonar as terras e buscarem “proteção” em outros prazos. No mais, era preciso que os prazeiros se submetessem a um processo de “construção da autoridade”, ou seja, o reconhecimento por parte dos habitantes das terras a que o novo prazeiro reivindicava a

---

<sup>244</sup> Giuseppe Papagno, *op. cit.*, p. 49-59.

<sup>245</sup> Malyn Newitt, *História de Moçambique...*, pp. 207-210.

<sup>246</sup> Giuseppe Papagno, *op. cit.*, pp. 56-57.

<sup>247</sup> *Ibidem*, p. 57.

sua autoridade, numa demonstração do peso estruturante das práticas políticas do sistema africano. Podemos encontrar um exemplo dessa mediação no relato de António Gamitto, publicado em 1857:

*Estabelecido o fumo, e installado na sua nova povoação, junto com o chuanga [escravo do prazeiro] (por via de regra o fumo não se apresenta ao dono do praso sem ir acompanhado do chuanga. Isto é de etiqueta) leva de bocca [espécie de “sinal” para dar início a alguma negociação], seis ou mais gallinhas, ou um cabrito, ou uma ovelha ao ‘luane’, habitação, no praso, do emphytenta. Quando o novo fumo se apresenta é coberto pelo seu novo amo, com um zuarte [pano de algodão azul fabricado na Índia], dando-lhe mais um lenço, e um frasco de aguardente. Depois d’isto, que é a investidura, o fumo retira-se. Passado pouco tempo vae reconhecer e agradecer ao dono do praso, ‘preca-maja’, isto é, bater palmas. Leva para isso uma maxila de ‘gondo’, panno de algodão de forma quadrilonga, grosseiro, mas mui forte, fiado e tecido por elles<sup>248</sup>.*

Os prazos eram formados, essencialmente, por dois principais grupos de habitantes: os escravos e os colonos. Contudo, as relações destes com o senhor do prazo eram de tal maneira fluídas que a diferença entre os dois grupos mostrou-se muitas vezes mínimas. “Os escravos que nela existem [assim comentava um ex-governador dos Rios de Sena] não são muito obedientes asim cativos como colonos”<sup>249</sup>. Alguns autores sugerem, contudo, que o estatuto de escravo foi preferível ao do colono livre, uma vez que aquele tinha o seu sustento garantido tanto quanto por ser guerreiro e/ou cliente do senhor<sup>250</sup>.

O historiador Malyn Newitt afirma que na região dos Rios de Sena, “é muito claro que os escravos não eram empregados na produção de bens em sentido convencional, nem eram adquiridos com esse objectivo”<sup>251</sup>. Sendo assim, a produção agrícola com toda a probabilidade, inclusive a que entrou no mercado internacional das oleaginosas, não recorreu à mão de obra escrava, a exemplo do que sucedeu em outras partes da África, sendo resultado, portanto, da produção levada a cabo por uma massa de colonos.

Estes últimos, habitantes livres, mesmo sob a autoridade de um prazeiro, continuavam a viver nas suas aldeias de sempre. Estas comunidades eram chefiadas pelos *mfumu* (o fumo

<sup>248</sup> Gamitto, “Prasos da Coroa em Rios de Sena”, in *Archivo Pittoresco*, vol. I, 1º ano, 1 de julho de 1857, pp. 61-63; 66-67, p. 62.

<sup>249</sup> Apud *ibidem*, nota1, p. 553.

<sup>250</sup> Giuseppe Papagno, *op. cit.*, p. 37-38.

<sup>251</sup> M. D. D. Newitt, ‘The Portuguese on the Zambezi from the Seventeenth to the Nineteenth Centuries’ in *Race*, IX (1968), 4, 477-98, p. 485(?) apud Giuseppe Papagno, *op. cit.*, p. 37.

dos documentos portugueses, a principal autoridade da povoação), que entre outras coisas era o responsável pela cobrança do *mussoco*, que podia ser pago com diferentes artigos, entre os quais cereais<sup>252</sup>. À parte do pagamento de tributos como o *mussoco*, os colonos também podiam ver-se obrigados à venda forçada de parte da sua produção aos senhores de prazo, que se fazendo valer do seu poder retinham parte da produção campesina a preços inferiores ao seu valor comercial<sup>253</sup>. Na região de Sena e de Quelimane, zonas produtoras de sementes oleosas para a exportação na segunda metade do século XIX, esta prática ficou conhecida como *nyamukangamiza*.

Apesar de alguns exemplos ainda no século XVIII, o *nyamukangamiza* provavelmente só se generalizou a partir do princípio do Oitocentos<sup>254</sup>. Os senhores de prazos proibiam o comércio de cereais em suas terras, deixando os colonos sem opção de venda, a não ser com o próprio prazeiro, que abusando da sua autoridade e da situação, adquiriam os produtos a preços que podiam representar um terço, ou até mesmo um quarto do valor comercial<sup>255</sup>. Este sistema trouxe enormes ganhos aos senhores detentores de prazos próximos ao litoral, com fácil acesso tanto a Quelimane como à ilha de Moçambique, principais consumidores de alimentos e posteriormente pontos de embarque das oleaginosas. Em relação à produção que se encontrava a grandes distâncias, o custo do transporte inviabilizou o comércio destes produtos, mesmo se adquiridos a preços reduzidos.

No século XVIII os prazos já tinham adquiridos contornos territoriais e populacionais bem definidos com as inúmeras aldeias no seu interior. A maior parte da sua produção agrícola estava inserida, portanto, dentro desta organização comunitária, que era por sua vez a quem pertencia as terras destinadas ao cultivo. Nestes prazos, segundo Malyn Newitt, e apesar dos desejos manifestados pelas autoridades portuguesas e de algumas iniciativas tomadas ainda neste século, a agricultura comercial parece não ter alcançado importantes

---

<sup>252</sup> Newitt sugere que não seria descabido supor que o valor que os colonos deviam pagar aos senhores dos prazos correspondesse a aproximadamente “um décimo da produção anual”. Malyn Newitt, *História de Moçambique...*, p. 220. De qualquer forma é bem possível que as quantidades a pagar, como sugere Alves Rodrigues, fossem muito mais indicativas do que real, com uma enorme flexibilidade de ajuste em função das colheitas anuais. Maria Eugénia Alves Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena. Os Prazos da Coroa nos Séculos XVII e XVIII*, tese para a obtenção do grau de doutoramento apresentado à Universidade Nova de Lisboa, 2002, p.p. 572-573. A autora também afirma que, ao contrário do que sustenta alguns outros estudiosos, não era somente sobre os colonos que recaía o mussoco; todos os moradores que se estabeleciam numa determinada terra controlada por um prazeiro estavam obrigados a pagá-lo, inclusive em alguns casos os próprios escravos, p. 570.

<sup>253</sup> *Ibidem*, pp. 579-584.

<sup>254</sup> Este fato pode estar relacionado com o aumento do tráfico de escravos na região, e consecutivamente com o proporcional aumento na demanda por alimentos ocasionado pelo incremento na circulação de homens e mulheres na costa — escravos ou não —.

<sup>255</sup> *Ibidem*, pp. 582.

volumes; se bem que parte “da produção agrícola obtida de forma directa pelo trabalho dos camponeses pode ser considerada ‘de plantação’”<sup>256</sup>. O autor relaciona como dificuldade maior no desenvolvimento comercial da agricultura a impossibilidade de se controlar contingentes significativos de “mão de obra”, ou seja, escravos: “tudo indica não se ter a agricultura comercial desenvolvido de forma mais concreta devido a problemas relacionados com a mão de obra”<sup>257</sup>.

Para Newitt, portanto, a exploração agrícola em moldes comerciais se daria, a exemplo do que se praticava na região de Daomé ou de Zanzibar, onde um importante empresário podia contar (e controlar) um número significativo de trabalhadores escravos ou livres. Diferentes circunstâncias, sempre segundo o mesmo autor, entre as quais o aumento do tráfico de escravos na região, possibilitou, contudo, que a princípio do século XIX ocorresse um incremento da atividade agrícola voltada para o comércio.

*Os contingentes de escravos que chegaram à costa eram cada vez maiores, sendo que os riscos que um qualquer escravo fugido corria no que à sua captura e posterior revenda se referiam facilitaram a tarefa dos ‘senhores’ no que a manter a sua mão-de-obra escrava se referia*<sup>258</sup>.

Afirma ainda o autor que, neste período, se registrou “um aumento considerável na produção comercial de alimentos, sobretudo nos prazos junto à costa e no delta [do rio Zambeze]”<sup>259</sup>. E para corroborar a sua opinião cita a descrição do tenente-general Vilas Boas Truão feita em 1806:

*O comércio realizado pelos habitantes de Quelimane consiste na troca de produtos agrícolas, de entre os quais se destaca o arroz, e tudo porque se trata de um cereal abundante nestas terras*<sup>260</sup>.

No tocante à mão de obra, que é o que nos interessa neste ponto, a descrição *supra citato* não deixa claro, contudo, que os “habitantes” responsáveis pelo comércio fossem escravos, pelo contrário; inclinamos-nos mais por afirmar que se tratava de colonos livres. O aumento de escravos na região foi um fator importante para o aumento do comércio de alimentos, mas à diferença do que defende Newitt, não foi pelo acesso à mão de obra, mas

<sup>256</sup> Malyn Newitt, *História de Moçambique...*, p. 221.

<sup>257</sup> *Ibidem*, p. 222.

<sup>258</sup> *Ibidem*, p. 223.

<sup>259</sup> *Ibidem*.

<sup>260</sup> *Apud ibidem*.

sim em consequência do aumento da demanda para alimentar este novo contingente que se encontrava de passo pela região.

Já na segunda metade do século XIX, quando do início das exportações internacionais de oleaginosas, esta produção muito provavelmente ainda continuou sendo feita por colonos livres. Um número importante de escravos dedicava-se à produção de bens comerciais, nomeadamente à caça, mas a produção de gergelim e amendoim para a exportação, restrita ao delta do Zambeze, não parece ter recorrido ao trabalho escravo. Somente com a colonização e a implantação do trabalho forçado é que se desenvolveu no vale do Zambeze uma agricultura mais intensiva voltada ao mercado europeu, ao tempo que a utilização de mão de obra arregimentada de forma coerciva tornou-se recorrente.

### 3.4. Os europeus e o crescimento da procura das oleaginosas

As casas comerciais europeias, que passaram a instalar-se na costa de Moçambique na segunda metade do século XIX, foram grandes incentivadoras da revolução comercial que se verificou nesse período. Elas foram as responsáveis pela “explosão” do crédito que financiou a expansão do comércio de sementes oleaginosas. Estas empresas buscaram conseguir na África as crescentes quantidades de matérias-primas reclamadas pela indústria europeia. Demanda que a própria Europa já não era mais capaz de satisfazer.

Junto a dois comerciantes portugueses que se dirigiram à costa da ilha de Moçambique

*estabeleceram-se também ultimamente na capital da colônia algumas casas francesas, hamburguezas e americanas, aonde se compra marfim, gergelim, urzella, cauril e materias primas oleosas: os nomes de Antoine Michel, Régis Ainé, Augustin Fabre e fils, Reybaud frères, Green, Adolf Jacob, Gustave Groot, etc., são assás conhecidos na costa oriental da Africa portugueza*<sup>261</sup>.

Dentre as várias casas comerciais de diferentes nacionalidades, duas delas tiveram a primazia no comércio de sementes em Moçambique: as marselhesas Fabre et Fils e Régis Ainé. Era tal a hegemonia destas duas casas francesas que, muitas vezes, as autoridades portuguesas denunciavam a falta de concorrência que implicava no monopólio do comércio de amendoim e gergelim em Moçambique.

---

<sup>261</sup> Francisco Maria Bordalo, *Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas na África Occidental e Oriental, na Ásia Occidental, na China e na Oceania*, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, p. 70.

*o marfim, que vai escasseando, encontra sempre compradores, e há para a compra d'elle a procura e concorrência de todos os commerciantes, enquanto que o amendoim e gergelim só é comprado por duas casas francesas, que, estando de accordo, impõem a lei no mercado*<sup>262</sup>.

A primeira das casas francesas que se estabeleceu em Moçambique foi a dos senhores *Augustin Fabre et Fils*, seguida pouco tempo depois pela *Régis Ainé*. No fim da década de 1850, apesar da constatação feita por Francisco Maria Bordalo, de que “o commercio da provincia nunca chegará a attingir um grande desenvolvimento, se a exploração das riquezas sertanejas não for empreendida em larga escala”<sup>263</sup>, as duas casas francesas já se encontravam instaladas na costa do distrito de Moçambique.

Na lista dos produtos procurados pelos comerciantes europeus constavam produtos que desde há muito figuravam no comércio entre a África e a Europa, como é o caso do marfim, mas também de outros que, não sendo tão antigos, também despertavam o interesse de muitos industriais, como a urzela, por exemplo, e, finalmente, o incipiente comércio das sementes oleosas. Esta conexão entre antigos e novos produtos e o seu comércio possibilitaram uma verdadeira apropriação de regras e dinâmicas de um comércio bem mais antigo e já consolidado para a exploração comercial dos novos gêneros.

No princípio da década de 1870, o movimento proporcionado pelas casas francesas já era significativo. Segundo um artigo traduzido de um dos jornais da cidade do Cabo, *The Cape Argus*, as duas citadas casas de Marselha, apesar das dificuldades de se calcular a quantidade de toneladas exportadas anualmente, “enviavam cada anno vinte navios de 400 a 1:000 toneladas completamente carregados”<sup>264</sup> desde o porto de Moçambique. A presença dessas casas já não se restringia mais à ilha de Moçambique. Quelimane, por exemplo, que recebia a produção da Baixa Zambézia, também já contava com a presença de casas comerciais, como podemos ver na lista de doadores para a construção de uma ponte, em que, além de figurar a já citada *Fabre et Fils*, trazia outra casa francesa, a *Emile Legré*, como doadoras cada uma de 100\$000 réis<sup>265</sup>.

Essas casas comerciais instalaram as suas sucursais em diferentes pontos de Moçambique. Muitos comerciantes indianos e afro-islâmicos envolvidos no comércio montaram, por sua vez, postos volantes mais ao interior. Esses postos eram então

<sup>262</sup> ‘Moçambique’, in *Relatorios dos governadores geraes das provincias de Cabo Verde, Moçambique e Estado da India: referidos ao anno de 1875 e apresentados às cortes pelo ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar na sessão legislativa de 1878*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878, pp. 1-496, p. 63.

<sup>263</sup> Francisco Maria Bordalo, *op. cit.*, p. 71.

<sup>264</sup> B. O. 11, 15/03/1873, p. 43.

<sup>265</sup> B. O. 23, 08/06/1872, p. 93; Arlindo Chilundo, ‘Quando começou o comércio...’, p. 515.

abastecidos com mercadorias a crédito vindas dessas sucursais, que por sua vez recebiam como pagamento, no sentido inverso, os produtos africanos.

Entre estes produtores africanos de amendoim e gergelim e as casas comerciais europeias, operavam como intermediários os “baneanes, batías, mouros, e mesmo europeus e filhos do paiz”<sup>266</sup>. Mas eram principalmente os indianos os responsáveis por percorrerem periodicamente as terras africanas com o objetivo de adquirir as sementes oleosas — e não só —.

Esses comerciantes utilizavam o crédito, conseguido junto às casas comerciais europeias, para comprar os gêneros que seriam utilizados na permuta com os produtores africanos. Uma vez concluído todos os preparativos para percorrerem as regiões produtoras, os baneanes partiam em busca de todos os produtos que pudessem interessar não somente às casas comerciais, mas também a outros compradores — inclusive indianos — interessados em uma lista cada vez maior de gêneros africanos. Com o marfim comprado no interior do continente pagavam aos seus credores indianos, que lhes forneciam grandes quantidades de tecidos de algodão, e com as sementes oleosas pagavam os adiantamentos das casas comerciais europeias, sobretudo as francesas.

O futuro governador de Moçambique, Augusto de Castilho (1885-1889), lembrava em 1881 que “O commercio na provincia de Moçambique está desde tempos immemoriaes monopolizado pelos banianes da India que se estabeleceram em todos os portos”<sup>267</sup>. Situação que continuaria prevalecendo na dinâmica comercial de Moçambique, para o desgosto das autoridades portuguesas, ainda por muito tempo. Na entrada do século XX, António Camizão registrou a importância dos “índios” para o comércio, ao tempo que lamentava o suposto “atrofiamento” ao comércio e à indústria da província africana promovido pelos mesmos.

*O commercio é feito por índios (na maioria inglezes), que vêem estabelecer-se aqui e que geralmente não permanecem mais d'um anno. Compram os generos aos indigenas da localidade e do interior; com estes o negocio faz-se quasi sempre por troca de fazendas [...] São enormes os lucros que auferem estes negociantes (monbés) que nada produzem e mais concorrem para o atrofiamento do commercio e da industria*<sup>268</sup>.

---

<sup>266</sup> Moçambique, in *Relatorio dos governadores...*, p. 63.

<sup>267</sup> Augusto de Castilho, “Os Banianes em Moçambique”, in *O Occidente - Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 4º ano, vol. IV, nº 93 (21 de julho de 1881), pp. 163-165, p. 163.

<sup>268</sup> António Camizão, *Indicações geraes sobre a Capitania-Mór do Mossuril: appendice ao relatório de 1 de Janeiro de 1901*, Moçambique, Imprensa Nacional, 1901, p. 8.

Na virada para o século XX, passadas, portanto, já várias décadas do início e da consolidação do comércio de oleaginosas, a dinâmica continuava a mesma. “O negro da costa”, ou seja, o produtor próximo dos portos marítimos, segundo outro ex-governador do distrito de Cabo Delgado, Ernesto Jardim de Vilhena, se havia involucrado definitivamente nas

*suas conhecidas machambas de amendoim, gergelim e legumes, certo de não ser inquietado pelo negro do interior, sabendo que teria no monbé um comprador seguro para o excesso dos seus productos*<sup>269</sup>.

A necessidade da indústria europeia por matéria oleosa levou, portanto, a que várias casas comerciais se instalassem na costa de Moçambique. Porém, estas casas tiveram que recorrer à intermediação dos indianos, principalmente, para adquirirem parte da produção dos agricultores africanos.

### 3.4. Os circuitos internos

A delimitação do espaço abordado no âmbito deste trabalho está intimamente ligada não tanto às áreas de produção —visto que tanto o amendoim como o gergelim eram cultivados um pouco por todo o continente africano—, mas fundamentalmente à distância entre os portos de embarque e os produtores. Lá onde a viagem para transportar as mercadorias compensasse a realização de tal empreendimento, onde o preço ou a mercadoria adquirida na troca das sementes proporcionasse alguma margem positiva na relação peso/preço, estava marcado a fronteira do comércio das oleaginosas.

O mapa elaborado por Liesegang (Mapa 5) mostra como o comércio de amendoim e gergelim ainda estava fortemente restrito a alguns pontos da costa, com a exceção do *hinterland* de Quelimane e das proximidades do Sena, às margens do rio Zambeze. Estes dois pontos aproveitavam-se das vantagens que os cursos dos rios da região possibilitavam para alcançar a costa.

As principais áreas produtoras se estendiam desde a região de Quíloa, ao norte, até Angoche, ao sul, numa faixa praticamente contínua pela costa. Depois disso, e mais ao sul, as áreas produtoras localizavam-se numa faixa bem mais delimitada dos *hinterlands* dos portos de Quelimane, na Baixa Zambézia, e de Inhambane. Esta última representava o limite mais ao sul do comércio de amendoim e gergelim da costa africana.

---

<sup>269</sup> Ernesto Jardim de Vilhena, *Companhia do Nyassa...*, 1905, p. 365.

Estes espaços “em branco” no mapa de Liesegang, principalmente entre o delta do Zambeze e o distrito de Inhambane, pode ser explicado pela insegurança gerada com os conflitos decorrentes das invasões de Gaza, o que desalentou tanto a produção como o comércio de um modo geral<sup>270</sup>.

Ainda ao sul do vale do Zambeze, outro fator que teve um papel fundamental na marginalização do comércio de sementes oleaginosas: as dinâmicas de exploração econômica na África do Sul. À diferença do que ocorreu mais ao norte, o sistema de produção capitalista implementado na África do Sul, a partir de 1850, com as plantações de cana de açúcar, e mais tarde, em 1867, com as descobertas de diamantes, fez surgir uma rede de atração de mão de obra a partir do sul de Moçambique, criando com isso uma dependência crescente dos salários pagos a estes emigrantes<sup>271</sup>. Esta relação de dependência acelerou-se ainda mais a partir da década de 1880 com o início da industrialização da África do Sul, consolidando assim uma economia regional em que os moçambicanos formaram uma importante reserva de mão de obra<sup>272</sup>.

Dependendo do produto comercializado, podemos dizer que o comércio dividia-se entre o de curta e o de longa distância. E era no primeiro que a venda de amendoim e gergelim se encaixava. Referindo-se ao comércio mais ao norte do rio Rovuma, com destino tanto ao porto de Quíloa como ao de Zanzibar, Elikia M'Bokolo aponta geralmente como sendo de até 5 ou 6 dias de marcha o tempo que as caravanas dispensavam para alcançar a costa com os seus produtos, entre os quais estavam os produtos alimentícios. Bem menos, portanto, do que os aproximadamente 45 dias que levavam as caravanas de longa distância responsáveis pelos produtos mais valorizados, como o marfim e o escravo<sup>273</sup>.

A distância dos portos de embarque do litoral e a relação peso/preço dos produtos exportáveis produzidos em Moçambique foram um condicionante importante na geografia do comércio lícito. À diferença do comércio feito com os chamados bens de luxo, em que era viável economicamente o transporte feito por longas distâncias e períodos de tempo que se contava por meses, a comercialização das sementes oleosas era impraticável na mesma proporção em que a sua produção se afastava do litoral.

O transporte de marfim e ouro nas longas marchas a que eram forçados os escravos ou os carregadores pelo interior do continente era recompensado pelo alto preço cobrado

---

<sup>270</sup> Leroy Vail; Landeg White, *op. cit.*, p. 68.

<sup>271</sup> Luís António Covane, ‘Considerações sobre o impacto da penetração capitalista no sul de Moçambique, 1850-1876’, in *I Reunião Internacional de História de África...*, pp. 525-534, p. 526;

<sup>272</sup> Malyn Newitt, *História de Moçambique...*, p. 300.

<sup>273</sup> Elikia M'Bokolo, *op. cit.*, p. 243-244.

pelos comerciantes e traficantes. O mesmo não acontecia com as sementes de amendoim e gergelim, uma vez que o seu valor não pagava o longo transporte necessário entre as áreas mais afastadas do litoral e os portos de embarque. Esta realidade permaneceu condicionando a produção e o comércio de produtos agrícolas em Moçambique até bem entrado o século XX. Ainda na década de 1920, por exemplo, calculava-se em mais de uma centena de milhar o número de carregadores utilizados somente no distrito de Moçambique<sup>274</sup>, e pelo menos até a Segunda Guerra “O algodão e outros produtos agrícolas de rendimentos eram carregados nas cabeças ou costas de camponeses até ao mercado mais próximo”<sup>275</sup>.

A região não contava com o auxílio da tração animal, que pudesse tornar mais eficaz o transporte de mercadorias pelo interior do continente. A mosca tsé-tsé impediu as primeiras tentativas, no distrito de Moçambique, em 1906, de substituição dos carregadores pelo uso de animais de carga. A criação desses animais e a sua utilização eram possíveis apenas em algumas poucas zonas do litoral, excluindo assim as regiões do interior de usufruírem deste meio de transporte de mercadorias<sup>276</sup>.



FIGURA 4. “CARREGANDO SACCAS DE AMENDOIM EM ANTONIO ENES”  
Eduardo do Couto Lupi, *Angoche: breve memória sobre uma das capitánias-móres do districto de Moçambique*, Lisboa, Typ. do Anuário Commercial, 1907. p. 246.

<sup>274</sup> Arlindo Chilundo, ‘Os carregadores e os Machileiros antes do transporte motorizado no antigo distrito de Moçambique (1885-1930)’, in *Seminário Moçambique: navegações, comércio e técnicas* (atas), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, pp. 95-125, p. 107.

<sup>275</sup> *Ibidem*, p. 110.

<sup>276</sup> *Ibidem*, pp. 97 e 101-102.

Diante da falta de alternativas, os produtos eram transportados “exclusivamente à cabeça de preto”, como escreveu o ex-governador de Inhambane, Augusto Cardoso, em 1907, referindo-se como uma das principais dificuldades para o aumento da produção de amendoim no distrito de Inhambane<sup>277</sup>.

O distrito de Tete, por exemplo, na região da Zambézia, já era considerado, pela sua distância do litoral, suficientemente afastado a ponto de impedir o desenvolvimento do comércio de produtos vegetais. O ex-governador Luiz Joaquim Vieira Braga, em 1886, mencionou as dificuldades, visto que

*quando tem abundancia, raras vezes exporta pois que sendo difficeis os meios de transporte, os generos vão em Quilimane encontrar um preço que não convida a fazer as despezas da remessa*<sup>278</sup>.

Esta dificuldade, que afetava igualmente outras economias na costa oriental, como a de Zanzibar<sup>279</sup>, era ultrapassada pela utilização de uma rede de “caminhos de preto” percorrida por uma grande quantidade de africanos que, ou para o seu próprio benefício, ou a serviço dos comerciantes indianos e suaílis, carregavam parte da produção dos camponeses africanos sem nenhum outro auxílio que o seu próprio corpo. Livingstone, escrevendo sobre estes caminhos próximos ao lago Niassa na década de 1850, dizia que

*As unicas estradas são azinhagas de 40 a 50 centrimetros (sic) de largura, serpenteando de aldeia para aldeia: sulcos abertos pelos pés nus, que parecem ter horror á linha recta...*<sup>280</sup>

Na mesma época em que escreveu Livingstone, Antonio Gamitto, na sua *Memória sobre um systema para as colonias portuguezas*, referindo-se ao distrito de Moçambique, registrou como

---

<sup>277</sup> Augusto Cardoso, *Distrito de Inhambane: relatório do governador 1906-1907*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1907, p. 27.

<sup>278</sup> B. O. 40, 02/10/1886, p. 490.

<sup>279</sup> Elikia M'Bokolo, *op. cit.*, p. 250. Todo o interior do continente africano viu-se diante de tal dificuldade e que afetou principalmente o transporte da produção agrícola. Esta situação somente pode ser superada no avançar do século XX, com a instalação de uma rede de caminhos de ferro. Na costa da África Ocidental, apesar do desenvolvimento do comércio do óleo de palma, do cacau e de outros produtos florestais, o acesso ao interior deu-se apenas no princípio do século XX com a construção de uma estrada de ferro. Roland Oliver; Anthony Atmore, *op. cit.*, pp. 167-168.

<sup>280</sup> David Livingstone, *Viagens de exploração no Zambézia e na África Central 1840-1873*, trad. de Júlio Gama, Porto, Livraria Universal, 1880, p. 78.

*As estradas constam de estreitos trilhos, em muitas partes obstruídos por árvores derrubadas, e são tão estreitos que apenas dão passagem a um homem. Está em desuso o emprego de animais para transportes<sup>281</sup>.*

Foi usando, portanto, uma série de caminhos, utilizados outrora como via para o comércio de ouro, sal, marfim, escravos e cera de abelha, entre outros produtos, que a produção de sementes começou a ser escoada. A quantidade suportada por cada carregador, que rondava os 35 quilos<sup>282</sup>, impossibilitava a exploração das oleaginosas que fossem produzidas a grandes distâncias da costa. Por isso, a pequena revolução que significou o comércio lícito no século XIX deu-se sobretudo no litoral, onde a distância não era um entrave para a circulação da produção camponesa africana.

---

<sup>281</sup> Apud *Annaes do Conselho Ultramarino. Parte não oficial*, Série I, Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, p. 48.

<sup>282</sup> Arlindo Chilundo, 'Os carregadores e os Machileiros...', p. 103. Em Angola, na segunda metade do século XIX, na região do Bié, um carregador levava geralmente uma carga de entre 30 e 32 quilos, sem contar os seus mantimentos, armas e esteira que podiam pesar até 9 quilos adicionais. Beatrix Heintze, *Pioneiros Africanos. Caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890)*, Lisboa, Caminho, 2005, p. 294.



---

## 4. Entre a produção e os portos: os agentes intermediários

---



O fato mais original do início do comércio lícito na costa oriental africana, nomeadamente Moçambique, foi a presença de comerciantes indianos. Verdadeiros impulsores do novo comércio, não apenas como agentes comerciais que adentraram no sertão com suas fazendas e cantinas, mas também como importantes credores, estes já eram presença importante e influente bem antes do advento das exportações das sementes oleaginosas.

Outros que também exerceram um papel importante como intermediários foram os suaílis. Tratava-se de populações macuas islamizadas que controlavam importantes enclaves comerciais ao longo da costa desde longa data. Os suaílis, desde antes do advento do comércio aqui citado, já se dedicavam ao negócio de produtos requeridos por embarcações que circulavam pelo Índico, nomeadamente do ouro, marfim e escravos.

#### 4.1. A importância transitória do intermediário nos circuitos comerciais

De acordo com Roger Summers, ainda no século VI, imigrantes indianos teriam contribuído, no planalto do atual Zimbábue, para o início da exploração de ouro<sup>283</sup>. Descobertas arqueológicas atestaram também a presença de mercadorias de origem indiana na foz do rio Save e em Sofala, datada do início do século XV<sup>284</sup>. No fim do mesmo século, quando da chegada dos portugueses na costa oriental africana, estes teriam contado com a ajuda do "mouro de Cambaia" para chegar aos portos de Quelimane — invisível desde o mar — e à ilha de Moçambique<sup>285</sup>.

Em 1513, o capitão de Sofala já reclamava dos grandes barcos vindos de Cambaia carregados de tecidos, que, uma vez aportados na costa ao norte do rio Rovuma, tinham a sua mercadoria enviada a Angoche em embarcações menores. Na viagem de regresso iam carregados de marfim, cobre e "muitos mouros"<sup>286</sup>.

Nas seguintes décadas, os portugueses tiveram que se conformar com a preferência dos consumidores africanos para com os indianos. Para Ferran Iniesta, esta

*ventaja de los mouros sobre los europeos era la de su disposición a aceptar a las condiciones negroatricanas para la trata del oro, yendo a ofrecer manufacturas*

<sup>283</sup> Apud António Rita-Ferreira, 'Moçambique e os naturais...', p. 617.

<sup>284</sup> Joana Pereira Leite, 'A economia do caju em Moçambique e as relações com a Índia: dos anos 20 ao fim da época colonial', in João Ferreira do Amaral [et. al.], *Ensaio de homenagem a Francisco Pereira de Moura*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1995, pp. 631-653, p. 632.

<sup>285</sup> António Rita-Ferreira, 'Moçambique e os naturais...', p. 618. Os portugueses utilizavam a designação "mouro" para referirem-se aos suaílis, Ferran Iniesta, *Bajo la Cruz del Sur. Religión, Comercio y Guerra en el Canal de Moçambique (900 a 1700 d.C.)*, Barcelona, Sendai, 1993, p. 291.

<sup>286</sup> António Rita-Ferreira, *op. cit.*, p. 619.

*directamente a los interesados y empleando el crédito como un arma de producción diferida*<sup>287</sup>.

O historiador catalão também aponta como debilidade portuguesa, diante dos comerciantes suaílis, a falta de tradição lusa em levar as suas mercadorias diretamente aos interessados do interior do continente<sup>288</sup>; a dificuldade em aceitarem o débil afã africano de consumo; e as vantagens do sistema suaíli de venda e compra em pequenas quantidades, quase a domicílio. Sistema que se distanciava dos desejos de conquista de grandes lucros dos portugueses<sup>289</sup>.

Em 1753, as trocas comerciais envolvendo Moçambique e a Índia ascenderam a dois milhões e seiscentos mil cruzados, com um saldo positivo para as exportações moçambicanas de um milhão e quatrocentos mil cruzados<sup>290</sup>. A presença de comerciantes indianos foi, contudo, muito limitada até pelo menos o final do século XVII, quando da criação da Companhia de Mazanes de Diu (ou Companhia dos Baneanes) em 1686 – que acabou sendo adiada até 1695 –<sup>291</sup>. A companhia ganhou a exclusividade do comércio entre a Ilha de Moçambique e Diu, permitindo assim a intensificação da fixação de indivíduos não só de Diu, mas também de Damão, tanto hindus como muçulmanos, no litoral moçambicano<sup>292</sup>. Mais tarde, em 1737, quando se proclamou a liberdade de comércio na África Oriental para todos os naturais da Índia, a presença de indianos ganhou um novo impulso com a chegada, principalmente, dos maometanos da Índia Britânica, passando a marcar presença com o seu comércio também no interior. Quase quatro décadas mais tarde, em 1773, um observador coevo, A. de Figueredo, descreveu como

*Todos os moradores assistentes e existentes em Moçambique (ilha)... vão às casas de negócios (dos gentios baneanes) e... tomam o velório e roupas e se põem nas terras firmes, donde expedem patamares ao sertão a convocar ranchos de Mujaus, que do mesmo sertão descem, trazendo marfim, escravos e mais géneros*<sup>293</sup>.

Os comerciantes indianos (hindus e muçulmanos), que tinham começado a dominar o fluxo comercial costeiro a partir de 1723, passaram a fixar-se também na costa defronte à

---

<sup>287</sup> Ferran Iniesta, *op. cit.*, p. 292.

<sup>288</sup> *Ibidem*, p. 231.

<sup>289</sup> *Ibidem*, p. 238.

<sup>290</sup> António Rita-Ferreira, *op. cit.*, p. 621.

<sup>291</sup> Joana Pereira Leite, ‘Diáspora indiana em Moçambique: em torno da presença indiana em Moçambique - séc. XIX e primeiras décadas da época colonial’, in *Economia Global e Gestão*, Lisboa, 2, 1996, pp. 67-108, p. 69.

<sup>292</sup> *Idem*, ‘A economia do caju em Moçambique...’, p. 641.

<sup>293</sup> Apud António Rita-Ferreira, *op. cit.*, pp. 628-629.

Ilha de Moçambique. Aproveitando-se das suas boas relações comerciais com as populações suaílis, macuas e *mujao*s, os indianos puderam estender a sua influência comercial até o lago Niassa<sup>294</sup>. Essas boas relações mantidas com os africanos, especialmente com os suaílis, foram, ao parecer, o resultado direto dos seculares e tradicionais intercâmbios econômicos e comerciais praticados pelos hindus e muçulmanos em Diu<sup>295</sup>. Mais ao norte, em Zanzibar, região que exerceu enorme influência comercial sobre o norte de Moçambique, os indianos passaram a usufruir do direito, a partir de 1840, de se fixarem nas suas proximidades<sup>296</sup>, sendo já por volta da metade do século, a classe mercantil predominante no sultanato de Zanzibar<sup>297</sup>.

A transferência para a África do sultanato de Seyyid Saïd, iniciada em 1832 e concluída em 1840, foi fundamental para o surgimento de um ambiente favorável à presença de comerciantes indianos em Zanzibar. A maioria veio da região de Bombaim e de Guzarate e acabaram por ocupar uma posição fundamental na vida econômica da ilha, particularmente no que se refere às importações e exportações, possibilitando assim o desenvolvimento de uma economia que envolveu a circulação de homens e bens em grande escala e vocacionada, em especial, ao mercado externo<sup>298</sup>.

#### 4.2. Os intermediários — indianos e suaílis: hierarquias e relações com o agente exportador

A presença de indianos no comércio moçambicano, que ganhou novo impulso com as exportações de oleaginosas na segunda metade do século XIX, e que, como vimos, já estava presente no litoral índico africano desde séculos, continuou exercendo influência na vida comercial de Moçambique até bem entrado o século XX. Em 1950, os empresários da indústria de caju, por exemplo, viam como os comerciantes indianos, controladores dos circuitos internos do comércio, privava-os de uma boa parte da produção ao fazer escoar para a Índia o melhor da produção<sup>299</sup>.

---

<sup>294</sup> Luís Frederico Dias Antunes, *A actividade da companhia de comércio baneanes de Diu em Moçambique (1686 - 1777)*, tese de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 1992, p. 287.

<sup>295</sup> *Ibidem*, p. 288.

<sup>296</sup> Abdul Sheriff, *Slaves, spices and ivory in Zanzibar: integration of an east african commercial empire into the world economy, 1770-1873*, London, James Currey, 1987, p.87.

<sup>297</sup> *Ibidem*, p. 105.

<sup>298</sup> José Kagabo, 'Regards Croisés sur une Diaspora Éclatée: les Indiens en Afrique orientale et centre orientale', in *Lusotopie*, 15, vol. 1, 2008, Paris, pp. 121-124, p. 122-123.

<sup>299</sup> Joana Pereira Leite, 'A economia do caju...', p. 644. Este centenário contato comercial da África Oriental, através do oceano Índico, levou o arqueólogo britânico Mark Horton a questionar-se sobre as responsabilidades das sociedades asiáticas pelo subdesenvolvimento da África, numa "provocação"

Antes disso, porém, quando os portugueses começaram a mover a sua maquinaria militar e burocrática no intuito da ocupação efetiva do futuro Estado moderno de Moçambique, a significativa presença de comerciantes asiáticos não deixou de ser objeto de controvérsia e preocupação por parte do poder estatal luso. Mouzinho de Albuquerque, um dos principais teóricos da colonização de Moçambique, era otimista quanto à ocupação e o desenvolvimento do distrito de Moçambique porque, dentre outras coisas, escrevia ele em 1899, afastaria "ao mesmo tempo o comerciante aziático e vibrando assim um golpe mortal ao domínio do árabe, escravagista, negreiro e contrabandista, o pior inimigo que ali temos"<sup>300</sup>. E mais, "para que, pouco e pouco, o pequeno comerciante português substitua no negócio de retalho o aziático, que hoje quase o monopoliza no interior"<sup>301</sup>.

As palavras de Mouzinho de Albuquerque deixavam transparecer a rivalidade e a tensão que existiam entre as comunidades asiáticas e portuguesas. Mesmo assim, em vários momentos, houve alianças estratégicas entre ambas. A atividade comercial dos indianos em Moçambique, apesar de concorrerem com os interesses lusos, possibilitava maiores rendimentos alfandegários que possibilitavam o pagamento dos salários de civis e de militares locados em Moçambique, como também pela manutenção dos seus presídios instalados na costa<sup>302</sup>.

Essa dependência das alfândegas portuguesas vinha desde a instalação de alguns comerciantes indianos na ilha de Moçambique (século XVII), quando passaram a adquirir palmares — em alguns casos até na costa defronta à ilha de Moçambique —, montar casas e lojas de fazenda e pagar os impostos exigidos pela Fazenda Real. Essa postura gerou satisfação aos governadores que viam assim os recursos públicos aumentarem, mas também foi motivo de irritação aos portugueses que se sentiam ameaçados comercialmente pela concorrência<sup>303</sup>.

A presença indiana não se limitou exclusivamente à classe comercial e, na região da Zambézia, onde a ocupação do espaço estava organizada em volta dos prazos, eram muitos

---

intelectual aos estudos que, numa mesma linha, apontam as respectivas responsabilidades europeias. Mark Horton, 'Did Asia underdevelop Africa? An archaeological perspective on African poverty.' In *Understanding African Poverty in the Longue Durée (comunicação em congresso)* [em linha], Acra, International Institute for the Advanced Study of Cultures, Institutions, and Economic Enterprise (IIAS), 15-17 de julho de 2010, s/n., [consult. 25/03/2011], disponível em

<http://www.wcfia.harvard.edu/sites/default/files/Did%20Asia%20Underdevelop%20Africa-1%20-%20Horton.pdf>

<sup>300</sup> J. Mouzinho de Albuquerque, *Moçambique...*, p. 130.

<sup>301</sup> *Ibidem*, p. 132.

<sup>302</sup> Luís Frederico Dias Antunes, 'Os mercadores baneanes guzerates no comércio e a navegação da costa oriental africana (século XVIII)', in *Moçambique: navegações, comércio e técnicas* (atas), Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1998, pp. 67-93, p.80; e do mesmo autor *A actividade da companhia...*, p. 289.

<sup>303</sup> António Alberto de Andrade, *Relações de Moçambique Setecentista*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1955, p. 94.

os detentores do título de *prazeiros*<sup>304</sup>. A influência desses senhores passou, contudo, a sofrer um revés com a implantação do estado colonial. Mas a presença do comerciante de origem indiana continuou sendo usada pelo Estado português como meio de controle e ocupação da região. Em dezembro de 1898, a recém criada Companhia da Zambézia assinou com um poderoso comerciante indiano, Damodar Anandgi, o monopólio do comércio com os prazos de *Andone, Anguaze, Macuze e Licungo*. Poucos meses depois, em fevereiro de 1899, outro contrato semelhante dava o monopólio do comércio dos prazos de *Maganja d'Além Chire e Massingire* ao também comerciante indiano Agy Taibo Agy Selemane<sup>305</sup>.

Entre os indianos presentes em Moçambique, os goeses cristãos eram popularmente conhecidos como *canarins* (sing. *canarium*)<sup>306</sup>. Ainda que cristãos por pais e avós, segundo o ex-governador de Quelimane e negreiro M. J. M. de Vasconcelos Cirne, na sua *Memória sobre a Província de Moçambique*, "sempre conservam em si e suas famílias as castas de paria, sudra, chardó e a distinta ou ilustre dos bramanes"<sup>307</sup>. Outras expressões, como *monbé* — aportuguesamento de *muinbé*, que significa “senhor” —, também eram utilizadas para referirem-se aos indianos. Ernesto Jardim Vilhena, escrevendo em 1906 sobre "a doutrina do Islão", referiu-se aos "mouros da Índia, que vulgarmente chamamos *monbés*"<sup>308</sup>. Porém, a denominação de *monbés* era aplicado tanto aos muçulmanos como aos hindus<sup>309</sup>.

Além dos “mouros” vindos da Índia, conhecidos como *monbés*, também havia em Moçambique os “mouros” de origem omanitas da península Arábica. O ex-governador do distrito de Moçambique, Eduardo da Costa (1897-1898), ao lamentar a pouca influência dos portugueses juntos ao africanos, via como o

*obstáculo principal ao nosso domínio provém, todos o sabem, dos mouros, mujojos e monbés, que a algumas das virtudes guerreiras dos árabes, reúnem o seu espírito de proselitismo os mesmos instintos de rapina e o seu orgulho fanático, qualidades que lhe*

<sup>304</sup> Pélissier critica a utilização do termo *prazeiro* ou *prazero* por ser um modismo anglo-saxônico, inexistente nos documentos portugueses. Ao contrário prefere a palavra “senhor”, “cujas conotações medievais têm alguma justificação nestes baronatos ou principados zambezianos.” René Pélissier, *História de Moçambique...*, nota 89, p. 78.

<sup>305</sup> Luísa Pinto Teixeira, *Partners in business: the workings of the Indian traders of Zambezia, Mozambique, 1870s-1910s'*, in *Lusotopie*, 15, vol. 1, 2008, Paris, pp.39-58, p. 40.

<sup>306</sup> C. R. Boxer, *Relações raciais no império colonial português 1415-1825*, Porto, Afrontamento, 1988, p. 85; Companhia de Moçambique, *O território de Manica e Sofala: monographia para ser presente ao Congresso Colonial promovido pela Sociedade de Geographia de Lisboa em 1901*, Lisboa, Typ. da Companhia Nacional, 1902, p. 89-90.

<sup>307</sup> Apud António Rita-Ferreira, 'Moçambique e os naturais...', p. 637.

<sup>308</sup> Apud Lorenzo Macagno, *op. cit.*, p. 200.

<sup>309</sup> Companhia de Moçambique, *op. cit.*, p.89-90; Lorenzo Macagno, 'Uma domesticação imaginária? Representações coloniais e comunidades muçulmanas no norte de Moçambique', in *Travessias*, Lisboa, vol. 4-5, 2004, pp. 181-205, p. 184; Valdemir Zamparoni, *De escravo a cozinheiro...*, p. 74.

*garantem aos olhos dos podres indígenas um prestígio e uma autoridade que os nossos processos de benévolo governo nunca chegaram a adquirir*<sup>310</sup>.

No relatório sobre a Companhia de Moçambique, publicado em 1902, podemos ver como baixo a designação de *monhés* entrava não só o indiano, mas inclusive os

*mestiços de mouro e negro. Só a estes últimos elle pertence com propriedade. Os monhés verdadeiros, são representados no Territorio pelos chamados mouros de Sofála e Chiloane, devendo nós acrescentar que algumas familias conservam sem mistura o sangue indio d'origem [...] Quasi todos sabem lêr e escrever (em arabe), habitam em palhotas de quatro aguas - em Chiloane em verdadeiras casas telhadas - todas com hortas e pomares*<sup>311</sup>.

De uma maneira geral, quando se fazia essa distinção entre *monhés* e *mouros*, o que se buscava era diferenciar os indianos — ainda que alguns pudessem ser muçulmanos — dos maometanos de origem omanita. A designação vaga de *morro* ou *moiro* era atribuída aos muçulmanos, que em Moçambique, segundo Pélissier "incluía os Suahilis, os Árabes, os Ismaelitas e, por vezes, os Bantus islamizados"<sup>312</sup>.

Muitas vezes, contudo, as fontes portuguesas diferenciam os *monhés* dos *baneanes*, o principal grupo mercantil indiano presente em Moçambique. O padre Daniel da Cruz, em 1910, depois de descrever fisicamente os baneanes, afirmou que as habitações destes eram mais "hediondas que as dos monhés, [...] sem ar, nem luz, nem limpeza de casta nenhuma, verdadeiros focos de insalubridade e immundície"<sup>313</sup>. E as diferenças não se restringiam apenas às suas habitações, mas também ao caráter, já que os primeiros, sempre seguindo o religioso português, "são duma psychologia muito acanhada e dum senso moral inferior ao dos monhés"<sup>314</sup>.

Também Mouzinho de Albuquerque, referindo-se igualmente à região de Gaza, ao sul da Zambézia, nomeava separadamente os *baneanes* e os *monhés*. Observando a afluência de novos comerciantes uma vez acabadas as hostilidades decorrentes dos embates entre as forças portuguesas e africanas em 1906, com a rendição de Gungunhana, notou como "começaram monhés e baneanes a tirar licença para commercio em Gaza nas secretarias de

---

<sup>310</sup> Abud René Pélissier, *História de Moçambique...*, vol. I, p. 271.

<sup>311</sup> Companhia de Moçambique, *op. cit.*, p. 89-90.

<sup>312</sup> René Pélissier, *op. cit.*, vol. II, p. 500.

<sup>313</sup> Abud Valdemir Zamparoni, 'Monhés, Baneanes, Chinas e Afro-maometanos. Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940', in *Lusotopie*, 7, 2000, Paris, pp.191-222, p.198.

<sup>314</sup> Abud *ibidem*, p. 199.

Lourenço Marques e Inhambane e a seguir com fazendas para o novo districto. Infelizmente apenas três portuguezes e outros estrangeiros europeus os imitaram”<sup>315</sup>.

Em 1881, referindo-se ao distrito de Angoche, Alfredo Brandão Cró de Castro Ferreri classificou a população asiática aí presente em quatro categorias distintas, visto que essa população era "tão variavel coma a europêa" e estava "composta de banianes, bathiás, mouros [e] gentios"<sup>316</sup>. Quatro anos depois, Joaquim d'Almeida Cunha usou a mesma classificação para dividir os "índios" presentes em Moçambique. A diferença entre os "banianes" e os "bathiás", segundo Cunha, era que os primeiros vinham da Índia portuguesa, e os "bathiás", da Índia inglesa<sup>317</sup>.

Os *baneanes* formaram o grosso da classe mercantil indiana presente em Moçambique, que contava inclusive com uma “rua dos Banianes” com as suas lojas de têxteis e marfim<sup>318</sup>. Muitos documentos portugueses (refletindo até mesmo as generalizações da época) colocaram baixo à designação de *baneanes* todos os comerciantes asiáticos. O termo *baneane* referia-se, essencialmente, aos comerciantes hindus da região noroeste da Índia, Guzerate<sup>319</sup>. Muitas vezes também era usado para referir-se aos comerciantes indianos de outras religiões, como os maometanos<sup>320</sup>.

Os *váixias*, uma das quatro castas reconhecidas e que se dedicavam ao comércio e a agricultura no começo do hinduísmo, deram origem aos *vanias*. A palavra guzerate *vânia*, assim como as palavras sânscrita *vánij*, marata *váni* e canaresa *bánjig* são utilizadas para referir-se por sua vez, de uma forma geral, aos membros de diferentes castas que fazem do comércio a sua principal atividade<sup>321</sup>. Na língua guzerate, a palavra *vāñiyān* significa comerciante, derivando assim mais tarde na palavra *baneane*<sup>322</sup>. Os *baneanes* não formavam uma casta concretamente, mas pertenciam, exclusivamente, à classe dos comerciantes. Em Damão, por exemplo, os *baneanes* que se distinguiam pela riqueza estavam presentes em quatro castas<sup>323</sup>.

O fluxo de *baneanes* para a costa moçambicana, a partir da criação da Companhia de Diu foi significativa. A. Alpers, por exemplo, calculou para 1794, através do censo realizado

<sup>315</sup> J. Mouzinho de Albuquerque, *op. cit.*, p. 41.

<sup>316</sup> Alfredo Brandão Cró de Castro Ferreri, *Angoche: breves considerações...*, p. 26.

<sup>317</sup> Joaquim d'Almeida Cunha, *Estudos acerca dos usos e costumes dos banianes, bathiás, parses, mouros, gentios e indígenas, Moçambique*, Imprensa Nacional, 1885, p. 36.

<sup>318</sup> Gerhard Liesegang, 'Sobre o crescimento da ocupação da Ilha de Moçambique e o desenvolvimento da estrutura a observar no fim do tempo colonial', in Matteo Angius; Mario Zamponi, *op. cit.*, pp. 44-53, p. 50.

<sup>319</sup> René Pélissier, *op. cit.*, vol. II, p. 496.

<sup>320</sup> António Alberto de Andrade, *op. cit.*, p. 93; C. R. Boxer, *op. cit.*, p. 56; Luís Frederico Dias Antunes, *A actividade da companhia...*, p. 239. Dias Antunes também afirma que o termo pode ser usado para identificar os comerciantes jainismos, religião de origem indiana nascida no século VI a.C., pp. 241-247;

<sup>321</sup> Luís Frederico Dias Antunes, *ibidem*, p. 93-94.

<sup>322</sup> Valdemir Zamparoni, *De escravo a cozinheiro...*, p. 75.

<sup>323</sup> António Rita-Ferreira, 'Moçambique e os naturais...', p. 624-627.

em Diu, em aproximadamente 1/3 o número de homens *vanis* maiores de 14 anos ausentes em Moçambique<sup>324</sup>.

Em Angoche, na província de Moçambique, onde o comércio estava "desde tempos immemoriaes monopolizado pelos banianes da Índia que se estabeleceram em todos os portos"<sup>325</sup>, Alfredo Brandão Cró de Castro Ferreri indicava, em 1881, que aos 118.500 mil indígenas e aos 9 europeus, devia-se somar os oitenta asiáticos<sup>326</sup>. Doze anos mais tarde, nas terras que tinham sido então concedidas à Companhia de Niassa em Cabo Delgado, o ex-governador Perry da Camara nos dizia que para "Além do preto indígena, que constituí naturalmente a maior parte da população, encontram-se ali europeus, mouros, baneanes e batiás; predominando nas ilhas os primeiros (especialmente portugueses) e na costa os mouros e baneanes"<sup>327</sup>. E mais, que "O commercio exterior está quasi todo nas mãos dos baneanes e dos batiás"<sup>328</sup>.

Nas descrições a respeito da área residencial da Ilha de Moçambique, em 1890, Manuel Joaquim Mendes de Vasconcellos Cirne fazia saber que na disposição do espaço urbano havia "outras ruas estreitas e só habitadas de banianes e gentio"<sup>329</sup>. No fim da mesma década, Mouzinho de Albuquerque planejava a ocupação do distrito de Moçambique para poder expulsar o "comerciante aziatico", que monopolizava o comércio do interior, e debilitar o "predomínio do árabe"<sup>330</sup>.

Também nos domínios da Zambézia a presença de comerciantes indianos e das suas lojas fez-se notar. Enquanto as portuguesas encontravam-se fundamentalmente nos espaços urbanos, os indianos estavam "em todas as feitorias e também no mato"<sup>331</sup>. A vila de Quelimane contava entre os "civilizados", em 1853, com 335 cristãos e cristãs, 120 muçulmanos, parsis e baneanes e 17 negros livres<sup>332</sup>. Em 1869, soldados portugueses que quisessem saciar o seu vício pelo tabaco podiam fazê-lo comprando charutos em alguma das lojas pertencentes aos "banianes"<sup>333</sup>.

**Outro dos grupos** que exerceram um papel fundamental nas relações comerciais de Moçambique foi o dos suaílis, presentes, sobretudo, na costa. Quando da chegada de Vasco

---

<sup>324</sup> Apud *ibidem*, p. 629.

<sup>325</sup> Augusto de Castilho, *op. cit.*, p. 163.

<sup>326</sup> Alfredo Brandão Cró de Castro Ferreri, *op. cit.*, p.26.

<sup>327</sup> Perry da Camara, *Descrição dos territórios...*, p. 7.

<sup>328</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>329</sup> Manuel Joaquim Mendes de Vasconcellos Cirne, Documentos para a história das colónias portuguesas: memória sobre a província de Moçambique, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890, p. 5.

<sup>330</sup> J. Mouzinho de Albuquerque, *op. cit.*, p. 130-132.

<sup>331</sup> René Pélissier, *História de Moçambique...*, vol. I, p. 40.

<sup>332</sup> *Ibidem*, p. 106.

<sup>333</sup> José Joaquim Ferreira; Augusto de Castilho, *Recordações da Expedição da Zambézia em 1869*, Elvas, Typ. Progresso, 1891, p. 13.

da Gama, estes já se encontravam instalados no leste africano, indo da Somália, ao norte, até Sofala, ao sul. Em Moçambique, do rio Rovuma ao Zambeze, esses grupos de origem islâmica, fortemente africanizados por seculares contatos e concubinação com as populações bantas do litoral, formaram a matriz das comunidades afro-muçulmanas<sup>334</sup>. Notáveis comerciantes negociavam o ouro, o marfim e, em menor medida, escravos com as populações africanas do interior, dando em troca peças de algodão e contas de origem indiana<sup>335</sup>.

Apesar de encontrarem-se espalhadas por toda a província, foi no norte que a penetração de populações muçulmanas deu-se de forma mais notável e onde jogaram um papel de primeira ordem. A partir do século XIX, essa penetração passou a ser cada vez mais sentida no interior<sup>336</sup>, ao tempo que aumentou a influência dos sultões suaílis sobre o tráfico para Madagascar e Comores<sup>337</sup>.

Mesmo com todas as tentativas dos portugueses para expulsarem os suaílis da costa e poderem, assim, negociar diretamente com os africanos do interior, os seus esforços não tiveram os resultados desejados. Estes eram numerosos demais para serem expulsos e, ao estarem familiarizados com as práticas comerciais e com os itinerários que os levavam às grandes distâncias da costa, os suaílis continuaram a marcar uma presença fundamental no fluxo comercial do litoral. No mais, ao estarem completamente integrados no seio das comunidades bantas, encontravam-se em uma situação de superioridade nas relações comerciais - e não só - com o continente africano. Apesar de todas as tentativas de destruição dessas comunidades, os suaílis continuaram sendo imprescindíveis como intermediários comerciais com a Arábia, Golfo Pérsico, Índia e agora Europa.

Depois de serem expulsos da região ao norte de Cabo Delgado pelos árabes de Omã, no fim do século XVII, os portugueses concentraram as suas tentativas de influência mais ao sul. Apesar de toda a animosidade, acabaram por buscar manter relações mais ou menos estáveis com as comunidades suaílis, sem que com isso não deixassem de tentar sistematicamente excluí-los do melhor do comércio de ouro, marfim e escravos. Na região da Zambézia, fizeram de tudo para mantê-los em situação de controle e com poucas opções de manobra, como a de acumular grandes fortunas<sup>338</sup>. Antes da chegada, contudo, dos comerciantes indianos, ainda por volta de 1787, os maometanos eram o elemento de

---

<sup>334</sup> Lorenzo Macagno, *op. cit.*, p. 185; Mario Zamponi, 'Ilha de Moçambique: encruzilhada de povos e culturas no Oceano Índico', in Matteo Angius; Mario Zamponi, *op. cit.*, pp. 10-25, p. 13; Aurélio Rocha, 'Os Afro-islamizados...', p. 29.

<sup>335</sup> C. R. Boxer, *op. cit.*, p. 45.

<sup>336</sup> Lorenzo Macagno, *op. cit.*, p. 183.

<sup>337</sup> Aurélio Rocha, 'Resistência em Moçambique...', p. 595.

<sup>338</sup> C. R. Boxer, *op. cit.*, pp. 46-48.

"maior dinamismo que comerciavam com o interior, servindo-se dos artigos fornecidos a crédito pelos grossistas hindus da ilha de Moçambique"<sup>339</sup> e, ao contrário dos *baneanes*, "cruzavam-se livremente com mulheres africanas, reconhecendo os filhos mestiços e integrando-os na família poligâmica"<sup>340</sup>.

Mais tarde, com o aumento da presença de comerciantes indianos, a situação dos suaílis acabou eclipsada. Os *baneanes* rapidamente converteram-se nos intermediários preferenciais do comércio entre as populações africanas e as casas europeias que passaram a instalar-se na costa de Moçambique. Muitos dos comerciantes suaílis passaram, inclusive, a atuar como agentes dos próprios indianos.

Em Moçambique, à diferença do que ocorria em Angola, a concorrência de comerciantes indianos e suaílis praticamente limitou a influência dos portugueses. O comércio nas terras do sertão encontrava-se monopolizado pela presença dos indianos<sup>341</sup>. Não obstante a longa data da presença de comerciantes indianos em Moçambique, foi somente no fim no século XVII, na sequência da criação da Companhia de Diu, que esses passaram a desempenhar um papel relevante<sup>342</sup>. Para M'Bokolo, a origem da presença dos comerciantes e financeiros indianos presentes na esfera do capitalismo colonial remonta "pelo menos ao início do século XIX"<sup>343</sup>. No caso de Moçambique, concretamente, podemos colocar a fundação da Companhia de Diu, no fim do século XVII, como marco da presença dos primeiros comerciantes asiáticos na ilha de Moçambique<sup>344</sup>. Estes indianos não puderam, contudo, livrar-se das tentativas de controle das autoridades portuguesas, receosas das suas atividades que, sem "grande êxito", tentaram limitar o seu espaço de atuação à Ilha de Moçambique<sup>345</sup>.

A partir da ilha os *baneanes* passaram a expandir-se por toda a província, instalando-se primeiramente nos portos litorâneos que se encontravam sob domínio dos suaíli ou dos portugueses<sup>346</sup>. São, nesse primeiro momento, simplesmente representantes das casas comerciais indianas, principalmente as da região de Guzerate e de Bombaim<sup>347</sup>. Essas casas comerciais eram responsáveis, sobretudo, pela comercialização de grandes quantidades de

---

<sup>339</sup> António Rita-Ferreira, 'Moçambique e os naturais...', p. 635.

<sup>340</sup> *Ibidem*, p. 636 e 645.

<sup>341</sup> René Pélissier, *História de Moçambique...*, vol. I, pp. 155-158..

<sup>342</sup> Sobre a expansão do capital indiano em Moçambique, sobretudo a partir do século XIX, ver Malyn Newitt, *História de Moçambique...*, pp. 291-296.

<sup>343</sup> Elikia M'Bokolo, *op. cit.*, p. 360.

<sup>344</sup> Luís Frederico Dias Antunes, 'Os mercadores baneanes...', p. 83; José Kagabo, *op. cit.*, p. 121.

<sup>345</sup> Luís Frederico Dias Antunes, *op. cit.*, p. 83.

<sup>346</sup> Antes da criação da Companhia de Diu (1686) os baneanes estavam impedidos de se fixarem na ilha de Moçambique. Luís Frederico Dias Antunes, 'Os mercadores baneanes...', p. 71; Luísa Pinto Teixeira, *op. cit.*, p. 42.

<sup>347</sup> Joana Pereira Leite, 'Diáspora indiana em Moçambique...', p. 58.

marfim e ouro, trocados por tecidos indianos; pelo acesso ao crédito e as mercadorias necessárias para alentar o comércio tradicional; e pelo controle dos navios encarregados de fazerem fluir pelo oceano Índico o comércio entre as duas costas.

No fim do século XVIII, as atividades desses comerciantes começaram a deslocar-se também para o interior, chegando inclusive à *feira* de Zumbo, o posto português mais avançado da África Oriental. No século seguinte, as suas redes comerciais, através das casas comerciais criadas pelos indianos no interior, alcançaram os Grandes Lagos a partir de Zanzibar<sup>348</sup>, onde, aliás, o seu número aumentou consideravelmente na segunda metade do século XIX na esteira do sultão de Omã Zanzibar<sup>349</sup>. Essa imigração para Zanzibar, que teria iniciado principalmente a partir de 1840, trouxe, num primeiro momento, indianos da região noroeste da Índia, Guzerate, e de Bombaim. Eram normalmente agentes de casas comerciais instalados na própria Índia e, para além de oferecerem seus serviços ao sultão de Zanzibar, também atuavam nos diferentes entrepostos da costa suaíli até Moçambique<sup>350</sup>. Calcula-se que, em 1859, 10% da população desta cidade estava formada por indianos<sup>351</sup>. Mais tarde, em 1890, com o protetorado britânico de Zanzibar, muitos desses comerciantes acabaram descendo para o sul em busca de uma maior liberdade de comércio, chegando até mesmo à ilha de Moçambique<sup>352</sup>.

Essa rede, criada a partir do século XIX no interior de Moçambique, representou uma verdadeira revolução no que se refere ao comércio exterior. Ela foi responsável pelo surgimento de uma infraestrutura comercial visando a produção de excedentes para o mercado. Até então, esse papel apenas cabia às antigas *feiras* que possibilitavam o escoamento do ouro ou de alguns grandes mercados visitados pelas caravanas. A novidade foi o caráter mais constante da presença de compradores, animando os pequenos produtores africanos a procurarem essas casas para permutarem os seus produtos.

Esses comerciantes podiam perfeitamente comercializar uma enorme variedade de produtos e em diferentes quantidades, possibilitando aos produtores africanos venderem seus excedentes, ainda que a sua produção fosse reduzida. Ao conseguirem comercializar com um grande número de produtores, as casas indianas conseguiam acumular quantidades significativas de produtos, rentabilizando assim o seu negócio e possibilitando a entrada desses produtos numa rede mais ampla do comércio internacional, coisa que era quase que impraticável pelas populações africanas mais isoladas.

---

<sup>348</sup> Malyn Newitt, *op. cit.*, p. 292.

<sup>349</sup> Elikia M'Bokolo, *op. cit.*, p. 241; Joana Pereira Leite, *op. cit.*, p. 85.

<sup>350</sup> Joana Pereira Leite, 'Diáspora indiana em Moçambique...', p. 85.

<sup>351</sup> Elikia M'Bokolo, *op. cit.*, p. 241.

<sup>352</sup> Joana Pereira Leite, *op. cit.*, p. 86.

Num primeiro momento, a principal oferta dos africanos foi o marfim e o ouro, mas na segunda metade do século XIX "a loja indiana iria concentrar os parques excedentes de amendoim, milho, caju, sésamo, peles, cera, mel e outros artigos de produção artesanal"<sup>353</sup>. À diferença com os tradicionais mercados e *feiras*, os comerciantes indianos quase que individualmente podiam ser considerados como uma *feira* em si, expandindo assim as possibilidades de negócios nas regiões visitadas<sup>354</sup>. Podemos ter uma pequena noção da presença dessas casas indianas através do relato de um missionário, W. P. Johnson, quando de uma viagem feita entre o lago Niassa e Quelimane em 1884:

*encontrámos um homem [...] que conhecia os Portugueses, mas não vimos nenhum deles. Chegámos ao local onde as caravanas podiam vir comerciar. Abundavam aqui os coqueiros, os cajueiros e as tílias. Um homem, filho de um indiano e de uma macua, e que se tornara cristão, é quem superintende, e foi muito atencioso connosco. Vários indianos possuíam ali armazéns de víveres, e sabiam já de uma caravana por que havíamos passado no caminho [...] Uma longa estrada conduzia a um local onde havia um escritório com um funcionario goês e um auxiliar indiano; e ali conseguimos arranjar uma embarcação. [...] só vimos um português quando estávamos em Quelimane<sup>355</sup>.*

Em 1876, Meyrelles do Canto e Castro elaborou uma lista com a origem nacional/religiosa dos agentes comerciais, responsáveis pelo comércio externo, presentes em Moçambique, e agrupou-as em seis categorias: *baneanes* e *batbiás*, franceses, portugueses, holandeses, parses e finalmente ingleses. Os indianos (*baneanes* e *batbiás*) foram responsáveis por 41,50% das importações e 63,46% das exportações realizadas, em termos monetários, pelos portos moçambicanos. Esse número, na verdade, deveria ser maior, já que na filiação "portugueses" Canto e Castro incluiu os indos-portugueses<sup>356</sup>. Essa crescente participação e penetração dos indianos no comércio moçambicano, comparada com as pretensões portuguesas, demonstra como a ofensiva comercial ainda resultava mais eficaz do que as investidas militares, passando os *baneanes* "rapidamente do monopólio das viagens entre Diu e Moçambique para a intervenção directa no comércio interno africano"<sup>357</sup>.

---

<sup>353</sup> Malyn Newitt, *op. cit.*, p. 292.

<sup>354</sup> Para Jeronymo Romero, a quantidade de produtos disponíveis nas "lojas" que procuravam comercializar com o negro, inclusive aquelas instaladas no interior, era tal que poderiam ser consideradas verdadeiros bazares. Jeronymo Romero, *Suplemento á memoria descriptiva e estatistica do districto de Cabo Delgado com uma noticia ácerca do estabelecimento da colonia de Pemba*, Lisboa, Typ. Universal, 1860, p. 114.

<sup>355</sup> Malyn Newitt, *op. cit.*, p. 292-293.

<sup>356</sup> Abud António Rita-Ferreira, 'A sobrevivência do mais fraco...', p. 309.

<sup>357</sup> Luís Frederico Dias Antunes, *A actividade da companhia...*, p. 338.

O fato da produção de tecidos utilizados no comércio africano localizar-se na Índia, da sua abundância e das possibilidades de conseguirem quase sempre adquiri-los a baixo preço, possibilitou aos *baneanes* uma rápida e eficaz presença no comércio moçambicano, adquirindo grandes quantidades de marfim, mas também de ouro e escravos. Esse comércio realizava-se, na metade do século XVIII, com a participação de mercadores ambulantes macuas, mujaos e suaális.

Os *baneanes* facilitavam aos seus intermediários africanos pequenas quantidades de panos a título de crédito. Quando estes voltavam à costa com marfim, ouro ou escravo eram retribuídos com novos créditos. A reduzida quantidade de panos deixada como adiantamento era uma estratégia para diminuir o impacto nas suas receitas quando algum daqueles mercadores não regressasse com as mercadorias para a permuta; ou na eventualidade de uma perda em que o mercador africano não pudesse mais ressarcir o crédito inicial<sup>358</sup>.

As relações mantidas entre os portugueses e os indianos, que iam do confronto às convenientes relações de intercâmbio, permaneceriam por muito tempo. Foram, inclusive, ainda que indiretamente, personagens importantes no processo de ocupação do território africano concretizado mais tarde. A implantação, por exemplo, de "postos" pelos portugueses em Angoche, a partir de 1900, criou condições também para que se instalasse o comércio indiano. As instalações e as atividades exercidas por estes comerciantes acabaram, por outro lado, facilitando aos portugueses a cobrança de impostos de uma maneira mais ou menos eficiente na região.<sup>359</sup>

A partir de 1870 a emigração indiana para o vale do Zambeze, principalmente da região de Guzerate, intensificou-se, coincidindo com o aumento da produção de oleaginosas<sup>360</sup>. É quando o pequeno comerciante indiano, que percorre o interior, torna-se o principal agente intermediário entre os produtores africanos e as empresas exportadoras europeias. Das 176 licenças emitidas em 1880 para o exercício da atividade comercial em Quelimane, 57 destinaram-se aos portugueses e goeses e 113 foram divididas entre africanos e indianos originários da Índia britânica.<sup>361</sup> Em 1891, o capitão-mor e *canarium* Costa, que ocupava o posto de delegado da junta da fazenda, também fornecia aos soldados portugueses "Os generos para o rancho das praças" em troca de vales que eram posteriormente trocados junto à fazenda de Moçambique.<sup>362</sup>

---

<sup>358</sup> Idem, 'Os mercadores baneanes...', pp. 85-87.

<sup>359</sup> René Pélissier, *op. cit.*, vol. II, p. 296.

<sup>360</sup> Luísa Pinto Teixeira, *op. cit.*, p. 42-43.

<sup>361</sup> Leroy Vail; Landeg White, *op. cit.*, p. 65.

<sup>362</sup> José Joaquim Ferreira; Augusto de Castilho, *op. cit.*, p. 104.

Esses novos comerciantes indianos estabeleceram rapidamente relações matrimoniais, principalmente os indo-islâmicos, com as mulheres africanas, o que foi fundamental para poderem expandir as suas redes também para o interior. Por outra parte, a união com os indianos significou vantagens econômicas e políticas aos grupos africanos, que passavam a ter acesso garantido a toda a sorte de produtos de prestígio e poder; sendo também comum que os filhos dos indianos (até as mulheres em alguns casos) herdassem parte do seu patrimônio<sup>363</sup>. Outro fato importante ocorrido para o aumento da presença indiana na região foi a abertura, em 1877, dos rios da Zambézia ao comércio exterior e aos estrangeiros.

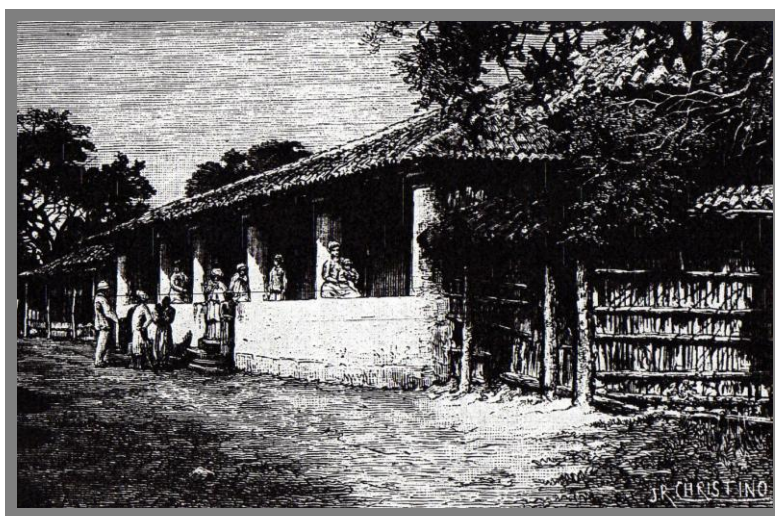


FIGURA 5. “QUILIMANE — HABITAÇÕES DOS BANIANES (SEGUNDO UMA PHOTOGRAPHIA)” Augusto de Castilho, *op. cit.*, p. 165.

A presença de comerciantes indianos no território moçambicano foi bem-vinda do ponto de vista da arrecadação alfandegária, mas a concorrência que isso significava para o comerciante português fez com que fossem vistos sempre com desconfiança: vistos como homens "unicamente guiados nos seus movimentos pela ambição do lucro pecuniário"<sup>364</sup>. No século XVIII já podíamos deparar-nos com comentários tão contundentes como o de António Pinto de Miranda, na sua *Memória sobre a costa de África*, que referindo-se aos "filhos de Goa" afirmava que os indianos "Nos contratos passarão de usurarios a ladroens, na conquista não cuidão, e só para os seus enteresses olhão"<sup>365</sup>.

Essa visão crítica e dura permaneceu no tempo a ponto de até um crítico do Estado Novo, João Fernandes, afirmar em 1946 que

<sup>363</sup> Luísa Pinto Teixeira, *op. cit.*, p. 43-44.

<sup>364</sup> Augusto de Castilho, *op. cit.*, p. 163.

<sup>365</sup> Apud António Alberto de Andrade, *op. cit.*, p. 252.

*O monhé não edifica, não constrói, não valoriza o país com realizações materiais, senão na estrita medida determinada pelos seus negócios. De resto, os seus avultadíssimos lucros, usurpados por estílo à economia indígena, tomam o caminho do luxurioso Oriente, singrando as águas do Índico*<sup>366</sup>.

Algumas autoridades públicas portuguesas, contrariando a opinião negativa estendida sobre os comerciantes indianos, tidos inclusive por muitos como os “judeus do Oriente”, acabaram por defendê-las, ou pelo menos demonstraram saber a importância dos mesmos para as arcas do Estado e para o desenvolvimento do comércio. Foi o caso do ex-governador Agostinho Coelho (1882-1885), a defender que aqueles “merecem antes proteção do que a animadversão publica”<sup>367</sup>.

*Eu não participo de semelhante opinião, antes penso que sem elles nem o commercio nem a agricultura teria attingido as proporções que a comparação da antiga receita e movimento commercial da provincia com o actual nos demonstra*<sup>368</sup>.

Também houve vozes mais “românticas”, como a de R. C. F. Maugham, um funcionário consular que percorreu na África Oriental e central que afirmou, em 1910, que o comerciante indiano

*Não só se revela magnificamente insensível aos efeitos do clima, como possui a facilidade inestimável de adquirir prontamente um conhecimento fluente das línguas indígenas [...]. Nenhum lucro é ínfimo ou despreciando; nenhum tempo demasiado para se dedicar a administração proveitosa de um negocio. O seu modo de vida, domestico ao extremo é, todavia, tão econômico, tão frugal, e as suas necessidades [...] são tão acessíveis, que poucos são os que não conseguem remeter algumas rupias para a Índia no final do ano*<sup>369</sup>.

Como a emigração foi sobretudo masculina, e apesar de muitos terem permanecido e constituído famílias em terras africanas, uma parte importante dos indianos desejava regressar à casa. Para Mendes de Vasconcellos Cirne, seria fundamental obrigá-los a trazerem as suas famílias como requisito para poderem abrir as suas lojas, impedindo assim

---

<sup>366</sup> Apud António Rita-Ferreira, ‘Moçambique e os naturais...’, pp. 631.

<sup>367</sup> Agostinho Coelho, *Relatório do governador da provincia de Moçambique*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, p. 113.

<sup>368</sup> *Ibidem*, p. 112.

<sup>369</sup> Apud Malyn Newitt, *História de Moçambique...*, p. 295.

que os seus ganhos acumulados regressassem à Ásia<sup>370</sup>. Os portugueses não viam com bons olhos o fato de comerciantes indianos, depois de algum tempo envolvidos no comércio, regressarem à Índia sem investir nada em Moçambique. Pesava sobre os *baneanes* a fama de viverem miseravelmente e, desse modo, nada gastarem na província em proveito da economia local, não concorrendo assim "para o desenvolvimento do districto, antes o depauperam constantemente porque nada produzem e muito pouco consomem"<sup>371</sup>.

Apesar de empregarem um número bem maior de "caixeiros" que os europeus, Mouzinho de Albuquerque também compartia da ideia de que o melhor para a província de seria a expulsão desses comerciantes indianos.

*Deixando-lhe o campo livre é invencível no commercio de retalho a competencia do mouro e hindu. Como porem esta gente negocea sem civilisar mandando para a India libra a libra todo o ouro que lhe vem à mão, vendendo barato por lhe bastarem pequenos lucros, defraudando em tudo que pôde o negro e, para o conseguir, sujeitando-se a toda a especie de vexame e humilhação, convem por todos os meios ir-lhes difficultando o seu ingresso na provincia e, a pouco e pouco, cercando-os de peias que anullem a superioridade de que dispõem no negocio sertanejo*<sup>372</sup>.

O mesmo Mouzinho sugeriu uma série de leis que impedissem a instalação de novos indianos e dificultassem o comércio para os que já se encontravam instalados, sem, contudo, propor um acordo com o governo britânico, visto serem da Índia britânica a "maioria dos hindus e mouros que vão para a África"<sup>373</sup>.

Nos comentários do *Relatório da Inspeção a alguns dos Prazos do districto de Tete pelo Governador do districto*, nesse caso de Francisco de Aragão e Mello, escrito mais de uma década depois, percebemos como as observações de Mouzinho não surtiram efeito. As atividades comerciais permaneceram sendo "uma verdadeira calamidade, como está, nas mãos do monhés", prejudicando "extraordinariamente o commercio dos europeus, sem proveito algum para o preto que elles exploram o mais possível."<sup>374</sup> E mais,

*Não deixam um ceutil na região, pois vivem miseravelmente e não tem estabilidade alguma, porque vivem como o caracol, com a casa às costas [...] e abi o temos*

---

<sup>370</sup> Manuel Joaquim Mendes de Vasconcellos Cirne, *op. cit.*, p. 34. Para a mesma opinião ver Perry da Camara, *Descrição dos territórios...*, p. 11.

<sup>371</sup> Perry da Camara, *op. cit.*, p. 11.

<sup>372</sup> J. Mouzinho de Albuquerque, *op. cit.*, p. 139-140.

<sup>373</sup> *Ibidem*.

<sup>374</sup> Francisco de Aragão e Mello, *Relatório da inspeção a alguns dos Prazos do districto de Tete pelo governador do districto*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, p. 52.

*constantemente a mudar a sua loja, adiantando-se a outro com o fim de apanhar o preto em primeira mão [...] se pratique a violencia de mandar cipais com instruções para obrigarem o preto a vir trazer os seu genero e fazer as suas transações no estabelecimento do arrendatário*<sup>375</sup>.

A transferência de metais para as suas famílias era um dos objetivos mais importantes dos comerciantes *baneanes*, que partiam da Índia para buscarem a sorte no comércio na costa oriental africana. A intensificação do tráfico de escravos, a partir da primeira metade do século XIX em Moçambique, fez crescer a circulação de moedas estrangeiras de ouro e prata, o que acabou facilitando a remessa dos *baneanes*. Mas é importante lembrar que a moeda metálica estava presente nessa época apenas na ilha de Moçambique, sendo no sertão o “bare de fato ou de marfim e a pasta de ouro” a moeda de troca utilizada<sup>376</sup>. Era justamente essa prática de transferência de capitais para a Índia, juntamente com o seu apego à atividade comercial, o que mais criticavam os portugueses presentes em Moçambique. É provável que, para além de serem concorrentes diretos, os portugueses ignorassem que essas características faziam parte de certas regras de casta a que esses indianos estavam obrigados a seguir<sup>377</sup>.

Outra obrigação imposta pela tradição aos *baneanes* era a proibição do exercício da navegação e, até mesmo, de se dedicarem a preparar a comida. Nos navios que traziam os comerciantes indianos a Moçambique, foi entre a minoria maometana que se constituíra o grosso da tripulação, responsável também por uma parte importante da tripulação na navegação de cabotagem.

Resulta que esses maometanos acabaram formando o principal contingente de comerciantes que adentraram pelo sertão de Moçambique para comercializar. Estavam eles menos presos às regras sociais e religiosas que os seus compatriotas hindus. Foram

*os 'mouros' [...] constituindo pequenos núcleos nos portos subalternos e nas feiras do interior, especializando-se no comércio a longa distância e tendo conhecimento directo das rotas que cruzavam o interior. Eram os célebres 'mercadores volantes' que interceptaram as caravanas a meio caminho, com desespero dos capitães das feitorias*<sup>378</sup>.

---

<sup>375</sup> *Ibidem*.

<sup>376</sup> Apud António Rita-Ferreira, ‘Moçambique e os naturais...’, p. 622.

<sup>377</sup> *Ibidem*, p. 631.

<sup>378</sup> *Ibidem*, p. 634.

Esses maometanos comerciavam com o interior e, para tal, utilizavam do crédito fornecido pelos grossistas hindus presentes na ilha de Moçambique, pelo menos desde o fim do século XVIII<sup>379</sup>.

Para Abdul Sheriff, a presença de comerciantes indianos no interior da África Oriental foi relativamente pouca até quase o fim do século XIX. De qualquer modo, ainda segundo o autor, isso não impediu que o seu capital chegasse ao sertão através dos comerciantes suaílis e árabes ainda na primeira metade do século. Esses comerciantes, referindo-se sobretudo aos de Zanzibar, eram homens de capital limitado e que comercializavam pequenas quantidades. Mais tarde, o acúmulo de capital nas mãos de comerciantes já residentes, providos da grande rentabilidade do comércio em Zanzibar, permitiu o financiamento e a expansão do comércio, em especial do de caravanas de longa distância<sup>380</sup>.

Esses comerciantes, profundamente identificados com a atividade comercial, a ponto de se reconhecerem como uma classe, migraram para a África Oriental num contexto de desenvolvimento do sistema econômico emergente, que lhes permitiu acomodarem-se diante dessa nova realidade, ao mesmo tempo em que florescia como agentes do capitalismo<sup>381</sup>. Essa superioridade experimentada largamente pelo comerciante indiano foi proporcionada também pelo conhecimento e facilidades que significou ser a Índia, principalmente Bombaim, a origem dos produtos usados nos negócios em África. Os comerciantes indianos puderam comprar os seus produtos *Made in India* com preços extremamente competitivos, aproveitando-se de estoques antigos e abundantes. Uma vez na África, aprenderam as línguas locais e puseram-se a negociar diretamente com os africanos<sup>382</sup>.

---

<sup>379</sup> *Ibidem*, p. 635.

<sup>380</sup> Abdul Sheriff, *op. cit.*, p. 105-108.

<sup>381</sup> *Ibidem*, p. 86.

<sup>382</sup> Leroy Vail; Landeg White, *op. cit.*, p. 61.

---

5. A evolução do comércio de  
amendoim e gergelim em  
Moçambique

---



Moçambique contava, a princípio da década de 1850, com nove vilas: Moçambique (capital), Ibo, Quelimane, Tete, Sena, Zumbo, Sofala, Inhambane e Manica<sup>383</sup>. Dentre essas, quatro albergaram os portos, e suas respectivas alfândegas, por onde foram embarcados a produção de oleaginosas de Moçambique até pelo menos os primeiros anos do século XX: Moçambique, Ibo, Quelimane e Inhambane.

A seguir apresentamos, de maneira individualizada, as estatísticas das exportações de gergelim e amendoim desses quatro portos. Ao final do Capítulo mostramos uma síntese dessas exportações, tendo em conta o conjunto desses portos.

### 5.1. O porto de Moçambique

O distrito de Moçambique era formado pela ilha que levava o mesmo nome e, na parte continental, compreendia o território que começava ao norte, na baía de Pemba, e se estendia até Quissungu, ao sul<sup>384</sup>, muitas vezes referida como *Terra firme*. A capital do distrito, e por sua vez também capital da província, era o núcleo urbano do mesmo nome, outrora S. Sebastião de Moçambique. Na início da década de 1850 a “cidade de Moçambique” possuía, para além de numerosas palhotas, aproximadamente 300 “prédios”, com uma população de aproximadamente 6 mil negros (entre livres e escravos), 240 mouros, 120 europeus, 60 baneanes, 25 batias e 12 persas<sup>385</sup>.

A ilha de Moçambique, ainda na primeira metade do século XIX, continuava sendo, de acordo com Sebastião Xavier Botelho, antigo capitão geral da mesma (1824-1829), um importante ponto de escala aos navios que ligavam a Europa ao Oriente, o que a tornava “o centro do Commercio para todas as terras da Azia e da Africa Oriental”<sup>386</sup>. Na sua famosa *Memória estatística sobre os domínios portugueses na África Oriental*, Xavier Botelho descreveu brevemente a agricultura na ilha citando várias árvores frutíferas, cereais, legumes, hortaliças, raízes farináceas e “outros vegetais”, mas não aparece na sua lista nenhuma referência ao amendoim nem ao gergelim<sup>387</sup>. A produção destas sementes deveria vir, portanto, da parte continental do distrito.

Um quarto de século mais tarde, Francisco Maria Bordalo publicou o *Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas na África Occidental e Oriental, na Ásia Occidental, na China e na*

<sup>383</sup> Francisco Maria Bordalo, *op. cit.*, p. 60-61.

<sup>384</sup> Arlindo Chilundo, ‘Quando começou o comércio...’, p. 515.

<sup>385</sup> Francisco Maria Bordalo, *op. cit.*, pp. 193-194. Para uma ideia geral e sucinta da ilha de Moçambique anterior ao século XVI ver Gerhard Lisegang, ‘O quadro histórico da região antes da chegada dos portugueses’, in Matteo Angius; Mario Zamponi, *op. cit.*, pp. 36-43.

<sup>386</sup> Sebastião Xavier Botelho, *op. cit.*, p.365.

<sup>387</sup> *Ibidem*, p. 258-362.

*Oceania*. No volume dedicado a Moçambique, o escritor e militar português citou como produtos exportados o gergelim e o *mendoim*, dentro de uma lista de 40 produtos tão variados como aguardente de caju, búzios, caixas de costura, tabaco, marfim e conserva de limão entre outros.<sup>388</sup> O *mendoim*, que o autor explica como sendo uma espécie “de amendoa muito saborosa”, também conhecida como amendoim ou *mendobi*<sup>389</sup>, apesar de constar na relação de exportação, era um dos produtos agrícolas que a cidade de Moçambique importava para satisfazer a sua demanda. Isto fica claro no registro, citado também por Bordalo, da importação de 62 panjas de *mendoim* vindo de outras regiões de Moçambique<sup>390</sup>. Arlindo Chilundo afirma que, pelo menos até 1866, no distrito de Moçambique, o amendoim era usado quase que completamente para a produção de óleo, destinado ao consumo local e alguma que outra exportação<sup>391</sup>.

Mesmo dentro de um quadro comercial dominado pela exportação de marfim, ouro e o tráfico clandestino de escravos, a produção e exportação de outros produtos, nomeadamente de origem vegetal, foram registradas em documentos da época. Uma evidência de que, mesmo não avultando como os demais produtos, a sua produção e venda faziam parte das práticas comerciais não somente no distrito de Moçambique, como em toda a província.

Em 1855, partiram do porto de Moçambique dois navios com destino a Marselha e um para Lisboa. Nos seus carregamentos constavam um total de 9.922 panjas de gergelim<sup>392</sup>. Nesse mesmo ano, outro navio, o *Zambeze*, zarpou com destino à vila de Quelimane carregando 21 panjas de amendoim e 22 libras de azeite do mesmo<sup>393</sup>. No ano seguinte, outro carregamento, de 2.389 panjas, foi exportado para Marselha na barca

---

<sup>388</sup> Francisco Maria Bordalo, *op. cit.*, p. 72; Em meados do século XX o amendoim e o gergelim continuavam figurante entre os principais produtos exportados através do porto da ilha de Moçambique, Alexandre Lobato, *A Ilha de Moçambique...*, p. 144.

<sup>389</sup> Francisco Maria Bordalo, *op. cit.*, nota 3, p. 74

<sup>390</sup> *Ibidem*, p. 74. A panja é uma unidade de medida de madeira moçambicana. Jeronymo Romero escreveu que a medida que deveria regular o comércio ordinário no distrito de Cabo Delgado “reduz-se a um caixote tosco, a que dão o nome de panja, que leva aproximadamente 36 libras”. Jeronymo Romero, *op. cit.*, p. 81. As informações que constam nos primeiros anos do *Boletim Oficial de Moçambique* recorrem à unidade panja para quantificar o volume de produtos secos de origem vegetal. Mais tarde passou a adotar também a unidade de decalitro e, somente no século XX as informações passaram a ser majoritariamente em quilos (ou toneladas). Segundo o dicionário de António de Moraes Silva tinha uma capacidade de entre 27,2 e 30 litros. António de Moraes Silva, *op. cit.*, vol. VII, p. 735. Num relatório de abril de 1872 sobre o distrito de Quelimane, há informações sobre o comércio tanto em panja como em decalitro, sendo 1 panja o equivalente a 3 decalitros. B.O. 21, 25/05/1872, p. 86. Visto que no período a que nos detemos as unidades estão representadas tanto em panja como em decalitro, utilizaremos a primeira como referência. Assim, as informações apresentadas nas tabelas e gráficos a seguir foram convertidas, quando necessário, em panjas, na razão de 3 decalitros por cada panja. Para valores de conversão anteriores ao séc. XIX ver Maria Eugénia Alves Rodrigues, *Portugueses e Africanos...*, nota 101, p. 573.

<sup>391</sup> Arlindo Chilundo, ‘Quando começou o comércio...’, p. 516.

<sup>392</sup> B.O. 52, 29/1855, p.209; 8, 23/02/1856, p.32; Arlindo Chilundo, *ibidem*, p. 516.

<sup>393</sup> B.O. 52, 29/12/1855, p. 208-209.

batizada de *Piloto*<sup>394</sup>. Quatro anos mais tarde, outros dois navios realizaram o mesmo trajeto: o *Chesseur*, um dos que partiram em 1855 com destino a Marselha, levando nos seus porões “differentes generos de commercio”<sup>395</sup>; e o *Margarida*, com destino a Lisboa, transportando gergelim<sup>396</sup>.

Entre os navios que zarparam do porto de Moçambique entre 1860 e 1863, há o registro de pelo menos 6 que tiveram como destino a cidade de Marselha, levando a bordo “differentes generos”<sup>397</sup>. Não podemos afirmar se transportavam ou não gergelim, com exceção da embarcação que partiu em novembro de 1861<sup>398</sup>. De qualquer forma, tão importante quanto saber o conteúdo das cargas desses navios é a confirmação da existência de um ligação marítima, ainda que pequena, entre o porto de Moçambique e Marselha, prelúdio de uma importante movimentação marítima que se concretizaria na década de 1870.

Como vimos, de 1855 até 1863, 11 navios tiveram o porto de Moçambique como ponto de partida em direção a Marselha. Suas cargas constavam de “differentes generos de commercio”, “differentes mercadorias” e gergelim. A estes juntamos os dois navios com destino a Lisboa (1856 e 1859) carregados de gergelim, e o *Zambeze*, para Quelimane (1855), levando amendoim e azeite do mesmo. Na década seguinte, em 1875, dos navios onde se pôde identificar o carregamento de gergelim e/ou amendoim, o número chegou a 34 embarcações, das quais 9 com destino a Marselha. Mas quando analisamos o volume carregado por tais navios, verificamos que, para a cidade francesa, se escoou aproximadamente 78% das mais de 85,5 mil panjas de amendoim, e quase 85% das mais de 52 mil panjas de gergelim exportadas<sup>399</sup>.

Duas considerações são importantes a partir da comparação destes números: a primeira diz respeito ao considerável aumento do número de navios com destino a Marselha, que saltou de 10 em oito anos (1855-1862) para 9 somente no ano de 1875 e, paralelamente, o aumento do volume exportado por esses navios. Neste ponto é preciso ter alguma reserva referente às informações disponíveis, visto que não há registros de vários daqueles navios das décadas de 1850 e 60 sobre a quantidade que transportaram. As

<sup>394</sup> Arlindo Chilundo, *op. cit.*, p 516

<sup>395</sup> B.O. 39, 24/09/1859, p.156.

<sup>396</sup> B.O. 43, 22/10/1859, p.172.

<sup>397</sup> B.O. 17, 28/04/1860 p.76; 27, 06/07/1861, p.110; 46, 16/11/1861, p.192; 15, 11/04/1863, p. 70; 22, 30/05/1863, p. ; 34, 22/08/1863, p. 156.

<sup>398</sup> B.O. 46, 16/11/1861, p.192.

<sup>399</sup> B.O. 3, 16/01/1875, p. 10; 6, 06/02/1875, p. 31; 8, 20/02/1875, p. 46; 23, 05/06/1875, p. 137; 25, 19/06/1875, p. 151; 27, 03/07/1875, p. 161; 32, 07/08/1875, p. 195; 34, 21/08/1875, p. 201; 39, 23/09/1875, pp. 229-230; 42, 11/10/1875, p. 241; 43, 25/10/1875, p. 250; 45, 06/11/1875, p. 257; 47, 20/11/1875, p. 263; 49, 04/12/1875, p. 273; 51, 18/12/1875, p. 280; 2, 10/01/1876, p. 7.

informações genéricas de algumas dessas embarcações apenas apontam a carga de “diferentes generos de commercio”, sem aclarar se levavam ou não gergelim e/ou amendoim e, quando levavam, qual era a quantidade.

Provavelmente, mesmo havendo alguma quantidade das ditas sementes na lista de produtos transportados, a sua reduzida quantidade parece não ter encorajado o registro pelo responsável da alfândega. Mas sem ater-nos exclusivamente aos dados desses navios, podemos observar como houve um aumento considerável nas exportações das citadas oleaginosas. No ano econômico de 1861-62 exportaram-se 6.841 panjas de gergelim e 1.110 de amendoim da alfândega de Moçambique, juntamente com marfim, cera virgem, cauril, urzela, goma copal, copra, tartaruga, azeite de amendoim e pau preto entre outros produtos<sup>400</sup>. Isto correspondeu somente a 15,4% do gergelim e 1,6% do amendoim exportado em 1875 apenas para a cidade de Marselha. O que representou um aumento significativo do volume de gergelim e amendoim exportados desde Moçambique.

A segunda consideração diz respeito à definitiva consolidação do amendoim como produto preferencial de exportação juntamente com o gergelim. Se, no conjunto dos 12 primeiros navios analisados entre 1855 e 1863, apenas um, e com destino a outra vila de Moçambique, Quelimane, fazia referência direta à carga de 21 panjas de amendoim e 22 libras de azeite do mesmo, agora, em 1875, a exportação de amendoim superou as 85,5 mil panjas. Mas é preciso ver melhor de que maneira se deu esse espetacular aumento. Para isso voltemos a analisar mais detidamente as décadas de 1850 e 1860.

O *Boletim Oficial* publicou uma série de registros estatísticos até janeiro de 1867 sobre os “cereaes” importados pelo porto de Moçambique que vinham de diferentes pontos da costa, em especial da própria costa moçambicana. Há várias lacunas nesses “mappas”, que não se publicaram sistematicamente em alguns meses. Não sabemos se a ausência de dadas publicações ficou a dever-se à inexistência de exportações nos referidos meses, ou a outros motivos. De qualquer forma, os números disponíveis correspondem a uma amostra significativa do movimento da importação de gergelim e amendoim por cabotagem à capital da província.

Seguramente que para os produtores de tais gêneros, o destino final dos seus produtos e o seu uso não tinham grande importância. A produção e venda organizava-se, pelo menos para os produtores africanos, de maneira idêntica, independentemente se a produção se destinava ao porto de Marselha ou à ilha de Moçambique. Por isso, esse movimento de

---

<sup>400</sup> B.O. 5, 31/01/1863, p. 20; Arlindo Chilundo, ‘Quando começou o comércio...’, p. 516; *Annaes do Conselho Ultramarino. Parte não official*, Série IV, Anno de 1863, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, p. 66.

cabotagem que iremos analisar também é relevante para entender o aumento do volume comercializado de oleaginosas.

Como se pode ver no Gráfico 1, a importação de amendoim entre 1855 e 1866 foi sempre superior à de gergelim.

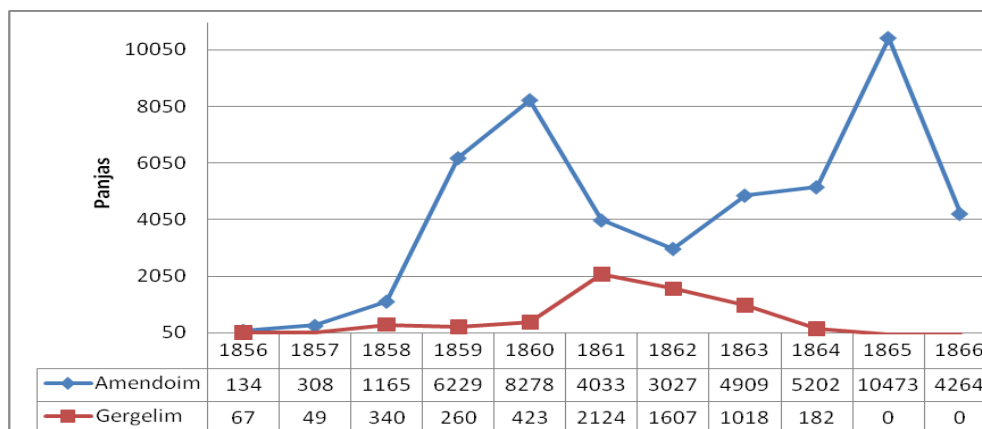


GRÁFICO 1. IMPORTAÇÃO DE GERGELIM E AMENDOIM PELO PORTO DE MOÇAMBIQUE ENTRE 1856 E 1866<sup>401</sup>

Apesar da variação de ano para ano dos valores, a importação de amendoim foi em média quase 8 vezes superiores aos do gergelim no período citado. Enquanto que a importação de gergelim ultrapassou a quantidade de 1.000 panjas no triênio de 1861-1863, a importação de amendoim não voltou a ser inferior a este valor a partir de 1858. Apesar de estes números não refletirem a produção do distrito de Moçambique, evidenciam uma expansão do comércio, sobretudo do amendoim, que passou de escassas 134 panjas, em 1856, para uma média de mais de 6.000 panjas por ano a partir de 1859. Os “mappas”

<sup>401</sup> B.O. 6, 05/02/1859, p. 24; 21, 21/05/1859, p. 81; 23, 04/06/1859, p. 90; 29, 14/07/1859, p. 115; 34, 20/08/1859, p. 136; 39, 24/09/1859, p. 155; 41, 08/10/1859, p. 163, 45, 05/11/1859, p.180; 49, 03/12/1859, p.196; 6, 11/02/1860, p. 27; 9, 03/03/1860, p. 38; 14, 07/04/1860, p. 58; 18, 05/05/1860, p. 79; 27, 07/06/1860, p. 114; 27, 07/06/1860, p. 114; 32, 11/08/1860, p. 135; 36, 08/08/1860, p. 150; 40, 06/10/1860, p. 166; 45, 10/11/1860, p. 188; 50, 15/12/1860, p. 207; 1, 05/01/1861, p. 3; 6, 09/02/1861, p. 24; 12, 23/03/1861, p. 49; 14, 06/04/1861, p. 55; 18, 04/05/1861, p. 71; 23, 08/06/1861, p. 93; 27, 06/07/1861, p. 109; 32, 10/08/1861, p. 130; 36, 07/09/1861, p. 147; 42, 19/10/1861, p. 174; 46, 16/11/1861, p. 191; 50, 14/12/1861, p. 207; 3, 18/01/1862, p. 11; 6, 07/02/1863, p. 24; 10, 07/03/1863, p. 41; 23, 06/06/1863, p. 99; 28, 11/07/1863, p. 124; 32, 08/08/1863, p. 145; 36, 05/09/1863, p. 160; 41, 10/10/1863, p. 187; 45, 07/11/1863, p. 203; 50, 12/12/1863, p. 226; 2, 09/01/1864, p. 12; 7, 13/02/1864, p. 51; 10, 05/03/1864, p. 63; 14, 02/04/1864, p. 86; 19, 07/05/1864, p. 118; 24, 11/06/1864, p. 140; 27, 02/07/1864, p. 152; 32, 06/08/1864, p. 176; 36, 03/09/1864, p. 196; 41, 08/10/1864, p. 216; 49, 03/12/1864, p. 250; 49, 03/12/1864, p. 250; 1, 07/01/1865, p. 6; 4, 27/01/1866, p. 16; 5, 03/02/1866, p. 18; 11, 17/03/1866, p. 47; 18, 05/05/1866, p. 74-75; 20, 19/05/1866, p. 83; 25, 23/06/1866, p. 105; 27, 07/07/1866, p. 115; 31, 04/08/1866, p. 136; 36, 08/09/1866, p. 161; 44, 03/11/1866, p. 194; 50, 15/12/1866, p. 219; 2, 12/01/1867, p. 5; Com relação aos números apresentados por Chilundo referente a esse período, há algumas diferenças com respeito à nossa tabela: para 1859 (7.448 panjas de amendoim); 1860 (426 de gergelim); 1863 (1.054 de gergelim e 4.959 de amendoim); 1864 (192 de gergelim e 5.200 de amendoim); 1866 (3.826 de amendoim). Arlindo Chilundo, ‘Quando começou o comércio...’, p. 515.

publicados pelo *Boletim Oficial* não especificam a origem exata desses produtos, dizendo apenas que procedem de “diversos pontos da costa”.

A demanda de alguns produtos agrícolas não significa que não houvesse um movimento de exportação dos mesmos. Na década de 1860 a saída de gergelim pelo porto de Moçambique superou largamente a entrada. O que mostra uma importante produção local do gergelim capaz de compensar a demanda externa<sup>402</sup>.

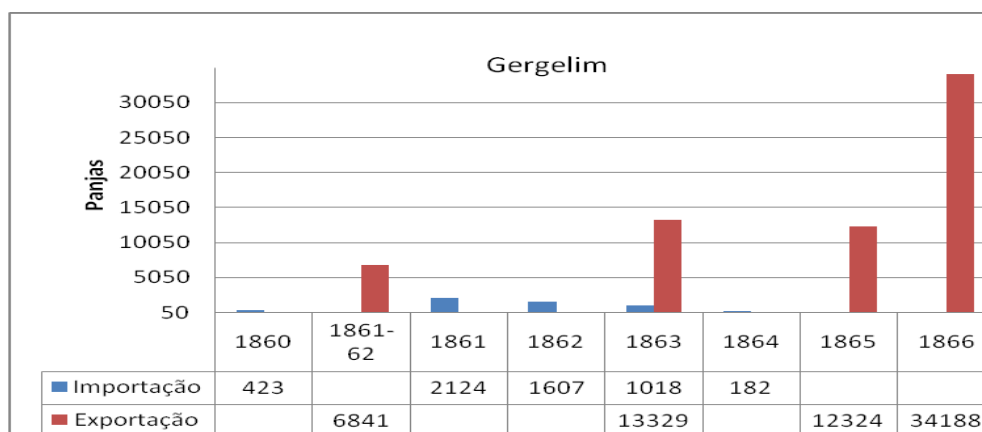


GRÁFICO 2. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE GERGELIM PELO PORTO DE MOÇAMBIQUE ENTRE 1860 E 1866<sup>403</sup>

Em contraste, o volume de entrada de amendoim é sempre maior que a saída, como se pode verificar no Gráfico 3. Este fenômeno tem uma hipótese explicativa no fato de o amendoim ser um produto de consumo muito mais apreciado pelas populações do *hinterland* da ilha de Moçambique, gerando assim uma crescente demanda compensada pela importação. No entanto, a partir do momento em que se inicia uma procura externa, essa tendência inverte-se. Em 1874, por exemplo, entraram no porto de Moçambique 23.865 panjas de amendoim, enquanto que a exportação registrada foi de 30.739 panjas<sup>404</sup>.

Como vimos no Gráfico 1, entre 1856 e 1866, a entrada de amendoim no porto de Moçambique foi praticamente 8 vezes superior à de gergelim; já a saída de gergelim foi mais de 11 vezes superior à de amendoim (ver gráficos 2 e 3). Isto mostra que, por um lado, a demanda do amendoim no distrito de Moçambique alentou a venda do mesmo em outras partes da província. Por outro lado, verifica-se como, na década de 1860, o gergelim tornou-se no principal produto de origem agrícola exportado por este porto, o que

<sup>402</sup> Em 1874, entraram pelo porto de Moçambique 23.511 panjas de gergelim (equivalente a 77% do gergelim exportado), ‘Moçambique’, in *Relatorios dos governadores...*, p. 69.

<sup>403</sup> Arlindo Chilundo, ‘Quando começou o comércio...’, p. 516, B.O. 5, 31/01/1863, p. 20; 2, 12/01/1867, p. 6.

<sup>404</sup> ‘Moçambique’, in *Relatorios dos governadores...*, p. 69.

confirma a tendência iniciada na década anterior, como vimos no início deste capítulo, quando vários navios registraram a presença de gergelim nos seus carregamentos.

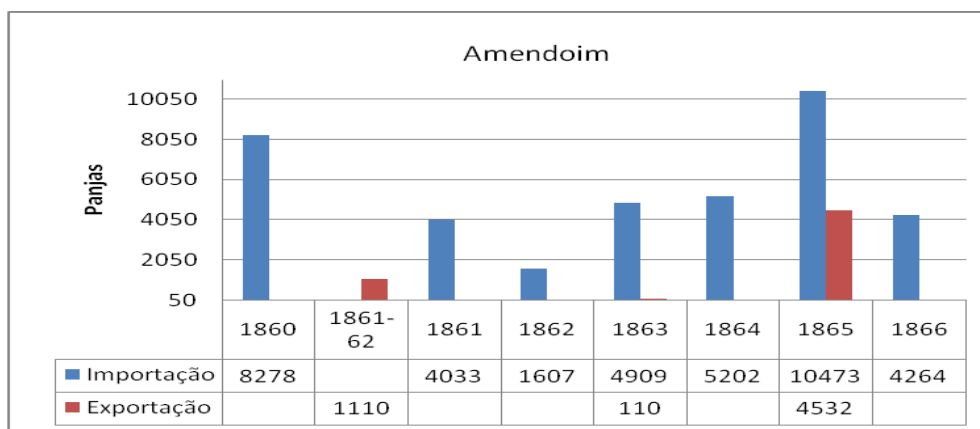


GRÁFICO 3. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE AMENDOIM PELO PORTO DE MOÇAMBIQUE ENTRE 1860 E 1866<sup>405</sup>

Com relação ao amendoim —apesar do Gráfico 3 não representar exhaustivamente os valores anuais no período em análise, e das inúmeras variações registradas— é inquestionável a ocorrência de um ritmo crescente das exportações do mesmo a partir do porto de Moçambique. A análise da evolução da exportação de amendoim no período entre 1861 e 1887, conforme a Tabela 1, permite caracterizar o processo de crescente expansão do volume de exportação.

Ano	1861/62	1862/63	1865	1867	1868	1869	1870/71	1871/2
Amendoim	1.110	110	4.532	7.649	33.437	20.878	94.954	74.421

Ano	1874	1875	1876	1881	1882	1884	1885	1886	1887
Amendoim	30.739	85.569	47.828	153.456	131.916	96.444	206.210	90.657	123.711

TABELA 1. EXPORTAÇÃO DE AMENDOIM PELO PORTO DE MOÇAMBIQUE ENTRE 1861/62 E 1887 (EM PANJAS)<sup>406</sup>

<sup>405</sup> Arlindo Chilundo, *op. cit.*, p. 516; B.O. 5, 31/01/1863, p. 20; 52, 29/12/1866, p. 228.

<sup>406</sup> B.O. 5, 31/01/1863, p. 20; 52, 29/12/1866, p. 228; 49, 05/12/1868, p. 260; 33, 10/07/1869, p. 135; 29, 30/07/1870, p. 119; 21, 25/05/1872, p. 86; 15, 13/04/1872, p. 63; 40, 03/10/1874, p. 168; 33, 14/08/1876, p. 218; 2, 08/01/1877, p. 13; 15, 14/04/1883, p. 109; 30, 28/07/1883, p. 210; 37, 12/09/1885, p. 283; 33, 14/08/1886, p. 421; 14, 07/04/1888, p. 247; 15, 13/04/1889, pp. 244-245; Arlindo Chilundo, 'Quando começou o comércio...', p. 516; *Annaes do Conselho Ultramarino...*, Série IV, p. 66; *Annaes do Conselho Ultramarino. Parte não official*, Série VII, Janeiro de 1866 a Maio de 1867, Lisboa, Imprensa Nacional, 1869, p. 37; L. A. Rebello da Silva, *Relatórios do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar apresentados às Cortes na sessão legislativa de 1870*, Lisboa, Ministério do Ultramar, 1968, p. 194; José Guedes de Carvalho Menezes, *Relatório do governador da província de Moçambique 1872-1874*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, p. 40; *Estatística das alfandegas da provincia de Moçambique no anno civil de 1884*, Moçambique,

Na primeira década analisada (1860), a média de exportação de amendoim foi de aproximadamente 11.286 panjas ao ano<sup>407</sup>, valor que se multiplicou por quase 6 na década seguinte, alcançando cerca 66.702 panjas. Já na década de 1880 o valor da exportação atingiu uma média de 133.700 mil panjas por ano. O aumento significativo da exportação a partir do início dos anos 70 sugere que se iniciara a superação do déficit entre exportação e importação de amendoim da década anterior.

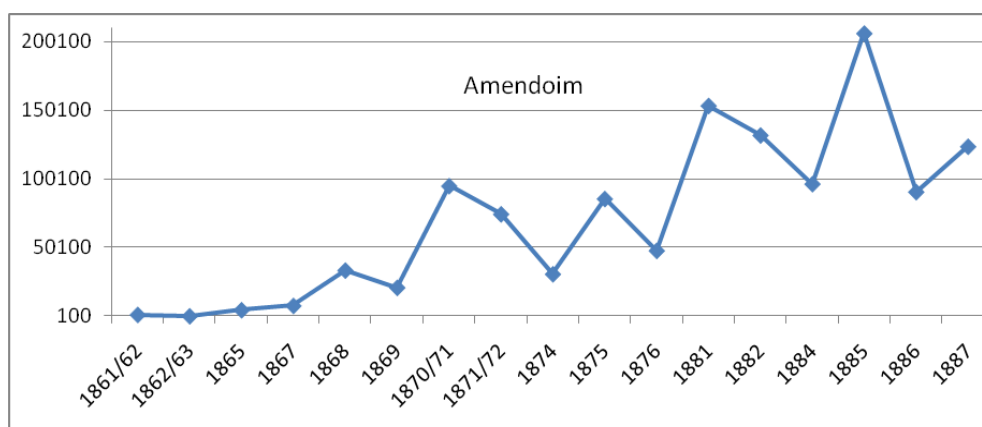


GRÁFICO 4. EXPORTAÇÃO DE AMENDOIM PELO PORTO DE MOÇAMBIQUE ENTRE 1861/62 E 1887 (EM PANJAS)

Durante a década de 1860 o *Boletim Oficial* publicou periodicamente o registro da chegada de “cereaes” vindo de diferentes pontos da costa. Mas a partir de 1867 esta informação passou a ser muito mais esporádica, o que dificulta o estudo comparativo entre o volume de entrada e saída das oleaginosas. Estão disponíveis os dados referentes à entrada, por meio da navegação de cabotagem, do amendoim nos anos de 1874 (23.865 panjas), 1875 (26.056), 1876 (47.657) e 1877 (33.518)<sup>408</sup>. Estes valores de importação,

Imprensa Nacional, 1886, p. 4. Deve-se levar em consideração também a exportação, em 1887, de 30.170 “kilos” de “casca de amendoim”! B.O. 15, 13/04/1889, p. 246.

<sup>407</sup> Para o ano de 1866, Chilundo afirma ter sido zero a exportação de amendoim. Não nos parece verossímil esse dado comparando com os anos anteriores e posteriores a 1866. Também porque nesse mesmo ano a exportação de gergelim foi de 34.188 panjas, como afirma o próprio Chilundo. O autor não cita a fonte de tais informações, o que nos impediu de fazer uma verificação dos números apresentados. Arlindo Chilundo, *op. cit.*, p. 517.

<sup>408</sup> ‘Moçambique’, in *Relatorios dos governadores...*, p. 69, B.O. 3, 16/01/1875, p. 9-10; 6, 06/02/1875, p.31; 8, 20/02/1875, p. 46; 10, 06/03/1875, p. 57; 12, 20/03/1875, p. 70; 14, 03/04/1875, p. 80; 16, 17/04/1875, p. 93; 23, 05/06/1875, p. 137; 25, 19/06/1875, p. 151; 27, 03/07/1875, p. 161; 30, 24/07/1875, p. 184; 32, 07/08/1875, p. 195; 34, 24/08/1875, p. 201; 36, 4/09/1875, p. 218; 39, 25/09/1875, p. 229; 42, 11/10/1875, p. 241; 43, 25/10/1875, p. 250; 45, 06/11/1875, p. 257; 47, 20/11/1875, p. 262; 49, 04/12/1875, p. 272; 51, 18/12/1875, p. 280; 2, 10/01/1876, pp. 6-7; 7, 14/02/1876, p. 28; 12, 20/03/1876, p. 54; 17, 24/04/1876, p. 90; 21, 22/05/1876, p. 120; 26, 26/06/1876, p. 160; 32, 07/08/1876, p. 210; 35, 28/08/1876, p. 232; 40, 02/10/1876, p. 272; 42, 16/10/1876, p. 288; 46, 13/11/1876, p. 318; 52, 26/12/1876, p. 367; 2, 08/01/1877, p. 13; 21, 21/05/1877, p. 126; 23, 04/06/1877, p. 146; 27, 02/07/1877, p. 180; 42, 15/10/1877, p. 303; 43, 22(?)10/1877, p. 311; 44, 30/10/1877, p. 318.

comparados com as exportações nestes mesmos anos, evidencia que uma parte substancial das exportações era proveniente de outros pontos da costa moçambicana.

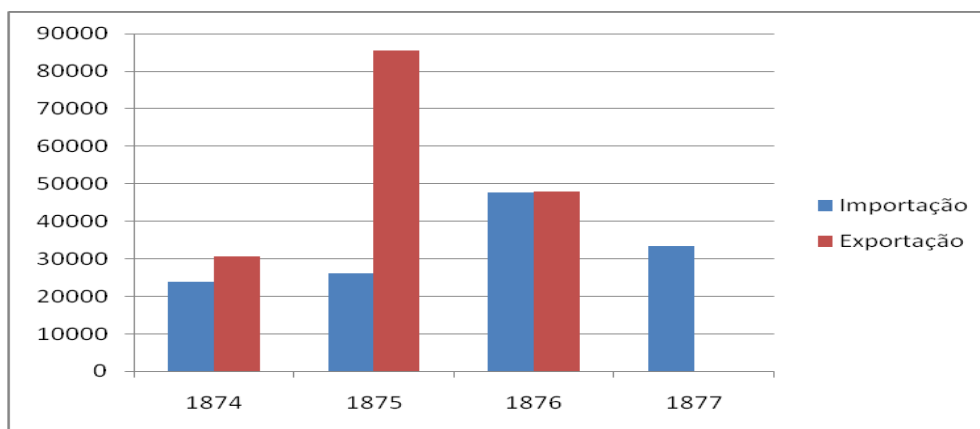


GRÁFICO 5. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE AMENDOIM PELO PORTO DE MOÇAMBIQUE ENTRE 1874 E 1877<sup>409</sup>

Com a exceção do ano de 1875, pode-se afirmar que uma parte do amendoim exportado não era originário do distrito de Moçambique. O ano de 1875, contudo, oferece uma leitura oposta. Infelizmente a sequência de anos analisados é muito limitada para tirarmos maiores conclusões. De qualquer forma não podemos esquecer que, desde pelo menos os finais dos anos 50 do século XIX, a ilha de Moçambique começou a receber quantidades maiores de amendoim de outros pontos da costa, como se observa no Gráfico 1. Esta tendência de aumento foi acompanhada também pelo início das exportações do mesmo até alcançar a média de 133.700 mil panjas por ano na década de 1880.

Relativamente à análise da exportação de gergelim, é de salientar que essa oleaginosa já constava do carregamento de alguns navios nos anos 50. Já nos anos 60, à diferença do amendoim, o gergelim teve uma procura reduzida na importação de Moçambique; enquanto que a sua exportação, pelo contrário, foi muito mais significativa. A média das exportações de gergelim na década de 1860 foi de 29.378 panjas por ano (Cf. Tabela 2), o que representou um volume de 260% a mais que a do amendoim (Cf. Tabela 1), fazendo, portanto, daquela a principal oleaginosa exportada a partir do porto de Moçambique no citado período.

<sup>409</sup> Para o ano de 1877 não há números referentes à exportação.

Ano	1861/62	1862/63	1865	1866	1867	1868	1869	1870/71	1871/72
Gergelim	6.841	13.329	12.324	34.188	40.239	35.757	62.969	76.374	88.449

Ano	1874	1875	1876	1881	1882	1884	1885	1886	1887
Gergelim	30.450	52.364	83.377	39.341	31.502	83.412	47.474	58.926	22.603

TABELA 2. EXPORTAÇÃO DE GERGELIM PELO PORTO DE MOÇAMBIQUE ENTRE 1861/62 E 1887 (EM PANJAS)<sup>410</sup>

Na década seguinte o volume exportado de gergelim continuou crescendo até alcançar mais que o dobro, chegando a 66.202 panjas por ano. Apesar deste aumento, a média exportada foi praticamente a mesma do amendoim (66.702 panjas). Isto porque, como se assinalou acima, o amendoim no mesmo período conheceu uma expansão muito mais forte do que o gergelim. Depois deste aumento nas exportações verificado na década de 1870, o volume de exportação de gergelim, à diferença da exportação do amendoim, decaiu em 30% na década de 1880, mantendo-se um valor médio de exportação anual de aproximadamente 47.209 panjas (contra os 133.700 panjas de amendoim).

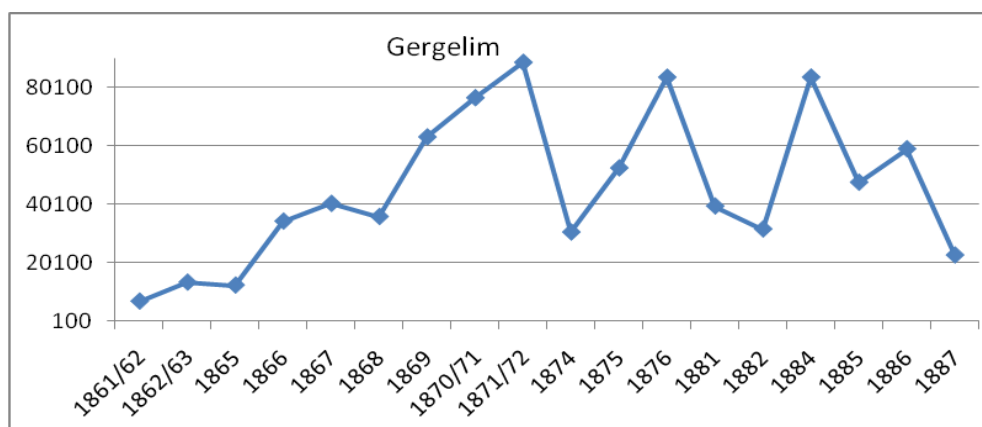


GRÁFICO 6. EXPORTAÇÃO DE GERGELIM PELO PORTO DE MOÇAMBIQUE ENTRE 1861/62 E 1887 (EM PANJAS)

Se durante a década de 1860 o gergelim representou, como vimos acima, 260% a mais em exportação do que o amendoim, na década seguinte os seus valores praticamente se igualaram. Já no decênio seguinte foi o amendoim que passou a superar a exportação de gergelim em aproximadamente 283%, firmando-se como o produto oleaginoso mais

<sup>410</sup> B.O. 5, 31/01/1863, p. 20; 2, 12/01/1867, p. 6; 51, 19/12/1868, p. 272; 56, 04/12/1869, p. 251; 33, 10/07/1869, p. 135; 34, 03/09/1870, p. 141; 21, 25/05/1872, p. 86; 18, 04/05/1872, p. 75; 40, 03/10/1874, p. 168; 33, 14/08/1876, p. 218; 52, 24/12/1877, p. 383; 16, 21/04/1883, p. 113; 30, 28/07/1883, p. 211; 37, 12/09/1885, p. 283; 33, 14/08/1886, p. 421; 14, 07/04/1888, p. 247; 15, 13/04/1889, pp. 244-245, Arlindo Chilundo, ‘Quando começou o comércio...’, p.516, *Annaes do Conselho Ultramarino...*, Série IV e VII, p. 66 e 37. *Estatística das alfandegas (...)* 1884, p. 4, José Guedes de Carvalho Menezes, *op. cit.*, p. 40, L. A. Rebello da Silva, *op. cit.*, p. 194.

exportado pelo porto de Moçambique. Observando o Gráfico 7, podemos visualizar como que durante a década de 1860 a exportação de gergelim foi superior ao do amendoim. Já a partir do início da década de 70, os valores seguiram quase a mesma órbita, e a partir dos anos 80 a exportação de amendoim superou, finalmente, a de gergelim tanto em termos percentuais, como em valores absolutos.

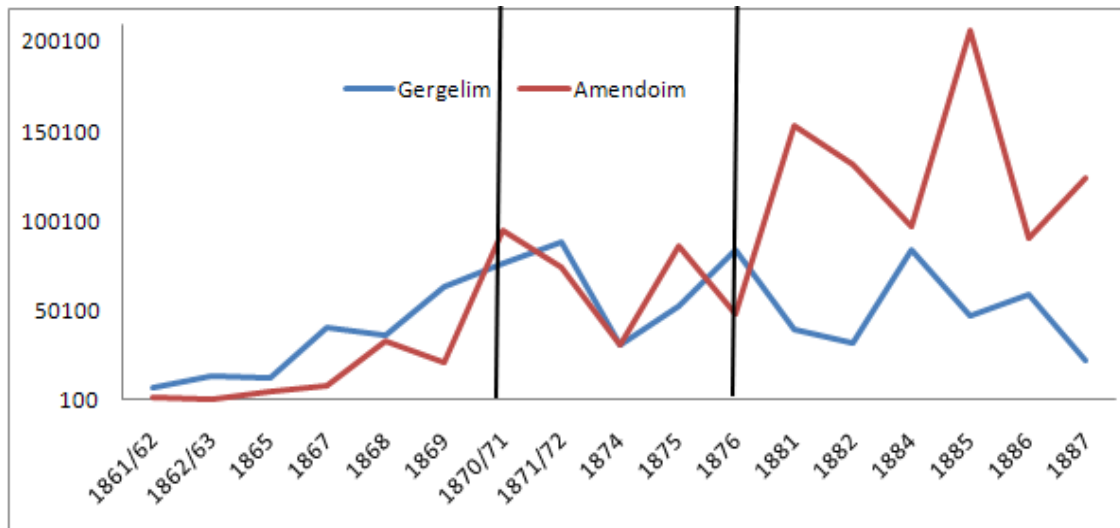


GRÁFICO 7. EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES PELO PORTO DE MOÇAMBIQUE ENTRE 1861/62 E 1887 (EM PANJAS)

À semelhança do procedimento de análise da evolução das exportações de amendoim, também é possível ver a relação do volume importado/exportado de gergelim em meados dos anos 70. A principal conclusão, também válida para o caso do comércio de amendoim, apesar dos limites estatísticos para esse curto período de tempo, é de que uma parte do gergelim exportado tinha a sua origem para além do distrito de Moçambique.

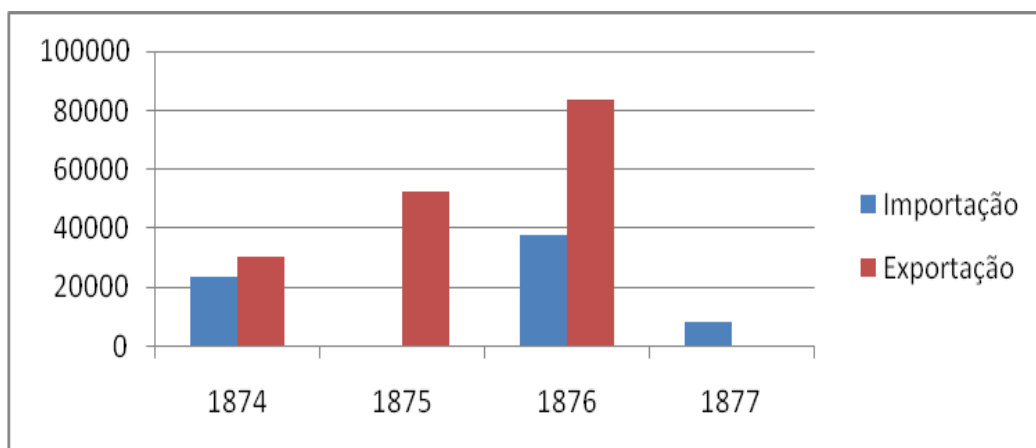


GRÁFICO 8. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE GERGELIM PELO PORTO DE MOÇAMBIQUE ENTRE 1874 E 1877 (EM PANJAS)

Em maio de 1877, 21 embarcações de cabotagem deram entrada na alfândega de Moçambique, vindas de “diversos pontos da costa”, alguns tão distantes como Quelimane. No entanto as informações disponíveis não permitem afirmar se de Quelimane partiam carregamentos para a Europa de amendoim e/ou gergelim. Parece improvável, visto que Quelimane possuía um porto de onde saíam navios diretamente para a Europa. É mais plausível que parte das oleaginosas chegadas ao porto de Moçambique procedesse de outros lugares, tais como os portos de origem dessas 21 embarcações, que juntamente com Quelimane foram Lure, Quissimajulo, Mucufe, Muindaze, Mambe Angoche e Infuse<sup>411</sup>.

Além da exportação de sementes, existia um comércio muito antigo de azeite de amendoim, muito mais importante, ao que tudo indica, do que o azeite de gergelim. Por isso, uma parte do amendoim produzido ou importado pelo distrito de Moçambique era utilizada como matéria-prima, não contabilizado, assim, como exportação de amendoim. No entanto, no conjunto do volume do comércio de amendoim, a quantidade utilizada para o fabrico de azeite para exportação parece ter sido reduzida, se levarmos em conta, por exemplo, o ano de 1868. Neste ano, pela alfândega de Moçambique, saíram 574 arrobas de azeite, juntamente com as 33.437 panjas de amendoim em sementes. Apesar das dificuldades causadas pelo uso de unidades de medida diferentes, pode ser esclarecedor a comparação dos valores monetários alcançados por cada um dos produtos: enquanto que as 33.437 panjas de sementes totalizaram 8.455\$880 réis, as 574 arrobas de azeite de amendoim corresponderam a um total de 274\$500 réis, ou seja, pouco mais de 3% do valor do amendoim *in natura*<sup>412</sup>.

Em 1884, o volume movimentado pelo comércio lícito (exportação e importação) através do porto de Moçambique foi de aproximadamente metade do de Luanda<sup>413</sup>. Nesse contexto é preciso analisar qual foi o impacto do comércio das oleaginosas em termos econômicos, tanto em valores absolutos como relativo ao conjunto dos produtos exportados pela alfândega de Moçambique.

A tabela seguinte representa a evolução, em termos monetários, dos principais produtos exportados pela alfândega. As oleaginosas faziam parte de uma longa lista de gêneros que, na segunda metade da década de 1880, chegava a cerca de 40 produtos. É de notar a importância que teve a venda de marfim até o fim dos anos 70, quando a sua brusca caída, aliada a um aumento das exportações de oleaginosas, fez com que essas últimas se

---

<sup>411</sup> B.O. 27, 02/07/1877, p.180.

<sup>412</sup> B.O. 53, 13/11/1869, p. 239; 33, 10/07/1869, p. 135, L. A. Rebello da Silva, *op. cit.*, p. 194.

<sup>413</sup> Em 1886, 346 navios atracaram no porto da ilha de Moçambique, totalizando 45.492 toneladas. Já em Luanda a tonelagem dos navios que entraram no seu porto foi de 95.755 toneladas, René Péliissier, *História de Moçambique...*, vol. I, nota 47, p. 237.

tornassem nos principais produtos exportados. Era tal a importância da exportação de marfim para Moçambique, que o seu decréscimo arrastou junto, e na mesma proporção, os valores globais registrados pela alfândega.

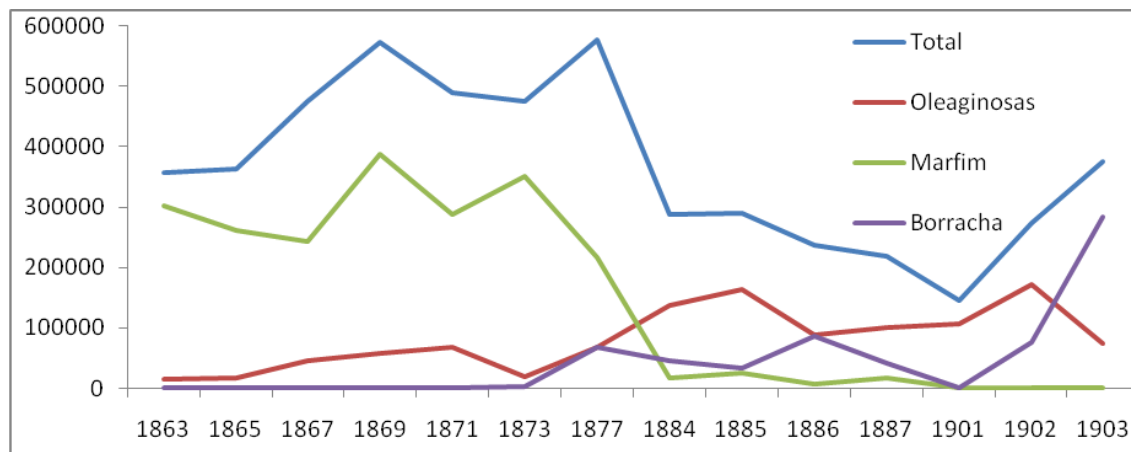


GRÁFICO 9. EXPORTAÇÕES DA ALFÂNDEGA DE MOÇAMBIQUE ENTRE 1863 E 1903 (EM MIL RÉIS)<sup>414</sup>

Os valores representados pela exportação de oleaginosas mantiveram-se, até ao fim dos anos 70, abaixo dos 10% do valor total, à exceção dos anos de 1871 e 1877, em que se atingiram os 14% e 12% respectivamente. Porém, a partir da década seguinte a sua importância aumentou consideravelmente, a ponto de representar praticamente 50% da média do valor exportado pela alfândega de Moçambique entre os anos de 1884 e 1903, período em que o marfim praticamente desaparecia como produto de exportação.

O destino da exportação de marfim, enquanto este foi o principal produto exportado pelo porto de Moçambique até o fim da década de 1870, revela-nos a região do globo com que Moçambique mantinha maior intercâmbio. Em 1876, segundo o relatório de Francisco de Menezes Meyrelles do Canto e Castro, mais da metade do valor exportado a partir do porto de Moçambique acabou em Bombaim (56,3%), seguidas por Marselha (12,5%) e

<sup>414</sup> No total da exportação não computamos os valores referentes à exportação de dinheiro, por considerar que destorceria o objetivo da nossa comparação, visto ser um “produto” não produzido *in locus*. Devido à grande diferença de valores inseridos no gráfico, o mesmo não acusa uma incipiente exportação de borracha nos anos de 1869 (72\$500 réis), 1871 (13\$620) e 1873 (2.007\$420). E de uma pequena exportação de marfim em 1902 (65\$000). Para ver os demais valores em réis, consultar a Tabela X da pág. XX. Os dados do B. O. 12, 20/03/1875, p. 71 foram publicados incorretamente, o que foi corrigido no número 44, 30/10/1875, p.254. B.O. 52, 24/12/1877, p. 380; 37, 12/09/1885, p.283-284; 33, 14/08/1886, pp.421-422; 14, 07/04/1888, pp.247; 15, 14/04/1888, p.259; 15, 13/04/1889, pp.244-247; José Guedes de Carvalho Menezes, *op. cit.*, pp. 280-281; *Estatística das alfândegas (...) 1884*, p. 1; *Estatística do Commercio...*, pp. 282-284, 552-553 e 836-837.

Londres (3,5%)<sup>415</sup>. Três destinos que abarcaram 73,3% do volume (em termos econômicos) exportado e que renderam aos cofres da alfândega 77,8% da arrecadação<sup>416</sup>.

Segundo dados do mesmo relatório, o volume de negócios administrados pelos indianos também era consideravelmente superior às outras nacionalidades. Seguindo a organização étnico-nacional proposta pelo próprio documento, os baneanes e bathiás foram responsáveis por praticamente 53% do comércio existente, seguidos pelos franceses (17,4%), mouros (16,5%), portugueses (6%), holandeses (3,6%), persas (3,5%) e, finalmente, os estadunidenses com um volume inferior a um dígito<sup>417</sup>.

A relevância comercial do porto de Moçambique, que praticava o comércio com todos os demais portos da província, está ilustrada na seguinte observação, publicada originalmente no *The Cape Argus* da cidade do Cabo, a princípio dos anos 70:

*Moçambique tem commercio costeiro com todos os portos da provincia, e , além dos carregamentos que os navios que partem directamente para a europa tomam n'aquelles portos, muitos artigos vão d'elles para Moçambique, principalmente marfim...*<sup>418</sup>

Apesar da importância da exportação do marfim, não passou despercebido o promissor comércio de oleaginosas, principalmente com destino à França. O mesmo testemunho dá a conhecer a presença das casas comerciais de Marselha *Fabre et Fils* e *Régis Ainé*. Assinala também o intenso movimento marítimo entre a cidade francesa e Moçambique, que era responsável pelo envio anual de aproximadamente 20 navios com capacidade de entre 400 e 1.000 toneladas “completamente carregados”<sup>419</sup>.

É possível, a partir de 1884, quantificar exatamente a porcentagem do gergelim e amendoim exportados através do porto de Moçambique com destino ao porto francês de Marselha, conforme podemos observar no Gráfico 10. Mesmo tendo em conta a exportação zero de gergelim nos anos de 1902 e 1903, a cidade de Marselha destacou-se pelo fato de ter importado cerca de 42% do todo o gergelim e amendoim saídos do porto da ilha de Moçambique entre 1884 e 1903.

---

<sup>415</sup> B.O. 52, 24/12/1877, p. 380.

<sup>416</sup> *Ibidem*.

<sup>417</sup> *Ibidem*, p. 381; António Rita-Ferreira, ‘A sobrevivência do mais fraco...’, pp. 308-309.

<sup>418</sup> B.O. 11, 15/03/1873, p. 43.

<sup>419</sup> *Ibidem*.

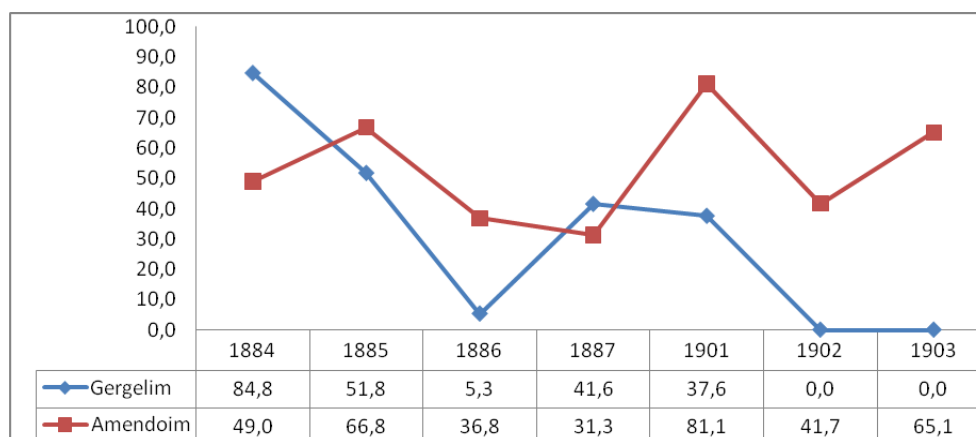


GRÁFICO 10. PORCENTAGEM DE AMENDOIM E GERGELIM EXPORTADO PARA FRANÇA ENTRE 1884 E 1903<sup>420</sup>

Como vimos no Capítulo 3, França desde muito cedo passou a jogar um papel importante no comércio das oleaginosas, não só no distrito de Moçambique, mas em toda a província. Os primeiros barcos, que levaram gergelim na década de 1850, foram a pista de que o apetite francês por esse tipo específico de matéria-prima não se deteria tão cedo.

## 5.2. O porto de Ibo

Cabo Delgado é o distrito mais setentrional da província de Moçambique, começando nas margens do rio Rovuma, ao norte, e estendendo-se até o rio Lúrio<sup>421</sup>, ao sul, com a capital instalada na ilha de Ibo. No entanto, no interior, a presença portuguesa era débil e os limites do distrito não estavam “assignados”, como bem referia o governador de Cabo Delgado, José Christiano d’Almeida, em 1881<sup>422</sup>.

Ainda na primeira metade do século XIX Xavier Botelho citou como “generos resgatados”, ou seja, produtos exportados, a partir das ilhas de Cabo Delgado, “marfim, escravos, ambar mauná, dente de peixe mulher, azeite de gergelim, tartaruga, e buzio...”<sup>423</sup>. Não menciona, portanto, a saída de amendoim, nem mesmo de gergelim *in natura*.

<sup>420</sup> B.O. 44, 30/10/1875, p.254; 52, 24/12/1877, p. 380; 37, 12/09/1885, p.283-284; 33, 14/08/1886, pp.421-422; 14, 07/04/1888, pp.247; 15, 14/04/1888, p.259; 15, 13/04/1889, pp.244-247; José Guedes de Carvalho Menezes, *op. cit.*, pp. 280-281; *Estatística das alfândegas (...)* 1884, p. 1; *Estatística do Commercio...*, pp. 282-284, 552-553 e 836-837.

<sup>421</sup> Lury, em alguns documentos portugueses.

<sup>422</sup> B.O. 8, 18/02/1882, p. 76-77. Ver também Perry da Camara, ‘Districto de Cabo Delgado: comunicação à Sociedade de Geographia de Lisboa’, in *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 6ª Série, 2, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, pp. 67-115, p. 67.

<sup>423</sup> Sebastião Xavier Botelho, *op. cit.*, p. 399. As “ilhas de Cabo Delgado” eram as que formavam o arquipélago do mesmo nome. Algumas não eram habitadas, sendo a mais importante a ilha do Ibo, onde funcionava a alfândega do distrito.

Vinte anos mais tarde, na sua *Memoria acerca do districto de Cabo Delgado*<sup>424</sup>, escrita em março de 1855, o ex-governador de Cabo Delgado, Jeronymo Romero, não fez uma única menção ao comércio de amendoim. Por outro lado, cita o gergelim quatro vezes<sup>425</sup>, referindo-se também ao comércio de cabotagem desta semente na própria costa do distrito de Cabo Delgado, assim como nas ilhas de Moçambique, ao sul, e Zanzibar, ao norte; sem nunca mencionar as quantidades.

Parece pouco provável que, uma vez na ilha de Moçambique, o gergelim pudesse integrar algum comércio intercontinental devido à pouca quantidade envolvida neste comércio de cabotagem; e também ao fato do comércio internacional das oleaginosas em Moçambique ser praticamente nulo nesta época. Neste comércio costeiro, o gergelim fazia parte de um conjunto de outros “artigos de retorno”, exportados sempre em pequena quantidade, e que incluíam marfim, tartaruga, urzela, goma copal, “maná”, cauril, esteiras, búzios, arroz, milho, mandioca, feijão, calumba e madeiras<sup>426</sup>.

Em janeiro de 1859, um pangaio árabe, chamado *Cherico*, capitaneado pelo mestre Bandar e com 14 homens na tripulação, zarpou da vila de Ibo com destino à ilha de Zanzibar; entre as suas mercadorias encontrava-se gergelim<sup>427</sup>. Alguns meses mais tarde, em junho, o batel português *Palmeira*, comandado pelo mestre *Seri*(?), agora com destino ao sul, à ilha de Moçambique, com uma tripulação de 10 pessoas, partiu carregando “urzella, gergelim e mais generos”<sup>428</sup>.

No princípio da década de 1860, o comércio de gergelim ainda se mantinha diminuto. O próprio marfim, trazido pelos macuas e adquiridos pelos baneanos e batiás, não era comercializado nas quantidades desejadas pelas autoridades portuguesas. Outros produtos exportados em 1861, como a goma copal, a tartaruga, a urzela e o cauril não tinham melhor sorte, enquanto que o amendoim continuava não sendo mencionado<sup>429</sup>.

Apesar de as expectativas de manutenção do volume de comercialização, em 1861 ocorreu um aumento “em muito maior escala, do que se esperava”, em especial da procura de gergelim por parte dos banianes e batiás, elevando a importação interna desse produto entre 10 e 12 mil panjas<sup>430</sup>. Foi tal o significado desse aumento que, num relatório sobre a agricultura na província de Moçambique, de janeiro de 1864, a produção de gergelim do

---

<sup>424</sup> Apud *Annaes do Conselho Ultramarino...*, Série I, pp. 211-222.

<sup>425</sup> *Ibidem*, pp. 214-218.

<sup>426</sup> Apud *ibidem*, p. 220.

<sup>427</sup> B.O. 10, 26/02/1859, p 40.

<sup>428</sup> B.O. 35, 27/08/1859, p. 140.

<sup>429</sup> *Annaes do Conselho Ultramarino...*, *op. cit.*, pp. 85-86.

<sup>430</sup> *Ibidem*, p. 86.

distrito de Cabo Delgado foi citada como exemplo de “progresso”, juntamente com a produção de arroz em Quelimane<sup>431</sup>.

Dois anos mais tarde, em junho de 1866, o testemunho do governador do distrito sugere que o comércio de gergelim alcançava pontos distantes 300 quilômetros da ilha de Ibo. Segundo a descrição feita pelo governador, o régulo *Mwalia*, após sair vencedor de uma contenda contra os *mafitis*, foi preso de tal pânico de sofrer alguma represaria, visto

*que qualquer rancho de pretos que passasse pela sua povoação eram mafites, mesmo os que vinham com tendências de fazer transações de gergelim ou de algum marfim nas proximidades do Distrito, os quais necessariamente tinham que passar por aquela povoação distante do Ibo uns 300 quilómetros*<sup>432</sup>.

Ainda no mesmo ano, o governador do distrito, Francisco de Paula Castro Domingues, escreveu com satisfação o aumento registrado das exportações, “devido aos Macuas, que todos os anos vão fazendo maiores sementeiras de gergelim”<sup>433</sup>.

Nos anos 70, a produção do distrito de Cabo Delgado girava em torno também da goma copal, borracha, cauril, urzela, cera, arroz, milho, feijão, mandioca, coco, tabaco, amendoim, café, mexueira, algodão, rícino e diferentes hortaliças<sup>434</sup>, sendo, contudo, o gergelim o produto mais valorizado para a exportação. Em julho de 1870 a alfândega de Ibo passou a aplicar uma nova pauta aduaneira, aprovada em novembro do ano anterior, muito mais favorável às exportações<sup>435</sup>. Esta mudança gerou naquele ano um aumento considerável nas exportações de gergelim, uma vez que navios das casas comerciais francesas, principalmente da *Régis*, partissem dos portos europeus carregando fazendas suficientes para cobrirem as obrigações da pauta anterior, muito mais elevada, o que gerou um excedente que foi usado na compra de mais gergelim<sup>436</sup>. Também a rivalidade dos *Régis* com outra casa francesa, os *Fabré*, que se encontrava no “apogeu da sua prosperidade”, garantiu o recorde nas exportações de gergelim daquele ano, tido como “O artigo de exportação devéras importante d’este districto”<sup>437</sup>.

<sup>431</sup> *Annaes do Conselho Ultramarino. Parte não official, Série V*, janeiro a dezembro de 1864, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, p. 15.

<sup>432</sup> Abud Eduardo da Conceição Medeiros, *História de Cabo Delgado...*, p. 111.

<sup>433</sup> B.O. 34, 25/07/1866, p. 151.

<sup>434</sup> B.O. 12, 20/03/1876, p. 53; 43, 23/10/1876, p.294.

<sup>435</sup> B.O. 27, 06/07/1875, p. 191.

<sup>436</sup> *Ibidem*, p. 110. Os principais produtos trazidos por estes navios para as suas transações no distrito de Cabo Delgado, principalmente do porto de Marselha, eram as fazendas de algodão, pólvora, armas e cobre, B.O. 11, 15/03/1873, p. 44.

<sup>437</sup> B.O. 27, 06/07/1872, p. 110.

Um observador que percorreu o distrito, em 1873, chegou a afirmar mesmo que “Os naturaes d'este districto entregam-se quasi exclusivamente á cultura do gergelim, especie de milho indiano, *sesamus orientalis*”<sup>438</sup>, ao ponto de a produção anual ter alcançado, segundo sempre o mesmo autor, cifras de entre 120 e 140 mil panjas, contra as 2 a 3 mil de 1856<sup>439</sup>, e de 6.016 panjas em 1859<sup>440</sup>.

Observando agora a evolução das exportações de gergelim a partir do porto de Ibo, conforme a Tabela 3, podemos ver como a média anual de exportação entre 1856 e 1863 foi de 3.317 panjas. Em meados da década de 1860, a exportação de gergelim conheceu um aumento considerável, ao ponto do volume praticamente ter multiplicado por mais de 4 vezes entre 1863 e 1865. Isso explica o motivo pelo qual Cabo Delgado — e sua produção de gergelim — constar como exemplo de “progresso” para a província de Moçambique em 1866. E essa expectativa confirmou-se no decênio seguinte: entre 1865 e 1874 a média anual de exportação cresceu quase 1.000%, alcançando o volume de 35.415 panjas. Já entre 1875 e 1887, apesar das exportações terem recuado um 30% de média, o volume continuou acima das 24 mil panjas.

<b>Anos</b>	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863
<b>Gergelim</b>	916	2.025	3.618	4.477	700	6.419	2.617	5.766
<b>Anos</b>	1865/6	1866	1867/8	1869	1870/1	1871/2	1873	1874
<b>Gergelim</b>	25.065	48.406	36.995	47.388	47.648	59.928	11.384	6.510
<b>Anos</b>	1875	1876	1877	1880	1884	1885	1886	1887
<b>Gergelim</b>	29.025	35.829	13.309	18.889	26.430	26.837	38.094	4.248

TABELA 3. EXPORTAÇÃO DE GERGELIM PELO PORTO DE IBO ENTRE 1856 E 1887 (EM PANJAS)<sup>441</sup>

<sup>438</sup> Publicado originalmente no jornal *The Cape Argus*, da cidade do Cabo, apud B.O. 11, 15/03/1873, p. 44. Ver também Arlindo Chilundo, ‘Quando começou o comércio...’, p. 518.

<sup>439</sup> B.O. 11, 15/03/1873, p. 44.

<sup>440</sup> B.O. 33, 18/08/1860, p. 139.

<sup>441</sup> Para a exportação de 1863, o valor publicado no B.O. refere-se ao segundo semestre do ano de 1862/1863, B.O. 31, 01/08/1863, p.138-139. Arlindo Chilundo publica um valor diferente para o ano de 1869 (27.388 panjas), Arlindo Chilundo, ‘Quando começou o comércio...’, p. 518. Para o ano de 1879, consta a exportação somada de gergelim, amendoim e outras sementes oleosas na quantidade de 27.098 panjas. É possível que se trate quase na sua totalidade de gergelim, visto a pouca exportação de amendoim e outras sementes. Igualmente esse valor é muito próximo da média desse período, que foi de 24 mil panjas, B.O. 23, 07/06/1880, p. 120. Já a exportação de amendoim foi verdadeiramente insignificante. Entre 1856 e 1887, o volume total exportado foi de apenas 606 panjas. B.O. 48, 26/11/1859, p. 191; 33, 18/08/1860, p. 139; 9, 02/03/1861, p. 35; 8, 22/02/1862, p. 31; 7, 14/02/1863, p. 27; 34, 25/08/1866, p. 151; 33, 17/08/1867, p. 142; 7, 13/02/1869, p. 26; 10, 12/03/1870, p. 39; 11, 19/03/1870, p. 43; 24, 15/06/1872, p. 99; 25, 22/06/1872, p. 103; 44, 31/10/1873, p. 179; 3, 16/01/1875, p. 11; 31, 02/08/1875, p. 191; 23, 19/06/1876, p. 153; 8, 19/02/1877, p. 52; 7, 18/02/1878, p. 40; 6, 04/02/1882, p. 60; 26, 26/06/1886, p. 319; 34, 20/08/1887, p. 385; 24, 16/06/1888, p. 405; 50, 14/12/1889, p. 710; 39, 30/09/1889, p. 594.

O Gráfico 11, montado com base na tabela anterior, permite-nos visualizar com melhor clareza o desempenho das exportações de gergelim a partir do porto de Ibo nessas quatro décadas.

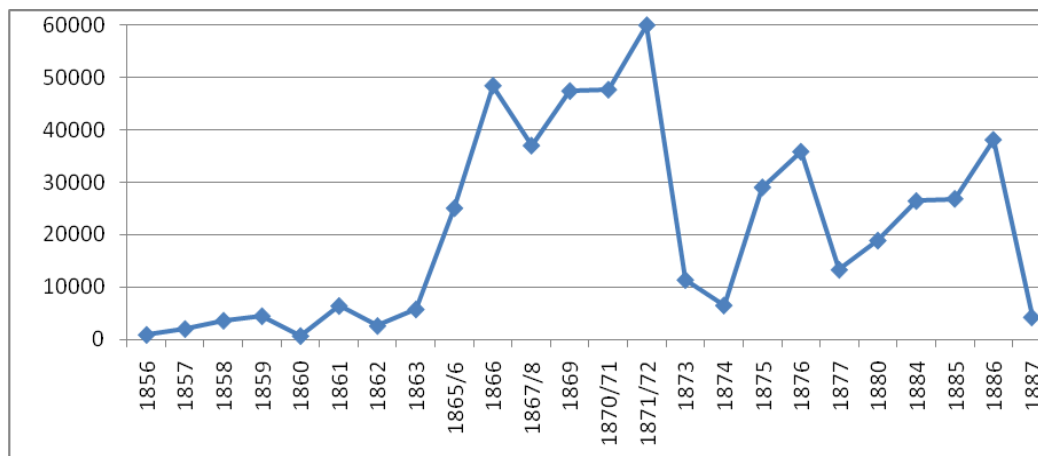


GRÁFICO 11. EXPORTAÇÃO DE GERGELIM PELO PORTO DE IBO ENTRE 1856 E 1887 (EM PANJAS)

Podemos observar um forte aumento, com a exceção dos anos de 1873-74, 1877 e 1887, em que ocorreu uma queda brusca, das exportações de gergelim a partir dos anos 60. No entanto, em meados dos anos 70, o seu volume, apesar de ter diminuído manteve valores importantes como se assinalou anteriormente no cálculo da média anual de exportação.

A queda da exportação de gergelim, verificada nos anos de 1873 e 1874, pode, em um primeiro momento, trazer alguma dúvida com respeito à fidedignidade dos números registrados no *Boletim Oficial*, dada a grande diferença com relação aos anos anteriores. Na origem desta queda esteve a diminuição da produção de gergelim por parte dos produtores africanos, gerando um enorme desabastecimento, e impedindo assim, pelo menos nesses dois anos, o fornecimento regular às exportações. O secretário do governo, João Ricardo Barreto Mena, que observou esse fenômeno em 1874, afirmou que a produção tinha sido reduzida para um terço<sup>442</sup>. Porém, as causas parecem não serem claras, e o funcionário português oscila entre a negligência e o despreparo dos agricultores e a falta de chuva. Diz, Barreto Mena, não saber explicar,

*se é a falta de um amanho proprio da terra para desenvolver tal cultura ou se é devido ao terreno estar cançado por negligencia dos pretos, unicos que se empregam n'este districto em semear o gergelim com o cuidado que lhe é peculiar; acrescendo a*

<sup>442</sup> B.O. 31, 02/08/1875, p. 191.

*circunstancia da irregularidade das estações por falta de chuva algumas vezes e outras em demazia*<sup>443</sup>.

Igualmente nos anos seguintes a produção voltou a crescer e, com ela, a exportação. É difícil dizer se a queda de 30%, verificada nas exportações a partir de então, é resultado de certo esgotamento da terra, que fez diminuir a produção, ou fruto de um interesse da indústria europeia por outras sementes de maior eficácia industrial. Não podemos esquecer que no distrito de Moçambique, no fim dos anos 70, o amendoim passou a ser muito mais buscado que o gergelim.

Voltando ainda à queda da produção nos anos de 1873-1874, não parece ter sido resultado de um esgotamento tão drástico da terra, visto a recuperação e a manutenção da mesma. Tampouco o despreparo dos produtores africanos, pois eram os únicos produtores que proporcionaram — tanto antes como depois —, as quantidades que permitiram o espetacular aumento das exportações de gergelim nos anos 60. E a parte mais importante dessa exportação tinha como destino o porto de Marselha, sendo este o responsável por mais de 80% de todo o gergelim exportado em 1875<sup>444</sup>.

A débil produção de amendoim na região não mudou praticamente nada no avançar do século <sup>445</sup> enquanto que, a princípio da década de 1880, como registrou o então cônsul britânico em Moçambique, Henry O'Neill, ao norte do rio Lúrio — região sul de Cabo Delgado — abundava a produção de gergelim, “cuja cultura d'aqui para o norte inteiramente substituiu a do amendoim”<sup>446</sup>. Esta produção intensificava-se principalmente a partir das margens do rio Montepuez, mais ao interior, e na baía de Pemba, regiões consideradas muito férteis<sup>447</sup>.

Em termos econômicos, pelo menos para os interesses alfandegários do Estado português, as oleaginosas representaram, até o fim da década de 1870, o principal produto exportado, superando inclusive o marfim. No entanto, na virada da década, o surgimento da exploração da borracha e o aumento da exportação de marfim superaram, em termos fiscais, a exportação das oleaginosas. Em 1880, o marfim significou pouco mais do que o

---

<sup>443</sup> *Ibidem*.

<sup>444</sup> B.O. 25, 19/06/1876, p. 153.

<sup>445</sup> Foi criada, em 1890, a Companhia do Niassa, englobando os territórios do distrito de Cabo Delgado, no litoral, e Niassa, mais ao interior, até o lago do mesmo nome. Em 1895, a Companhia exportou pouco mais de 22 mil toneladas de amendoim. Um volume reduzido se comparado com as mais de 621 mil toneladas de gergelim exportado nesse mesmo ano. Oito anos mais tarde, em 1903, as exportações de gergelim continuavam na casa das 600 mil toneladas, enquanto que o amendoim já tinha superado as 750 mil toneladas. Ernesto Jardim de Vilhena, *Companhia do Nyassa...*, pp. 360-361.

<sup>446</sup> Henry O'Neill, 'África Oriental portuguesa: observações acerca da costa e interior da província de Moçambique', Trad. de Augusto de Castilho, in *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 3ª Série, 4, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, pp. 195-208, p. 199.

<sup>447</sup> Eduardo da Conceição Medeiros, *op. cit.*, p. 16..

dobro da exportação de gergelim, enquanto que a borracha já representava um valor 4,6 vezes maior<sup>448</sup>.

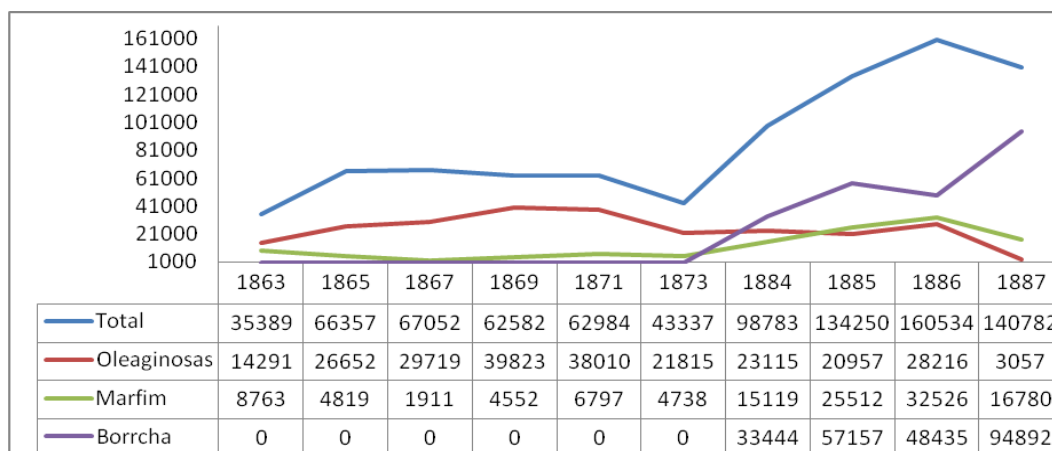


GRÁFICO 12. EXPORTAÇÕES DA ALFÂNDEGA DE MOÇAMBIQUE ENTRE 1863 E 1887 (EM MIL RÉIS)<sup>449</sup>

As oleaginosas representaram sempre, entre 1863 e 1873, mais de 40% dos valores exportados, chegando mesmo a alcançar os 63% em 1869. Mas esse valor relativo decresceu até cerca de 15% entre 1884 e 1887; consequência de uma queda acentuada no último ano, mas, principalmente do aumento das vendas de marfim e, sobretudo, do acentuado aumento das exportações de borracha.

Além do gergelim, que representou a quase totalidade das sementes exportadas, outros produtos oleosos, entre os quais estavam o amendoim, a castanha de caju, a copra e o coco, foram embarcados no porto de Ibo; embora os seus valores tivessem sido insignificantes. Entre os anos analisados no Gráfico 12, o gergelim nunca representou menos de 93% do total, e o seu destino preferencial continuou sendo a França. Tal como ocorreu em 1875, mais de 80% era exportado para Marselha, e exatamente uma década depois o valor continuava o mesmo, caindo no ano seguinte para 58%, mas voltando aos 80% em 1887<sup>450</sup>.

É de salientar que, na virada para o século XX, o amendoim tornou-se um dos principais produtos de origem agrícola exportados pelos territórios da Companhia do Niassa. Em 1903, por exemplo, em termos econômicos, as maiores exportações seguiram a

<sup>448</sup> B.O. 8, 18/02/1882, p. 81.

<sup>449</sup> No valor total da exportação, não somamos os valores referidos à exportação de dinheiro. José Guedes de Carvalho Menezes, *op. cit.*, pp. 282-283; B.O. 26, 26/06/1886, p. 319; 34, 20/08/1885, p. 385; 24, 16/06/1888, pp. 405-406; 50, 14/12/1889, pp. 710-711.

<sup>450</sup> B.O. 34, 20/08/1885, p. 385; 24, 16/06/1888, pp. 405-406; 50, 14/12/1889, pp. 710-711. Apesar da diminuição da importância das exportações de gergelim, os distritos do norte da província ainda eram, às portas da independência de Moçambique, os principais produtores, Manuel C. Devez, 'O gergelim: situação mundial da produção e do comércio. A posição de Moçambique como produtor', in *Gazeta do Agricultor*, Série C, 50 (separata), Lourenço Marques, 1968, p. 11.

seguinte ordem: cereais (principalmente o milho), borracha, amendoim, casca de manga e gergelim<sup>451</sup>.

### 5.3. O porto de Quelimane

No limite norte dos vários “braços” em que o rio Zambeze se transformava ao chegar próximo do oceano Índico encontrava-se a vila de S. Martinho de Quelimane, que albergou o principal porto do distrito de Quelimane. Era o ponto de aglutinação, tanto da produção como da importação, do comércio de todo o vale do Zambeze e dos seus prazos. A sua influência alcançava, no litoral, a vila de Sofala e, subindo o rio Zambeze as vilas portuguesas de Sena, Tete e Zumo. Consoante o período, essas três vilas representaram diferentes graus de importância no comércio internacional e na presença portuguesa na região. No que diz respeito, porém, ao início do comércio internacional de oleaginosas, à exceção da vila de Sena, as outras duas não tiveram praticamente nenhuma importância, uma vez que a distância até o porto de Quelimane — mesmo contando com o transporte fluvial pelo rio Zambeze — não fazia deste comércio uma atividade economicamente viável, como bem assinalou o ex-governador do distrito do Tete, Luiz Joaquim Vieira Braga, uma vez que mesmo

*quando tem abundancia, raras vezes exporta pois que sendo difficeis os meios de transporte, os generos vão em Quilimane encontrar um preço que não convida a fazer as despesas da remessa*<sup>452</sup>.

Outro ex-governador, Augusto Cesar d’Oliveira, lembrava que o distrito também “cultiva o amendoim e gergelim e outras plantas oleaginosas”<sup>453</sup>, mas

*Os cereaes, legumes e sementes oleaginosas, não podem concorrer nos mercados fóra do districto, pela carestia dos transportes, e mesmo dentro do districto não seriam transportados a cada localidade das mais longiquas sem que o transporte triplicasse o seu maior valor*<sup>454</sup>.

---

<sup>451</sup> Em réis, as exportações de amendoim superaram às de gergelim em 36%. Também chama a atenção o impressionante valor das exportações de cereais, destinados principalmente ao mercado africano. O valor é quase três vezes o do segundo produto mais exportado, a borracha; e praticamente o mesmo montante dos 6 principais produtos exportados pela alfândega de Ibo. Ernesto Jardim de Vilhena, *Companhia do Nyassa...*, pp. 427-428.

<sup>452</sup> B.O. 40, 02/10/1886, p. 490.

<sup>453</sup> B.O. 28, 09/07/1887, p. 305.

<sup>454</sup> *Ibidem*.

Neste aspecto, em condições bem mais desfavorecidas encontravam-se os negociantes do distrito de Zumbo:

*talvez careçam [os que possuíam fazendas na vila de Tete e quisessem transportá-las para Zumbo] d'um anno para effectuar o total transportado das facturas, parte devido à falta de braços, parte à aproximação das chuvas. Por isso é grande a aglomeração de fazendas armazenadas sendo o consumo na villa quasi nullo e a permutação no sertão deficientissima*<sup>455</sup>.

As alternativas comerciais para o distrito de Zumbo acabavam recaindo, ainda no início da década de 1890, na quase exclusividade dos negócios feitos com o marfim, uma vez que qualquer outro

*ramo não poder dar uma percentagem rasoavel ao commerciante pelas muitas despeças que teria de fazer com o transporte d'outras mercadorias taes como pelles, amendoim, gergelim, milho, trigo, etc., que proximo do litoral dão importantes lucros e que aqui não chegavam a cobrir as despeças do transporte*<sup>456</sup>.

Quando esteve em Quelimane, na primeira metade do século XIX, Sebastião Xavier Botelho assinalou a produção local de gergelim, trigo, arroz, milho, “ameixoeira”, mandioca e outros quantos produtos, sem citar, contudo, o amendoim<sup>457</sup>. Seguindo o curso do rio Zambeze, Xavier Botelho visitou também as regiões dos prazos, passando por Sena até alcançar Tete, conhecida também como Alto Zambeze. Ali, quando descreveu a agricultura, não chegou a mencionar as duas oleaginosas. Cita, porém, o *mendobim* quanto a uma possível viabilidade econômica num futuro comércio de Portugal na região<sup>458</sup>.

Na virada para a segunda metade do século XIX, a vila de Quelimane, habitada majoritariamente por africanos escravos (9.254 em 1858)<sup>459</sup>, poucos libertos e, segundo dados de 1853, “163 christãos do sexo masculino, e 172 do feminino; 120 mahometanos, parses e baneanes; 17 pretos livres: total 472”<sup>460</sup>, continuava exportando produtos de origem agrícola em pequenos valores, com exceção da venda de arroz. E até o fim da

<sup>455</sup> B.O. 50, 11/12/1886, p. 625.

<sup>456</sup> B.O. 35, 30/08/1890, p. 385.

<sup>457</sup> Sebastião Xavier Botelho, *op. cit.*, pp. 252-253.

<sup>458</sup> *Ibidem*, pp. 271-274 e 276. O arroz, contudo, continuava sendo ainda, pelo menos desde o início do século, o principal produto de origem agrícola no circuito comercial de Quelimane, segundo o testemunho do governador da vila em 1806, Cf. B.O. 31, 17/12/1859, p. 202.

<sup>459</sup> Francisco Maria Bordalo, *op. cit.*, p. 217.

<sup>460</sup> *Ibidem*.

década de 1850 não constava nenhuma referência à saída de amendoim ou gergelim através da sua alfândega<sup>461</sup>.

Em outubro de 1860, o navio *Flor do Mar*, aparentemente dedicado à navegação de cabotagem, partiu de Quelimane, com destino à ilha de Moçambique, carregando 322 panjas de gergelim<sup>462</sup>. Sendo esta a única exportação de gergelim durante todo o ano de 1860, que também contou, entre outros produtos, sempre em pequena escala, com 2 panjas de amendoim, tabaco, marfim, café, coco e 8.769 panjas de arroz<sup>463</sup>, o principal produto comercializado desde o porto do distrito.

O ano seguinte não foi melhor, pelo contrário, a exportação de gergelim limitou-se a 38 panjas, enquanto que o amendoim nem sequer foi citado<sup>464</sup>. Mas a partir de 1864, diante de uma incipiente procura, a exportação de gergelim começou a aumentar. Neste ano o seu volume foi de 3.981 panjas; enquanto que o amendoim ficou em apenas 6 panjas<sup>465</sup>.

Dois anos depois, em 1866, há notícias de navios franceses atracando no porto do distrito em busca de, entre outras coisas, gergelim. O aumento da demanda valorizou a oleaginosa, “devido á prompta venda que este genero tem em Quelimane, por que o carregam os navios francezes”<sup>466</sup>. Esta procura gerada pelos franceses fez a cultura do gergelim começar a ser cultivada em “grande escala”<sup>467</sup>. Nesse mesmo ano, o morador Clementino de Souza distribuiu a diversos moradores do distrito — livres e escravos — sementes de gergelim, garantindo a todos a compra de tudo o que conseguissem agricultural<sup>468</sup>.

Não há informação que permita saber se estes navios foram carregados com sementes compradas anteriormente por alguma casa francesa, mas para 1868 há o registro das primeiras destas casas instalando-se no distrito. Segundo o relatório da alfândega de março de 1887, e referindo-se ao ano anterior,

*O indigena, desde 1868, tem-se dedicado com bastante constancia à agricultura de generos oleaginosos e outros, quando antes d'esta epocha esta era quasi nulla; algum amendoim e gergelim que se cultivava era restrictamente o necessario para consumo do*

---

<sup>461</sup> B.O. 48, 26/11/1859, p. 190; 31, 17/12/1859. P. 201; 41, 13/10/1860, p. 170.

<sup>462</sup> B.O. 41, 13/10/1860, p. 172.

<sup>463</sup> *Annaes do Conselho Ultramarino. Parte não official*, Série III, Janeiro de 1862 a Dezembro de 1865, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, p. 87.

<sup>464</sup> *Ibidem*, p. 74.

<sup>465</sup> *Annaes do Conselho Ultramarino...*, Série V, p. 107. Escrevia, no ano anterior, o governador do distrito, Custodio José da Silva: “Também tem tido algum augmento a cultura do gergelim, porque tem sido procurado, e vendeu-se geralmente a tres quartos de peso.” *Annaes do Conselho Ultramarino...*, Série III, p. 74.

<sup>466</sup> B.O. 13, 30/03/1867, p. 51.

<sup>467</sup> *Ibidem*.

<sup>468</sup> *Ibidem*; Arlindo Chilundo, ‘Quando começou o comércio...’, p. 519.

*paiz [...] hoje porém já é cultivado por toda a parte como tambem o amendoim, devido ao terem vindo estabelecer-se n'esta villa: primeiro, em 1868, a casa franceza Fabre & Filhos a qual deu principio ao grande desenvolvimento que actualmente tem o ramo de commercio dos oleaginosos n'este districto, na Zambezia e ainda nas terras dos regulos limitrophes a ponto de haver na actualidade muitos generos que supprem as transações das casas Regis e Fabre de Marselba, Oaste Afrikaanisch, C<sup>o</sup> de Rotterdam, Companhia Africana de Lisboa e outras que se teem estabelecido*<sup>469</sup>.

Este aumento ocorrido no fim dos anos 60, com a chegada das casas francesas, elevou as exportações a 15.514 panjas no ano económico de 1870/71. É verdade que no ano de 1873/74 — tomando como fidedignos os números publicados pelo *Boletim Oficial* — houve uma forte caída nas exportações, o que fez a quantidade ficar abaixo dos valores registrados na segunda metade da década anterior. Mas parece ter sido um ponto destoado, visto a recuperação das exportações que se verificou na década de 70.

Anos	1860	1861	1862	1864	1865	1866	1870/1
Gergelim	322	38	622	3.981	2.881	3.480	15.514
Amendoim	2	0	0	2	0	0	31.926

Anos	1873/4	1874	1875	1876	1884	1885	1886	1887
Gergelim	1.543	33.161	43.818	12.419	18.512	6.125	54.222	17.503
Amendoim	44.277	86.910	51.641	159.938	230.884	179.410	109.776	130.196

TABELA 4. EXPORTAÇÃO DE GERGELIM E AMENDOIM PELO PORTO DE QUELIMANE ENTRE 1860 E 1887 (EM PANJAS)<sup>470</sup>

<sup>469</sup> B.O. 34, 25/08/1888, p. 537; *Estatistica das alfandegas (...) 1886*, p. 73.

<sup>470</sup> B.O. 18, 04/05/1861, p. 72; 12, 22/03/1862, p. 47-48; 14, 04/04/1863, p. 65-66; 7, 18/02/1865, p. 34; 25, 23/06/1866, p. 105; 25, 22/06/1867, p. 108; 32, 10/08/1872, p. 133; 5, 30/01/1875, p. 26; 10, 06/03/1875, p. 59; 12, 20/03/1876, p. 55; 4, 22/01/1877, p. 31.

Para o ano de 1870/71, apresentamos valores diferentes ao do trabalho de Arlindo Chilundo (13.191 panjas de gergelim e 25.174 de amendoim), Arlindo Chilundo, 'Quando começou o comércio...', p. 519.

Os valores referentes aos anos de 1884 e 1885 são aproximados e obtivemos por comparação. Para além das quatro alfândegas analisadas nesta tese, a província de Moçambique ainda contava com outras duas: Lourenço Marques e Chiloane. Estas, no entanto, tinham uma participação muito marginal com respeito às exportações de oleaginosas. Em 1885, os valores exportados através destes dois portos foram de 2% e 1% respectivamente (B.O. 47, 19/11/1887, p. 540). Como possuímos a quantidade exportada pela província (128.354 panjas em 1884 e 80.436 em 1885 de gergelim e 417.580 em 1884 e 485.531 em 1885 de amendoim), restamos os valores exportados por Ibo, Moçambique e Inhambane (ver Tabelas 1, 2, 3 e 5) e creditamos a diferença toda ao porto de Quelimane, B.O. 49, 04/12/1886, p. 612; 47, 19/11/1887, p. 538; *Estatistica das alfandegas (...) 1884*, p. 90; *Estatistica das alfandegas (...) 1885*, pp. 91-92.

Sobre o ano de 1886, se levarmos em conta os números apresentado pelo *Boletim Oficial* de agosto de 1888 e confirmado pela *Estatistica das alfandegas* publicada no ano seguinte, a exportação de gergelim através do porto de Quelimane teria sido de 286.450 panjas; em outras palavras: seria mais do que o dobro de toda a exportação de gergelim já efetuado pelo mesmo porto até então e, 6,5 vezes mais do que em 1875, quando

Juntamente com a chegada das casas francesas e do início da agricultura de plantação, há que referir também a trégua nas guerras que se vinham desenrolando nas últimas duas décadas na região, e a chegada de um número importante de comerciantes indianos, que com as suas atividades promoveram a exportação de gêneros agrícolas<sup>471</sup>, cultivados principalmente nos Prazos da Coroa<sup>472</sup>.

Em 1875, podemos encontrar os barcos ingleses *Glensk* e *Ottar* e a barca de bandeira francesa *William Edger* partindo, todos, do porto de Quelimane com destino a Marselha carregados de gergelim e amendoim; assim como o barco *Issilamo*, também levando gergelim e amendoim para Lisboa<sup>473</sup>. O porto francês de Marselha foi o destino de 3/4 das exportações de Quelimane, em termos econômicos, entre os anos de 1875 e 1876<sup>474</sup>.

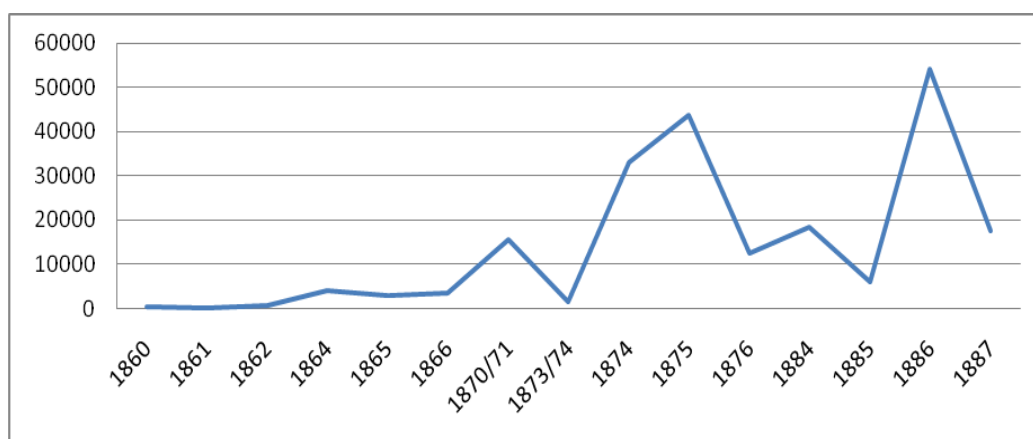


GRÁFICO 13. EXPORTAÇÃO DE GERGELIM PELO PORTO DE QUELIMANE ENTRE 1860 E 1887 (EM PANJAS)

A exportação destas duas oleaginosas, que já eram os dois produtos exportados do “reino vegetal”, chegou, em 1876, às “duas mil e tantas toneladas”, escoados inclusive por barcos suecos<sup>475</sup>. Todas essas sementes eram permutadas, principalmente, por algodão, louças, estampados, arame, pólvora e armas<sup>476</sup>.

Em 1886, a exportação de gergelim bateu um novo recorde, alcançando a quantidade de 54.222 panjas, sendo a França responsável pela compra da quase totalidade desta

se registrou o maior volume exportado. O que é absolutamente não credível. Os valores monetários, contudo, parecem estarem corretos. O que fizemos foi comparar os preços atribuídos à exportação de gergelim para Portugal (\$250 réis o decalitre) e aplicá-lo ao montante referido a França (37.686\$945 réis). B.O. 34, 25/09/1888, p. 540; *Estatística das alfandegas (...) 1886*, p. 97.

<sup>471</sup> Malyn Newitt, ‘Moçambique’..., p. 643.

<sup>472</sup> B.O. 6, 07/02/1876, p. 23.

<sup>473</sup> B.O. 39, 25/09/1875, p. 229; 44, 30/10/1875, p. 253; 1, 03/01/1876, p. 2-3.

<sup>474</sup> B.O. 12, 20/03/1876, p. 56; 5, 29/01/1877, p. 38. Também figuram como destino, não necessariamente de gergelim e/ou amendoim, os portos de Bombaim, Cabo da Boa Esperança, Reunião, Porto Elisabeth, Porto Natal e Zanzibar.

<sup>475</sup> B.O. 1, 01/01/1877, p. 2.

<sup>476</sup> *Ibidem*, p. 3.

exportação (50.249 panjas)<sup>477</sup>. Esse valor superou as médias de exportação dos anos anteriores e repetiu-se no ano seguinte (52.508 panjas)<sup>478</sup>. O aumento verificado em 1886 surpreende quando comparado com a baixa exportação do ano anterior, que foi tão somente 6.125 panjas. A causa do baixo valor exportado naquele ano possivelmente tenha sido uma forte seca que atingiu a região zambeziana<sup>479</sup>. Segundo o ex-governador do distrito do Tete, o flagelo da fome causado pela seca obrigou a uma parte importante da população a emigrar, enquanto outra parte pagou com a própria vida, ao ponto de ter diminuído a população em “tres quartas partes”<sup>480</sup>. Apesar de que a produção de oleaginosas do distrito do Tete não entrara no circuito internacional das exportações internacionais, a seca sentida na Alta Zambézia estendeu-se por toda a região.

O amendoim, que começou sendo um produto escasso nos registros de exportação durante a década de 60, passou, a partir da chegada das casas francesas, a ser preferido por estas a ponto de ultrapassar o gergelim, tornando-se a oleaginosa mais exportada pelo porto de Quelimane.

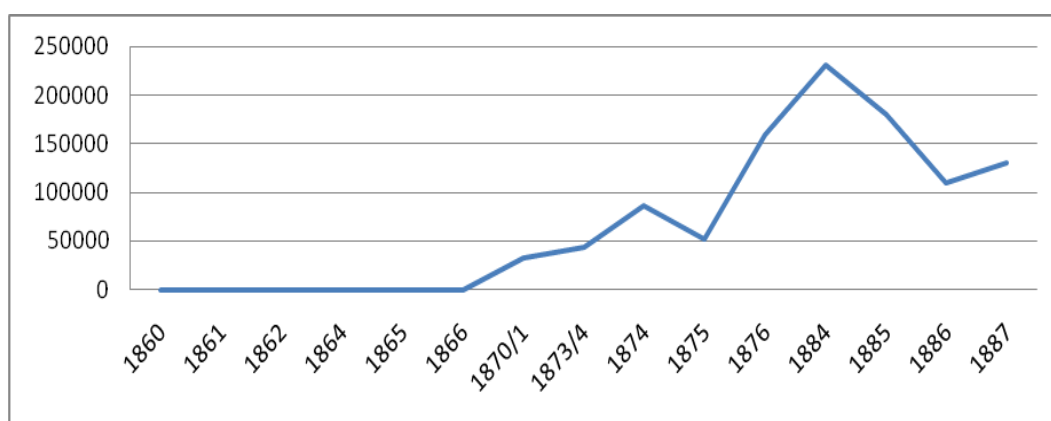


GRÁFICO 14. EXPORTAÇÃO DE AMENDOIM PELO PORTO DE QUELIMANE ENTRE 1860 E 1887 (EM PANJAS)

Durante toda a década de 60, apesar de não termos o registro de todos os anos, há uma referência a apenas 4 panjas de amendoim exportado pela alfândega de Quelimane. Esse volume subiu para 31.926 panjas no primeiro ano da década seguinte, dobrando em quantidade a exportação de gergelim. A partir de então, e com a única exceção de 1886, o amendoim foi exportado sempre em maior quantidade do que o gergelim, numa média de 113.884 panjas/ano entre 1870 e 1887, contra 48.339 de gergelim.

<sup>477</sup> B.O. 34, 25/08/1888, p. 540.

<sup>478</sup> B.O. 30, 26/07/1890, p. 338.

<sup>479</sup> A exportação de amendoim teve uma redução de 22%, conforme mostra a Tabela 1.

<sup>480</sup> B.O. 40, 02/10/1886, p. 490.

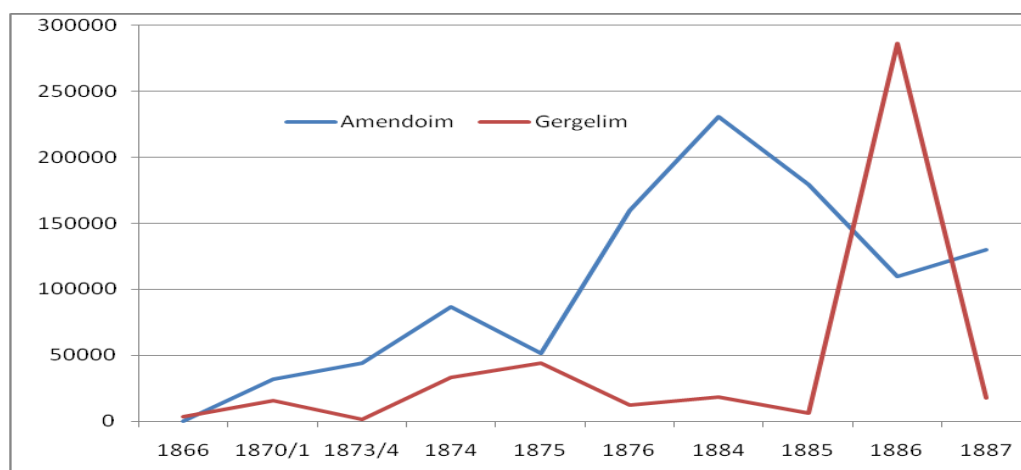


GRÁFICO 15. EXPORTAÇÕES DE GERGELIM E AMENDOIM DE QUELIMANE ENTRE 1866 E 1887 (EM PANJAS)

A França continuou sendo o destino preferencial das exportações oleaginosas saídas do porto de Quelimane, ainda que por vezes a Inglaterra também importasse quantidades consideráveis como, por exemplo, em 1885, quando foi responsável por 34% das exportações de amendoim (contra 32% da França)<sup>481</sup>. Nesse mesmo ano, pouco mais da metade (52%) do gergelim foi exportado para Marselha<sup>482</sup>. No ano seguinte, 98% do gergelim e 72% do amendoim seguiram o mesmo destino<sup>483</sup>, que continuaria ainda por muitos anos, apesar de uma queda nas porcentagens. A título de comparação, nos três primeiros anos do século XX, 47% do gergelim e 62% do amendoim continuavam a ser importados através do porto marselhês<sup>484</sup>.

Segundo o trabalho de Leroy Vail e Landeg White, a produção camponesa, ou seja, aquela dedicada à produção de excedentes implantou-se no distrito de Quelimane na segunda metade de década de 1870. Como resultado da reforma das tarifas e da nova dinâmica comercial proporcionada pelo comércio das oleaginosas, a alfândega do distrito viu o seu comércio de exportação quase quadruplicar entre 1875 e 1881<sup>485</sup>.

<sup>481</sup> Também houve uma pequena exportação com destino às “possessões inglesas” de 14.287 panjas, ou seja, pouco menos de 8% do total. *Estatística das alfândegas (...) 1885*, p. 91-92.

<sup>482</sup> *Ibidem*.

<sup>483</sup> B.O. 34, 25/08/1888, p. 540.

<sup>484</sup> *Estatística do Commercio...*, pp. 210-221, 528-529 e 810-811.

<sup>485</sup> Leroy Vail; Landeg White, *op. cit.*, p. 66.

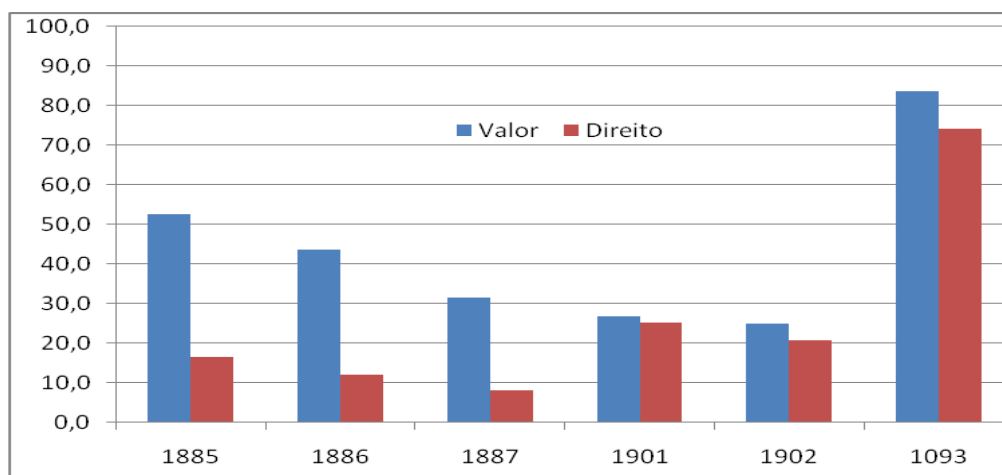


GRÁFICO 16. PORCENTAGEM DAS OLEAGINOSAS NO COMÉRCIO DE QUELIMANE ENTRE 1885 E 1903<sup>486</sup>

Este aumento (em réis) que representou as exportações das oleaginosas pela alfândega de Quelimane, não significou na mesma proporção a arrecadação (direito) cobrada diretamente sobre as mesmas no momento do embarque<sup>487</sup>. Em 1885, por exemplo, 53% do volume exportado foram de sementes oleaginosas, mas geraram apenas 16% do direito alfandegário<sup>488</sup>. Não devemos esquecer, contudo, que boa parte da arrecadação também provinha das taxas cobradas sobre os produtos importados. E sempre foi necessário importar diferentes gêneros que eram, por sua vez, utilizados no comércio das sementes oleosas, gerando assim, volumosos recursos financeiros ao aparato estatal português presente em Quelimane. Esta dinâmica contável mudou somente a partir do século XX, quando a arrecadação passou a ficar completamente atrelada às exportações das matérias-primas.

#### 5.4. O porto de Inhambane

O porto de Inhambane estava localizado na vila do mesmo nome, a meio caminho entre o rio Save, ao norte, e Limpopo, ao sul. É o porto mais meridional analisado nesta investigação. Mais ao sul de Inhambane, funcionava ainda o porto de Lourenço Marques, mas a sua importância para o comércio das oleaginosas foi muito marginal, quase inexistente.

<sup>486</sup> O expressivo valor alcançado em 1903 deve-se ao aumento das exportações de copra, B.O. 17, 23/04/1887, p. 174; 34, 25/08/1888, p. 540; 30, 26/07/1890, p. 338; *Estatística do Commercio...*, pp. 210-221, 528-529 e 810-811.

<sup>487</sup> Às sementes de gergelim e amendoim há que somar a copra e, a partir de 1901 uma pequena, mas crescente exportação de coco e castanha de caju.

<sup>488</sup> B.O. 17, 23/04/1887, p. 174.

No fim do século XVI este porto já era um dos mais conhecidos da costa oriental, principalmente pelo comércio de marfim. Os dirigentes políticos do sertão, de acordo com o testemunho de um náufrago, eram todos “muito conhecidos dos Portugueses que vão de Moçambique resgatar marfim àqueles reinos”<sup>489</sup>. Igualmente outros produtos também eram comercializados, como escravos, âmbar, cera, mel, peles, breu, óleo de copra, pérolas e mafurra<sup>490</sup>. A partir da fundação da Companhia de Diu a presença indo-islâmica em torno da baía de Inhambane cresceu significativamente, fazendo com que as tensões entre estes e os portugueses pela disputa do comércio se intensificasse. Apesar das tentativas dos portugueses em impedir a participação dos indianos no comércio, estes desempenharam papel de primeira ordem no tráfico. Em 1730 o vice-rei da Índia, D. Luís de Meneses, alertava os seus pares para o comércio indiano de marfim, “além de muitos escravos, âmbar, mel, manteiga e outros mantimentos de que a Administração de Junta [...] se não sabe aproveitar”<sup>491</sup>.

Apesar da importância do tráfico de escravos e do comércio de marfim, tanto para o porto de Inhambane como para as demais regiões de Moçambique, o comércio de arroz e de outros gêneros como a cera, a manteiga e o breu representavam quase 1/3 das exportações “oficiais” que transitavam pela alfândega de Inhambane na década de 1760. Esta produção, segundo António Rita-Ferreira, provavelmente era fruto do trabalho escravo dos bitongas e mindongues (estes últimos os antecedentes dos chopes) que seriam um século mais tarde os principais produtores de gergelim e amendoim exportado por aquele distrito<sup>492</sup>.

Inhambane tornou-se, principalmente, a partir dos anos 70 do século XIX, um importante exportador de amendoim. Já o gergelim praticamente não teve nenhum peso entre os produtos exportados; a sua produção também era bem reduzido, o que sugere a pouca utilização até mesmo pelas populações locais, mais interessadas no amendoim e no seu óleo.

Na produção realizada em Inhambane em 1859, é referida a quantidade de 1.807 panjas de “mendoim”, enquanto que o gergelim não chega a figurar na estatística<sup>493</sup>, visto “que quazi ninguem o cultivava; e por essa razão não aparece no mercado”<sup>494</sup>. A pouca produção registrada de amendoim, também se refletia nas exportações, uma vez que o

---

<sup>489</sup> Apud António Rita-Ferreira, *Presença Luso-Asiática...*, p. 107.

<sup>490</sup> O breu é uma substância derivada de resinas de plantas. Já a mafurra (ou mafura) é o óleo extraído da mafureira.

<sup>491</sup> Apud António Rita-Ferreira, *‘História pré-colonial...’*, p. 22.

<sup>492</sup> *Ibidem*, pp. 22-23.

<sup>493</sup> B.O. 20/10/1860, p. 176.

<sup>494</sup> B.O. 42, 20/10/1860, p. 176; Arlindo Chilundo, *‘Quando começou o comércio...’*, p. 520.

mesmo não constava como gênero de exportação, junto a uma série de produtos como o marfim, a cera, a urzela, o cauril e a “goma elástica”<sup>495</sup>.

A produção no ano seguinte continuou muito baixa (800 panjas de amendoim e 50 de gergelim), inferior mesmo a outros produtos de consumo local como, por exemplo, o arroz, a mandioca e o milho. E as exportações continuaram a incidir no marfim e no arroz, sendo este último exportado para outros pontos da costa moçambicana através da navegação de cabotagem<sup>496</sup>. Foi somente em 1861 que apareceu a primeira exportação de amendoim: 240 panjas. Ano em que a sua produção foi de 2.000 panjas<sup>497</sup>.

As exportações continuaram baixas até o fim da década, quando em 1868, na sequência da chegada das casas francesas, o distrito registrou a exportação de 34.874 panjas de amendoim e 414 de gergelim<sup>498</sup>.

Anos	1861	1862	1863	1864	1865	1868	1870/71	1871/72
Amendoim	240	252	825	297	0	34.874	116.178	177.843
Gergelim	0	0	0	0	0	414	205	34

Anos	1873	1874	1875	1876	1884	1885	1886	1887
Amendoim	44.363	54.802	110.208	86.280	90.235	99.905	30.400	61.719
Gergelim	17.458	483	28	0	0	0	0	0

TABELA 5. EXPORTAÇÃO DE AMENDOIM E GERGELIM PELO PORTO DE INHAMBANE ENTRE 1861 E 1887 (EM PANJAS)<sup>499</sup>

O indicador econômico da importância para as arcas da alfândega foi o aumento dos valores monetários exportados no decênio compreendido entre 1863 e 1873, principalmente das exportações de amendoim alcançadas no fim dos anos 60 e nos primeiros anos da década seguinte. Em 1863 as exportações de amendoim significaram uma pequena soma de 3\$320 réis. Em 1865 o valor foi nulo, mas dois anos depois, em 1867, o montante chegou a 4.571\$450; valor que continuou aumentando até os 89.853\$103 réis em 1871, acompanhando a tendência verificada no quadro acima. Já o amendoim

<sup>495</sup> B.O. 24, 11/06/1859, p. 95; 34, 25/08/1860, p. 142.

<sup>496</sup> *Annaes do Conselho Ultramarino...*, Série III, p. 86.

<sup>497</sup> B.O. 40, 05/10/1861, p. 164; *Annaes do Conselho Ultramarino...*, Série V, p. 103.

<sup>498</sup> B.O. 37, 31/07/1869, p. 153. Chilundo apresenta números diferentes (31.010 panjas de amendoim e 3.414 de gergelim), Arlindo Chilundo, “Quando começou o comércio...”, p. 520.

<sup>499</sup> B.O. 46, 15/11/1862, p. 224; 35, 29/08/1863, p. 158; 13, 26/03/1864, p. 82; 22, 03/06/1865, p. 97; 8, 24/02/1866, p. 31; 37, 31/07/1869, p. 153; 1, 04/01/1873, p. 3; 2, 10/01/1873, p. 7; 8, 21/02/1874, p. 30; 10, 07/03/1874, p. 39; 20, 15/05/1875, p. 121; 18, 01/05/1876, p. 96; 7, 12/02/1877, p. 48; 19, 08/05/1886, p. 220; 31, 30/07/1887, p. 345-346; 28, 14/07/1888, p. 458; 6, 07/02/1891, p. 63; ‘Moçambique’, in *Relatorios dos governadores...*, pp. 264-265 e 268-26. Temos valores diferentes do trabalho de Chilundo: 1868 (31.010 panjas de amendoim e 3.414 de gergelim), 1870/71 (116.061 de amendoim e 849 de gergelim) e 1871/72 (164.980 de amendoim e 0 de gergelim), Arlindo Chilundo, ‘Quando começou o comércio...’, p. 520.

apenas registrou um valor digno de nota em 1873, quando as suas 17.458 panjas exportadas renderam 1.460\$000 réis<sup>500</sup>.

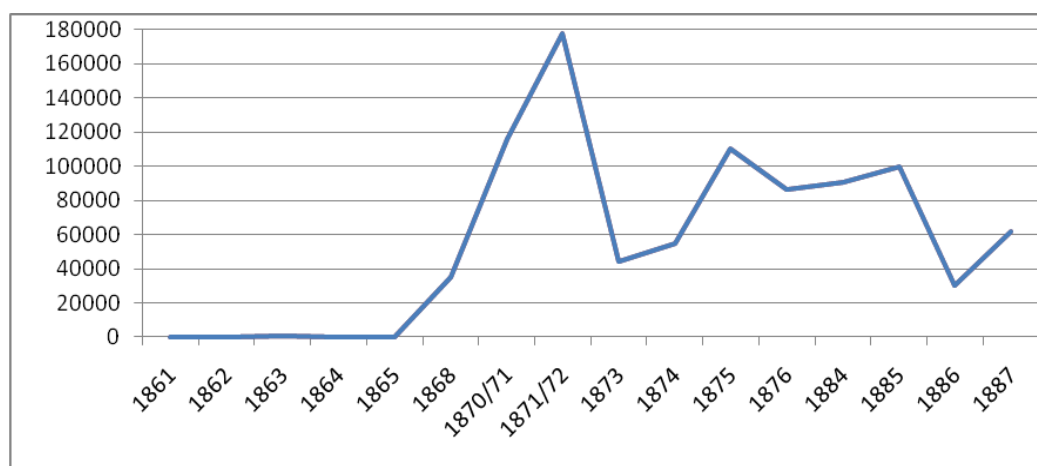


GRÁFICO 17. EXPORTAÇÃO DE GERGELIM PELO PORTO DE INHAMBANE ENTRE 1861 E 1887 (EM PANJAS)

Para além das casas comerciais francesas, outras de várias nacionalidades europeias também comercializaram na costa de Inhambane. Em 1873 os ingleses tinham ali uma casa comercial, transportando as suas mercadorias com um navio de bandeira portuguesa. O mesmo aconteceu com os alemães, que possuíam uma casa comercial em Inhambane, e que pretendiam adquirir outras em vários outros pontos da costa de Moçambique<sup>501</sup>. Mas era todavia a França o país que continuava sendo o principal destino das exportações de Inhambane. Para Marselha foram enviados 73% do valor total das exportações do distrito<sup>502</sup>. As oleaginosas foram responsáveis, por sua vez, por 60% deste comércio com a França; sendo o amendoim o produto dominante, ao representar praticamente 90% do conjunto das oleaginosas comercializadas<sup>503</sup>.

Em 1875, das 110.208 panjas exportadas, 87% saíram em direção a Marselha<sup>504</sup>. Apesar da exportação incluir também amendoim com casca, a preferência dos compradores incidiu no amendoim já limpo, o que permitia reduzir o volume e facilitava o transporte de maiores quantidades nos mesmos navios<sup>505</sup>. No ano econômico de 1870/71, o amendoim limpo

<sup>500</sup> B.O. 16, 17/04/1875, pp. 92-93.

<sup>501</sup> B.O. 11, 15/03/1873, p. 54.

<sup>502</sup> Levar em consideração a soma dos valores exportados descritos na p. 97, visto que o valor absoluto para Marselha que consta na página anterior está incorreto. B.O. 19, 01/05/1876, pp. 96-97.

<sup>503</sup> *Ibidem*.

<sup>504</sup> Para Lisboa foram exportados menos de 3%, B.O. 18, 01/05/1876.

<sup>505</sup> B.O. 1, 04/01/1873, p. 3.

representou 72% do exportado. Em 1875, do amendoim embarcado pelos franceses, 87.441 panjas, ou seja, 90% foram de amendoim limpo<sup>506</sup>.

A situação descrita anteriormente não se alterou significativamente na década seguinte. Na sua *Expedição às terras do Muzilla*, feita em 1882, Maria António Cardoso descreve como a vila de Inhambane, cujos cinco bairros, à exceção do de Chibatune, estavam ocupados exclusivamente “pela raça europêa e principais moradores”, e que os demais estavam habitados “pela população moura e indígena”<sup>507</sup>. Em relação ao comércio, António Cardoso elenca os produtos que entravam no circuito comercial internacional e que eram produzidos no distrito: para além do amendoim, também se exportavam borracha, cera, peles, milho e copra, sempre em trocas de fazendas, e com destino às praças de Marselha, Londres, Roterdã e Porto Natal<sup>508</sup>.

*Os principaes negociantes são francezes, representantes das casas Frabre e Régis, a casa Handel's compagnie Mozambique, mouros, baneanes e batiás, na maior parte representantes de casas comerciais de Moçambique*<sup>509</sup>.

Em 1863, o amendoim foi o único produto oleaginoso exportado pela alfândega de Inhambane. Nos anos seguintes, outros produtos se incorporariam à lista, como o coco, a copra, o gergelim e, principalmente a mafurra. Mais tarde, nos anos 80, a castanha de caju e o “grão maluco” passaram a ser exportados também, em poucas quantidades. O amendoim, porém, continuou sendo a principal oleaginosa exportada. Em termos econômicos, esse conjunto de oleaginosas rapidamente alcançou uma cifra importante na porcentagem de gêneros exportados pelo distrito. Naquele ano de 1863, as 825 panjas de amendoim representaram apenas 0,1% do valor exportado. Quatro anos depois, em 1867, as sementes oleaginosas já representavam quase 1/4 do total exportado em réis<sup>510</sup>. Como evidencia o Gráfico 18, esta porcentagem não voltaria a baixar, pelo menos até o início do século vindouro.

<sup>506</sup> B.O. 23, 19/06/1876, p. 153.

<sup>507</sup> António Maria Cardoso, ‘Expedição às terras do Muzilla’, in *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 7ª Série, 3, 1887, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 153-190, p. 153.

<sup>508</sup> *Ibidem*, p. 154. Marselha e Roterdão também figuram como destino preferencial do “comercio principal” realizado pelo porto de Inhambane, Alfredo Augusto Caldas Xavier, ‘Província de Moçambique. Districto de Inhambane’, in *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 2ª Série, 7-8, 1881, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 481.

<sup>509</sup> António Maria Cardoso, ‘Expedição às terras...’, p. 153.

<sup>510</sup> José Guedes de Carvalho Menezes, *op. cit.*, pp. 278-279.

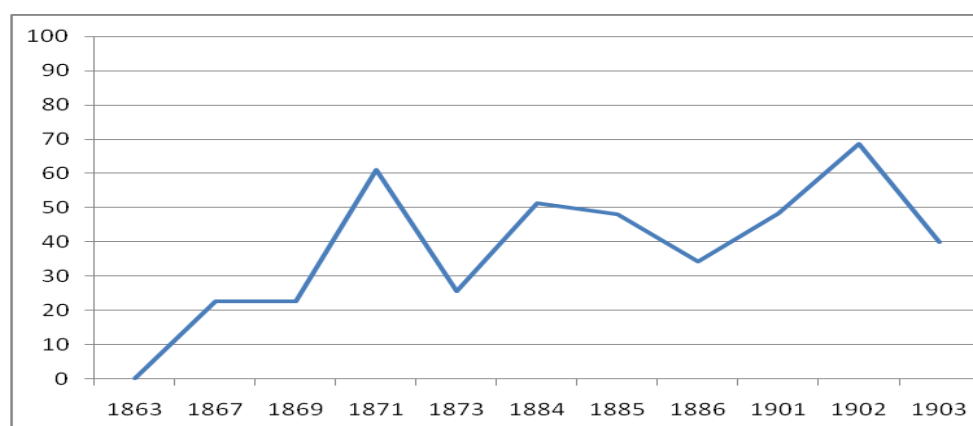


GRÁFICO 18. PORCENTAGEM ECONÔMICA DAS OLEAGINOSAS SOBRE AS EXPORTAÇÕES DE INHAMBANE ENTRE 1863 E 1903<sup>511</sup>

## 5.5. A província de Moçambique

Os gráficos seguintes proporcionam informações sobre o conjunto das exportações de amendoim e gergelim através da província de Moçambique entre os anos de 1869 e 1887<sup>512</sup>.

O amendoim foi de longe a principal semente oleosa exportada. A média de exportação/ano, a partir das informações referentes nos anos citados no Gráfico 19, excedeu em 150% a exportação de gergelim.

No início do boom das exportações, com o aparecimento das primeiras casas comerciais francesas no fim da década de 60, até ao final dos anos 70, Inhambane foi o principal produtor de amendoim, seguido por Quelimane e Moçambique respectivamente. Nos anos 80 a situação inverteu-se: Quelimane e Moçambique, que dobraram as suas exportações, passaram a ocupar, respectivamente, o topo da lista, enquanto Inhambane diminuiu a sua exportação em 17%, pelo que passou a ocupar o terceiro lugar<sup>513</sup>. Já o distrito de Ibo não teve nenhuma participação relevante no comércio do amendoim.

<sup>511</sup> B.O. 31, 30/07/1887, pp. 345-346; 28, 14/07/1888, p. 458; José Guedes de Carvalho Menezes, *Ibidem; Estatística das alfândegas (...) 1886*, p. 47; *Estatística do Commercio...*, *op. cit.*, pp. 127-128, 472-473 e 755-156.

<sup>512</sup> Estamos cientes da fragilidade resultante de tal procedimento: não possuímos os valores exportados para todos os anos e todas as alfândegas, levando-nos a reduzir as amostras somente aos anos em que há informações de no mínimo três dos distritos. No ano de 1869 as exportações de amendoim, a partir das alfândegas de Quelimane e Inhambane, aparecem como zero, uma vez que não temos as referidas exportações. O mesmo sucede para Quelimane no ano de 1871/72 e Moçambique em 1873 e, para Inhambane em 1876 com relação à exportação de gergelim.

As estatísticas para Quelimane no ano de 1873 são as que possuímos referente ao ano de 1873/74, conforme publicadas pelo B.O. 5, 30/01/1875, p.26.

Apesar das dificuldades apontadas, acreditamos que o gráfico apresenta um panorama verossímil das referidas exportações, possibilitando assim uma ideia bem aproximada do fluxo comercial das duas principais sementes oleaginosas de Moçambique.

<sup>513</sup> Quelimane mais que dobrou, o seu aumento foi de 117%.

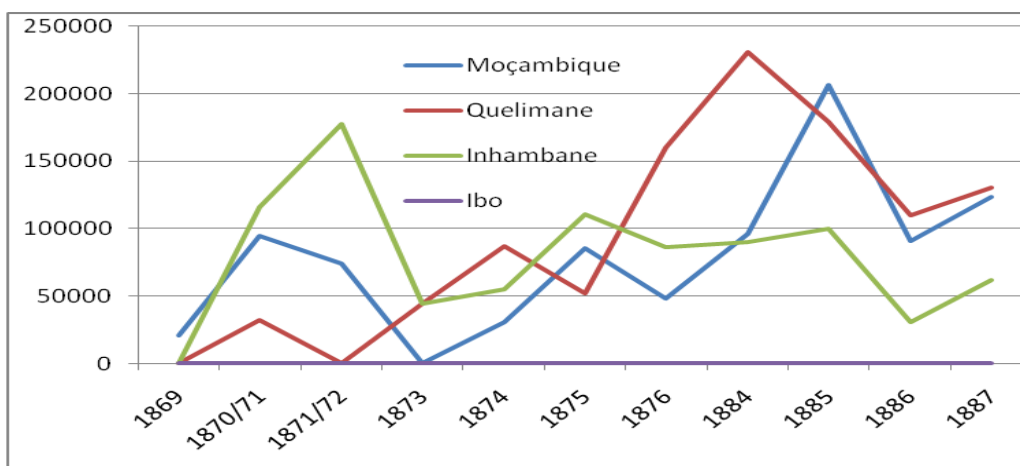


GRÁFICO 19. EXPORTAÇÃO DE AMENDOIM PELA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE ENTRE 1869 E 1887 (EM PANJAS)

No cômputo geral das quatro alfândegas, as exportações de amendoim aumentaram 60% nos anos 80, relativamente à década anterior.

As exportações de gergelim tiveram no distrito de Moçambique o seu principal produtor. Pelo porto da ilha de Moçambique, até o fim dos anos 70, exportava-se pouco mais do dobro da quantidade de gergelim que pelo porto de Ibo, o segundo maior exportador. Quelimane, o terceiro em exportação de gergelim, neste período, exportou o equivalente a 1/3 do que exportou a alfândega de Moçambique.

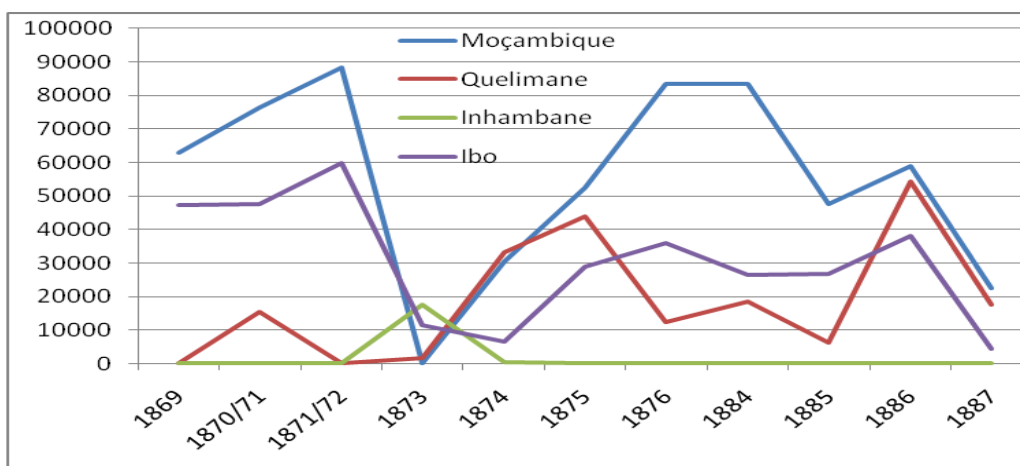


GRÁFICO 20. EXPORTAÇÃO DE GERGELIM PELA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE ENTRE 1869 E 1887 EM PANJAS)

Nos anos 80, o distrito de Moçambique continuou a ser o maior exportador, apesar da diminuição de aproximadamente 30% da média exportada. O mesmo ocorreu com Ibo, que viu as suas exportações de gergelim retroceder 1/5 do volume, enquanto que Quelimane teve um pequeno aumento de 13%. O distrito de Inhambane apenas exportou

pequenas quantidades até o fim dos anos 70 e, mais tarde, o gergelim praticamente desapareceu das estatísticas da sua alfândega. O auge das exportações de gergelim nos quatro distritos, experimentado até então, começava a ficar para trás.

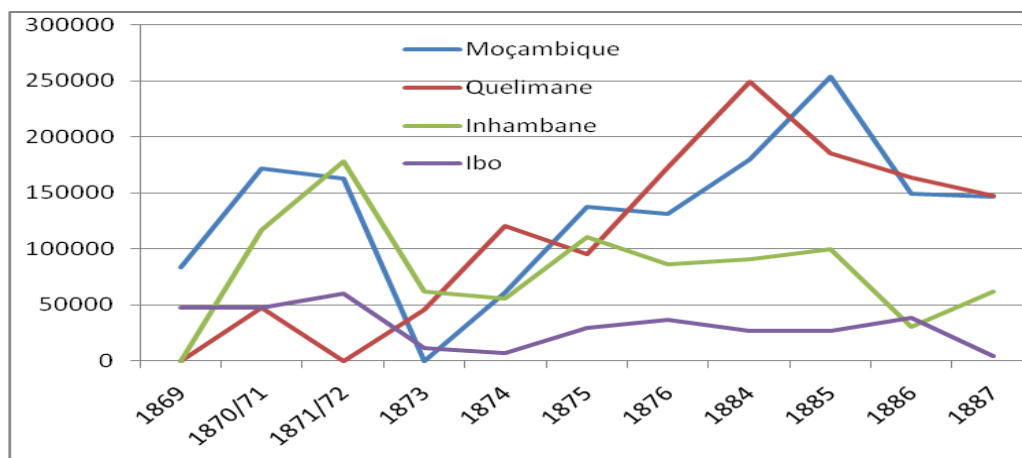


GRÁFICO 21. EXPORTAÇÃO DE AMENDOIM E GERGELIM PELA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE ENTRE 1869 E 1887 (EM PANJAS)

Na década de 1880 o volume de gergelim exportado diminuiu uma quinta parte respeito à década anterior. Foi graças ao extraordinário aumento das exportações de amendoim – que já era a mais importante semente exportada –, que na soma das duas oleaginosas a média aumentou aproximadamente 50%. Como se pode observar na Tabela 6, durante os anos 70 a média anual de exportação de amendoim e gergelim foi de aproximadamente 350 mil panjas, valor que subiu no decênio seguinte para quase 538 mil panjas (+53%).

Em termos econômicos, as oleaginosas destacaram-se pelo valor que as exportações alcançaram, superando em alguns momentos o precioso marfim, cujo valor comercial por quilo foi superior ao das sementes. Em 1874, a soma dos valores exportados, relativos ao gergelim, à goma copal e, principalmente, ao amendoim, foi 30% menor do que o exportado em marfim<sup>514</sup>. Dez anos mais tarde, a situação modificou-se dado que as oleaginosas representaram, em termos econômicos, uma exportação de 42% superior à do marfim<sup>515</sup>.

<sup>514</sup> ‘Moçambique’, in *Relatorios dos governadores...*, p. 67. Péliissier chama a atenção também, nesse mesmo ano, para o grande volume de importação de origem indiana, e conclui: “o comércio interno estava nas mãos dos Indianos e o externo era largamente monopolizado pelas firmas marsehesas Régis Aïne e Fabre et Fils”, René Péliissier, *História de Moçambique...*, vol. I, pp. 157-158.

<sup>515</sup> B.O. 49, 04/12/1886, pp. 612-613; *Estatistica das alfandega (...) 1884*, pp. 90-91.

		déc. de 70	déc. de 80	diferença (%)
<b>Moçambique</b>	Amendoim	66.702	133.732	+100
	Gergelim	66.202	47.210	-29
	<b>Total</b>	<b>132.904</b>	<b>180.942</b>	<b>+36</b>
<b>Ibo</b>	Amendoim	80	23	-71
	Gergelim	29.090	22.900	-21
	<b>Total</b>	<b>29.170</b>	<b>22.923</b>	<b>-21</b>
<b>Quelimane</b>	Amendoim	74.939	162.566	+117
	Gergelim	21.291	24.091	+13
	<b>Total</b>	<b>96.230</b>	<b>186.657</b>	<b>+94</b>
<b>Inhambane</b>	Amendoim	89.221	73.708	-17
	Gergelim	3.104	-	-
	<b>Total</b>	<b>92.325</b>	<b>73.708</b>	<b>-20</b>
<b>Total</b>	Amendoim	230.942	370.029	+60
	Gergelim	119.687	94.201	-21
	<b>Total</b>	<b>350.629<sup>516</sup></b>	<b>537.938<sup>517</sup></b>	<b>+53</b>

TABELA 6. MÉDIA DAS EXPORTAÇÕES NAS DÉCADAS DE 1870 E 1880 EM MOÇAMBIQUE (EM PANJAS)

Mesmo assim, na segunda metade da década de 1880, período final da presente investigação, a queda dos valores exportados de oleaginosas e o aumento da exploração da borracha – outro produto destinado à indústria europeia – desencadearam uma redução do peso monetário das exportações das sementes oleosas.

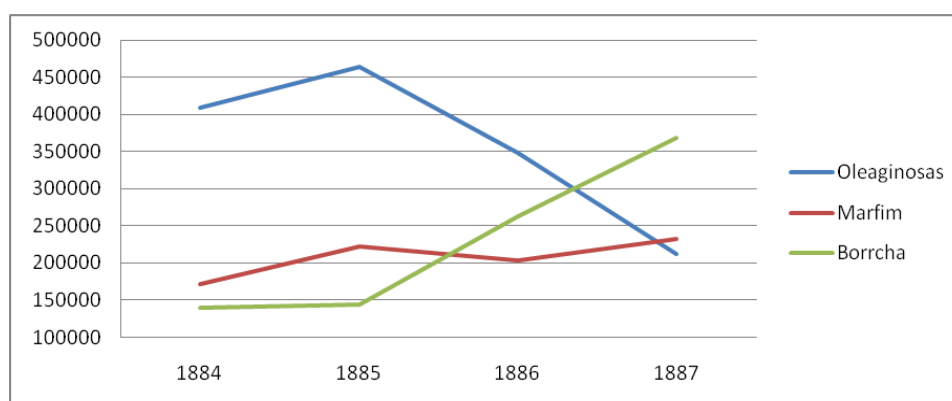


GRÁFICO 22. EXPORTAÇÕES DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE ENTRE 1884 E 1887 (EM MIL RÉIS)<sup>518</sup>

<sup>516</sup> Além das quatro alfândegas citadas na tabela, em 1874 a província de Moçambique contava ainda com a alfândega de Lourenço Marques. As exportações de oleaginosas era, contudo, quase inexistente. Ernesto Jardim de Vilhena, *Companhia do Nyassa...*, pp. 360-361.

<sup>517</sup> Esses valores são ainda maiores já que não estão computadas as exportações das demais alfândegas. Em 1880, por exemplo, a partir da alfândega de Angoche, a soma das exportações de amendoim e gergelim foi de 129.157 panjas, Alfredo Brandão Cró de Castro Ferreri, *op. cit.*, p. 29.

No Gráfico 22 pode-se observar que a média em valores monetários das exportações das oleaginosas, na segunda metade da década de 1880, significou 36% do valor comercializado nas exportações, e 13% dos direitos arrecadados pelas quatro alfândegas. Nos casos do marfim e da borracha, as exportações representaram 21% e 23% respectivamente do montante global e 40% e 34% dos direitos conseguidos com as exportações<sup>519</sup>. O gergelim e, principalmente, o amendoim continuariam fazendo parte da relação de produtos exportados, mas cada vez mais outros gêneros, agrícolas ou não, passariam a ser preferidos pelo comércio internacional.

---

<sup>518</sup> Em volume, a média de exportação por ano de marfim entre 1884 e 1887 foi de 67 toneladas, 290 toneladas de borracha (contra 41 mil em 1874 e 569 mil em 1903), 1.174 mil panjas de amendoim e 475 mil de gergelim. Nos valores totais exportados não somamos o item “dinheiro”. Estão computados também os valores referentes aos distritos de Lourenço Marques e Chiloane, mas lembramos que esses dois distritos representavam uma fração muito diminuída das exportações moçambicanas: para 1885 e 1886 Lourenço Marques representou 2% nos dois anos, enquanto a participação de Chiloane foi de 1% e 4% respectivamente. B.O. 49, 04/12/1886, pp. 612-613; 47, 19/11/1887, p. 538; 3, 19/01/1889, pp. 40-42; *Estatística das alfandegas (...) 1884, 1885 e 1886*, pp. 90-92, 97-99 e 111-114; Ernesto Jardim de Vilhena, *Companhia do Nyassa...*, p. 380.

<sup>519</sup> B.O. 49, 04/12/1886, pp. 612-613; 47, 19/11/1887, p. 538; 3, 19/01/1889, pp. 40-42; *Estatística das alfandegas (...) 1884, 1885 e 1886*, pp. 90-91, 91-92 e 97-99; *Estatística das alfandegas (...) 1887*, pp. 111-113.

---

Conclusão

---



A reconversão econômica realizada em algumas regiões do continente, onde famílias poderosas de africanos puderam organizar grandes plantações a vez que dispunham também de força de trabalho, não chegou a concretizar-se em Moçambique no período anterior à colonização. A produção para o comércio lícito foi quase sempre resultado do trabalho de pequenos produtores livres.

Como vimos, o gergelim apresentou-se inicialmente como o principal produto exportado através dos portos de Moçambique, mas apesar de continuar sendo uma semente requerida pelos compradores europeus, principalmente franceses, foi, contudo, superado em volume pelas exportações de amendoim. O comércio lícito assentou-se também, a igual que outras partes do continente, sobre produtos que já faziam parte desde longa data da produção, do consumo e do comércio local. Da mesma maneira as estruturas de comércio anteriores a este período formaram a base para a produção, transporte, comercialização e embarque das sementes oleosas.

Apesar da importância como paradigma de uma nova organização das relações comerciais na África, a inserção de muitos africanos de Moçambique na economia-*mundi*, como produtores agrícola, deu-se em regiões muito limitada da costa. O fato concreto é que isso não fez parte da experiência da maioria da população. As transformações sociais, geradas pela possibilidade dada a muitos colonos africanos de comercializarem diretamente com negociantes estrangeiros, somente foi possível numa estreita faixa litorânea que pôde contar com uma ligação mais ou menos fácil a algum porto principal. Estes puderam satisfazer prontamente a crescente demanda externa pelos seus produtos.

Mesmo coexistindo e se desenvolvendo em muitos aspectos sobre o tráfico de escravos, este não chegou a ser usado na produção das oleaginosas na época tratada, à diferença do que ocorreu em algumas outras regiões da África, por exemplo. Somente mais tarde, com o trabalho coercivo imposto pela colonização, houve a criação de grandes unidades produtoras de gêneros agrícolas destinadas às exportações.

O comércio internacional não era nenhuma novidade na costa oriental africana, acostumada desde longa data com as transações de mercadorias através do Índico. No mais, o comércio de oleaginosas na segunda metade do Oitocentos assentou-se também em estruturas bem mais antigas, fazendo com que, numa perspectiva de longa duração, houvesse uma “linha” de continuidade entre o comércio mais antigo e o novo comércio de gergelim e amendoim: os caminhos utilizados para o transporte, os produtos requeridos

como pagamento, as unidades de medida, a solicitação dos intermediários asiáticos e suaílis, o modo de produção e de organização da terra e do trabalho. A novidade estava na internacionalização do comércio das sementes oleosas e na relação direta entre o produtor (agora em maior número) e os agentes das casas comerciais.

Estes intermediários foram fundamentalmente os comerciantes indianos. Estes chegaram à costa movidos pelo espírito empreendedor e, financiados tanto por capital indiano como europeu empenharam-se na compra de parte da produção local de gêneros para a indústria europeia, neste caso de gergelim e amendoim. As populações islamizadas da costa, que também atuaram como intermediárias, viram, contudo, o seu papel de intermediação ser profundamente atingido pelas novas dinâmicas comerciais. Partícipes de primeira ordem no tráfico de longa distância, a sua influência diminuiu drasticamente com a ascensão da presença dos baneanes. Os indianos não somente concorreram como intermediários entre as casas comerciais e os produtores africanos, como também passaram a disponibilizar o crédito necessário para fomentar a produção, algo que faltava aos suaílis. Com o tempo muitos destes passaram a trabalhar diretamente para os indianos.

A grande transformação produzida pelo comércio das oleaginosas em Moçambique ocorreu fundamentalmente dentro das estruturas políticas endógenas, quando os pequenos produtores puderam eles mesmos comercializar diretamente com os compradores a serviço das casas comerciais. Tais produtores, a igual do que ocorreu também em outras regiões do continente, promoveram práticas e valores externos com o intuito de fomentar ganhos econômicos. A modernização das estruturas econômicas africanas foi, no entanto, um processo paradoxal ao criar também condições que permitiram a “abertura” destas mesmas sociedades ao ímpeto colonialista por parte dos seus parceiros externos em dito comércio. Em outras palavras, dentro da relação África-Europa, ou como muito já se escreveu: centro-periferia do capitalismo, o comércio lícito acabou sendo uma espécie de laboratório para a dependência colonial que viria anos mais tardes. Moçambique colocou-se como fornecedora de matéria-prima, com o mínimo possível de elaboração, enquanto que passou a importar cada vez mais uma série de artigos de pouca utilidade para a modernização das suas estruturas produtoras.

---

## Fontes e bibliografia

---



## Fontes

- ALBUQUERQUE, J. Mouzinho de, *Moçambique 1896-1898*, Lisboa, Manoel Gomes Editor, 1899.
- AMORIM, Massano de, *Relatório sobre a ocupação de Angoche: operações de campanha e mais serviços realizados: anno de 1910*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1911.
- Annaes do Conselho Ultramarino. Parte não official*, Série I, III, IV, V e VI, 1858-1867, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867-1869.
- BANDEIRA, Marquez Sá da, *O trabalho rural africano e a administração colonial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.
- BARRETO, Honório Pereira, *Memoria sobre o estado actual de senegambia portuguesa, causas de sua decadencia, e meios de a fazer prosperar*, Lisboa, Typ. da Viúva Coelho & Cia, 1843.
- BARROS, Marcelino Marques de, 'A mancarra', in *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, 1º anno, 2, Lisboa, Livraria Ferin, 1897-98, pp. 797-801.
- Boletim Oficial de Moçambique*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional.
- BORDALO, Francisco Maria, *Ensaios sobre a estatística das possessões portuguesas na África Occidental e Oriental, na Ásia Occidental, na China e na Oceania*, vol. 4, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859.
- BOTELHO, Sebastião Xavier, *Memória estatística sobre os domínios portugueses na África Oriental*, Lisboa, Typ. de José Baptista Morando, 1835.
- CAMARA, Perry da, 'Districto de Cabo Delgado: comunicação à Sociedade de Geographia de Lisboa', in *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 6ª Série, 2, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, pp. 67-115.
- \_\_\_\_\_ *Descripção dos territórios dos districto de Cabo Delgado que fazem parte da concessão feita à Companhia do Nyassa*, Lisboa, Adolpho Modesto & C.<sup>a</sup>, 1893.
- CAMIZÃO, António, *Indicações geraes sobre a Capitania-Mór do Mossuril: appendice ao relatório de 1 de Janeiro de 1901*, Moçambique, Imprensa Nacional, 1901.
- CANDOLLE, Alphonse, *Origine des plantes cultivées*, Paris, Félix Alcan, 1886.
- CARDOSO, António Maria, 'Expedição às terras do Muzilla (feita em 1882)', in *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 7º Série, 3, 1887, Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 153-190.
- CARDOSO, Augusto, *Distrito de Inhambane: relatório do governador 1906-1907*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1907.
- \_\_\_\_\_ *Conferencia*, Lisboa, Typ. Adolpho Modesto, 1887.
- CASTILHO, Augusto de, 'Os Baniões em Moçambique', in *O Occidente - Revista Illustrada de Portugal e do Extranjeiro*, 4º anno, vol. IV, nº 93 (21 de julho de 1881), pp. 163-165.

- CIRNE, Manuel Joaquim Mendes de Vasconcellos, *Documentos para a história das colónias portuguesas: memória sobre a província de Moçambique*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.
- COELHO, Agostinho, *Relatório do governador da província de Moçambique*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883.
- Companhia de Moçambique, *O território de Manica e Sofala: monographia para ser presente ao Congresso Colonial promovido pela Sociedade de Geographia de Lisboa em 1901*, Lisboa, Typ. da Companhia Nacional, 1902.
- CRUZ, Daniel da, *Em terras de Gaza*, Porto, Gazeta das Aldeias, 1910.
- CUNHA, Joaquim d'Almeida, *Estudos acerca dos usos e costumes dos banianes, bathias, parses, mouros, gentios e indígenas*, Moçambique, Imprensa Nacional, 1885.
- ENES, António, *Moçambique*, 3ª ed., Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946.
- Estatística das alfandegas da província de Moçambique no anno civil de 1884-1887*, Moçambique, Imprensa Nacional, 1886-1895.
- Estatística do Commercio e Navegação da Província de Moçambique*, Lisboa, A Editora, 1905.
- FERRERI, Alfredo Brandão Cró de Castro, *Angoche: breves considerações sobre o estado d'este districto em 1881*, Lisboa, Typ. Ed. de Mattos Moreira, 1881.
- FERREIRA, José Joaquim; CASTILHO, Augusto de, *Recordações da expedição da Zambézia em 1869*, Elvas, Typ. Progresso, 1891.
- FICALHO, Conde de, *Plantas úteis da África Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884.
- GAMITTO, “Prasos da Coroa em Rios de Sena”, in *Archivo Pittoresco*, vol. I, 1º ano, 1 de julho de 1857, pp. 61-63; 66-67.
- L'Arachide: un des principaux produits d'exportation* (folheto publicitário dos principais exportadores enviados à Exposition Coloniale Internationale de Paris), Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1931, SGL, Cxª 128-77.
- Le Sésamo: un des principaux produits d'exportation* (folheto publicitário dos principais exportadores enviados à Exposition Coloniale Internationale de Paris), Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1931, SGL, Cxª 128-80.
- LUPI, Eduardo do Couto, *Angoche: breve memória sobre uma das capitánias-móres do districto de Moçambique*, Lisboa, Typ. do Annuário Commercial, 1907.
- \_\_\_\_\_ *Districto de Quelimane: relatório do governador 1906-1907*, Lourenço Marquez, Imprensa Nacional, 1907.
- MELLO, Francisco de Aragão e, *Relatório da inspecção a alguns dos Praços do districto de Tete pelo governador do districto*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1911.
- MENEZES, José Guedes de Carvalho, *Relatório do governador da província de Moçambique 1872-1874*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875.

‘Moçambique’, in *Relatorios dos governadores geraes das provincias de Cabo Verde, Moçambique e Estado da India: referidos ao anno de 1875 e apresentados às cortes pelo ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar na sessão legislativa de 1878*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878, pp. 1-496.

*O Occidente - Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro.*

O'NEILL, Henry, ‘Da agricultura e do trabalho em Moçambique’, in *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 4º Série, 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 16-30.

\_\_\_\_\_, ‘África Oriental portuguesa: observações acerca da costa e interior da província de Moçambique’, Trad. de Augusto de Castilho, in *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 3º Série, 4 e 5, Lisboa: Imprensa Nacional, 1882, pp. 195-208 e 259-273.

POLO, Marco, *As viagens “Il Milione”*, São Paulo, Martin Claret, 2001.

PORTUGAL, *Regimen dos Praços da Coroa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907.

ROMERO, Jeronymo, *Supplemento á memoria descriptiva e estatistica do districto de Cabo Delgado com uma noticia ácerca do estabelecimento da colonia de Pemba*, Lisboa, Typ. Universal, 1860.

SILVA, L. A. Rebello da, *Relatórios do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar apresentados às Cortes na sessão legislativa de 1870*, Lisboa, Ministério do Ultramar, 1968.

SOUSA, Gabriel Soares, *Tratado Descriptivo do Brazil em 1857*, Typ. Rio de Janeiro, Universal de Laemmert, 1851.

STANLEY, Henry M., *Através do Continente Negro*, 2 vol., Lisboa, Publicações Europa-América, 2007-2008.

VILHENA, Ernesto Jardim de, *A mão d'obra agricola em Moçambique*, Lisboa, A Editora, 1910.

\_\_\_\_\_, *Companhia do Nyassa: relatórios e memórias sobre os Territórios*, Lisboa, A Editora, 1905.

XAVIER, Alfredo Augusto Caldas, ‘Província de Moçambique. Districto de Inhambane’, in *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 2º Série, 7-8, 1881, Lisboa, Imprensa Nacional.

## Bibliografia geral

ALBERTO, M. Simões; TOSCANO, Francisco A., *O Oriente Africano Português: síntese cronológica da História de Moçambique*, Lourenço Marques, Minerva Central, 1942.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de, *O Tratado dos Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

ALEXANDRE, Valentim, ‘A questão colonial no Portugal oitocentista’, In Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques, *O Império Africano 1825-1890*, vol. X, Lisboa, Estampa, 1998, pp. 21-132.

- ANDRADE, António Alberto de, *Relações de Moçambique Setecentista*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1955.
- BERTAUX, Pierre, *Africa: desde la prehistoria hasta los años sesenta*, Madrid, Siglo XXI, 1994.
- BOWMAN, Joye L., 'Legitimate Commerce' and Peanut Production in Portuguese Guinea, 1840s-1880s', in *The Journal of African History*, XXVIII, 1, 1987, pp. 87-106.
- BOXER, C. R., *Relações raciais no império colonial português 1415-1825*, Porto, Afrontamento, 1988.
- BROOKS, George E., 'Peanuts and colonialism: consequences of the commercialization of peanuts in West Africa', in *The Journal of African History*, vol. 16, 1, 1975, pp. 29-54.
- CARREIRA, António, 'Aspectos históricos da evolução do Islamismo na Guiné Portuguesa', in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. XXI, 84, 1966, pp. 405-455.
- CARREIRA, António, 'Aspectos da influência da cultura portuguesa na área compreendida entre o rio Senegal e o norte da Serra Leoa', in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. XIX, 76, 1964, pp. 373-416.
- CLARENCE-SMITH, Gervase, *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Lisboa, Teorema, 1990.
- COQUERY-VIDROVITCH, C.; MONIOT, H., *Africa Negra: de 1800 a nuestros días*, Barcelona, Editorial Labor, 1985.
- \_\_\_\_\_, *A descoberta de África*, Lisboa, Edições 70, 1981
- CURTIN, Philip; Feierman, Steven; Thompson, Leonard; Vansina, Jan, *African History*, Boston, Little Brown, 1978.
- FERRÃO, José E. Mendes, *A aventura das plantas e dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, IICT, 1992.
- GOERG, Odile, 'L'exportation d'arachides des 'Rivières du Sud' puis de Guinée (1842-1913): de produit dominant à produit secondaire', in G. Liesegang; H. Pasch; A. Jones (eds.), *Figuring african trade: proceedings of the symposium on the qualification and structure of the import and export and long distance trade in Africa 1800-1913*, Berlin, Dietrich Reimer Verlag, 1986, pp. 297-320.
- HEINTZE, Beatrix, *Pioneiros Africanos. Caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890)*, Lisboa, Caminho, 2005.
- HENRIQUES, Isabel Castro, *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África. Século XV-XX*, Lisboa, Caleidoscópio, 2004.
- \_\_\_\_\_, *Percursos da Modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*, Lisboa, IICT, 1997.
- \_\_\_\_\_; Margarido, Alfredo, *Plantas e conhecimento do mundo nos séculos XV e XVI*, Lisboa, Alfa, 1989.

- \_\_\_\_\_, 'A Rota dos Escravos: Angola e a rede do comércio negreiro (Sécs. XV a XIX)', in João Medina; Isabel Castro Henriques, *A Rota dos Escravos: Angola e a rede do comércio negreiro*, Lisboa, Cegia, 1996, pp. 81-203.
- HOBBSAWN, E. J., *A Era do Império 1875-1914*, Presença, Lisboa, 1990.
- HOCHSCHILD, Adam, *Enterrad las cadenas*, Barcelona, Península, 2006.
- HORTON, Mark, 'Did Asia underdevelop Africa? An archaeological perspective on African poverty.' In *Understanding African Poverty in the Longue Durée (comunicação em congresso)* [em linha], Acra, International Institute for the Advanced Study of Cultures, Institutions, and Economic Enterprise (IIAS), 15-17 de julho de 2010, não numerada, disponível em <http://www.wcfia.harvard.edu/sites/default/files/Did%20Asia%20Underdevelop%20Africa-1%20-%20Horton.pdf>
- \_\_\_\_\_; MIDDLETON, John, *The Swahili: the social landscape of a mercantile society*, Oxford, Blackwell Publishers, 2000.
- INIESTA, Ferran, *Bajo la Cruz del Sur. Religión, Comercio y Guerra en el Canal de Moçambique (900 a 1700 d.C.)*, Barcelona, Sendai, 1993.
- LIESEGANG, Gerhard, 'Sobre o crescimento da ocupação da Ilha de Moçambique e o desenvolvimento da estrutura a observar no fim do tempo colonial', in Angius, Matteo; Zamponi, Mario, *Ilha de Moçambique: convergência de Povos e Culturas*, Repubblica di San Marino, AIEP, 1999, pp. 44-53.
- \_\_\_\_\_, 'O quadro histórico da região antes da chegada dos portugueses', in Angius, Matteo; Zamponi, Mario, *Ilha de Moçambique: convergência de Povos e Culturas*, Repubblica di San Marino, AIEP, 1999, pp. 36-43.
- LOBATO, Alexandre, *A Ilha de Moçambique*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1945.
- M'BOKOLO, Elikia, *África Negra: história e civilizações*, 2 vol., Lisboa, Colibri, 2007.
- MARQUES, João Pedro, 'Manutenção do tráfico de escravos num contexto abolicionista. A diplomacia portuguesa (1807-1819)', in *Revista Intencional de Estudos Africanos*, Lisboa, nº 10/11, 1989, pp. 65-98.
- MARTINEZ, Esmeralda Simões, *O trabalho forçado na legislação colonial portuguesa – o caso de Moçambique (1899 – 1926)*, tese de mestrado em História da África apresentada à Universidade de Lisboa, 2008.
- NEWITT, Malyn, 'Moçambique', in Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques, *O Império Africano 1825-1890*, vol. X, Lisboa, Estampa, 1998, pp. 557-656.
- OLIVER, Roland; ATMORE, Anthony, *Africa desde 1800*, Buenos Aires, Editorial Francisco de Aguirre, 1977.
- \_\_\_\_\_; FAGE, J. D., *Breve historia de Africa*, Madrid, Alianza Editorial, 1972.
- PÉHAUT, Yves, 'A invasão dos produtos ultramarinos', in Jean-Louis Flandrin [et. al.], *História da Alimentação*, vol. II, Lisboa, Terramar, 2001, pp. 317-334.

- ROSÁRIO, Lourenço Joaquim da Costa, *A Narrativa Africana de expressão oral: transcrita em português*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Luanda, Angolê, 1989.
- SANTOS, Emília Madeira, *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*, Lisboa, Junta de Investigação Científica do Ultramar - Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.
- SANTOS, Luís Aguiar, ‘A crise financeira de 1891: uma tentativa de explicação’, in *Análise Social*, vol. XXXVI, n° 158-159, 2001, pp. 185-207.
- SERRA, Carlos, ‘Introdução’, in Serra, Carlos [et. al.], *História de Moçambique*, Maputo, Tempográfica; Departamento de História da UEM, 1982, vol. I, pp. 23-47.
- SILVA, Alberto da Costa e, *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*, Rio de Janeiro; São Paulo, Nova Fronteira; EDUSP, 1992
- TORRES, Adelino, *O império português entre o real e o imaginário*, Escher, Lisboa, 1991.
- \_\_\_\_\_ ‘Legislação do trabalho nas colónias africanas no 3º quartel do século XIX: razões do fracasso da política liberal portuguesa’, in *I Reunião Internacional de História de África. Relações Europa-África no 3º quartel do séc. XIX* (atas), Lisboa, IICT, 1989, pp. 65-80.
- ZAMPARONI, Valdemir, *De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique*, Salvador, EDUFBA, 2007.
- \_\_\_\_\_ ‘Monhés, Baneanes, Chinas e Afro-maometanos. Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940’, in *Lusotopie*, 7, 2000, Paris, pp.191-222.
- ZAMPONI, Mario, ‘Ilha de Moçambique: encruzilhada de povos e culturas no Oceano Índico’, IN Angius, Matteo; Zamponi, Mario, *Ilha de Moçambique. Convergência de Povos e Culturas*, Repubblica di San Marino, AIEP, 1999.

## Bibliografia específica

- ANTUNES, Luís Frederico Dias, ‘Os mercadores baneanes guzerates no comércio e a navegação da costa oriental africana (século XVIII)’, in *Moçambique: navegações, comércio e técnicas (ata)*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1998, pp. 67-93.
- \_\_\_\_\_ *A actividade da companhia de comércio baneanes de Diu em Moçambique (1686 - 1777)*, tese de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 1992.
- CAPELA, José, *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique*, Porto, Afrontamento, 2002.
- \_\_\_\_\_ ‘O tráfico de escravos na ilha de Moçambique’, in Matteo Angius; Mario Zamponi, *Ilha de Moçambique: convergência de Povos e Culturas*, Repubblica di San Marino: AIEP, 1999, pp. 54-69.

- \_\_\_\_\_ 'O Ultimátum na perspectiva de Moçambique. As questões comerciais subjacentes', in *Moçambique: navegações, comércio e técnicas* (atas), Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane de Maputo; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 261-279.
- \_\_\_\_\_ 'O problema da escravatura nas colónias portuguesas', in Luís Albuquerque, *Portugal no Mundo*, vol. VI, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 51-63.
- \_\_\_\_\_ *O escravismo colonial em Moçambique*, Porto, Afrontamento, 1993.
- \_\_\_\_\_ *Escravatura. A empresa de saque: o abolicionismo (1810-1875)*, Porto, Afrontamento, 1974.
- CHILUNDO, Arlindo, 'Os carregadores e os Machileiros antes do transporte motorizado no antigo distrito de Moçambique (1885-1930)', in *Seminário Moçambique: navegações, comércio e técnicas* (atas), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 95-125.
- \_\_\_\_\_ 'Quando começou o comércio das oleaginosas em Moçambique? Levantamento estatístico da produção e exportação no período entre 1850-1875', in *I Reunião Internacional de História de África. Relações Europa-África no 3º quartel do Séc. XIX* (atas), Lisboa, IICT, 1989, pp. 511-523.
- COVANE, Luís António, 'Considerações sobre o impacto da penetração capitalista no sul de Moçambique, 1850-1876', In *I Reunião Internacional de História de África. Relações Europa-África no 3º quartel do Séc. XIX* (atas), Lisboa: IICT, 1989, pp. 525-534.
- CORTESÃO, Mário, *Culturas Tropicais: plantas oleaginosas*, vol. II, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1957.
- DEVEZ, Manuel C., 'O gergelim: situação mundial da produção e do comércio. A posição de Moçambique como produtor', in *Gazeta do Agricultor*, Série C, 50 (separata), Lourenço Marques, 1968.
- DUBARD, M. Marcel, 'De l'origine de l'arachide', in *Bulletim du Muséum d'Histoire Naturelle*, Paris, Muséum National, 5, 1906, pp. 340-344.
- FORTUNA, Carlos, *O Fio da Meada: algodão de Moçambique, Portugal e a Economia-mundo (1860-1960)*, Porto, Afrontamento, 1993.
- ISAACMAN, Allem F., *A Tradição de Resistência em Moçambique. O Vale do Zambeze, 1850-1921*, Porto, Afrontamento, 1979.
- KAGABO, José, 'Regards Croisés sur une Diaspora Éclatée: Les Indiens en Afrique orientale et centre orientale', in *Lusotopie*, 15, vol. 1, 2008, Paris, pp. 121-124.
- LEITE, Joana Pereira, 'A economia do caju em Moçambique e as relações com a Índia: dos anos 20 ao fim da época colonial', in João Ferreira do Amaral [et. al.], *Ensaio de homenagem a Francisco Pereira de Moura*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Economia e Gestão, 1995, pp. 631-653.

- \_\_\_\_\_ ‘Diáspora indiana em Moçambique: em torno da presença indiana em Moçambique - séc. XIX e primeiras décadas da época colonial’, in *Economia Global e Gestão*, 2, 1996, pp. 67-108.
- LIESEGANG, Gerhard, 'A first look at the import and export trade of Mozambique 1800-1914', in G. Liesegang; H. Pasch; A. Jones (eds.), *Figuring african trade: proceedings of the Symposium on the qualification and structure of the import and export and long distance trade in Africa 1800-1913*, Berlin, Dietrich Reimer Verlag, 1986, pp. 451-523.
- LIVINGSTONE, David, *Viagens de exploração no Zambezia e na África Central 1840-1873*, trad. de Júlio Gama, Porto, Livraria Universal, 1880.
- MACAGNO, Lorenzo G., ‘Uma domesticação imaginária? Representações coloniais e comunidades muçulmanas no norte de Moçambique’, in *Travessias*, 4-5, 2004, Lisboa, pp. 181-205.
- MEDEIROS, Eduardo da Conceição, *História de Cabo Delgado e do Niassa (c.1836 - 1929)*, Maputo, Central Impressora, 1997.
- NEWITT, Malyn, *História de Moçambique*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1995.
- PAPAGNO, Giuseppe, *Colonialismo e Feudalismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.
- PÉLISSIER, René, ‘Os franceses em Moçambique (1850-1914)’, in *V Semana de Cultura Africana. Moçambique: cultura e história de um país* (atas), CEA - Universidade de Coimbra, 1988, pp. 107-119.
- \_\_\_\_\_ *História de Moçambique: formação e oposição (1854-1918)*, 2 vol., Lisboa, Estampa, 1987-1988.
- RITA-FERREIRA, António, ‘A sobrevivência do mais fraco: Moçambique no 3º quartel do século XIX’, in *I Reunião Internacional de História de África. Relações Europa-África no 3º quartel do séc. XIX* (atas), Lisboa, IICT, 1989, pp. 299-348.
- \_\_\_\_\_ ‘Breve nota sobre o segundo regime de prazos da Zambézia’, In *Vice-Almirante A. Teixeira da Mota: in memoriam*, vol. 2, Lisboa, IICT - Academia da Marinha, 1989, pp. 351-358.
- \_\_\_\_\_ ‘Moçambique e os naturais da Índia Portuguesa’, in *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa* (atas), Lisboa, IICT, 1985, pp. 615-648.
- \_\_\_\_\_ *Presença Luso-Asiática e Mutações Culturais no Sul de Moçambique (Até c. 1900)*, Lisboa, IICT, 1982.
- \_\_\_\_\_ *Fixação Portuguesa e História Pré-Colonial de Moçambique*, Lisboa, IICT, 1982.
- \_\_\_\_\_ ‘História pré-colonial do sul de Moçambique: tentativa de síntese’, in *STVDLA* (separata), 41-42 e 43-44, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar/Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1979-1980.
- \_\_\_\_\_ *Povos de Moçambique: história e cultura*, Porto, Afrontamento, 1975.
- \_\_\_\_\_ *Agrupamento e caracterização étnica dos indígenas de Moçambique*, Lisboa, Ministério do Ultramar/Junta de Investigações do Ultramar, 1958.

- ROCHA, Aurélio, 'Os Afro-islamizados da costa de Moçambique: a terra e os homens', in Matteo Angius; Mario Zamponi, *Ilha de Moçambique: convergência de Povos e Culturas*, Repubblica di San Marino, AIEP, 1999, pp. 26-35.
- \_\_\_\_\_, 'Resistência em Moçambique: o caso dos Suaíli, 1850-1913', in *I Reunião Internacional de História de África. Relações Europa-África no 3º quartel do Séc. XIX* (atas), Lisboa; ICT, 1989, pp. 581-615.
- RODRIGUES, Maria Eugénia Alves, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena. Os Prazos da Coroa nos Séculos XVII e XVIII*, tese para a obtenção do grau de doutorado apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 2002.
- RODRIGUES, Eugénia, 'Os portugueses e o Bive: um caso de formação de prazos nos Rios de Sena no século XVIII', in *Moçambique: navegações, comércio e técnicas* (atas), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 67-93.
- SERRA, Carlos, 'O capitalismo colonial na Zambézia 1855 – 1930', in *Estudos Moçambicanos*, 1, 1980, pp. 33-52.
- SHERIFF, Abdul, *Slaves, spices and ivory in Zanzibar: integration of an east african commercial empire into the world economy, 1770-1873*, London: James Currey, 1987.
- SILVA, Raúl Ribeiro dos Santos Delgado e, *O problema das oleaginosas: posição de Moçambique*, Lisboa [s.n], 1952.
- TEIXEIRA, Luísa Pinto, 'Partners in business: the workings of the Indian traders of Zambezia, Mozambique, 1870s-1910s', in *Lusotopie*, 15, vol. 1, 2008, Paris, pp.39-58.
- VAIL, Leroy; WHITE, Landeg, *Capitalism and Colonialism in Mozambique: a study of Quelimane District*, London, Heinemann, 1980.
- VIEIRA, Melo, 'Comércio de oleaginosas de Moçambique', in *Documentário Trimestral*, Moçambique, Imprensa Nacional, 10, 1937, pp. 85-112.

## Bibliografia de referência

- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa; Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s/n.
- Atlas de Moçambique*, Lourenço Marques, Empresa Moderna, 1960.
- FERREIRA, A. Alexandre, *Moçambique: 1489-1975*, Lisboa, Prefácio, 2007.
- PINHEIRO, Eduardo, *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1948.
- RITA-FERREIA, António, *Bibliografia Etnológica de Moçambique (das origens a 1954)*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1961.
- SILVA, António de Moraes, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Confluência, 1954.
- SOUTO, Amélia Neves de, *Guia Bibliográfico para o estudante de História de Moçambique*, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 1996.

WEISZFLOG, Walter, ed., *Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*, São Paulo, Melhoramentos, 1998-2007, disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>

---

## Anexo de mapas

---









